

Cadernos de Psicanálise - SPCRJ

Impasses Contemporâneos



Sociedade de Psicanálise da
Cidade do Rio de Janeiro

SPCRJ – Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro

CNPJ 42.132.233/0001-98

Rua São Clemente nº 413 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ.

Cep 22260-009 – Tel./Fax (21) 2239-9848 / 2512-2265

secretaria@spcrj.org.br; www.spcrj.org.br

Biblioteca: biblio@spcrj.org.br

Cadernos de Psicanálise / Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro -
v. 1, n. 1 (1982). – Rio de Janeiro: A Sociedade, 1982 – v. 30, nº 33, 2014

Anual

O título não foi editado em: 1989, 1993 e 1997.

ISSN 0103-4251

1. Psicanálise – Periódicos. I. Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro.

CDU 159.964.2 (05)

Bibliotecário: Fabiano Gomes

Periódico indexado nas bases de dados:

* INDEX Psi Periódicos (BVS-Psi) – www.bvs-psi.org.br

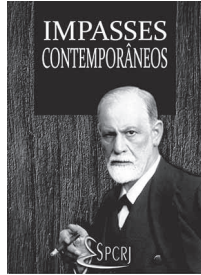
* Psyc INFO American Psychological Association

Avaliação CAPES/ANPEPP 2013 (triênio 2010-2012): Nacional B1

DISPONÍVEL NA REDE DE BIBLIOTECAS NA ÁREA DE PSICOLOGIA-REBAP:

www.bvs-psi.org.com.br/rebap

NOTA DA COMISSÃO EDITORIAL: A SPCRJ reconhece a importância de manter sua revista indexada nas bases de dados, bem como a necessidade de divulgação ampla do conhecimento. No entanto, é sua filosofia editorial preservar, promover e manter o diálogo analítico para um vivo exercício da Psicanálise. Assim a matéria publicada somente será disponibilizada em *mídia* eletrônica, no todo ou em parte, quando não comprometer o material clínico – matéria prima da construção teórico-técnica da Psicanálise - e mediante autorização expressa específica dos autores dos artigos publicados.



Cadernos de Psicanálise - SPCRJ
Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro

Impasses Contemporâneos

v. 30, n. 33, 2014



ISSN 0103-4251

Cadernos de Psicanálise SPCRJ	Rio de Janeiro	v. 30	n.33	p.1-304	2014
-------------------------------------	----------------	-------	------	---------	------

Comissão Editorial

Ana Paula Amado Lopes

Editora Responsável

Ana Paula Amado Lopes

Conselho Consultivo

Alfredo Naffah Neto

Psicanalista; Prof. do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica / PUC-SP

Ana Cristina Moreira de Sousa Pinna

Especialista em Clínica, Psicanalista, Membro Efetivo SPCRJ

Ana Maria Rudge

Psicanalista/SPID; Profª. Graduação e Pós-Grad. do Depto. de Psicologia/ PUC-Rio; Pesquisadora/CNPq; Membro da Assoc. Univ. de Pesq. em Psicopatologia Fundamental

Cid Merlino Fernandes

Psicanalista; Membro Efetivo e Supervisor / SPCRJ

Claudia Moreira da Costa

Psicóloga, Psicanalista, Especialista em Psicoterapia Psicanalítica, Membro Efetivo SPCRJ

Daniel Kupermann

Psicanalista; Mestre em Psicologia Clínica/ PUC-Rio; Doutor em Teoria Psicanalítica/ UFRJ; Prof. do Depto. de Psicologia Clínica/USP

David Epelbaum Zimmerman

Médico Psiquiatra; Psicanalista, Membro Efetivo e Didata/SPPA; Psicoterapeuta de grupo. Ex-presidente da Sociedade de Psiquiatria/RS

Elizabete Zogbi Brick

Psicanalista, Membro Efetivo/SPCRJ

Esther Perelberg Kullock

Psicanalista; Membro Titular e Supervisora/SPCRJ

Karla Patrícia Holanda Martins

Psicanalista; Doutora em Teoria Psicanalítica/UFRJ; Prof^a. Titular / UNIFOR-Ceará

Lidia Levy

Psicanalista, Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio, Membro da SPCRJ, SPID e AIPCF

Marcia Maria dos Anjos Azevedo

Psicanalista; Membro Efetivo SPCRJ, Prof^a Adjunta da UFF, Membro AIPCF

Maria Inês Lamy

Psicanalista, Membro da Seção Rio da Escola Brasileira de Psicanálise / EBP-ECF

Maria Silvia G. Fernández Hanna

Psicanalista; Doutora em Teoria Psicanalítica/UFRJ; Membro Aderente/ EBP-RJ

Neyza Prochet

Psicanalista; Membro Efetivo/CPRJ; Doutora em Psicologia Clínica/ USP-SP

Rachel Sztajnberg

Psicanalista; Membro Efetivo e Supervisora/SPCRJ

Regina Helena Landim

Psicanalista; Membro Aderente e Supervisora/SPCRJ

Rodrigo Ventura

Psicanalista, Membro do EBEP (Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos), Graduado em Filosofia pela UERJ, Pós-Graduado em Filosofia Contemporânea pela PUC-Rio, Mestre e Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ, Pós-Doutorando em Teoria Psicanalítica pela UFRJ

Suely Figueiredo Marques

Psicanalista; Membro Efetivo e Supervisora/ SPCRJ

Conselho Diretor - Gestão 2012-2014

Presidente

Cid Merlino Fernandes (Turma R – 1992)

Vice-Presidente

Immacolata Tosto (Turma I – 1984)

Secretário Administrativo

Daniel Lage Ferreira da Silva (Turma H1 – 2009)

Secretária de Finanças

Iara Scherer Greenhalgh Barreto (Turma J1 – 2013)

Secretária de Divulgação

Mariana Bricio Serra (Turma J1 – 2013)

Diretora Técnica

Marcia Maria dos Anjos Azevedo (Turma E1 – 2004)

Vice-Diretora Técnica

Ana Cristina Moreira de Sousa Pinna (Turma S – 1993)

Coordenadora da Comissão Científica e de Ensino (CCE)

Cláudia Coelho dos Santos Carrera (Turma A1 -1999)

Coordenadora da Comissão de Admissão e Acompanhamento (CAA)

Claudia Moreira da Costa (Turma M -1987)

Coordenadora de Publicação e Biblioteca (CPB)

Ana Paula Amado Lopes (Turma E1 – 2004)

Coordenadora da Comissão Ética

Ana Elizabeth Botelho Duarte Coelho (Turma E1 – 2004)

Diretoria Clínica

Neda Maria Braga de Matos (Turma L – 1986)

Vice-Diretora Clínica

Anna Elisa Rodrigues Campelo de Freitas (Turma R – 1992)

SUMÁRIO

Editorial, 15-16

Tema em Debate – Impasses Contemporâneos

Escrita, trauma e violência em psicanálise, 19-47

Joel Birman

Infâncias na contemporaneidade, 49-71

Kátia Geluda

Suely Figueiredo Marques

**As relações de poder na experiência psicanalítica:
entre a sujeição e a liberdade, 73-95**

Rodrigo Ventura

O amor-rio: desafios da clínica na atualidade, 97-109

Maria Helena de Barros e Silva

Entrevista, 111-115

César Mussi Ibrahim

Ana Paula Amado Lopes

Artigos

**Vínculo genealógico e o trabalho de historização
em instituição, 119-135**

Georges Gaillard

Pablo Castanho

Olhar e ser olhado: da interpretação ao testemunho, 137-155

Thais Klein

Leonardo Câmara

Regina Herzog

A identidade da família contemporânea e as novas demandas à escola, 157-176

Rosana da Silva Telles

O psicanalista diante do vazio, 177-196

André Soares Pereira Avelar

Limites psíquicos e a lógica do desespero, 197-213

Issa Damous

Suicídio e assédio: duas vertentes de uma história contemporânea, 215-231

Lidia Levy

Maria Eduarda S. P. Simonsen

Monah Winograd

A capacidade simbólica dos pacientes *borderline*: prejuízos no espaço potencial, 233-257

Claudia Amorim Garcia

Joana Gryner

Jovens enredados, 259-269

Marcia Stein

Resenhas

A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura, de Mario Vargas Llosa, 273- 278

Rachel Sztajnberg

A maçã no escuro, de Clarice Lispector, 279-284

Ivanise Fontes

***Tocar o impossível* – algumas incursões psicanalíticas, de Rachel Sztajnberg, 285-291**

Ana Cristina Moreira de Sousa Pinna

Ana Elizabeth Botelho Duarte Coelho

Normas para envio de artigos, 293-296

Alguns números anteriores, 297-298

SUMMARY

Editorial, 15-16

Topic under discussion – Contemporary Deadlocks

Writing, trauma and violence in psychoanalysis, 19-47

Joel Birman

Infancies in contemporaneity, 49-71

Kátia Geluda

Suely Figueiredo Marques

Power relations in psychoanalytic experience: between the subject and the freedom, 73-95

Rodrigo Ventura

Love-river: clinical challenges nowadays, 97-109

Maria Helena de Barros e Silva

Interview, 111-115

César Mussi Ibrahim

Ana Paula Amado Lopes

Articles

Genealogical link and the work of historization in institutions, 119-135

Georges Gaillard

Pablo Castanho

To look and to be looked: from interpretation to testimony, 137-155

Thais Klein

Leonardo Câmara

Regina Herzog

The identity of the contemporary family and the new requirements to school, 157-176

Rosana da Silva Telles

The psychoanalyst before the emptiness, 177-196

André Soares Pereira Avelar

Psychic limits and the logic of despair, 197-213

Issa Damous

Suicide and bullying: two strands of contemporary history, 215-231

Lidia Levy

Maria Eduarda S. P. Simonsen

Monah Winograd

The symbolic capacity of borderline patients: losses in the potential space, 233-257

Claudia Amorim Garcia

Joana Gryner

Entangled youngsters, 259-269

Marcia Stein

Book Reviews

The civilization of spectacle: a snapshot of our time and our culture, by Mario Vargas Llosa, 273-278

Rachel Sztajnberg

The apple in the dark, by Clarice Lispector, 279-284

Ivanise Fontes

*Touching the impossible: some psychoanalytic forays,
by Rachel Sztajnberg, 285-291*

Ana Cristina Moreira de Sousa Pinna

Ana Elizabeth Botelho Duarte Coelho

Rules for submission the papers, 293-296

Some previous editions, 297-298

EDITORIAL

Na 33^a edição dos *Cadernos de Psicanálise – SPCRJ* o tema abordado são os – *Impasses Contemporâneos*, que vêm sendo, ao longo deste ano, objeto de investigação, de estudo, de reflexão e discussão, tendo em vista um compromisso ético com as questões que estruturam e delineiam o campo teórico e clínico da Psicanálise. Desta maneira, os nossos *Cadernos de Psicanálise – SPCRJ* cada vez mais tornam-se veículo e espaço de encontro entre pensamentos e pensadores, implicados na mesma trama, com o mesmo objetivo.

A clínica atual, pensada a partir dos problemas apresentados pelo homem em seus projetos de vida e seu modo de operar no mundo, aponta para a existência de impasses que produzem na economia e dinâmica psíquicas novas formas de subjetivação do sofrimento. O mundo pós-moderno apresenta ao sujeito a cultura da violência, e o direciona para um esvaziamento de si mesmo, alienado num silêncio que se sobrepõe à expressão da linguagem. A impossibilidade de representar, manifestar e compreender as vicissitudes da experiência humana denuncia a existência de um ego empobrecido, esfacelado e vulnerável, sem espaço para significar nem o afeto, nem a palavra, seu sofrimento e / ou suas idiossincrasias.

A partir desta proposta, nosso “*Cadernos de Psicanálise*” apresenta trabalhos onde os autores compartilham suas reflexões e

experiências acerca da temática em questão. Na seção *Tema em Debate* encontram-se artigos dos seguintes convidados: **Joel Birman, Kátia Geluda, Suely Figueiredo Marques, Rodrigo Ventura e Maria Helena de Barros e Silva.**

Na seção *Entrevista* nossos leitores encontrarão um pouco do pensamento e da experiência clínica do psicanalista **César Mussi Ibrahim.**

Na seção *Artigos* os trabalhos foram reunidos a partir do tema geral, embora nesta seção a proposta seja a de agrupar os mais variados temas. Logo, acredito que diante dos inúmeros impasses que a contemporaneidade agrega, acabamos por utilizar esta seção como mais um espaço de discussão. Aqui apresentaram-se os seguintes autores: **Georges Gaillard, Pablo Castanho, Thais Klein, Leonardo Câmara, Regina Herzog, Rosana da Silva Telles, André Soares Pereira Avelar, Issa Damous, Lidia Levy, Maria Eduarda S. P. Simonsen, Monah Winograd, Claudia Amorim Garcia, Joana Gryner, Marcia Stein.**

Na seção *Resenha* contamos com o trabalho sensível de **Rachel Sztajnberg** com *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura* de autoria de Mario Vargas Llosa, e ainda, a delicadeza de **Ivanise Fontes** em sua apresentação da obra *A maçã no escuro* de Clarice Lispector e por fim, **Ana Cristina Moreira de Sousa Pinna e Ana Elizabeth Botelho Duarte Coelho** com o livro da nossa querida Rachel Sztajnberg *Tocar o impossível: algumas incursões psicanalíticas.*

Portanto, a **SPCRJ**, vem aprimorando, ao longo dos seus anos de edição dos **Cadernos de Psicanálise**, o estilo de aprofundamento e de discussão, cujo conteúdo contribui para que possamos continuar, não só a investir, mas também a experimentar a prática clínica com seus paradoxos, apoiados naquilo que a diversidade de discursos circulantes no campo psicanalítico nos oferece.

Comissão Editorial

TEMA EM DEBATE
IMPASSES CONTEMPORÂNEOS
CONTEMPORARY DEADLOCKS

Escrita, trauma e violência em psicanálise
Writing, trauma and violence in psychoanalysis
Joel Birman

Infâncias na contemporaneidade
Infancies in contemporaneity
Kátia Geluda
Suely Figueiredo Marques

**As relações de poder na experiência psicanalítica:
entre a sujeição e a liberdade**
*Power relations in psychoanalytic experience:
between the subject and the freedom*
Rodrigo Ventura

O amor-rio: desafios da clínica na atualidade
Love-river: clinical challenges nowadays
Maria Helena de Barros e Silva

ESCRITA, TRAUMA E VIOLÊNCIA EM PSICANÁLISE

*WRITING, TRAUMA AND VIOLENCE IN
PSYCHOANALYSIS*

Joel Birman¹

Resumo:

A intenção deste ensaio é desenvolver as relações existentes entre os registros da escrita, do trauma e a da violência no discurso freudiano. Para fazer isso, procura pensar a constituição da escrita do inconsciente pela mediação estabelecida entre a força da pulsão com o objeto para o estabelecimento da experiência de satisfação, por um lado. Pelo outro, enuncia que no trauma existiria a desconstrução momentânea da escrita do inconsciente, pela fragmentação que se engendra.

Palavras-chave: escrita, trauma e pulsão.

¹ Psicanalista, Membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos e do Espace Analytique, Professor Titular do Instituto de Psicologia da UFRJ, Professor Adjunto do Instituto de Medicina Social da UERJ, Diretor de Estudos em Letras e Ciências Humanas, Universidade Paris VII, Pesquisador associado do Laboratório “Psicanálise, Medicina e Sociedade”, Universidade Paris VII, Professor associado da École Doctorale de Psychanalyse da Université Paris VII, Pesquisador do CNPq.

Abstract:

The intent of this essay is to develop existing relationships between written records, the trauma and violence in the Freudian discourse. To do this, search the joint drive with the writing of the unconscious by mediation established by another in conjunction between the strength of the drive with the object to the establishment of the experience of satisfaction. By contrast, in trauma there is momentary deconstruction of writing of the unconscious, which is characterized by style fragment.

Keywords: *writing, trauma and drive.*

I. A problemática

A intenção inicial deste ensaio é a de buscar estabelecer quais seriam os laços existentes entre os registros da escrita, do trauma e da *violência* em psicanálise, que foram tecidos ao longo do discurso freudiano. No entanto, esta intenção primeira vai se transformar, logo em seguida, pois os laços existentes entre esses registros vão sofrer uma inflexão crucial. Com efeito, tais laços não serão considerados como *continentes e acidentais*, para serem concebidos, em contrapartida, como necessários. O que implica dizer que os ditos laços não podem ficar apenas restritos à dimensão descritiva do discurso freudiano, mas devem ser devidamente destacados na estrutura deste, como constitutivos que são do campo psicanalítico, no tempo de sua emergência histórica.

Portanto, os laços estabelecidos entre as questões da escrita, do trauma e da violência serão deslocados do registro do enunciado para o da enunciação. Além disso, tais laços serão deslocados do registro do *fato* para o do *direito*, se formos nos valer da retórica do discurso filosófico de Kant (KANT, 1944). Enfim, na leitura que será aqui sustentada tais laços se transmutam de *conjunções* em *articulações* efetivas, uma vez que o imperativo do necessário passa a regular as ditas conjunções entre esses diferentes registros em pauta.

Dessa maneira, nas articulações tecidas entre os registros da escrita, do trauma e da violência, ao longo do discurso freudiano, existiria não apenas a constatação e o reconhecimento de uma coincidência e até mesmo de uma casualidade, que se poderia facilmente depreender

da leitura superficial deste discurso, mas se evidenciaria também uma *declinação* profunda na estrutura deste discurso. Seria esta declinação o que promoveria a costura sutil de tais registros de forma insofismável. Em última instância, a pretensão teórica deste ensaio é a de evidenciar esse deslocamento efetivo entre os registros superficial e profundo, na leitura do discurso freudiano.

Porém, para apreender essas articulações constitutivas do discurso freudiano é preciso ficar atento às oscilações apresentadas por aquelas questões no registro *patente* deste discurso, uma vez que as ditas questões se fazem presentes em certos contextos teóricos do discurso freudiano, mas desaparecem, em contrapartida, em outras. A indagação crucial que se impõe aqui é: qual é a operação conceitual que regularia esses aparecimentos e desaparecimentos, em contextos teóricos diferentes, pois existe uma cadência e até mesmo uma regularidade nesses aparecimentos e desaparecimentos que são significativos na economia simbólica do discurso freudiano, no que tange a isso. Portanto, é para o imperativo incontornável que regularia essas presenças e ausências que devemos ficar bem atentos, para que possamos apreender qual é a lógica latente que as preside efetivamente, no percurso longitudinal do discurso freudiano.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que as questões do trauma e da violência se apresentam, mas também desaparecem e voltam a se apresentar posteriormente ao longo do discurso freudiano, em tempos e contextos diversos de sua constituição teórica. Contudo, tais aparecimentos, desaparecimentos e reaparecimentos são regulados por certos imperativos teóricos que devem ser devidamente circunscritos e colocados em evidência. Em contrapartida, essas oscilações remetem decisivamente para o registro da escrita, que também se transforma efetivamente. Com efeito, da *escrita do inconsciente à escrita do trauma* o discurso freudiano esboçou diferentes economias simbólicas para a escrita do psíquico, indicando assim não apenas a constituição do problema da *enunciação* em psicanálise, como também o problema que lhe é correlato, qual seja, quais as *condições de possibilidade* para a enunciação em pauta.

No que concerne a isso, é preciso dizer desde o início que o registro *do outro* recebe uma relevância crucial para que se possa pensar nas condições de possibilidade da enunciação em psicanálise.

Seria então em relação ao outro que a enunciação se configuraria, de fato e de direito. O que implica dizer que se o trauma é uma violência efetiva na experiência do sujeito, a sua contrapartida seria a *suspensão* da *posição estratégica* ocupada pelo outro na economia psíquica do sujeito.

Podemos então depreender facilmente disso tudo que a conjugação entre os diferentes registros da escrita, do trauma e da violência no discurso freudiano, como algo necessário e da ordem do direito, se delineia como uma *problemática* crucial desse discurso (FOUCAULT, 1994), (DELEUSE & GUATTARI, 1980). É a circunscrição desta problemática, nas suas *bordas* e no seu *campo*, que este ensaio pretende realizar pela leitura sistemática do discurso freudiano ao longo do seu percurso.

Porém, para puxar o fio da meada desta problemática, que se centra inequivocamente no registro da escrita, é preciso voltar-se inicialmente para as relações e comentários estabelecidos por Freud entre as escritas *literária* e *psicanalítica*, pela posição estratégica que atribuiu ao campo da *linguagem* em psicanálise, desde a sua emergência histórica no final do século XIX.

II. Escrita literária e escrita psicanalítica

Assim, desde os tempos iniciais da psicanálise o discurso freudiano enunciou as relações existentes entre as escritas literária e psicanalítica. O contexto originário deste enunciado foi uma das narrativas clínicas dos “Estudos sobre a histeria” (FREUD & BREUER, 1895/1971) que foi publicado em 1895. Se bem que a dita obra tenha sido escrita em colaboração com Breuer, como se sabe, esta formulação sobre as escritas literária e psicanalítica foi enunciada apenas por Freud. Além disso, Freud retomou este mesmo comentário dez anos depois, com a publicação do caso Dora (FREUD, 1905/1975).

O que dissera especificamente Freud sobre estas relações? Nada mais nada menos que as suas narrativas clínicas eram lidas pelos seus colegas como se fossem composições literárias e não científicas (FREUD & BREUER, 1895/1971, op. cit.). Assim, os colegas de Freud, inscritos que eram científica e socialmente na comunidade clínica e em particular na comunidade dos neurologistas, estranharam a forma de *composição* da narrativa clínica empreendida por Freud, que se

diferenciava assim da tradição médica constituída no século XIX. Com efeito, as *narrativas clínicas* de Freud provocaram ruídos nos leitores da comunidade médica, pois as aproximava das *narrativas romanescas* e não das narrativas clínicas da medicina.

Não resta qualquer dúvida de que Freud recebia tal comentário com certo mau humor, certamente polido, e até mesmo com certa irritação. Porém, procurava disfarçar os seus humores negativos, para não revelar abertamente o impacto que isso lhe provocava, pela formulação de uma certa ironia ante seus colegas, que acolhiam com algum desdém as suas narrativas clínicas (Id., *ibid.*).

Por que tais humores negativos de Freud? Parece-me que ele tomava esses comentários críticos sobre as suas narrativas clínicas como uma das manifestações eloquentes da oposição da comunidade médica às suas hipóteses teóricas iniciais sobre a histeria e as demais psiconeuroses, como já tinha formulado no seu ensaio sobre “As psiconeuroses de defesa” (Id., 1894/1973), publicado em 1894, e que retomou num ensaio posterior e complementar de 1896 intitulado justamente “Novos comentários sobre as psiconeuroses de defesa” (Id., 1896/1973).

Com efeito, a conferência que realizou em 1896, na Sociedade Médica de Viena, publicada com o título “A etiologia da histeria”, foi onde apresentara de forma sistemática a sua *teoria traumática da sedução* para interpretar as diferentes modalidades de psiconeuroses (Id., 1896/1973). Neste contexto, a tese de Freud foi criticada ironicamente por Krafft-Ebing que afirmara que esta leitura não passava de um “conto de fadas científico” (JONES, 1970).

Portanto, é evidente que Freud reagia a esta *recepção* crítica da comunidade médica às suas narrativas clínicas como uma crítica efetiva às suas hipóteses teóricas sobre as psiconeuroses. No entanto, o comentário irônico do famoso sexologista sobre a teoria freudiana da sedução implicava também a inserção do discurso freudiano no campo da literatura, pois esta inserção se deslocava então do registro da narrativa clínica para o registro da *metapsicologia*. Com efeito, do estilo da composição da narrativa clínica ao estilo de construção da metapsicologia, o discurso freudiano foi decisivamente inscrito no campo da literatura e excluído do campo efetivo da ciência.

É preciso destacar ainda que a mesma crítica se forjou quando Freud publicou “A interpretação dos sonhos”, em 1900, quando se conjugaram as críticas à narrativa clínica e à metapsicologia. Assim, se desde 1896 o discurso freudiano se descartou da teoria da sedução na interpretação das psiconeuroses e formulou a *teoria da fantasia*, foi apenas em “A interpretação dos sonhos” (Id., 1900/1976) que esta ruptura teórica foi apresentada de maneira sistemática. Contudo, as comunidades médica e filosófica diziam que o estilo de composição desta obra e a leitura dos sonhos empreendidos por Freud estariam próximos do campo da *arte* e não do campo da *ciência* (Id., *ibid.*).

Assim, do campo estrito da narrativa clínica ao mais abrangente da metapsicologia o estilo da escrita presente no discurso freudiano foi decididamente inscrito no campo da literatura, e não, em contrapartida, no da ciência e no da clínica médica. Portanto, uma mesma questão foi colocada em evidência nas recepções teórica e clínica iniciais do discurso freudiano, de maneira a inscrever este decididamente no campo da literatura, e afastando-o efetivamente dos campos da medicina e da ciência.

Em decorrência disso, é preciso considerar o que existe de veracidade nesta recepção social do discurso freudiano, que se forjou desde os tempos iniciais da constituição histórica da psicanálise, mas que se reforçou posteriormente de maneira eloquente ao longo do percurso teórico desse discurso.

III. Enfermidade e sujeito

A escrita da clínica seguia as linhas de força delineadas pelo discurso da *anatomia patológica*, desde o início do século XIX, que procurava circunscrever o ser da enfermidade pela lesão inscrita no registro dos tecidos. Com a invenção da histologia, a morfologia do *corpo anatômico* passou a ser investigado pelas coordenadas dos tecidos que, como invariantes estruturais, *perpassavam* os diferentes órgãos e não se restringia mais ao registro do *volume* dos órgãos (FOUCAULT).² Em decorrência disso, as marcas da enfermidade se inscreviam nos interstícios

2 Foucault, M. *Naissance de la clinique*. Op. cit.

dos tecidos, num campo de invisibilidade para o olhar médico.³Portanto, o novo olhar médico constituiu outro limiar para a *objetivação* da enfermidade, de maneira a estabelecer uma relação outra entre os registros do *visível* e do *invisível* (Id., *ibid.*).⁴

Nesta perspectiva, a leitura do ser da enfermidade se realizava pela mediação dos signos estabelecidos pela semiologia clínica que, pelo olhar, pelo tato e pela ausculta, procurava delinear a localização anatômica de enfermidade.⁵ Neste contexto, o registro do *sintoma*, onde se enunciava o discurso do doente, perdeu o privilégio ante o registro do *signo*, pelo qual se objetivava o ser da enfermidade na materialidade anatômica do corpo.⁶ Além disso, os sintomas apenas eram valorados pelo olhar clínico quando pudessem ser devidamente articulados com os signos objetivados pelo exame somático. Finalmente, a leitura *post-mortem* do cadáver permitiria confirmar as construções realizadas pelo olhar clínico.⁷

Desta maneira, a narrativa clínica buscava reproduzir as coordenadas teóricas do discurso da *anátomo-clínica*. Com efeito, a *figura da enfermidade* ocupava a posição estratégica naquela narrativa, enfatizando o registro do signo ante o do sintoma para empreender assim a mostração objetiva da doença. Daí por que no discurso da anátomo-clínica o que estava sempre em pauta era a pergunta “onde dói?”, pela qual o médico interpelava o doente.⁸

Em contrapartida, na leitura nova da clínica empreendida por Freud as ênfases não eram as mesmas, se pautando então por outras coordenadas teóricas. Assim, o que se destacava eram os sintomas subjetivos enunciados pelos pacientes, e não os signos objetiváveis no corpo anatômico, de forma que quando estes permaneciam após a intervenção médica passaram a ser considerados como sendo da ordem do sintoma. Vale dizer, o que estava em pauta na narrativa clínica realizada pelo discurso freudiano não era a figura da enfermidade, como no discurso da clínica médica, mas a *figura do doente*.

3 Ibidem.

4 Ibidem.

5 Ibidem.

6 Ibidem.

7 Ibidem.

8 Ibidem.

Assim, numa inversão significativa, a figura do doente foi então transformada na *figura do sujeito*, que dominava a composição da narrativa clínica freudiana de maneira eloquente. Neste contexto, o sujeito também se expressava pelo registro do corpo, que se transmutava então em *corpo falante*. Vale dizer, pelos seus sintomas o sujeito falava pela mediação de seu corpo.

Foi em decorrência disso que as narrativas clínicas empreendidas pelo discurso freudiano provocavam ruídos na comunidade médica, que reconheciam a *diferença* que estava em pauta. O que sustentava esta diferença era a composição de um estilo de narrativa clínica centrada na figura do sujeito, e não mais na da enfermidade. Além disso, se a narrativa clínica psicanalítica foi aproximada do campo da literatura, articulando-a com a narrativa romanesca, isto se deve à conjunção entre a figura do sujeito e a figura da *personagem* literária.

Contudo, se a composição da narrativa clínica psicanalítica foi aproximada da narrativa literária, pela qual as figuras do sujeito e da personagem puderam ser superpostas, isto se deve também aos *procedimentos metodológicos* empreendidos pelo discurso freudiano no ato clínico. Com efeito, da convocação à fala aos comentários do analista ante a fala dos analisantes, a prática psicanalítica foi se forjando efetivamente como *interpretação*, pela qual o *sentido* dos sintomas se inscrevia na *história* do sujeito (FREUD, 1895/1971). Enfim, um outro horizonte teórico foi então delineado para a experiência clínica, no qual as coordenadas do sentido e da história se conjugaram no registro do sujeito, de forma a forjar interpretações que dessem conta de sua dor e de seu sofrimento.

IV. Linguagem e discurso

No entanto, é preciso sublinhar que a ruptura freudiana com a narrativa clínica centrada na enfermidade e o remanejamento desta narrativa em direção à figura do sujeito se fundou numa inflexão teórica que foi compreendida anteriormente pelo discurso freudiano, pela qual a *experiência analítica* foi inscrita decisivamente nos campos do *discurso* e da *linguagem*, de fato e de direito.

Assim, em 1891, Freud publicou dois ensaios que eram complementares, pois pelo primeiro esboçou as linhas de força que delineavam o tratamento psíquico e pelo segundo buscava forjar uma teoria onde se inscreveria o dito tratamento psíquico. Estou me referindo ao texto sobre o “Tratamento psíquico” (Id., 1891/1984), por um lado, e ao livro intitulado “Contribuição à concepção das afasias” (Id., 1900/1976, *op. cit.*), pelo outro. Se o primeiro ensaio é de ordem *metodológica* e se volta para uma outra leitura da prática clínica, o segundo é, em contrapartida, de ordem estritamente *metapsicológica*.

Assim, no ensaio sobre o “Tratamento psíquico” (Id., 1891/1984, *op. cit.*) Freud concebeu a terapêutica nos campos da linguagem e do discurso. Desta maneira, esse tratamento não visaria o registro do somático nem o da consciência, mas se centraria no registro da linguagem e do discurso. Portanto, aquilo que Freud denominou posteriormente de *realidade psíquica* em oposição à *realidade material*, em “A interpretação dos sonhos” (FREUD, 1900/1976, *op. cit.*), teria na linguagem e no discurso os seus correlatos. Vale dizer, o que Freud denominará de *inconsciente*, em oposição aos registros de *pré-consciente* e da *consciência*, ainda no livro sobre os sonhos (Id., *ibid.*), teria na linguagem e no discurso as suas contrapartidas.

Porém, o dito tratamento psíquico não seria voltado apenas para as perturbações psíquicas, mas também para as somáticas, incidindo então terapêuticamente, de maneira eficaz, sobre ambas as modalidades de enfermidade (Id., 1891/1984, *op. cit.*). Além disso, Freud sustentava sem qualquer embaraço a tese de que aquilo que era efetivamente eficaz, do estrito ponto de vista terapêutico, nas práticas religiosas e populares que se disseminaram ao longo do século XIX, se devia à fundamentação destas práticas nos registros da linguagem e do discurso (Id., *ibid.*).

Que operação teórica Freud estaria então realizando, ao enfatizar a potencialidade terapêutica da linguagem e do discurso? Nada mais nada menos do que empreender uma leitura do *dispositivo hipnótico-sugestivo*, que estava instituído na segunda metade do século XIX no tratamento da histeria, pelo viés da linguagem e do discurso. Com efeito, se, por um lado, este dispositivo se fundava na existência de uma *diferença de forças* entre as figuras do terapeuta e do paciente, pendendo

o *poder* para o primeiro sobre o segundo, pelo outro, o dito dispositivo funcionaria ainda pela mediação da linguagem e do discurso. Vale dizer, aquilo que Freud denominou de *influência* do médico sobre o doente nos escritos técnicos (Id., 1972), no dispositivo hipnótico-sugestivo estaria fundado na relação de poder do primeiro sobre o segundo, que se faria sempre pela mediação da palavra.

Assim, Freud se descartou da leitura baseada na fisiologia do sistema nervoso central para explicar a hipnose e a sugestão, que estava em voga na segunda metade do século XIX, para interpretá-las pelos registros do poder, da linguagem e do discurso. Contudo, a sua questão posterior, para diferenciar teoricamente o dispositivo hipnótico-sugestivo e o *dispositivo transferencial*, será a de se indagar sobre a diferença existente entre a *transferência* e a *sugestão*, no que concerne à influência.

Com efeito, nos seus escritos técnicos, Freud sustentou que se a transferência seria uma modalidade de sugestão e que a sugestão se faria pela mediação da transferência, seria necessário pensar no que diferenciaria efetivamente os dois dispositivos (Id., *ibid.*). Para que esta diferença pudesse existir seria preciso que, na experiência analítica, a figura do analista pudesse analisar no fim da análise a posição que ocupava no campo da transferência, para *suspender* e *desconstruir* os efeitos sugestivos promovidos pela relação de poder estabelecida entre o analista e o analisante, para que este pudesse se *singularizar* e sustentar o seu *desejo* de maneira específica, sem ficar submetido à influência do analista (FREUD, 1972).

Porém, é preciso evocar ainda que a terapêutica psíquica centrada na linguagem pressupõe uma metapsicologia. Foi esta justamente que Freud construiu pela elaboração do ensaio intitulado “Contribuição à concepção das afasias” (Id., 1900/1976, *op. cit.*). Neste contexto, o discurso freudiano concebeu o psiquismo como um *aparelho de linguagem*, de maneira a transformar radicalmente o conceito de *aparelho da alma*, que tinha sido forjado por Meynert para se referir ao registro psíquico (Id., *ibid.*). Portanto, para que o tratamento psíquico, se realizasse efetivamente pela linguagem e pelo discurso, necessário seria, em contrapartida, que o psiquismo fosse concebido como linguagem, como fundamentação teórica que seria para a dita prática

clínica estritamente linguageira. Enfim, a articulação teórica presente no discurso freudiano seria consistente, pela costura que empreendeu entre os registros da clínica e da metapsicologia.

V. Crítica da medicina

Assim, o que o discurso freudiano estava realizando efetivamente era a transformação do conceito de *lesão anatômica*, presente no discurso da anátomo-clínica, no conceito de um *traço psíquico* que se inscreveria então no aparelho de linguagem. Um salto teórico foi assim empreendido, pois um deslocamento decisivo se realizou do registro da anatomia para o da linguagem. Seria em decorrência disso que a concepção de que o corpo falante pudesse existir se tornou então pensável, como já indiquei acima.

No entanto, é preciso destacar ainda o que está em pauta neste projeto teórico num sentido mais abrangente. Assim, é preciso dizer que o que estava em questão na proposição do tratamento psíquico centrado na linguagem, que se fundaria na existência do aparelho de linguagem, era a *crítica* sistemática da medicina moderna que a conduzia à *objetivação* do ser da enfermidade, na qual o signo teria primazia e seria dominante ante o sintoma. O desdobramento desta crítica foi a aproximação efetiva da psicanálise à *medicina pré-moderna*, na qual as práticas linguageiras se inscreviam na prática médica, tal como Freud formulou no ensaio sobre o “Tratamento psíquico” (Id., 1891/1984, *op. cit.*). Por este viés, o discurso freudiano restaurava o registro do sintoma frente o do signo, pelo qual seria a figura do sujeito que seria restabelecida face a da enfermidade.

Esta crítica à medicina moderna, que foi enunciada desde os primórdios do discurso freudiano, foi relançada positivamente ao longo deste em múltiplos contextos teóricos, de forma a empreender a conjunção da psicanálise com a medicina pré-moderna. A insistência desta crítica evidencia a consistência teórica do discurso freudiano na reiteração desta crítica.

Assim, em “A interpretação dos sonhos”, Freud não apenas inscreveu o deciframento psicanalítico na *tradição popular* da leitura dos sonhos e em oposição à *leitura científica (médica)* deste (FREUD, 1900/1976, *op. cit.*), como também sustentou a hipótese de que o sonho

seria uma formação psíquica centrada na realização do desejo, em oposição à hipótese médica de que aquele seria uma derivação direta do disfuncionamento do sistema nervoso central (Id., *ibid.*, Cap. III, IV, V e VI). Portanto, o que estava em questão aqui era a tese de que seria o desejo o que fundaria o psiquismo, e não o funcionamento do sistema nervoso central (Id., *ibid.*, Cap. II).

Da mesma maneira, no ensaio intitulado “Uma neurose demoníaca do século XVII”, publicado em 1923, Freud empreendeu a crítica da medicina positivista moderna e aproximou decididamente a psicanálise da *demonologia*, uma vez que ambas reconheciam a materialidade efetiva do fantasma, sem o conceber como signo decorrente do funcionamento do sistema nervoso central (Id., 1923/1981). Com efeito, os tranSES das possuídas pelo diabo na Idade Média – que eram queimadas nas fogueiras da virtude pela Inquisição – não remeteriam às convulsões concebidas pela lógica da desregulação do sistema nervoso central, mas a cenas fantasmáticas que, direcionadas pelo erotismo, tomavam de assalto os corpos das possuídas (Id., *ibid.*).

Finalmente, em 1926 o discurso freudiano retomou a mesma questão no ensaio intitulado “A questão da análise leiga”, no qual procurava sustentar que o discurso psicanalítico seria não apenas irredutível ao discurso médico, como também que esta diferença se fundava no tratamento psíquico, centrado na linguagem, realizado pela psicanálise (Id., 1926/1978). Portanto, Freud afirmava mais uma vez a efetividade da terapêutica analítica fundada na linguagem e no discurso, como sustentava no início do seu percurso teórico.

VI. Desejo, fantasia e interpretação

No entanto, entre 1893 e 1895 o discurso freudiano passou a enfatizar a existência de *intensidades* que perpassariam também o psiquismo, de forma que estas *investiriam* os traços psíquicos. Com efeito, do ensaio intitulado “Considerações preliminares” (FREUD & BREUER, 1893/1975, *op. cit.*) ao livro intitulado “Projeto de uma psicologia científica” (FREUD, 1895/1973), o discurso freudiano sublinhou a importância crucial assumida pelas intensidades no campo do aparelho de linguagem, de maneira a reconfigurar radicalmente a metapsicologia.

Pelo destaque conferido às intensidades, com efeito, o aparelho de linguagem passou a ser denominado de *aparelho psíquico*, no ensaio “Projeto de uma psicologia científica” (Id., *ibid.*), uma vez que as ditas intensidades investiriam os traços psíquicos. Em decorrência disso, o aparelho psíquico passou a ser concebido pela referência à *memória*, e nele esta seria representada pelo *conjunto* de traços psíquicos. Isso porque, desde o ensaio sobre as “Considerações preliminares”, o discurso freudiano passou a sustentar que “os histéricos sofrem de reminiscências” (FREUD, 1893/1971).

Porém, nesta *cartografia* da memória cada traço psíquico se inscreveria no conjunto de traços psíquicos, com os quais estabeleceria relações pautadas sempre pelas *diferenças*. No entanto, tais relações diferenciais seriam fundadas na *oposição prazer-desprazer*, que marcaria os diferentes traços psíquicos (Id., 1895/1973, *op. cit.*) e que delinaria o campo psíquico por facilidades e inibições (Id., *ibid.*). Para isso, contudo, seria necessário pressupor ainda que o *princípio do prazer* seria dominante no aparelho psíquico, de forma que este visaria a *obtenção* do prazer (facilidades) e buscaria o *evitamento* do desprazer (inibições) (Id., *ibid.*). Vale dizer, o aparelho psíquico seria construído para evitar, custe o que custar, a presença e o impacto inevitáveis da *dor*.

Portanto, entre a ordem vital e a ordem psíquica se configuraria o aparelho psíquico, constituído que seria pelo conjunto de traços psíquicos permeados pela oposição prazer-desprazer, e que procuraria evitar o impacto lancinante da dor. Assim, seria o *desejo* o que investiria a cartografia dos traços psíquicos, pois seria o registro do desejo que sustentaria a afirmação do prazer contra a presença e o impacto da dor (Id., *ibid.*). Seria então o desejo o que investiria o conjunto dos traços psíquicos, para realizar a promoção do prazer e evitar assim a disseminação do desprazer no aparelho psíquico (Id., *ibid.*).

Seria em decorrência disso que Derrida sustentou a tese, no ensaio “Freud e a cena da escrita”, de que existiria já no “Projeto de uma psicologia científica” um *pensamento do traço* no discurso freudiano (DERRIDA, 1967), mas que este seria transformado, logo em seguida, numa *escrita*, no livro sobre os sonhos (Id., *ibid.*). Em 1995,

no ensaio intitulado “Mal de arquivo”, Derrida retomou o conceito de cena da escrita para transformá-lo no conceito de *arquivo* (DERRIDA, 1995). No entanto, o arquivo supõe a existência prévia da escrita, pela qual seria interpretada a cartografia dos traços psíquicos. Além disso, o arquivo/escrita seria perpassado pelos fantasmas que, como *espectros*, permeariam os ditos traços psíquicos (Id., *ibid.*).

Assim, ao criticar a teoria inicial da *sedução* e ao propor em seguida a teoria do *fantasma* (FREUD, Carta a Fliess de 1887) em 1896, o discurso freudiano passou a formular que este regularia o conjunto de traços psíquicos, de maneira a forjar múltiplas cenas e a configurar diversos personagens regulados pela mediação do desejo. As narrativas clínicas dos sujeitos seriam então produzidas e norteadas pelo desejo, mas seria este que promoveria os fantasmas como a sua matéria-prima. Vale dizer: seria na conjugação entre os registros do fantasma e do desejo que as formações psíquicas seriam engendradas, promovendo as narrativas clínicas dos sujeitos.

Foi em decorrência disso que o discurso freudiano construiu o *dispositivo psicanalítico* (FREUD., 1900/1976, Cap. II e VII), centrado na transferência, em oposição ao *dispositivo catártico* (FREUD & BREUER, 1895, *op. cit.*), à medida que seria pelo deslocamento intensivo do analisante pelos seus traços psíquicos e que teria como seu correlato o deslocamento do analista pelos seus traços psíquicos, a que Freud denominou de *associações livres* e de *atenção flutuante* respectivamente, que a cartografia dos traços psíquicos, galvanizada pelo desejo, poderia ser devidamente configurada nas cenas psíquicas. Além disso, foi ainda neste mesmo contexto teórico que a psicanálise se constituiu inicialmente como uma prática clínica centrada na *interpretação* (FREUD, 1900/1976, Cap. II e VII, *op. cit.*), pela qual se procurava empreender o deciframento dos sintomas dos analisantes, pela colocação em questão das fantasias e dos desejos que lhes seriam subjacentes. Enfim, foi pela conjugação entre os registros da interpretação, da fantasia e do desejo que as narrativas clínicas forjadas pelo discurso freudiano se constituíram efetivamente, nas suas similaridades com as narrativas literárias, à medida que o sujeito foi colocado decisiva e decididamente em cena.

VII. Sujeito, cenas e personagens

Assim, as diversas narrativas clínicas forjadas pelo discurso freudiano foram pautadas sempre pela colocação em destaque do sujeito, que se inscreveria em diversas cenas e em diferentes personagens. Seria por conta disso que a similaridade daquelas com as narrativas literárias foi colocada no primeiro plano pelos leitores do discurso freudiano. O que estava sempre em pauta eram estórias que se transformavam efetivamente em histórias, pela modulação da interpretação, do desejo e do fantasma, que constituiriam efetivamente o campo do sujeito.

Com efeito, devemos evocar, no que concerne a isso, que as diferentes narrativas clínicas publicadas por Freud têm como título ou como subtítulo o nome de um personagem – Dora (Id., 1905/1975, *op. cit.*), Hans (Id., 1909a/1975) e Schreber (Id., 1911/1975) –, ou, então, a ênfase foi colocada no fantasma em pauta: “O Homem dos ratos” (Id., 1909b/1975) e o “Homem dos lobos” (Id., 1918/1975). De qualquer maneira, em todas estas narrativas clínicas o que estava sempre em questão era a articulação cerrada que existiria entre personagens, cenas e fantasmas, *pelas* quais e *entre* os quais o sujeito efetivamente se enunciava.

Seria ainda em decorrência da articulação existente entre os registros da interpretação, do fantasma e do desejo, pressuposta pelo discurso freudiano para circunscrever o sujeito em diferentes cenas e personagens, que Freud pôde legitimamente empreender a leitura de narrativas literárias, como a “Gradiva”, de Jensen (FREUD, 1907/1949), e “Ficção e verdade”, de Goethe (Id., 1917/1933). Contudo, se o discurso freudiano empreendeu tais leituras isso se deveu à similaridade estrutural existente entre as narrativas literária e psicanalítica.

Porém, o discurso freudiano empreendeu ainda a leitura de obras de arte que não fossem de ordem literária pelo mesmo pressuposto teórico, isto é, para surpreender as peripécias do sujeito entre os registros da interpretação, do fantasma e do desejo. Este foi o caso da leitura de Freud da produção pictórica de Leonardo da Vinci, no ensaio intitulado “Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci”, que foi publicado em 1910 (Id., 1910/1960).

Todas estas leituras foram teoricamente trabalhadas e pressupostas pelo discurso freudiano no ensaio intitulado “A criação literária e o devaneio”, que foi publicado em 1908. Assim, neste ensaio Freud procurou articular os registros do desejo e do fantasma como condição de possibilidade para a produção efetiva da narrativa literária (Id., 1902/1933). Além disso, procurou conceber o *jogo infantil* como o registro originário para a constituição do registro do fantasma, e como a sua condição de possibilidade (Id., *ibid.*). Com efeito, do jogo ao fantasma uma série de cenas seriam forjadas em grau crescente de complexidade, nas quais as dimensões da *ação* e da *mise-en-scène* seriam devidamente colocadas em pauta (Id., *ibid.*).

Assim, do *jogo* ao *pensamento* existiria uma *série* contínua de *transformações*, que seriam efetivamente mediadas pela constituição dos fantasmas. Estes, no entanto, seriam imantados pelo desejo, da mesma forma que os registros do jogo e do pensamento. Portanto, da *ação* ao *pensamento* existiria uma *série* diferenciada de formações psíquicas que seriam forjadas, mas nas quais todas seriam imantadas pelo desejo (Id., *ibid.*).

Contudo, se tudo isso coloca em evidência a *similaridade* e até mesmo o *isomorfismo* existente entre as narrativas literária e psicanalítica, pela conjunção existente entre os registros da interpretação, do desejo e do fantasma pelos quais o sujeito se enuncia, Freud nos revelou tardiamente como o método psicanalítico foi efetivamente construído pela transposição para a cena analítica de um procedimento utilizado frequentemente pelos escritores para forjar as suas narrativas literárias. Com efeito, num ensaio sobre a pré-história da técnica analítica, publicado em 1920, Freud formulou como a técnica das associações livres a que os analisantes deveriam obedecer na experiência analítica se baseava no livre uso da imaginação realizada pelos escritores para forjar as suas produções literárias (Id., 1920/1984). Enfim, o isomorfismo e a similaridade existentes entre as escritas literária e psicanalítica remeteriam a um mesmo procedimento *metodológico* utilizado pelos dois discursos, pelas quais seria possível declinar o desejo com a fantasia pela chave decifradora da interpretação, para evidenciar as diferentes posições psíquicas assumidas pelo sujeito.

Porém, a fundamentação metapsicológica desta problemática apenas se realizou efetivamente em 1915, no ensaio intitulado “As pulsões e seus destinos” (FREUD, 1915/1969), uma vez que foi apenas neste contexto teórico que a dita declinação foi estabelecida de maneira teoricamente consistente, e que possibilitou evidenciar a similaridade e o isomorfismo existentes entre as narrativas literária e psicanalítica, que teriam no registro da escrita o seu campo de convergência.

VIII. Pulsão e subjetivações

Assim, foi apenas no ensaio metapsicológico “As pulsões e seus destinos” que o discurso freudiano pôde estabelecer a existência de uma escrita da pulsão como sendo a condição de possibilidade para a *escrita psíquica*. Com efeito, na polarização que foi então estabelecida entre a *força* da pulsão e os seus *destinos* (Id., *ibid.*), a escrita da pulsão se constituiria efetivamente para empreender a configuração da escrita psíquica. Além disso, a questão do sujeito foi também inscrita decididamente no campo desta escrita.

Contudo, se o conceito de pulsão foi apenas definitivamente constituído, nas suas múltiplas implicações teóricas, no ensaio metapsicológico de 1915, o discurso freudiano o percorreu previamente em diversos contextos teóricos preliminares. Desta maneira, devem ser evocados aqui dois desses contextos, a saber, “O projeto de uma psicologia científica” (Id., 1895/1973, *op. cit.*) e os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Id., 1905/1962), pela importância crucial que tiveram para a constituição do conceito de pulsão.

Assim, se o conceito da pulsão foi enunciado pela primeira vez nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Id., *ibid.*), pode-se depreender as condições de possibilidade para a sua enunciação, contudo, no “Projeto de uma psicologia científica”. Com efeito, a formulação do conceito de pulsão como sendo uma “exigência de trabalho imposta ao psíquico em função de sua relação com o corpo” (Id., 1895/1973, *op. cit.*), alude à existência de uma força incoercível e à inserção do registro psíquico no registro do corpo. Desta maneira, esta definição impõe necessariamente uma leitura econômica do ser da pulsão, por um lado, mas, pelo outro, delinea que seria pela ligação da força da pulsão com o objeto que a experiência de satisfação seria

produzida e que promoveria o apaziguamento da dita força incoercível (Id., 1895/1973, *op. cit.*). Contudo, o lugar crucial ocupado pelo *outro* no campo deste *circuito* pulsional, constituído que seria pela articulação entre os registros da força e do objeto com vistas à experiência da satisfação, fica certamente obscurecido neste texto.

Porém, no “Projeto de uma psicologia científica” o discurso freudiano explicita não apenas como as excitações orgânicas seriam a fonte de *dor* e de *inquietaude* para o *protossujeito*, que não teria meios funcionais para aplacá-las, como também que seria o *outro* que, pelo *acolhimento* do *protossujeito*, poderia apaziguar a sua dor pela promoção da experiência de satisfação, e transformá-lo efetivamente num sujeito (Id., 1895/1973, *op. cit.*). Vale dizer, seria pela oferta dos objetos promovida pelo *outro* que a dor e a inquietaude do *protossujeito* seriam apaziguadas, como também o sujeito seria o produto desta *ligação* e deste apaziguamento excitatório.

Assim, ao enunciar no “Projeto de uma psicologia científica” que “o choro do bebê é a fonte de todos os motivos morais” (Id., 1895/1973, *op. cit.*), o discurso freudiano enunciou, antes de mais nada, que o choro do *protossujeito* seria a expressão concreta de sua dor e de sua inquietaude originárias. Contudo, é preciso dizer ainda que o *protossujeito* chora por desespero, colocando assim em evidência a sua impotência, pela sua carência de reguladores funcionais para lidar com a dor e a inquietaude originárias (Id., *ibid.*). Vale dizer, o discurso freudiano enunciou efetivamente a condição do *desamparo* presente no *protossujeito*, a que não resta como saídas senão o choro e a descarga da excitação perturbadora, para se desembaraçar desta (Id., 1895/1973, *op. cit.*).

No entanto, o *outro* transforma o choro e a descarga num *apelo* efetivo do *protossujeito*, em decorrência de *algo* que *lhe falta*, de forma que é pela interpretação disso que falta que *lhe oferece* então um objeto para apaziguar a dor/choro do infante, promovendo então a experiência de satisfação e a produção do sujeito, ao mesmo tempo. Desta maneira, a *alteridade* seria constitutiva do aparelho psíquico, pois sem a decidida conjunção do *outro* não existiria certamente a transformação do *protossujeito* num sujeito.

Pode-se depreender facilmente disso como o discurso freudiano, no “Projeto de uma psicologia científica”, enunciou as condições de possibilidade para a transformação da força da pulsão (excitação, dor) no circuito da pulsão, pela oferta de um objeto para promover a experiência da satisfação. Contudo, foi apenas nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” que Freud enunciou não apenas os conceitos de pulsão e de circuito da pulsão, como também nomeou os diferentes componentes da pulsão (Id., 1905/1962, *op. cit.*).

Evidentemente, todo este processo implica a dominância do princípio do prazer no psiquismo, pela transformação do desprazer em prazer, por um lado, assim como pela instauração da experiência da satisfação, pelo outro. Além disso, coloca em evidência também como o desejo entra em cena quando o imperativo da necessidade se impõe novamente como falta, de forma que o sujeito busca restaurar o circuito da pulsão, que promoveu anteriormente a dita experiência da satisfação, pelo investimento das marcas existentes no psiquismo. Em decorrência disso, o sujeito desejante percorre os trilhamentos psíquicos pelas vias do fantasma, de maneira a articular os registros do desejo e do fantasma.

Entretanto, no ensaio “As pulsões e seus destinos” o discurso freudiano empreendeu a conjunção dos dois textos anteriores, assim como avançou decisivamente na problemática em questão, no que concerne principalmente o registro do sujeito. Este passou a ser concebido não apenas como destituído de qualquer substancialidade e como *efeito e produção* estritos do circuito da pulsão, mas também como *subjetivação* (FOUCAULT, 1976). Com efeito, ao enunciar os conceitos de *eu real originário*, de *eu do prazer-desprazer* e de *eu realidade definitivo*, o discurso freudiano não apenas evidenciou a existência de diferentes modalidades de subjetivação no aparelho psíquico, como também indicou que estas estão na estrita dependência das *inflexões* produzidas pelo circuito da pulsão (FREUD, 1915/1969, *op. cit.*).

Assim, se os dois destinos iniciais da pulsão (passagem da atividade à passividade e retorno ao que lhe é próprio) implicam o acolhimento prévio do outro à descarga da força da pulsão pelo protossujeito e a invaginação/retorno da força da pulsão ao seu ponto inicial no organismo, pela promoção da experiência da satisfação, por um lado, implicam também, pelo outro, que um traço psíquico seria

produzido no organismo neste retorno. Este traço psíquico seria então o eu real originário, como modalidade originária de satisfação (Id., *ibid.*). Contudo, pela própria condição da força da pulsão de ser *constante* e pela *repetição* correlata desta na experiência, seriam então produzidos diversos traços psíquicos e diferentes formas de eu real originário como modalidades efetivas da subjetivação (Id., *ibid.*). Porém, o conjunto destes traços psíquicos destacados, correlatos que seriam dos diversos eus reais originários, constituiria o que o discurso freudiano denominou de *autoerotismo*, nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Id., 1905/1962, *op. cit.*).

No entanto, pela operação do recalque originário, constitutivo que seria do narcisismo primário e do eu do prazer-desprazer como o seu correlato, os diferentes traços psíquicos e as diferentes zonas erógenas do autoerotismo seriam transformados em *equivalentes*, de forma que o todo corporal estaria presente em cada uma das partes e que cada uma destas representaria desde então a *totalidade* do corpo (FREUD, 1915/1969, *op. cit.*). Pela operação da sublimação, o eu realidade definitivo seria então produzido, indicando a presença do princípio da realidade como regulador do aparelho psíquico (Id., *ibid.*).

Porém, como a pulsão é uma força constante e que insiste sempre no seu imperativo de se impor ao psiquismo, este não teria uma forma definitiva e substancial, pois as diferentes modalidades de subjetivação estariam sendo permanentemente produzidas no campo psíquico. Vale dizer, o discurso freudiano não forjou uma teoria genético-evolutiva do psiquismo, pois as modalidades posteriores de subjetivação conviveriam lado a lado com as que lhes seriam anteriores.

Contudo, a indagação que se impõe agora é: como se delinea a escrita psíquica em decorrência da escrita da pulsão?

IX. Escrita do inconsciente

Assim, a constituição do circuito da pulsão, a partir da exigência de trabalho promovida pela força da pulsão, tem na figura do outro a sua condição concreta de possibilidade, pois sem a inflexão produzida pelo outro na descarga da excitação não existiria a constituição do circuito da pulsão a partir da força da pulsão, nem tampouco a produção de um traço psíquico no organismo e a transformação deste num corpo

autoerótico. Porém, é preciso sublinhar que o circuito da pulsão é uma escrita da pulsão propriamente dita, que apresenta uma *gramática* e uma *sintaxe* próprias, uma vez que estas seriam constitutivas da escrita do inconsciente.

No entanto, esta escrita da pulsão, que tem na figura do outro a sua condição concreta de possibilidade, não segue a ordem da *frase* e da *proposição* lógicas convencionais, nas quais o *sujeito* se articularia com o *predicado* pela mediação do *verbo*, mas se constitui numa outra ordem de *enunciação*, na qual o verbo seria o operador fundamental que ligaria e ofereceria um objeto, para que o sujeito, como modalidade de subjetivação, pudesse efetivamente se constituir. Com efeito, a figura do verbo seria marcada pela *ação* do outro, que acolheria a descarga da força pulsional promovendo seja a passagem de atividade à passividade seja o retorno sobre o organismo, pela oferta do objeto como predicado. Ao lado disso, o sujeito seria então produzido como modalidade de subjetivação, pela promoção de uma inscrição no organismo que transformaria este num corpo autoerótico. Esta inscrição seria então o sujeito, como forma de subjetivação e que marcaria o retorno transformado da força da pulsão no organismo.

Portanto, a escrita psíquica se ordena pela *inversão* na composição dos enunciados, pela qual a figura sintática do verbo seria primeira e crucial para a articulação do predicado, para que o sujeito pudesse ser então engendrado como modalidade de subjetivação. Na restauração e afirmação desejante do sujeito, acossado posteriormente pelo imperativo da necessidade, a mesma ordem sintática será seguida literalmente, pois existe sempre naquele a *expectativa* de que o outro como verbo vai promover a oferta de um objeto para que finalmente a experiência da satisfação se institua e enfatize assim a composição do sujeito como resultante de totalidade do processo.

Ao estabelecer a posição crucial da figura do outro na experiência psicanalítica o discurso freudiano restaurava, em contrapartida, no registro do dispositivo analítico, a posição do outro como operador fundamental para a produção dos enunciados do inconsciente. Com efeito, se a *transferência* seria o operador crucial para a promoção daquela experiência, isso se deve ao lugar primordial conferido ao outro, seja para a produção dos enunciados do inconsciente, seja para a colocação em questão destes enunciados e do sujeito do inconsciente em pauta.

X. Violência e trauma

Porém, se é possível entrever pelo viés da escrita do inconsciente o ponto de convergência existente entre as narrativas psicanalítica e literária, uma vez que seriam os registros do desejo e do fantasma que comandariam estas narrativas, pela produção de cenas e de personagens como suportes efetivos para a escrita do inconsciente, é preciso dizer ainda que a promoção desta escrita supõe a exclusão efetiva da violência no campo do psiquismo. Com efeito, a construção teórica deste percurso pelo discurso freudiano pressupôs não apenas a *positivação* do campo do fantasma, como contrapartida para o registro do desejo, como também a *exclusão* ostensiva e a colocação em *negativo* da teoria traumática de sedução.

Pela crítica da teoria traumática inicial o que o discurso freudiano pretendia era a restauração da figura do *pai protetor*, isto é, daquele que poderia não apenas proteger a figura do infante do pior que pudesse acontecer, mas também de jamais perpetrar o mal contra o infante, como estava proposto pela teoria da sedução. Foi esta figura maléfica do pai que foi colocada em estado de suspensão pelo discurso freudiano, com a constituição da teoria da fantasia. Por esta, com efeito, a figura do pai seria o mediador por excelência, promovendo a *mediação* no psiquismo pelo viés da produção dos fantasmas. Seria justamente esta figura que estava já prefigurada no “Projeto de uma psicologia científica”, na situação paradigmática do infante na condição do desamparo originário e no acolhimento correlato pelo outro do choro/dor do infante.

Contudo, foi esta figura do pai protetor o que caiu por terra com o retorno da questão do trauma no discurso freudiano, em 1920, com o “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/1981). Isso porque aquilo que caracterizaria a experiência traumática seria não apenas a suspensão do princípio do prazer e a emergência do *princípio do nirvana* (Id., 1924/1973) mas também a colocação em evidência de que a figura do pai não poderia proteger a figura do infante, pois essa figura seria *falha*.

Seria por conta disso que na experiência traumática existiria uma falha no funcionamento da *angústia-sinal* e a disseminação da *angústia do real*, e que seria o correlato da experiência do trauma. Isso porque seria a presença ostensiva da figura do pai, como outro e como mediação, o que ofereceria subsídios ao infante para empreender a *antecipação* dos perigos, sejam estes reais, sejam estes virtuais. Seria então a falha na figura do pai o que conduziria à não antecipação do perigo e ao impacto do trauma, sob a forma da disseminação da angústia do real (FREUD, 1926/1973).

Foi ainda no contexto teórico do “Além do princípio do prazer” que o discurso freudiano enunciou a existência de uma nova oposição pulsional, delineada agora pela polarização entre a *pulsão de vida* e a *pulsão de morte*, para indicar a oposição entre uma potência de *união* e outra de *discórdia* (Id., *ibid.*). Desta maneira, o trauma representado pela disseminação da angústia do real no psiquismo seria, como contrapartida, a disseminação da discórdia sobre o *amor* e do domínio do registro da desunião sobre o da união, promovido pela desintricação da pulsão de morte e da pulsão de vida (Id., *ibid.*).

Porém, é preciso evocar ainda que no discurso freudiano de então a pulsão de morte seria representada pelo *silêncio* e não pela palavra (Id., 1920/1981, *op. cit.*), de maneira que o trauma como experiência de discórdia e de desunião, que promoveria a disseminação da angústia do real, implicaria a suspensão da linguagem e do discurso no aparelho psíquico. Isso implica dizer, portanto, que a experiência traumática implicaria uma suspensão temporária da escrita psíquica e que esta suspensão se fundaria na anulação de posição do outro na experiência psíquica. Esta anulação da posição do outro no aparelho psíquico remeteria evidentemente à falha da mediação a que aludi acima e à falibilidade da figura do pai protetor.

No entanto, ante a experiência desnorteante do trauma e a disseminação correlata da angústia do real no aparelho psíquico, este lança mão ostensivamente do procedimento da *compulsão à repetição* (Id., *ibid.*), para procurar então superar a condição traumática. Neste contexto, contudo, se esboça outra modalidade de escrita no psiquismo, que podemos denominar de *escrita do trauma*.

XI. Escrita do trauma

Assim, pela compulsão à repetição o aparelho psíquico procura, pela repetição ostensiva da cena traumática que já aconteceu anteriormente, forjar a antecipação que não se realizou quando ocorreu efetivamente a experiência traumática, com vistas a restaurar a angústia-sinal e suspender assim a disseminação da angústia do real. A contrapartida disso seria a restauração do princípio do prazer ante a dominância assumida pelo princípio do nirvana no psiquismo. Em decorrência disso, os registros do desejo e do fantasma seriam também restaurados, como correlatos que seriam do sujeito do inconsciente. Enfim, como resultante da totalidade deste processo a escrita da pulsão passaria a inscrever a escrita do inconsciente.

Para isso, no entanto, a condição concreta de possibilidade para o psiquismo seria a restauração da figura do outro, que foi quebrada e desmantelada pela experiência traumática. Portanto, o restabelecimento da *confiança* no outro seria crucial e a condição necessária para que a compulsão à repetição pudesse ser instaurada efetivamente. De forma que, quando a compulsão à repetição começa a acontecer, isso implica dizer que a *confiança* na figura do outro foi instaurada, mesmo que seja de maneira vacilante e insegura pelo psiquismo.

Em seguida, com a restauração da figura do outro a produção da escrita se iniciaria ostensivamente como verbo, mas que promoveria a *repetição do mesmo*, isto é, a cena do trauma em estado aparentemente puro, mas que seria já temperada pela *repetição da diferença*, que começaria a inscrever outros predicados pontuais na cena traumática, que acabariam por convergir finalmente para a produção da função sujeito, como desdobramento do processo de repetição em pauta. Em tudo isso, o que estaria em questão seria a tentativa de restaurar o princípio do prazer como *princípio de ligação*, como nos disse Deleuze em “Diferença e repetição” (DELEUZE, 1968).

A produção da escrita do trauma se inscreve decididamente no campo do *jogo*, de maneira que a *ritualização* da cena traumática como *ação* seria a condição concreta de possibilidade para a produção do desejo e do fantasma, como efeitos da repetição diferencial sobre a repetição do mesmo. Por isso mesmo, o discurso freudiano retomou o jogo da criança com o carretel como sendo paradigmático da expe-

riência da compulsão à repetição no “Além do princípio do prazer” (Id., 1920/1981, *op. cit.*), aludindo assim indireta e diferencialmente ao que já desenvolvera inicialmente no ensaio “A criação literária e o devaneio” (Id., 1902/1975, *op. cit.*).

Porém, no ensaio sobre a “Inquietante estranheza” publicado em 1919, Freud indicou os efeitos da escrita do trauma não apenas nas narrativas clínicas, mas também nas narrativas literárias. Não obstante ser este ensaio histórica e conceitualmente anterior ao do “Além do princípio do prazer”, no qual a retórica conceitual da anterior teoria das pulsões está ainda em pauta, não resta qualquer dúvida de que o que está em jogo neste ensaio, denominado especificamente de estética psicanalítica, é a experiência do trauma e o novo dualismo pulsional.

Assim, o que nos descreve Freud neste ensaio enigmático é como algo que é do registro do familiar no sujeito se torna não familiar, pela suspensão na escrituração psíquica daquilo que ocorreu ao sujeito na experiência traumática. Com efeito, a escrita do trauma se evidencia não apenas pela angústia real que se dissemina no aparelho psíquico, mas também nos efeitos de suspensão da predicação dos enunciados (*desrealização*) e da produção do sujeito (*despersonalização*). Em tudo isso a angústia do real se evidencia pela fragmentação corporal, que incide ostensivamente nas predicações e na produção do sujeito. No entanto, se a despersonalização e a desrealização evidenciarão a repetição do mesmo, por um lado, evidenciam também o trabalho de repetição diferencial, pelo outro, indicando assim novas produções e novas modalidades de subjetivação (FREUD, 1919/1933, *op. cit.*).

Além disso, o que se pôde depreender deste ensaio de Freud sobre a estética psicanalítica é a indicação de que a escrita do trauma remete para uma *construção literária fragmentar* e não mais totalizante, como ocorria anteriormente na *narrativa romanesca* e na *narrativa épica*, que dominaram as referências literárias do discurso freudiano até então. Desta maneira, a escrita do trauma nos possibilita uma aproximação efetiva com a produção literária da *modernidade avançada*, em contraponto à *modernidade (romance)* e à *pré-modernidade (épica)*, na qual a escrita do “Homem sem qualidades” (1975) de Musil começara já a se disseminar no Ocidente, no contexto social do *modernismo* vienense.

JOEL BIRMAN

Telefone: (21) 2259-8413

Email: joelbirman@uol.com.br

Referências:

DELEUZE, Gilles. *Différence et répétition*. Paris: PUF, 1968.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux*. Paris, Minuit, 1980.

DERRIDA, Jacques. “Freud et la scène de l’écriture”. In: Derrida, J. *L’écriture et la différence*. Paris: Seuil, 1967.

DERRIDA, J. *Mal d’archive*. Paris: Galilée, 1995.

FOUCAULT, M. *Naissance de la clinique*. Paris, PUF, 1963.

FOUCAULT, Michel. *La volonté de vérité*. Paris, Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Volume IV. Paris, Gallimard, 1994.

FREUD, Sigmund. (1894) “Les psychonévroses de défense”. In: _____. *Névrose, psychose et perversion*. Paris: PUF, 1973.

FREUD, Sigmund & BREUER, Joseph. (1895) *Études sur l’hystérie*. Paris: PUF, 1971.

FREUD, Sigmund. (1896) “Nouvelles remarques sur les psychonévroses de défense”. In: _____. *Névrose, psychose et perversion*. Paris: PUF, 1973.

FREUD, Sigmund. (1896) “L’étiologie de l’hystérie” (1896). In: _____. *Névrose, psychose et perversion*. Paris: PUF, 1973.

FREUD, Sigmund. (1900) *L’interprétation des rêves*. Paris: PUF, 1976.

FREUD, Sigmund. (1902) “La création littéraire et le revê éveillé”. In: Freud, S. *Essais de psychanalyse appliquée*. Paris: Gallimard, 1933.

FREUD, Sigmund. (1905) “Fragment d’une analyse d’hystérie”. In: _____. *Cinq psychanalyses*. Paris: PUF, 1975.

FREUD, Sigmund. (1905) *Trois essais sur la théorie de la sexualité*. Paris: Gallimard, 1962.

FREUD, Sigmund. (1907) *Délire et rêves dans la Gradive de Jensen*. Paris: PUF, 1949.

FREUD, Sigmund. (1909a) “Analyse d’une phobie chez un petit garçon de cinq ans (Le petit Hans)”. In: _____. *Cinq psychanalyses*. Paris: PUF, 1975.

FREUD, Sigmund. (1909b) “Remarques sur un cas de névrose obsessionnelle (L’homme aux rats)”. In: _____. *Cinq psychanalyses*. Paris: PUF, 1975.

FREUD, Sigmund. (1910) *Un souvenir d’enfance de Leonard da Vinci*. Paris: Gallimard, 1960.

FREUD, Sigmund. (1915) “Pulsions et destins des pulsions”. In: *Métapsychologie*, Paris, Gallimard, 1969.

FREUD, Sigmund. (1917) “Un souvenir d’enfance dans Fiction et Vérite de Goethe”. In: Freud, S. *Essais de psychanalyse appliquée*. In: Freud, S. *Essais de psychanalyse appliquée*. Paris: Gallimard, 1933.

FREUD, Sigmund. (1918) “Extrait de l’histoire d’une névrose infantile (L’homme aux loups)”.
In: _____. *Cinq psychanalyses*. Paris, PUF, 1975.

FREUD, Sigmund. (1919) “L’inquiétante étrangeté”. In: Freud, S. *Essais de psychanalyse appliquée*. Paris : Gallimard, 1933.

FREUD, Sigmund. (1911) “Remarques psychanalytiques sur l’autobiographie d’un cas de paranóia (*Dementia paranoïdes*) (Le President Schreber)” In: _____. *Cinq psychanalyses*. Paris: PUF, 1975.

FREUD, Sigmund. “Some points for a comparative study of organic and hysterical motor paralyzes” (1893-1897). In: *The Standard Edition of complete psychological works of Sigmund Freud*. Volume I. Londres: Hogarth Press, 1978.

FREUD, Sigmund. (1895) “Psychothérapie de l’hystérie”. In: FREUD, S. & BREUER, J. *Études sur l’hystérie*. Paris: PUF, 1971.

FREUD, Sigmund. (1891) “Traitement psychique”. In: FREUD, S. *Résultats, idées, problèmes*. (1890-1920). Volume I. Paris: PUF, 1984.

FREUD, Sigmund. *La technique psychanalytique*. Paris: PUF, 1972.

- FREUD, Sigmund. (1920) “Au-delà du principe du plaisir”. In: Freud, S. *Essais de psychanalyse*. Paris, Payot, 1981.
- FREUD, Sigmund. “Sur la préhistoire de la technique analytique” (1920). In: Freud, S. *Résultats, idées, problèmes* (1890-1920) Volume 2. Paris: PUF, 1984.
- FREUD, Sigmund. (1923) “Une névrose démoniaque au XVII e siècle” In: Freud, S. *Essais de psychanalyse*. Paris : Payot, 1981.
- FREUD, Sigmund. (1924) “Le problème économique du masochisme”. In: _____. *Névrose, psychose et perversion*. Paris: PUF, 1973.
- FREUD, Sigmund. (1926) *Inhibition, symptôme et angoisse*. Paris: PUF, 1973.
- FREUD, Sigmund (1926). “The question of lay analyses”. In: Freud, S. *The Standard Edition of the Complete psychological works of Sigmund Freud*. Volume XX. Londres: Hogarth Press, 1978.
- FREUD, Sigmund. (1895) “Esquisse d’une psychologie scientifique”. In: Freud, S. *La naissance de la psychanalyse*. Paris: PUF, 1973.
- FREUD, Sigmund. “Considérations préliminaires” (1893). In: Freud, S., Breuer, F., *Études sur l’hystérie*. Paris: PUF, 1971.
- FREUD, Sigmund. “Carta a Fliess de 1887”. In: Freud, S. “Lettres à Wilhelm Fliess, Notes et Plans” (1887-1902). In: Freud, S. *La naissance de la psychanalyse*. Paris: PUF, 1973.
- JONES, Ernest. *La vie et l’oeuvre de Sigmund Freud*. Vol. I. Paris: PUF, 1970.
- KANT, Emmanuel. *Critique de la raison pure*. Paris, Vrin, 1944.
- MUSIL, R. *O homem sem qualidades*. Lisboa: Dois Mundos, 1975.

INFÂNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE

INFANCIES IN CONTEMPORANEITY

Kátia Geluda⁹

Suely Figueiredo Marques¹⁰

Resumo

Este texto é fruto das discussões do grupo interdisciplinar *Infâncias na Contemporaneidade*, e do Curso que dele nasceu. O artigo tem como meta discutir a constituição psíquica na infância, a psicopatologia infantil e os impasses vividos e as especificidades da clínica de crianças. A contemporaneidade nos aponta uma subjetividade infantil que se apresenta com novas nuances e um laço com os pais onde a figura de autoridade se apaga.

9 Psicanalista, Membro Efetivo da SPCRJ, Especialista em Psicoterapia Infanto-Juvenil pelo COIJ/Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz, Mestre em Ciências/UFRJ.

10 Psicanalista, Membro Efetivo e Supervisora da SPCRJ.

Palavras-chave: Infância, constituição psíquica, impasses, análise de criança.

Abstract:

This text stemmed from both the discussions of the Infancies in Contemporaneity Interdisciplinary Group, and the course it generated. It aims to discuss the psychic constitution during infancy, the infantile psychopathology and the impasses and specificities of the children's psychological clinic. Contemporaneity leads us towards a subjectivity of the infant which is shown with new qualities and a connection with the parents where the authority figure faded.

Keywords: *Infancy, psychic constitution, impasses, child analysis.*

Este texto é fruto de um grupo de estudos da SPCRJ onde trabalhamos com o tema “Infâncias na Contemporaneidade”, objetivando compreender a diversidade das configurações clínicas deste tempo. O grupo sempre apostou na interdisciplinaridade, tomando como ponto fundamental a articulação entre diferentes saberes. Entrecruzar questões médicas, psíquicas e pedagógicas abriu a possibilidade de receber profissionais de áreas diversificadas. Nosso interesse inicial foi mergulhar na compreensão da infância, mirando a ampliação deste conceito, tentando localizar os pontos de atrito, as angústias, os dissabores e uma literatura que sustentasse esta pesquisa.

Deste projeto inicial elaboramos um curso anual que tinha como meta específica trabalhar questões referentes à constituição subjetiva, aos seus impasses e ao manejo clínico. Contamos com um número significativo de coordenadores de diversas áreas, o que nos possibilitou um olhar bastante preciso sobre o que, como e onde são desenvolvidos estudos que fazem diferença tanto na área acadêmica quanto na área clínica.

O que estava em foco eram as questões que a clínica cotidiana nos apresentava. Crianças e adolescentes mergulhados em um quadro depressivo significativo, adicção, compulsão, dificuldades escolares, hiperatividade. Famílias que procuravam auxílio profissional em função de desencontros cada vez mais sérios. Diante de uma demanda performativa “perfeita”, a dupla parental sucumbe. Pais e filhos confundindo

seus papéis deixam no desamparo aquele que necessita do outro como ponto de engate constitutivo, apontando para uma sociedade que não dá suporte para a sustentação do lugar de cada um e que faz do excesso de excitação o motor de seu funcionamento.

Segundo Auterives Maciel (2012, p. 218) – um de nossos coordenadores – a sociedade capitalista contemporânea, regida por um mercado que se tornou transnacional, se apresenta, na configuração atual, como uma sociedade do excesso, onde a plethora de sensações, induzidas por imperativos sociais de gozo que obrigam os indivíduos a agirem a qualquer preço como condição de possibilidade de relacionamento social, orquestra movimentos de sujeição que formatam subjetividades aptas a moverem a engrenagem do mercado. Em outras palavras, os poderes empenhados em sujeitar a vida ao mercado mundial determinam uma máquina social que faz do excesso de sensação, da produção do sensacional, o meio de produção de sujeitos sujeitados à engrenagem social.

Acompanhamos através da mídia que “o céu é o limite”. Tudo pode, tudo é permitido. Qualquer objeto de desejo encontra-se ao alcance do sujeito, apontando para uma ilusão de completude que oblitera e apaga a falta. Situação que desencadeia uma angústia, que acachapa a subjetividade e faz vacilar o desejo.

1 - Constituição subjetiva

...sempre se é filho da época em que se vive, mesmo naquilo que se considera ter de mais próprio.

Sigmund Freud

Para desenvolver este tema contamos com vários profissionais como Alfredo Jerusalinsky (RS), Ana Maria Sigal (SP), Angela Vorcaro (MG), Antonio Carlos de Oliveira (RJ), Joel Birman (RJ), Julieta Jerusalinsky (SP), Katia Alvarez (RJ), Leda Bernardino (PR), Lidia Levy (RJ), Maria Esthela Provedel (SP), Maria Inês Lamy (RJ), Maria Rita Kehl (SP), entre outros.

O tempo sempre incidirá sobre o advir do sujeito. Nos primeiros anos de vida da criança, segundo Julieta Jerusalinky (2002), estão em jogo quatro aspectos fundamentais:

- Maturação das estruturas anátomo-fisiológicas
- Crescimento corporal
- Desenvolvimento das aquisições instrumentais fundamentais (psicomotricidade, linguagem, aprendizagem)
- Constituição Psíquica

Estes quatro aspectos se articulam marcando de maneira harmoniosa ou não a constituição subjetiva.

A maturação diz respeito ao conjunto de transformações sofridas pelo organismo em seu processo de aperfeiçoamento do sistema nervoso central e estruturas neuromusculares, levando-os progressivamente a coordenações mais complexas e possibilitando o pleno exercício de suas funções. A criança vai do reflexo involuntário para a atividade voluntária. É um processo em que as etapas estão geneticamente determinadas, mas sofrem a influência de fatores afetivos do ambiente psíquico, ou seja, a maturação em cada criança ocorre em tempos diferentes. Existe uma plasticidade neuronal que promove uma compensação orgânica que, por sua vez, necessita de alimento funcional.

O crescimento é mensurável e implica aumento de tamanho, peso e volume do organismo, mas está condicionado também a um investimento afetivo.

O desenvolvimento inclui os dois aspectos acima, mas não se reduz a um caráter orgânico. É um processo de aquisições instrumentais e está vinculado ao modo pelo qual uma criança se apropria psiquicamente do funcionamento das diferentes funções orgânicas tais como a locomoção, a alimentação, o sono, a linguagem e a defecação.

A constituição psíquica se faz a partir da relação que a criança estabelece com o Outro encarnado no agente materno ou em um substituto, que lhe dirige um desejo não anônimo. Uma criança precisa ser tomada no circuito de demanda e desejo do Outro para se inaugurar. É neste laço que o pulsional põe a funcionar o organismo, erogenizando

as diferentes fendas do corpo. Portanto, a constituição psíquica está apoiada num jogo de posição entre pais e criança, que aponta o lugar fantasmático desta na díade parental. É deste lugar que ela se percebe e responde, apontando sua parte na posição que adota diante de seu sintoma. “A constituição de um sujeito vai ser inaugurada por uma escrita, marca de antecipação deste sujeito, ligada ao seu traço de reconhecimento” (BERNARDINO, 2004, p. 75). A psicanálise, como sabemos, abre um campo que inaugura um saber sobre a criança que até então era desconhecido. Freud (1905/1976), em busca do inconsciente, encontra a sexualidade infantil presente desde o bebê. Com isso ele aponta que não era mais possível pensar a criança através do adulto, abrindo caminho para um entendimento do que seria a constituição de um ser. Afirma que para entrar na condição humana é necessário que ele se aparte do registro puramente biológico e mergulhe no campo das significações, o que só é possível na relação com o Outro, marcando ainda que esta operação só se faz possível mediante o desejo.

Falamos aqui da linguagem que é a marca que diferencia a espécie humana de outras espécies animais. Não podemos pensar o filhote humano fora de seus efeitos. Assim o bebê é falado – alguém diz quem ele é, do que ele gosta, o que ele sente e o que ele quer. Isso vai apontar para duas operações fundantes: Alienação e Separação.

O bebê se aliena no desejo e na fala de um Outro para se constituir. Ao assujeitar-se, ele ganha algo: a possibilidade de tornar-se sujeito da linguagem. A alienação é o primeiro passo para a subjetivação e isso implica o “próprio desaparecimento”.

Com tudo isso uma segunda operação se faz necessária – a separação – que desalienará o sujeito do Outro, para que ele possa ganhar uma existência simbólica própria. A criança se dá conta de que o Outro não é absoluto, que algo lhe falta, instituindo assim uma indagação sobre o desejo. Portanto, o sujeito constitui-se a partir do encontro entre organismo e linguagem, mediado pelo Outro. Estamos nos referindo a dois campos diferentes – um organismo concreto, marcado pela genética e dotado de competências – e um campo simbólico permeado pela cultura.

Para que o sujeito advenha é necessário o encontro entre um substrato biológico e uma estrutura familiar que transmita um sistema simbólico. A criança tem, deste modo, uma árdua tarefa: ela se aliena para depois se separar das palavras que a introduziram no campo da linguagem. Para ter acesso à própria fala, ela terá que recalcar estas marcas e se tornar sujeito de suas próprias frases. Ao nascer a criança é um ponto mergulhado na rede de linguagem, ela nasce banhada do simbólico dos pais para, a partir daí, inaugurar seu imaginário. Ela é o que o Outro lhe aponta. Deste lugar a criança promove uma amarração fundamental: – um organismo, – uma articulação significativa (o lugar que o bebê ocupa) e – uma consistência ideal (a afetação materna).

Tomamos então as manifestações da criança como uma leitura de sua relação com o Outro. O investimento imaginário do agente que cuida produz uma regularidade, um ritmo de alternância – Tensão *versus* Apaziguamento – na sua relação com a criança. O grito do bebê é apelo à mãe que interpreta e responde a ele com sua Presença e Ausência, articulando uma resposta à necessidade daquele que solicita. Quando responde, a mãe supõe uma subjetividade ao bebê, fundando o que Angela Vorcaro (1999) nos apresentou como Matriz Simbólica, condição de subjetivação.

Esta autora propõe que podemos distinguir três elementos fundamentais: – Organismo, como algo Real (R) – Alternância, tensão e apaziguamento como algo do Simbólico (S) e – Consistência dos sentidos, interpretação materna como algo do Imaginário (I).

Vorcaro (*Ibid*) nos indica como referência constitutiva os três registros R – S – I, três linhas vizinhas e maleáveis, que sofrerão deformações contínuas num trançamento. Os três registros se entrelaçam em uma articulação que resulta em seis movimentos que são sustentados por sua força constrictiva.

Primeiro movimento: o Real incide sobre o Simbólico. O organismo do bebê age, marca sua presença sobre o simbólico dos pais.

Segundo Movimento: incidência do Imaginário sobre o Simbólico. A falta concreta no Simbólico (a mãe não sabe tudo) é recoberta pela imaginarização do agente materno (a criança supõe na mãe um saber).

Terceiro Movimento: o Simbólico incide sobre o Imaginário. A criança propõe-se como falo para responder à falta do Outro, ou seja, a criança supõe a falta que a mãe espera que ela tampona; traçando o perfil de sua estrutura simbólica.

Quarto Movimento: esgarçamento real do Simbólico. A criança se dá conta de que o terceiro movimento não se sustenta, salvo se ela se deixar ser engolida pelo Outro. Ela então busca algo que a defenda e descobre um elemento que priva e interdita a mãe. Este é o movimento de confronto com o pai real e a castração do Outro materno.

Quinto Movimento: recobrimento Imaginário da interdição real. O que interdita a mãe em relação à criança é transformado por esta no mito da onipotência paterna.

Sexto Movimento: o Simbólico recobre o Imaginário. A criança pode supor ao pai, aquele que é capaz de dar à mãe o que ela deseja. O termo simbólico que barra a posição de equivalência fálica da criança se faz presente na Metáfora Paterna que funcionará como reguladora da relação entre desejo e Lei, ou seja, é possível agora tomar o pai em sua função que une desejo e Lei.

Este é o percurso no qual o sujeito se inscreve no simbólico que lhe pré-existe. É a certeza antecipada do Outro que sustenta o desenvolvimento da criança e seu advir como sujeito. A constituição subjetiva não segue uma cronologia. Ela esta atrelada à relação com o Outro. Portanto, é condição fundamental sabermos de seu endereçamento, ou seja, que lugar a criança ocupa no discurso do Outro. “Uma criança não é sem o que é dito dela, não sendo somente o que é dito dela” (VORCARO, 2004a, 10-11).

2 - Impasses na constituição subjetiva

Muito já foi dito sobre as vicissitudes na constituição subjetiva decorrentes da globalização e do capitalismo desenfreado, mas o mal-estar contemporâneo nos aponta para a importância da emergência de organizações psicopatológicas que demandam cada vez mais soluções imediatistas e mágicas. Hoje, nosso olhar paira sobre o modo de relação que se estabelece entre o eu e o Outro, ou seja, sobre a constituição

do primeiro, sua alienação e separação, seus processos identificatórios e o espaço que o Outro lhe concede. Este espaço, muitas vezes, vem banhado de um ideal acachapante que aponta para o “não-lugar infantil” (TANIS, 2007, p. 135). Cada vez mais a vida da criança vem sendo ocupada por atividades educativas preparatórias para um futuro onde o lúdico se perde, resultando em crianças que travam uma batalha entre sentimentos de plenitude e vazio, grandeza e fracasso, onde o lema é ganhar a qualquer preço.

Foi esta a direção que tomamos na elaboração de nosso segundo ano de trabalho, onde privilegiamos os impasses na constituição da subjetividade. Como trilha – o que é dito sobre e para a criança. Como aposta – a plasticidade psíquica, ou seja, uma criança “está” e não “é” definitivamente aquilo que dizem dela. “Enfim, quando o psicanalista trata uma criança ele é um dos agentes de cuidado da criança, ele constitui o campo dos possíveis e dos impossíveis para ela. Afinal, o que ele diz dela faz causa e efeito no que – e contra o que – a fará sujeito.” (VORCARO, 2004a, p.12)

Falamos da certeza diagnóstica que muitas vezes é catastrófica para a criança e sua família, pois promove um enquadramento que a marcará em seu reconhecimento e localização. A criança é suposta pelo outro antes de supor-se, condição necessária para que ela possa supor-se um. O marcante aqui é que “o dito que a supõe e a antecipa se equivoca, num erro de conta, numa margem que não se harmoniza ao ordenamento simbólico de quem fala. Nesta conta pela qual se introduz o traço subjetivo, a operação de divisão comporta um resto... Enfim, em seus primórdios, inscreve-se o que virá a ser um sujeito na dependência do Outro, como quociente de uma operação de divisão em cujo resto ele se diferencia (*Id., ibid.*, p.13-14).”

Muito antes de nascer a criança já tem seu lugar no discurso parental, lugar marcado num universo linguístico que a antecede. Ela é mergulhada num caldo linguajeiro à sua revelia, e do qual ela precisa se separar para se inaugurar sujeito, operação subsequente a seu assujeitamento ao Outro, operação que implica um consentimento. A criança precisa consentir para permitir ser representada por palavras. Ela precisa, neste momento, encontrar um interlocutor – um bom entende-

dor – a fim de prosseguir seu caminho; caso contrário, pode paralisar-se desenvolvendo processos defensivos (BERNARDINO, 2004).

A constituição subjetiva implica várias operações que apontam para momentos-chave do processo. Operações psíquicas consideradas aquisições que marcam e estabelecem um modo de relação a partir da posição do *infans* no encontro com o Outro. Para Leda Bernardino (*Ibid*, p. 79), estes momentos importantes seriam: o Estágio do Espelho, o Apagamento (resultado da articulação entre alienação e separação), o *Fort-da*, o Édipo, seguido da Latência e a Adolescência, que funcionam como marcadores na passagem do *infans* ao sujeito desejante.

Ao longo deste percurso falhas podem ocorrer levando o sujeito a vacilar diante do Outro. Assim a autora (*Id., ibid.*, p. 82) propõe situar estas paralisações no processo da constituição subjetiva em relação ao risco de patologias que podem estabelecer-se como defesas:

- 1 - “Na primeira escansão, entre um tempo zero e o narcisismo primário, a não resposta do outro situaria o *infans* no risco da elisão da retirada deste Outro de seu campo perceptivo, podendo desenvolver como defesa o autismo primário.
- 2 - A segunda escansão, entre a inscrição e seu apagamento, colocaria o sujeito em suspenso entre a operação especular e a saída do estágio do espelho para o *Fort-da*, com o risco da foraclusão do Nome-do-Pai, onde poderíamos situar a possibilidade de eclosão da psicose.
- 3 - Uma terceira escansão, entre o *Fort-da* e a formulação da metáfora paterna, implicaria uma paralisação num tempo edípico sem resolução, uma espécie de latência infinita, com o risco da confirmação da foraclusão do Nome-do-Pai, e a evolução para a psicose.
- 4 - A escansão entre o tempo do recalçamento secundário e sua interpretação coloca o sujeito entre o infantil e o sintoma. Este hiato pode configurar uma adolescência interminável ou resolver-se numa psicose.”

Bernardino (2004) marca que seria importante pensarmos que nos tempos de escansão 2 e 3 deveríamos, no lugar de definir o quadro como psicose, abrir para a hipótese das psicoses não definidas, apos-

tando num movimento do Outro que pusesse fim à suspensão. Pensar a psicose infantil com a abertura das psicoses não definidas aponta para uma interlocução com as possibilidades reais da criança. Isto seria reconhecê-la como capaz de vir-a-ser, implicando um afastamento do discurso fenomenológico que indica como recurso derradeiro a medicalização.

Sobre este tema Ana Maria Sigal é categórica:

em lugar de analisar a história e pensar na repetição de elementos traumáticos, medica-se. Em lugar de descobrir o que não foi metabolizado na relação com o Outro (para assim, através de um encontro em transferência ajudar a criar os nexos necessários que faltaram), medica-se. Em lugar de deixar entrar novamente em ação um Outro-analista (o qual pode pôr em movimento os elementos isolados e fixados no arcaico infantil que ficaram sem tramitação), medica-se. Em lugar de apelar para a análise e a descoberta, a elaboração e a construção, opera-se um corte, buscando através da medicação um apaziguamento da angústia. Colocando remédio no lugar do Outro, impedem-se a análise e os conflitos nas trocas simbólicas (SIGAL, 2009, p. 311-312).

Apontando para uma biologização das patologias no lugar de pensá-las como decorrentes da falta ou do excesso do Outro, decorrentes de questões edípicas e identificatórias, Sigal (*Ibid*) propõe que nas patologias contemporâneas consideremos duas vertentes:

- 1 - A produção da subjetividade em sua implicação histórico-política-econômica e social.
- 2 - A estruturação do aparelho psíquico propriamente dito.

Vertentes que se entrecruzam produzindo efeitos de ressignificação. Ela propõe uma análise das causas que operam na constituição psíquica tomando como base os aspectos mais arcaicos. Como exemplo, considera o pânico, a anorexia, a bulimia e as questões psicossomáticas, situações onde a simbolização fracassa. Ao abordar estas patologias, a autora marca a importância do pulsional, da sexualidade infantil e do traumático.

Se nas neuroses dirigíamos nosso olhar para as questões edípicas e seus destinos identificatórios – considerando o recalque secundário, com a produção de sintomas resultante do conflito entre instâncias... Hoje em dia, vemos o aumento de patologias nas quais o pulsional encontra sérias dificuldades para ser escoado ou tramitado, por meio da palavra ou da fantasia (SIGAL, 2009, p. 318).

Freud elaborou sua teoria apoiado no recalque excessivo da sexualidade. Em sua época, esta era velada, escondida. Hoje, a sexualidade é veiculada de forma excessiva e recebida pela criança de maneira passiva, promovendo um grau excitatório que, muitas vezes, é vivido como traumático. A liberdade dada à criança é confundida com uma hipererotização que, segundo Sigal (*Ibid*, 281), “promove um exibicionismo que explora a sexualidade perverso-polimorfa, em um gozo adulto sem interdição,” produzindo um desamparo diante de uma invasão pulsional que acaba acarretando falência psíquica.

...emergem, assim, elementos de representação-coisa que deveriam ter ficado sepultados por meio do recalque primário, invadindo o eu sem mediação da representação-palavra. Esses elementos desligados se incrustam no eu como elementos bizarros que não encontram escoamento na palavra e são descarregados no somático... o corpo e o ser da criança foram suporte de um investimento abusivo que se torna impossível de metabolizar e simbolizar. Há um acúmulo de energia que não encontra representação que lhe sirva de lastro (Id., *ibid.*, p. 319).

Sigal (*ibid*, p. 314) é bem enfática quando fala do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Ela estabelece uma relação deste transtorno com o excesso, com a “aceleração vertiginosa do tempo... com o imediatismo que transforma a satisfação sem demora no *leitmotiv* do prazer cotidiano.”

Argumento que Maria Rita Kehl (2009, p. 273) também usa para sustentar sua posição frente às depressões que assolam uma fatia bastante grande da população. Ela levanta uma questão fundamental:

“de que maneira se transmitem, desde os primórdios da constituição do sujeito – quando o recém-nascido ainda estaria, supostamente, ao abrigo das forças e das demandas que regem a vida social – as condições sociais da depressão?” Associa a incidência das depressões ao tempo, mais propriamente à questão da regulação temporal da vida contemporânea, que de alguma forma imprime imediatismo e exorta ao gozo.

Já vimos, no início deste texto, que o tempo e sua alternância, representada pela presença e ausência maternas, introduz o recém-nascido no tempo do Outro, imprimindo no *infans* a vivência de intervalos e sua relação com a falta. Se falamos de uma aceleração na dinâmica temporal, indicamos que a vida contemporânea e seu destempero imprime na relação mãe–bebê uma pressa que atropela o tempo necessário para o trabalho psíquico. “Não pensemos no futuro depressivo como um bebê abandonado ou mal amado, mas como uma criança poupada, em demasia, da necessidade de suportar o que Freud chamou tensão de necessidade (KEHL, 2009, p. 275).”

A mãe ansiosa frente ao menor sinal de desconforto de seu bebê é remetida a um nível de exigência que acaba por levá-la a demandar de seu filho respostas imediatas que lhe assegurem um *status* de mãe bem-sucedida. Atitude que leva a criança a ocupar um lugar ambíguo diante da relação pais-cultura. Ao mesmo tempo em que representa um ideal de gozo perdido dos pais, ela encarna um investimento no mercado futuro. Com isto, esbarram pais e filhos no desejo de uma satisfação plena visando um futuro de realizações fantásticas. A criança, diante de tanta demanda, responde de maneira incansável, até ocupar o incômodo lugar de hiperativa que, muitas vezes, mascara uma depressão. Na verdade, “são crianças acoissadas pela demanda, cujo tempo psíquico foi atropelado pelo excesso de investimento dos pais e dos outros adultos à sua volta” (*Id., ibid.*, p. 276).

Nos dias de hoje existe uma dificuldade de sustentar o lugar de pais. Lugar que exige resistência aos imperativos do gozo e consistência legal. Há dificuldade em barrar a criança, implantando um ideal de felicidade como razão única de pais e filhos, “promovendo um curto-circuito na corrente de transmissão... se os filhos se tornam

o único ideal dos pais, o que esses teriam a lhes transmitir? Nada além de sejam felizes – o velho gozem com que o supereu tortura o eu” (*Id.*, *ibid.*, p. 283). Condição que contribui para o aumento dos casos de depressão, pois quem não “goza” a contento está fora; quem vive de maneira diferente dos amigos e dos colegas da escola fica fora do grupo. Portanto, a depressão pode ser vista como uma forma de resistência ao excesso contemporâneo. Pode ser vista como tentativa de preservação e de integridade.

A depressão infantil, segundo Alfredo Jerusalinsky (2012), pode ser vista como um estado resultante de uma perda onde a criança se veria sem recursos internos para a sua elaboração. É um estado afetivo que aponta para uma obstaculização do desejo. A partir de uma vivência de tudo ou nada a criança ficaria sem possibilidades de criar uma borda onde pudesse se sustentar, onde pudesse liberar sua capacidade desejante. Ela viveria entre extremos sem condições para romper com a estagnação.

Para falar das crianças em situação de privação Antonio Carlos de Oliveira (2005, p. 17) cita Winnicott (1987, p.184) que nos ajuda a compreender a complexidade de tal estado:

a criança que sofreu privação é uma pessoa com uma história passada de experiência traumática que tem um modo especial de enfrentar as ansiedades despertadas, é uma pessoa com capacidade maior ou menor de recuperação, segundo o grau de perda de consciência, ódio apropriado e da capacidade de amar.

A criança que deixa sua casa e vai viver nas ruas aponta, com sua atitude, a precariedade e a inadequação do ambiente. O autor enfatiza que, antes de desistir do convívio familiar, a criança tenta, de muitas maneiras, “compelir o ambiente a um cuidado adequado (OLIVEIRA, 2005, p. 28)”, lançando mão de todo tipo de comportamento, do roubo à destrutividade. Winnicott (1987, p. 135) concluiu que a tendência antissocial traz em seu bojo a esperança, ou seja, “esperança de vir a repossuir o ambiente facilitador.” A conduta antissocial implica, portanto, testar a estabilidade, a tolerância e a capacidade de continente,

fatores que apontam para o difícil manejo terapêutico no trabalho com crianças em estado de privação. Situação que vai exigir dos profissionais o reconhecimento de seus próprios impulsos agressivos assim como a disponibilidade de afeto para suportar as atuações decorrentes das fantasias destrutivas das crianças.

Uma das situações que leva uma criança a deixar sua casa é o abuso sexual. Existe uma dinâmica nestas famílias que aponta para questões muito importantes: o que levaria pais e pessoas próximas à família a tomarem uma criança como objeto sexual? Qual a função do segredo, do não dito e da quegueira materna?

O abuso sexual é uma situação em que a criança ou o adolescente é usado para a gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência física (ABRÁPIA, 2002, p. 5).

A situação de abuso intrafamiliar está diretamente ligada a uma dinâmica que, na maioria das vezes, implica uma trama onde aparece uma “figura abusiva ativa, aquela que perpetra a violência sexual... e uma figura abusiva passiva/negligente, aquela que consciente ou inconscientemente é conivente com o abuso” (SOUZA, 2012, p. 66). A criança fica enredada nesta trama onde se debate entre o medo e o prazer, entre o segredo e a destruição, dificultando o entendimento da situação que muitas vezes começa com aproximações carinhosas, criando uma ilusão de reconhecimento. A criança pode tomar esta relação como afetiva e gratificante, até que vai percebendo o real sentido do que está acontecendo. Conteúdo suficiente para a instalação de um segredo que muitas vezes ganha o sentido de mantenedor da união familiar.

Quando uma criança revela um abuso, não raro se instala uma dúvida que a remete, novamente, a uma situação traumática. Sua palavra não conta, não tem peso nem valia. A revelação se dá como um apelo a um terceiro, como um pedido de socorro. Acolhimento que nem sempre acontece, pois vai exigir do adulto uma posição diante

do revelado, instalando, muitas vezes, uma situação ambivalente para ambas as partes. A criança temerosa diante das consequências, como, por exemplo, a separação dos pais, tende a voltar atrás, negando o ocorrido.

É muito importante marcar que

as motivações que envolvem o abuso não são óbvias e nem se trata puramente de pais e mães maus. Existe uma dinâmica familiar inconsciente que tem sua origem na história desses sujeitos e, que na maioria das vezes, eles mesmos não se dão conta. Pode-se pensar que não se dão conta justamente por se tratar de algo muito doloroso, daí a cegueira materna diante do abuso. Assim, cabe salientar a importância do não julgamento, pois ele em nada contribuirá para estas famílias (SOUZA, 2012, p. 77).

As crianças em situação de privação, em muitos casos, são retiradas de suas famílias e encaminhadas para abrigos. Os que não podem mais voltar são disponibilizados pela justiça para adoção. Quando estas crianças têm a possibilidade de falar, revelam sua dificuldade de compreender o que de fato aconteceu, suas angústias e incertezas sobre sua vida futura.

Lidia Levy considera essencial que a criança conheça o motivo da adoção, bem como as razões (dentro do possível) que levaram sua mãe biológica a abandoná-la. Isto minimiza a profusão de fantasias a respeito de sua história. “O fato de um novo capítulo da vida iniciar não acaba com o anterior. Há sempre a possibilidade de um recomeço e os primórdios não devem, nem podem ser esquecidos” (LEVY, 2012).

A autora acredita que para adotar uma criança é fundamental sentir desejo de ter um filho e não que seja, simplesmente, um ato de generosidade, solidariedade ou de boa ação. Confundir o real motivo para adotar é como engravidar para salvar o casamento, ou seja, aquela criança nasceria para consertar outra coisa. Ela não poderia ser um instrumento para suprir um sentimento de solidão, invertendo seu lugar na família, de sujeito a ser cuidado para cuidador.

3 - Especificidades da técnica

Abordar a realidade psíquica da criança implicará o recolhimento do tecido significante articulado pelos sentidos, localizando, nele, marcas que balizam sua constituição para reconhecer as senhas que poderão operar na leitura.

Angela Vorcaro

Quando indicar análise para uma criança foi a questão que norteou a elaboração de nosso terceiro ano de trabalho. Sabemos que a psicanálise abre um campo sobre o saber da criança que até então era desconhecido. Freud na busca do inconsciente esbarra na sexualidade infantil abrindo um caminho para o entendimento do que seria a constituição de um sujeito. Ele marca que o que dá à criança a possibilidade do vir-a-ser sujeito é da ordem do desejo. O que só pode acontecer a partir da relação da criança com o Outro. Relação que implica a tessitura da linguagem onde a criança é mergulhada, estrutura que dá acesso a um sistema de representação no qual a criança vai encontrar significação para si mesma, para os outros e para os objetos.

Quando o bebê nasce encontra um mundo permeado de palavras. Ele recebe um nome que lhe é dado à sua revelia, mas que o marca, justamente, onde ele não está, sendo desta forma introduzido num sistema simbólico. Sistema este constituído por um conjunto de leis atreladas a um código de comunicação que dá expressão a um conjunto de costumes, regras e sistemas de parentesco transmitido através das gerações. A criança ao nascer é mergulhada no mito familiar. História que permeia os membros de uma família através das gerações e que compreende, não só fatos históricos, mas hábitos, costumes, doenças, saberes e crenças de uma determinada família. O mito é um saber fantasmático que preside a organização familiar e ao qual todo novo sujeito estará automaticamente submetido. O mito carrega uma mensagem afetivamente significativa, além de significantes que se impõem e determinam a subjetividade tanto dos pais, quanto dos filhos. São teorias familiares que, muitas vezes, engessam o sujeito no imaginário, privando-o de ter acesso a sua própria fala, ao seu próprio desejo.

Para ascender à fala a criança terá que recalcar estas marcas, tornando-se sujeito de suas próprias frases e de sua própria história. Sujeito dividido uma vez que algo sempre escapa, ou seja, somos falados – marcados pela palavra do Outro – e falamos, ou seja, enunciamos nossas próprias palavras. Consideramos então que as manifestações da criança são uma leitura de sua relação com uma alteridade estruturada. Portanto, constituem um texto cifrado de sua relação com o Outro. A clínica, por sua vez, seria um trabalho onde estão envolvidas as operações de deciframento deste texto.

Françoise Dolto (1980, p.10) aponta que “o psicanalista não acrescenta um novo dizer. Ele permite às forças emocionais encobertas, em jogo conflituoso, encontrar uma saída.” Ele se dispõe, a partir da leitura deste texto, compreender o que se quer dizer quando se diz. Escuta que faz apelo a uma verdade que aponta para quem fala a importância de aprofundar seu dito. O psicanalista está atento ao possível desejo que a angústia mascara.

Bernardino (2013) marca que na psicanálise com crianças há um tempo preliminar que teria como função isolar os temas principais da problemática da criança e da família, organizar a demanda e colocar as bases de uma possível análise. A leitura da demanda na análise de criança é fundamental, uma vez que ela conjuga, na verdade, duas demandas que nem sempre são coincidentes: a demanda da criança e a demanda dos pais. É igualmente importante precisar de que filho eles vêm falar, se trazem um pedido de restauração de sua criança narcísica, ou se eles têm alguma clareza sobre o sofrimento real de seu filho. Até que ponto os pais estão dispostos a pagar o preço do percurso analítico de sua criança.

Escutar os pais objetivando iniciar um processo analítico implica: acolher a queixa, desdobrá-la em demanda, escutar o desejo que está em jogo, para só depois confirmar um contrato que é firmado através da transferência (BERNARDINO, 2013). Daí a importância das primeiras entrevistas que, segundo Mannoni (1980), são mais reveladoras nas distorções do discurso que em seu próprio conteúdo. Isso nos aponta para a investigação clínica como algo que carrega a dimensão de um dizer e um dito. Este, por sua vez, atualiza a trama de dizeres que funda o inconsciente.

Na clínica com crianças se faz fundamental o encontro com os pais, pois através deles entramos em contato com o mundo fantasmático no qual a criança está inserida. Não importa qual seja o sintoma apresentado pela criança, ele estará sempre ligado a uma história. Ele terá sempre valor de mensagem. Angela Vorcaro (2004b) levanta a importância da diferença entre “criança-sintoma” e “sintoma da criança”. “Sintoma da criança” seria o efeito da insuficiência subjetiva que exige discernimento entre a queixa dos pais e a demanda que a criança endereça ao analista. Já a “criança-sintoma” se produz a partir da posição de identificação que a situa em relação ao que há de sintomático na estrutura familiar.

Como recurso no trabalho analítico com crianças temos, além da palavra, o brincar e o desenho. O desenho infantil funciona como um texto. A ele é conferido estatuto híbrido podendo ser abordado como uma fantasia, como um sonho. Sua interpretação nos remete a um enigma que tal como um hieróglifo deve ser decifrado. Balbo (1991) entende que a leitura do desenho infantil deve ser feita como um *rebus* – composição onde se utiliza símbolos como sons, independentemente de seu significado (desenho de um sol e desenho de um dado igual a soldado). Atrás da imagem encontramos um texto originário latente. Ele enfatiza ainda que os desenhos se justapõem, se combinam, se encadeiam numa série e é a partir desta sucessão que o deslizamento de significantes e significados ganham sentido.

No desenho infantil percebemos transformações, descontinuidades, cortes, rupturas, tropeços, omissões que, como na linguagem verbal, revelam o inconsciente em formação. Com este material podemos criar uma história, construir um livro, enfim o desenho nos situa onde e como a criança coloca e percebe seu sintoma.

No que diz respeito ao brincar, optamos por apresentar neste texto a proposta de Julieta Jerusalinsky sobre os “Jogos de Litoral” e sua utilização na clínica. Concorde com Manoel Berlinck que considera

a inscrição da letra – conceito utilizado por Lacan para situar as inscrições psíquicas – depende da implicação materna na economia de gozo do bebê. Sua transmissão não ocorre pela via direta de um código, mas por uma sucessão de

efeitos enigmáticos no laço com a mãe ... diante dos quais o sujeito precisará advir, no litoral entre gozo e saber, corpo e linguagem... Quando o bebê se engaja “gozosamente” nos jogos constituintes, a mãe passa a atribuir-lhe a autoria, o saber sobre esse brincar, transitando com ele pelas posições de objeto e sujeito. Ela o supõe sujeito que sabe brincar... a criança tem aí uma brecha para vir a ser criadora no brincar (BERLINCK, 2011, p. 9-11).

Jogos de litoral são os jogos que preparam o brincar simbólico. São jogos que antecedem a instalação do *Fort-da*, portanto são jogos constituintes do sujeito, o que marca sua importância na clínica, onde a criança tem a possibilidade de restaurar sua subjetividade. Afinal, dentro da brincadeira é possível matar, morrer, ser rei, ser vilão; o faz-de-conta abre um espaço onde a criança pode, através dos ideais, buscar traços identificatórios que lhe garantiriam encarnar o desejo do Outro (JERUSALINSKY, J., 2011).

Os jogos de litoral têm uma relação direta com as bordas, com as superfícies.

Para o humano as bordas não são dadas. Sobre as descontinuidades do real é preciso que se inscreva uma alternância simbólica e é sobre tais descontinuidades que se joga eroticamente o jogo de presença e ausência sobre as bordas do corpo... Isto é algo que, quando não se inscreve de modo anômalo, produz sintomas (*Id., ibid., p.243.*) A mãe quando está cuidando do bebê brinca com ele – Cu-Co! Achou! Ca-Dê o bebê? – atreladas a uma prosódia: o mamamês. Linguagem desenvolvida na relação mãe-bebê que vai criando bordas e margens. Assim a mãe empresta ao bebê uma representação sobre afetos, possibilitando-lhe a passagem do gozo ao saber e do corpo à linguagem. Articulação que vai se inscrevendo à medida que a mãe e o bebê, nestes jogos, circulam pela posição de objeto e *sujeito*. A mãe faz cócegas no bebê, ele ri, ela ri e ele ri do riso dela, se engajando gozosamente nessa produção.

Já nos jogos temporais o Outro introduz a expectativa da realização do lado da criança como uma certeza antecipada, ou seja, o jogo – um, dois, três eee...já! joga com uma fina lâmina que separa o – eee... do já – a espera da precipitação no ato, a expectativa da realização (JERUSALINSKY, J., 2013).

No encontro com o Outro, o *infans* constrói, através do jogo, as fundações simbólicas de sua subjetividade, dando lugar à criação da criança. “Brincar é possibilitar a própria inscrição e reinscrição desse litoral” (JERUSALINSKY, J., 2013, p.269) em qualquer tempo.

Dentre tantas informações veiculadas nestes três anos de curso, salientamos neste texto recortes dos temas que consideramos fundamentais para a compreensão do trabalho com a constituição da subjetividade, seus impasses e a clínica com a criança.

KÁTIA GELUDA

Rua Gustavo Sampaio, nº 732/401 – Leme – Cep 22010-010 – RJ
 Telefone: (21) 99112-3729
 Email: katiagel@uol.com.br

SUELY FIGUEIREDO MARQUES

Rua General Dionísio nº 24/303 – Botafogo – Cep 22261-080 – RJ
 Telefone: (21) 99356-7770
 Email: suelyf.marques@gmail.com

Referências

- ABRAPIA. *Abuso sexual, mitos realidades*. Rio de Janeiro: Autores & agentes associados, 2002.
- BALBO, G. O desenho como originária passagem à escritura. In: TEIXEIRA, A. B. R. (Org.). *O mundo a gente traça: considerações acerca do desenho infantil*. Salvador: Álgama, 1991, 29-51.

BERLINCK, M. Prefácio. In: JERUSALINSKY, J. *A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê*. Salvador: Álgama, 2011, p. 9-11.

BERNARDINO, L. M. F. Os momentos-chave na definição da estrutura: In: *As psicoses não-decididas da infância: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.75-85.

BERNARDINO, L. A criança é analisável? Quando uma criança precisa de análise?. In: *Aula proferida no Curso Psicopatologia na infância: a clínica com crianças: especificidades da técnica*. Rio de Janeiro, SPCRJ, 2013.

_____. Conclusão. In: *As psicoses não-decididas da infância: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.145-150.

DOLTO, F. Prefácio. In: MANONI, M. *A primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 9-30.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____ *Fragmento da análise de um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago. 1976, p. 135-252. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, 7) (Trabalho original publicado em 1905).

JERUSALINSKY, A. Depressão na infância. In: *Aula proferida no Curso Psicopatologia na infância: impasses na constituição do sujeito*. Rio de Janeiro, SPCRJ, 2012.

JERUSALINSKY, J. Temporalidade e Desenvolvimento. In: *Enquanto o futuro não vem: a psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês*. Salvador: Álgama, 2002, p. 149-173.

JERUSALINSKY, J. A maternidade além do gozo fálico: sobre o gozo do Outro e seus efeitos constituintes no laço mãe-bebê. In: *A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê*. Salvador:Álgama, 2011, p. 165-269.

JERUSALINSKY, J. O estatuto do jogo/do brincar na clínica com criança. In: *Aula proferida no Curso Psicopatologia na infância: impasses na constituição do sujeito*. Rio de Janeiro, SPCRJ, 2013.

KEHL, M. R. As condições sociais da transmissão da depressão. In: *O Tempo e o Cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 273-298.

LEVY, L. Adoção. In: *Aula proferida no Curso Psicopatologia na infância: impasses na constituição do sujeito*. Rio de Janeiro, SPCRJ, 2012.

MACIEL, A. Pensar na era de excesso. *Cadernos de Psicanálise da Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 31, 1996, p. 215-235.

OLIVEIRA, C. A. & AMERICANO, N. S. Introdução. *Cadernos de educação popular*. Rio de Janeiro, v.28, p. 11-20, 2005.

_____. A teoria winnicottiana. *Cadernos de educação popular*. Rio de Janeiro, v.28, p. 21-37, 2005.

SIGAL, A. M. Medicalização na infância: um estudo sobre a síndrome de desatenção (AAD) In: *Escritos Metapsicológicos e Clínicos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p. 311-323.

SIGAL, A. M. Transformações na clínica com crianças. In: *Escritos Metapsicológicos e Clínicos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p.279-305.

SOUZA, G. S. O que se passa no interior das famílias em que ocorre a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes? *Em Revista: Abusos na Infância*. Curitiba: Juruá, n.24, 2012, p. 61-78.

_____. Medicalização na infância: um estudo sobre a síndrome de desatenção (AAD) In: *Escritos Metapsicológicos e Clínicos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p. 311-323.

TANIS, B. Vicissitudes da clínica contemporânea com crianças: demandas narcísicas. In: *Psicanálise com crianças na contemporaneidade: extensões da clínica*. Goiânia: Dimensão, 2007, p.123-141.

VORCARO, A. A transferência na clínica com crianças. In: *Crianças na Psicanálise: Clínica, Instituição, Laço Social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999, p. 61-103.

_____. Apresentação. In: BERNARDINO, L. M. F. *As Psicoses não decididas da infância: Um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004a, p. 11-19.

_____. A psicanálise de crianças. In: *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004b, p. 135-184.

WINNICOTT, D. W. Privação e Delinquência. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

AS RELAÇÕES DE PODER NA
EXPERIÊNCIA PSICANALÍTICA:
ENTRE A SUJEIÇÃO E A LIBERDADE

*POWER RELATIONS IN
PSYCHOANALYTIC EXPERIENCE:
BETWEEN THE SUBJECT AND THE FREEDOM*

Rodrigo Ventura¹¹

Resumo

Em sua genealogia do poder, o filósofo francês Michel Foucault afirma que os efeitos de sujeição às relações de poder que normalizam as subjetividades também estão presentes na experiência psicanalítica. É justamente para encontrar saídas frente às questões colocadas por Foucault que o objetivo deste artigo é refletir acerca da tensão presente na prática psicanalítica entre a sujeição e a liberdade das subjetividades.

¹¹ Psicanalista, Membro do EBEP (Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos), Graduado em Filosofia pela UERJ, Pós-Graduado em Filosofia Contemporânea pela PUC-Rio, Mestre e Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ, Pós-Doutorando em Teoria Psicanalítica pela UFRJ.

Palavras-chave: relações de poder, experiência psicanalítica, sujeição, liberdade.

Abstract:

In his genealogy of power, the French philosopher Michel Foucault claims that the effects of the subjection to the power relations that normalize subjectivities are also present in the psychoanalytical experience. In order to find a way out of the dilemmas posed by Foucault, the present paper intends to reflect upon the tension between the subjection and the freedom experienced by subjectivities within the psychoanalytical practice.

Keywords: *power relations, psychoanalytical experience, subjection, freedom.*

A concepção de poder foucaultiana: uma introdução

O filósofo francês Michel Foucault efetua uma torção nas tradicionais teorias do poder, lançando luz sobre a dimensão móvel, rasteira e cotidiana dessa noção. Ele afirma que o poder não possui uma natureza universal, não existindo uma unidade fundamental chamada “Poder”, mas, sim, poderes, com letra minúscula e no plural.

De acordo com esse autor, longe de qualquer ideia de um poder centralizado, o que existe são formas locais de poder espalhadas pela capilaridade da superfície social, que acontecem e se modificam ao longo da História. Não existe o fora ou o outro do poder, pois não existe quem detém o poder e quem dele está excluído. Todos estão imersos, não sendo algo que se possui, mas algo que se exerce em relações de força nos mais diversos espaços sociais, inclusive no *setting* analítico. Ninguém escapa! Muito menos, nós, os psicanalistas.

Seguindo essa linha de raciocínio, na qual não existe o poder em si organizado em um centro irradiador, é importante destacar que ele se manifesta sempre em relações de forças. São forças que se cruzam nas mais variadas direções e sentidos, formando um grande campo imantado e dinâmico de intensidades.

Foucault combateu insistentemente a noção de que o poder é algo puramente negativo, que apenas impõe limites, restringe, constrange, proíbe, reprime e castiga. A interdição, a censura e a negação não são as únicas formas de o poder ser exercido. O poder também é positivo e, acima de tudo, produtivo. É nesse sentido que ele afirma

que o poder não expulsa ou destrói o indivíduo mas, ao contrário, fabrica-o. Operando sobre os corpos dos seres humanos, na tentativa de docilizá-los e de torná-los úteis, o poder é produtor de individualidade, sendo esse indivíduo não a origem do poder, mas seu principal efeito. O poder, em uma de suas características que mais nos interessa, é individualizante. (FOUCAULT, 1979, 1995)

O poder pastoral

O poder pastoral, uma ideia eminentemente cristã¹², é um poder que é exercido sobre um rebanho, que tem como objetivo principal a salvação de todas suas ovelhas. A salvação é entendida nesse contexto religioso e transcendente como paraíso ou vida eterna no além-mundo. É um poder que, ao mesmo tempo em que zela pelo rebanho em sua totalidade, zela também por suas ovelhas, tomando conta de todos e de cada um. Nesse sentido, onde o “um” não se confunde com a massa e o singular se destaca do todo, “o poder pastoral é um poder individualizante” (FOUCAULT, 2008, p. 172).

Pastorear é uma arte de conduzir, dirigir e controlar os homens, coletiva e individualmente, durante toda a vida deles, rumo à salvação. Para tal, deve-se fazer com que esses homens obedeçam à lei divina, que é a expressão máxima da verdade. Estamos claramente no campo do controle da conduta e da obediência à verdade da lei. “A obediência cristã, a obediência da ovelha a seu pastor é portanto uma obediência integral. (...) É uma relação de servidão integral” (Id., *ibid.*, p. 234). O poder pastoral é uma modalidade clara de individualização por sujeição.

O pastor, que exige obediência em troca da promessa de salvação, exerce vigilância contínua sobre os atos e, principalmente, sobre o que se passa na alma de suas ovelhas. Foucault, ao descrever as características do poder pastoral, afirma ainda que: “esta forma de poder não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazer-lhes revelar os seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la” (FOUCAULT, 1995, p. 237).

12 “A primeira coisa que efetivamente é preciso enfatizar a esse respeito é que jamais, na Antiguidade grega e romana, houvera a ideia de que certos indivíduos poderiam desempenhar, em relação aos outros, o papel de pastores, guiando-os ao longo de toda a sua vida, do nascimento à morte.” (FOUCAULT, 2004, p. 65)

Nada esconder e tudo confessar ao pastor fazem parte do jogo de condução e de obediência do poder pastoral. O pastor conduz rumo à salvação, e a ovelha, “hipnotizada” por essa promessa, obedece-lhe e lhe confessa seus mais íntimos segredos. A condução da ovelha passa obrigatoriamente pela direção de sua consciência.

Existe um laço, portanto, entre o exercício de poder pastoral, através da direção de consciência, e a obrigação de manifestação da verdade. Em outras palavras, a direção de consciência insere os indivíduos nos procedimentos de manifestação da verdade. São atos de verdade, nos quais o indivíduo é, a um só tempo, ator, testemunha e objeto de sua própria verdade.

Do poder pastoral ao biopoder

Foucault alerta-nos de que o poder pastoral não foi uma forma de poder datada e confinada a um período longínquo da nossa História. Apesar do declínio da força das instituições religiosas cristãs a partir do século XVIII, polo principal de exercício do poder pastoral, o que se observa é um transbordamento dessa forma de poder para além dos muros das igrejas. Assim sendo, o poder pastoral não desapareceu com o passar do tempo, mas se transformou e se ampliou por todo o corpo social.

O Estado moderno ocidental integrou, numa nova forma política, uma antiga tecnologia de poder, originada nas instituições cristãs. Podemos chamar esta tecnologia de poder pastoral. (...) De certa forma, podemos considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma do poder pastoral (FOUCAULT, 1995, p. 236-237).

Poder político e poder pastoral não mais separados, mas articulados entre si e espalhados em uma multiplicidade de instituições mundanas, estatais ou privadas, todas imbuídas de uma tática de poder individualizante, tais como: a família, o hospital e a escola, entre outras. Na apropriação do poder pastoral pelo Estado moderno, a individualização recrudescer.

Podemos perceber que o objetivo não é mais conduzir as ovelhas rumo à salvação em outro mundo, mas o de garanti-la aqui, neste mundo. A salvação, nesta nova modalidade de poder pastoral, mais terrestre e menos transcendente, ganha outros significados: saúde, bem-estar, segurança. A saúde e a cura substituem a salvação.

Depois da “morte de Deus”, da fragmentação do “um” absoluto e do enfraquecimento das instituições religiosas, o discurso da ciência passou a ocupar o lugar privilegiado de oferta de verdade e de sentido. Diante do vazio deixado pelas igrejas, a ciência vem assumindo a tarefa de propor recomendações morais, intervindo diretamente no campo dos valores. Com a secularização do social, é possível observar que o domínio da moral se desloca da religião para a ciência, campo no qual a medicina¹³ ocupa lugar central. “O pastorado, em suas formas modernas, estendeu-se em grande parte através do saber, das instituições e das práticas médicas. Pode-se dizer que a medicina foi uma das grandes potências hereditárias do pastorado” (FOUCAULT, 2008, p. 263).

É nesse contexto histórico, no qual a medicina, herdeira maior do poder pastoral, se estabelece como técnica geral de saúde, que observamos o exercício do poder se organizando em torno da vida do ser humano, tanto em uma escala micro, tendo como foco o corpo individual, quanto em uma escala macro, com a noção de população.

O biopoder organizou-se em torno da vida sob duas formas principais, ou melhor, duas tecnologias de poder: o poder disciplinar e a biopolítica. O primeiro tem como meta o adestramento e a docilização dos corpos dos indivíduos, enquanto o último se centra na regulação do corpo-espécie da população, visando a suas condições de saúde e proliferação. “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Em seu curso *Em defesa da sociedade* (1975-1976), Foucault afirma que, a partir do século XVII, é possível perceber uma nova mecânica do poder em funcionamento na malha social, que incide

13 Atualmente, vivemos no ápice da moralização da saúde e da utopia de uma saúde perfeita, onde a concretude dos padrões corporais transforma-se em medida do valor humano, e o fracasso para se atingir os ideais de saúde é visto como fraqueza de caráter e de vontade. A saúde deixa de ser uma preocupação para se tornar um valor em si, e a boa vida se reduz a um problema de boa saúde.

sobre os corpos e não mais sobre a terra e suas riquezas. Distante das coerções materiais e físicas do poder soberano, o poder disciplinar “define uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita” (FOUCAULT, 1999, p. 43).

Corpo produtivo e corpo submisso em um só tempo. O poder disciplinar tanto aumenta as forças do corpo, para serem utilizadas na economia do trabalho útil, quanto diminui essas mesmas forças, para que o corpo sujeitado obedeça sem resistir. É a busca pela produção de indivíduos politicamente dóceis e economicamente produtivos. Estamos mais uma vez diante de uma forma de poder que individualiza por sujeição.

A partir da metade do século XVIII, Foucault nos diz que é possível observar outra tecnologia de poder, uma que não exclui o poder disciplinar, operando paralelamente em uma dimensão distinta, ou seja, em termos macro e em larga escala. Essa nova tecnologia não se orienta mais ao homem-corpo, mas ao homem como ser vivo. Se o poder disciplinar se aplica à multiplicidade dos corpos individuais, tendo caráter individualizante, essa nova tecnologia se aplica à massa dos homens, ao homem-espécie, à população, tendo caráter massificante. Não se pensa no indivíduo em detalhe, mas nele inserido em uma massa populacional.

Foucault chama essa nova tecnologia de poder de biopolítica. Utilizando técnicas de previsão e de estimativa estatística para poder controlar e medir as taxas de nascimentos, de óbitos e de reprodução, a biopolítica tem por finalidade regular e qualificar a população, visando a sua utilização como máquina de produção tanto de riquezas quanto de indivíduos sãos e aptos.

Analisando essas duas dimensões de poder sobre a vida que se entrecruzam, é possível perceber que “o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na *maneira de viver*, e no *‘como’ da vida*” (FOUCAULT, 1999, p. 295, grifo nosso). O biopoder é uma forma de poder que molda e enquadra a maneira como os indivíduos vivem. É nesse sentido que se pode afirmar que o poder sobre a vida se exerce cada vez mais pelo domínio das normas, extrapolando assim o campo legal.

A normalização

A lei não se confunde com a norma. Enquanto a lei mede o indivíduo apenas em função dos códigos estabelecidos e do que é permitido ou proibido, a norma, a partir da definição de um modelo ótimo e da valorização de determinados tipos de conduta, visa a homogeneizar e a padronizar os indivíduos, intervindo diretamente no “como” de suas vidas. “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (FOUCAULT, 1988, p. 135).

As normas, que operam muitas vezes nas margens e até mesmo na contramão da lei, estabelecem um campo de diferenciação entre o normal e o desviante, afetando todas as condutas. “As normas não são estáticas, mas, pelo menos em princípio, se ramificam para colonizar, nos mínimos detalhes, as micropráticas, de modo que nenhuma ação considerada importante e real possa escapar da rede de normalidade” (FOUCAULT, 1995, p. 285).

Ao se instalar como régua e juiz de cada ação individual, as normas efetuam uma ortopedia no plano das populações, constituindo-se como elemento de base da gestão de todos os viventes. A norma instala-se e se espalha por todo o tecido social, do molecular ao molar. Portanto, “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1999, p. 302).

Em suas faces disciplinar e biopolítica, o exercício moderno de poder é fundamentalmente da ordem da normalização, que não visa a excluir, mas, sim, a adequar e a homogeneizar os indivíduos e a população. A normalização é sem dúvida um dos principais efeitos do biopoder.

Os efeitos da normalização apontam sempre para a mesma direção: correção, ortopedia e padronização. Em outras palavras, em um espaço social forjado por complexa rede normativa, a singularidade, muitas vezes denominada de anomalia ou anormalidade, é sufocada por esse poder homogeneizante. Enfim, o barulho ensurdecido da norma emudece o singular.

Sujeito e verdade

Nesse cenário genealógico, Foucault afirma que existe uma circularidade entre poder e saber. Poder e saber estão diretamente implicados, não existindo exterioridade entre ambos, mas, sim, relações de poder-saber que se articulam em discursos produtores de verdade.

Segundo Foucault, as relações de poder-saber definem historicamente o campo do que é verdadeiro e do que é falso. O que existe não é a verdade em si, mera ficção filosófica, e sim os efeitos de verdade produzidos historicamente pelas relações de poder-saber, que estão diretamente implicados nos processos de subjetivação.

Nesse momento de sua obra, a questão do sujeito ainda está colocada de forma negativa. O sujeito não é constituinte da verdade, mas, pelo contrário, é sempre constituído por ela, como efeito das relações de poder-saber que engendram discursos verdadeiros a respeito de si.

Esse poder individualizante da verdade é caracterizado pela normalização e pela sujeição da subjetividade. Ou seja, estamos falando de um modo de subjetivação individualizante, que se configura como modalidade de sujeição, produzindo formas de subjetividade homogêneas e padronizadas.

Ao endossar e acreditar nas verdades reveladas e objetivadas de si, o sujeito submete-se a uma verdade produzida por outrem e se prende a uma identidade rígida e fixa. Torna-se, assim, outro de si mesmo e passa a ser aquele que a verdade sobre si estabelece quem ele é, ou seja: o pecador, o louco, o criminoso, o neurótico. “O reconhecimento da identidade do sujeito a partir da enunciação de sua verdade constitui efeito de relações de poder, da obediência de outrem, tratando-se de processo em que a subjetivação é constituída de modo sujeitado” (CANDIOTTO, 2010, p. 72).

As críticas foucaultianas à psicanálise

A presença e a referência da psicanálise são encontradas no pensamento de Foucault de diversas maneiras e em diferentes momentos de sua obra. Entre aproximações e distanciamentos, marcados sempre por incômoda tensão, sem dúvida Foucault estabeleceu críticas contun-

dentes à psicanálise. Sem a intenção de detalhar exaustivamente essas críticas, até porque Foucault nunca as sistematizou, apresentamos a seguir um breve recorte das mesmas.

Em seu livro *A História da loucura na idade clássica* (1960), apesar de ora criticar ora elogiar, Foucault afirma que, a despeito de evidentes diferenças, a experiência psicanalítica seria tributária do tratamento moral da loucura empreendido pela psiquiatria na Idade Clássica, na qual o analista concentraria em si, via transferência, os poderes do médico asilar.

Segundo esse autor, a genialidade freudiana foi perceber que a cura passava obrigatoriamente pelo poder do analista que se instaurava com o fenômeno da transferência. Alienai-vos, só que agora sob a forma da transferência! São os ecos da psiquiatria que se poderia escutar no interior da prática psicanalítica.

Os sintomas, atos falhos, chistes e lapsos são escutados, esquadrihados e interpretados, no monólogo assimétrico que se dá no *setting* analítico. Desta forma, a psicanálise ampliaria, com uma falsa promessa de libertação, os efeitos de poder presentes na estrutura do manicômio, mantendo-se incapaz de escutar a voz da loucura e se colocando como um novo modo de sujeição da mesma.¹⁴

Freud fez deslizar na direção do médico todas as estruturas que Pinel e Tuke haviam organizado no internamento. Ele de fato libertou o doente dessa existência asilar na qual o tinham alienado seus “libertadores”. Mas não o libertou daquilo que havia de essencial nessa existência; agrupou os poderes dela, ampliou-os ao máximo, ligando-os nas mãos do médico. Criou a situação psicanalítica, onde, por um curto-circuito genial, a alienação torna-se desalienante porque, no médico, ela se torna sujeito. O médico, enquanto figura alienante, continua a ser a chave da psicanálise. Talvez seja porque ela não suprimiu essa estrutura última, e por

14 Deleuze, em seu livro *O anti-Édipo* (1972), corrobora com essa posição de Foucault, mesmo que em outra direção: “Ora, na medida em que a psicanálise envolve a loucura no complexo familiar e redescobre a confissão de culpabilidade nas figuras de auto-punição que resultam do Édipo, não inova, mas conclui o que a psiquiatria do século XIX começou. (...) Deste modo, em vez de participar num empreendimento de efectiva libertação, a psicanálise participa na obra mais geral da repressão burguesa, aquela consistiu em manter a humanidade europeia sob o jugo do papá-mamã, e a não acabar de vez com esse problema” (DELEUZE, 2004, p. 52).

ter conduzido a ela todas as outras, que a psicanálise não pode e não poderá ouvir as vozes do desatino, nem decifrar em si mesmos os signos do insensato. A psicanálise pode desfazer algumas das formas da loucura; mesmo assim, ela permanece estranha ao trabalho soberano do desatino. Ela não pode nem libertar nem transcrever e, com razão ainda maior, nem explicar o que há de essencial nesse trabalho (FOUCAULT, 1978, p. 554).

Continuando esse percurso, é no âmbito da genealogia de poder foucaultiana que pretendemos detalhar um pouco mais as críticas desse autor, pois “com a virada dos anos 70, a leitura de Foucault sobre a psicanálise assumiu outros rumos, na medida em que a psicanálise foi inscrita agora em novos contextos e dispositivos. [...] A problemática do poder começa a se impor” (BIRMAN, 2000, p. 59).

Em seu curso *Poder Psiquiátrico* (1973-1974), Foucault ressalta, uma vez mais, a continuidade entre a psiquiatria e a psicanálise, apontando a dimensão de poder presente nas práticas psicanalíticas ao apontar a psicanálise, junto com o eugenismo, como uma grande tecnologia de correção e normalização da economia dos instintos. Portanto, “a psicanálise, em algumas de suas atuações, tem efeitos que entram no quadro do controle e da normalização” (FOUCAULT, 1979, p. 150).

A psicanálise insere-se nesse contexto como um dispositivo de poder, contaminando sua prática com umas das características principais do exercício desse poder, da pastoral cristã ao biopoder, que é seu aspecto individualizante. Como dispositivo de poder, a psicanálise estaria a serviço da produção de indivíduos submissos, marcados pela obediência e pela confissão. Para Foucault, a psicanálise individualiza pela sujeição.

No primeiro volume da *História da Sexualidade* (1976), Foucault põe a psicanálise no centro de sua pesquisa. Nessa obra, a psicanálise é colocada em continuidade histórica com diversas outras práticas que se utilizaram da confissão, ou seja, como mais um capítulo da vontade de saber sobre o sexo. Ao deitar confortavelmente no divã e falar livremente sobre tudo aquilo que vier à sua mente, o sujeito contemporâneo torna-se um confidente.

O que eu digo é que é perigoso supor que Freud e a psicanálise, falando de sexualidade, desanuviando, mediante suas técnicas, a sexualidade do sujeito realize com todo o direito uma obra de liberação. A metáfora da liberação não parece apropriada para definir a prática psicanalítica. Por isso, tentei fazer uma arqueologia da confissão e da confissão da sexualidade, e mostrar como as técnicas essenciais da psicanálise preexistem dentro do sistema de poder (FOUCAULT, 1994, p. 813-814, nossa tradução).

Logo, podemos concluir que, mesmo que exista um longo percurso histórico da confissão à experiência psicanalítica, passando por diversas figuras intermediárias, “a psicanálise foi inscrita agora também numa outra genealogia, na qual o dispositivo da confissão, modelada pela tradição do cristianismo, teria sido o ponto de inflexão inaugural” (BIRMAN, 2000, p. 68).

É nesse contexto que Foucault vai indicar a psicanálise como continuidade do dispositivo de confissão, destacando as relações de poder que se exercem entre o analista e o paciente. Mediante o domínio de um saber, ou seja, o saber psicanalítico, o analista tenta produzir a verdade do paciente através da escuta e da interpretação de sua confissão.

Mesmo a psicanálise tendo surgido e se desenvolvido como uma crítica tanto à medicina quanto à psicologia, as análises de Foucault estabelecem uma grande proximidade e até mesmo uma filiação histórica da psicanálise com a medicina e com o campo dos saberes *psi*. Possuir objetos, métodos, práticas e objetivos diferentes não garante nenhum *álibi* à psicanálise. Até mesmo se posicionar criticamente não impede que a psicanálise continue vinculada ao biopoder, como mais um capítulo de sua história. Tal qual um filho rebelde, a psicanálise pode brigar e espernear, mas não pode negar suas raízes.

Considerando que tanto a medicina quanto as ciências *psi* são constantemente convocadas na atualidade para aumentar a aderência, a sujeição e a obediência dos sujeitos às normas estabelecidas pelos dispositivos de poder-saber, podemos concluir que a referida aproximação implica, necessária e diretamente, a psicanálise na produção de modos de vida sujeitados.

As relações de poder na clínica e nas instituições psicanalíticas

Portanto, todas essas críticas de Foucault acabam por implicar a psicanálise na produção de modos de vida sujeitados. Mas, até que ponto essas críticas procedem e se sustentam? Será que Foucault não apontou sua metralhadora para um alvo datado, ou seja, para um tipo de prática psicanalítica que já havia caído em desuso e não se praticava mais, caracterizada principalmente pela técnica da interpretação e por um contexto teórico anterior à reformulação de sua teoria pulsional e de sua tópica psíquica? Adiantamos que as respostas não são muito animadoras e que, mesmo que tenha apontado na direção errada, Foucault acertou em cheio no alvo.

Considerando que estamos imersos no plano microfísico das relações de poder, que se exercem em toda a extensão do corpo social, não é possível admitir um *setting* analítico asséptico e excluído e a salvo dos efeitos desse campo de batalha. A prática psicanalítica não é isenta de perigos, e não somos mais tão ingênuos a ponto de acreditar que seu exercício só produziria o bem-estar.

Evidentemente, o ato de psicanalisar não é destituído de riscos e perigo para os interlocutores do processo, pelos percalços e impasses impostos aos sujeitos como efeitos imprevisíveis produzidos pela densidade própria da experiência analítica. Não se pensava exatamente dessa maneira até bem pouco tempo atrás. Contudo, sem dúvida já se perdeu a crença ingênua e a idéia simplista que fundavam a certeza de que a psicanálise somente poderia produzir o bem-estar das individualidades. Desapareceu, assim, nas brumas da memória, o tempo em que ainda se acreditava nessa bobagem. (...) Sabemos perfeitamente bem, nos dias de hoje, que a psicanálise pode não apenas provocar o mal, mas também o pior (BIRMAN, 2000, p. 99-100).

A clínica psicanalítica, que se dá no encontro entre dois sujeitos, é uma guerra, e Freud bem sabia disso. Ignorar esse fato é fazer pairar sobre a prática clínica psicanalítica a nuvem negra da sujeição através, principalmente, do poder de influência e de sugestão do próprio analista e de suas consequências nefastas de submissão das subjetividades.

Retirando as lentes da ingenuidade crédula com que muitas vezes se olha a psicanálise, até porque, como nos alerta o psicanalista francês Daniel Lagache, *méfiez toujours de la madame psychanalyse*¹⁵, é possível perceber, durante todo o desenvolvimento da teoria psicanalítica, Freud tentando lidar com a questão do poder associado ao processo terapêutico.

Mesmo quando Freud abandona as técnicas da hipnose e da pressão, passando a dar ênfase à associação livre e ao trabalho de interpretação, a questão do poder ainda permanece colocada, pois a sugestão continuava a fazer parte de sua clínica, assombrando o ideal liberal de seu trabalho. O abandono dessas técnicas tornou o processo analítico mais lento e laborioso. Porém, não necessariamente o isentou do uso da sugestão, que passou a se manifestar no contexto da transferência. “E devemos dar-nos conta de que, em nossa técnica, abandonamos a hipnose apenas para redescobrir as sugestões em forma de transferência” (FREUD, 1916-1917 [1915-1917]/1996, p. 447).

O que estava em jogo para alcançar o êxito terapêutico era a capacidade do analista de influenciar o paciente, pela via da transferência, a abandonar suas resistências e a revelar o que estava inconsciente. Até mesmo no final de seu percurso teórico, percebe-se Freud tentando se desembaraçar de qualquer abuso de sugestão no âmbito do trabalho de construção (FREUD, 1937/1996).

Logo, podemos observar que transferência e sugestão caminhavam lado a lado na prática analítica, não restando dúvida de que o poder de influência do analista, tendo em vista os impasses que coloca ao sujeito para sustentar seu desejo e sua liberdade, aumentava muito o risco de se estabelecer uma relação de sujeição no interior dessa prática.

Na psicanálise, agimos sobre a própria transferência, deslindamos o que nela se opõe ao tratamento, ajustamos o instrumento, com o qual desejamos causar nosso impacto. Assim, se nos torna possível auferir uma vantagem inteiramente nova do poder da sugestão; ela passa para as nossas mãos. O paciente não sugere a si mesmo o que quer que seja que lhe agrade: guiamos sua sugestão na medida em que ele, de

15 “Desconfiem sempre da senhora psicanálise”.

algum modo, é acessível à sua influência. Contudo, agora os senhores, não importa se denominamos a força motriz de nossa análise, de transferência ou de sugestão (FREUD, 1916-1917 [1915-1917]/1996, p. 452).

Côncio do risco do uso da sugestão na psicanálise, Freud frisa que, diferentemente dos demais tratamentos psicoterápicos, nos quais a transferência permanece intocada, na experiência analítica a transferência em si é objeto de interpretação, estando todo fim de análise relacionado à possibilidade de se desfazer esse vínculo transferencial. Entretanto, o quanto isso acontece de fato? Liquidar a transferência é matar o analista. Quantos se deixam matar ou morrer?

Ainda em relação a esse ponto, outra pergunta impõe-se: por que a transferência, notoriamente reconhecida como motor de toda análise, também se apresenta como meio de exercício de poder na relação terapêutica?

Em seu texto *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921/1996), Freud estabelece a equivalência entre a hipnose, o amor e a transferência, evidenciando com muita clareza a massificação do poder fundada na força do amor. “O fundamento psíquico de qualquer modalidade de dominação e de poder, sejam estes médicos, psicanalíticos ou políticos, estaria no amor” (BIRMAN, 2010, p. 38).

Ele percebeu que, quando se está amando, coloca-se o objeto de amor em um pedestal, isentando-o de qualquer crítica e munindo-o de todo o poder de manipulação. Isso acontece, pois, no estado extremo de estar amando, o que se passa, mais do que uma fascinação, é uma servidão para com o objeto de amor, tendo em vista que este é colocado no lugar do ideal do eu.

A partir desse lugar, toda palavra tem um peso de verdade absoluta e um poder incrível de sugestão, isento de qualquer crítica. Entretanto, Freud lembra-nos de que o estado de estar amando distingue-se da formação de grupo apenas pela limitação do número de pessoas. Na verdade, podemos dizer que são formações de grupo de duas pessoas e, nesse sentido, o objeto de amor pode alçar ao status de líder, com todo o poder de sugestão.

Todavia, não podemos esquecer que, quando Freud conceitua o fenômeno clínico da transferência, ele fala de amor de transferência. Toda transferência é um vínculo amoroso através do qual se estabelece uma relação afetiva com o analista. Freud, em seu texto *Observações sobre o amor transferencial* (1915 [1914]/1996), responde claramente que o estado de enamoramento que se estabelece no tratamento analítico é real, guardando poucas diferenças com o amor que acontece na vida comum. A base de toda transferência, para além de qualquer conceito psicanalítico, é um vínculo afetivo e atual.

Logo, o *setting* analítico é também um grupo formado apenas por duas pessoas. Sabemos que a transferência é o motor de toda análise e que, portanto, não se trata de evitá-la, até porque ela é uma produção de todo bom encontro analítico. No entanto, há o risco de o analista ser colocado no lugar do supereu do paciente, estabelecendo uma relação servil de obediência. Essa é uma boa maneira de se explicar a presença insidiosa da sugestão nos vínculos transferenciais e seus efeitos nefastos de sujeição.

Outra característica presente na clínica psicanalítica, a regra fundamental da associação livre, estabelece uma ligação, no mínimo suspeita, com o dispositivo da confissão. Na insistência freudiana de orientar os esforços clínicos para tornar consciente aquilo que está inconsciente, o paciente compromete-se a obedecer a essa regra e a nada esconder do analista.

Qualquer semelhança com o dispositivo da confissão não nos parece mera coincidência, não sendo à toa que Freud se defende dessa acusação em alguns momentos de sua obra, alegando que, diferentemente do que acontece na confissão cristã, no divã o paciente confessa um saber do qual nada sabe.

‘Compreendo’, diz nossa Pessoa Imparcial. ‘O senhor presume que todo neurótico tem algo que o oprime, algum segredo. E fazendo-o contar-lhe a respeito disto o senhor alivia sua opressão e lhe faz bem. Isto, naturalmente, é o princípio da confissão, que a Igreja Católica utiliza desde tempos imemoriais a fim de assegurar seu domínio sobre as mentes das pessoas.’ Devemos responder: ‘Sim e não!’

A confissão sem dúvida desempenha seu papel na análise como uma introdução a ela, poderíamos dizer. Mas está muito longe de constituir a essência da análise ou de explicar-lhe os efeitos. Na confissão o pecador conta o que sabe; na análise o neurótico tem mais a dizer (FREUD, 1926/1996, p. 184).

Independentes dessa diferença, no mínimo ingênua, alguns elementos ajudam-nos a tecer essa ligação histórica: I) por trás da associação livre jaz um pacto de obediência de tudo confessar; II) a própria concepção do aparelho psíquico freudiano inocula no sujeito um segredo perigoso e desconhecido; e III) por conta disso, o analista pode ocupar o lugar daquele que não só revela, mas produz a verdade de quem fala. É desconcertante, mas todos esses elementos remetem à longa história que vai da carne cristã, passa pelo dispositivo da sexualidade e chega à clínica psicanalítica.

Torna-se evidente então a relação entre o dispositivo da confissão e a terapêutica psicanalítica, na qual a psicanálise se coloca como mais uma manifestação do poder pastoral no contexto da modernidade e o analista, como uma versão moderna do diretor de consciência. Os postulados “obedecer a tudo” e “nada esconder” presentes na pastoral cristã permanecem vivos na regra fundamental da psicanálise: a associação livre. Livre?¹⁶ Mais uma vez Freud tenta se defender, mas acaba denunciando o compromisso de obediência que ele exige do paciente:

Com os neuróticos, então, fazemos nosso pacto: sinceridade completa de um lado e discrição absoluta do outro. Isso soa como se estivéssemos apenas visando ao posto de um padre confessor. Mas há uma grande diferença, porque o que desejamos ouvir de nosso paciente não é apenas o que sabe e esconde de outras pessoas; ele deve dizer-nos também o que não sabe. Com este fim em vista, fornecemos-lhe uma definição mais detalhada do que queremos dizer

16 Apesar do estabelecimento do vínculo entre da associação livre e o dispositivo da confissão, é importante esclarecer que essa não é a única dimensão presente nessa regra fundamental, mas apenas aquela que queremos mais destacar, principalmente pelo fato de pouco ser dito a esse respeito. Parece-nos evidente que a associação livre também guarda em si a possibilidade de desafiar o polo normativo do psiquismo, representado pelos sistemas Pcs/Cs (1ª tópica) e pelo eu (2ª tópica), com sua exigência de um discurso coerente e totalizante, trazendo à tona as lacunas e fraturas do mesmo. Longe de qualquer visão maniqueísta, essa é a dupla face da regra da associação livre.

com sinceridade. *Fazemo-lo comprometer-se a obedecer à regra fundamental da análise, que dali em diante deverá dirigir o seu comportamento para conosco* (FREUD, 1940 [1938]/1996, p. 188-189, grifo nosso).

Não é possível encerrar o tema das relações de poder no campo da psicanálise sem adentrar na questão do processo de formação e de transmissão vigente até os dias de hoje nas instituições psicanalíticas. Todo o percurso de formação de um psicanalista, não interessa muito a orientação teórica, está necessariamente imersa na experiência da transferência.

Desde que Freud fundou a primeira sociedade psicanalítica, é possível perceber que os membros componentes, mais do que colegas, eram discípulos apaixonados por ele ou, melhor dizendo, vinculados transferencialmente ao mestre fundador. E a consequência é previsível: submissão servil ao objeto de amor.

Em um cenário de muitas resistências à psicanálise, Freud deu-lhe um estatuto de causa, sendo que, em nome da causa psicanalítica, não se admitiam desvios ou discordâncias. A história da psicanálise carrega a marca dessa “quase” impossibilidade de se lidar com as diferenças teóricas e clínicas. Qualquer ideia muito diferente era prontamente rechaçada e tomada como uma transgressão que deveria ser combatida.

A obediência ao fundador, a fidelidade à causa, a unidade de doutrina, os estatutos tradicionais e a rejeição aos dissidentes, demarcam com precisão um ambiente religioso, estabelecendo uma linha divisória e dogmática entre a verdadeira e a falsa psicanálise. Mais próximo da religião impossível. “Tudo isso constitui inclusive, muito exatamente, por que não observá-lo, o assentamento das estruturas de uma nova Igreja” (ROUSTANG, 1987, p. 27). Estamos no domínio da crença, no qual a teoria vira doutrina e a transmissão passa obrigatoriamente por uma doutrinação dogmática.

A transferência reveste de autoridade a figura seja dos analistas formadores seja dos grandes autores da área, transformando-se em fé e instaurando uma dimensão de crença religiosa no seio de toda a comunidade psicanalítica. Atualmente, o que vemos são analistas normalizados e acomodados, burocratas sentados flacidamente em

cima de teorias e técnicas desgastadas e estagnadas, mas que ainda garantem algum prestígio e uma boa remuneração. Agarrados como um náufrago a um paralelepípedo, os analistas afundam nas águas da repetição do mesmo.

Como não se dar conta dos efeitos mórbidos disso no processo de formação e na subjetividade dos analistas, que justamente trabalham na promoção de espaços de liberdade ante a imobilidade psíquica de seus pacientes. Parece-nos evidente que não é possível separar a vida do analista da vida de analista.

Conclusão

Assim, a questão das relações de poder que se exercem tanto no *setting* analítico quanto nas instituições psicanalíticas é, sem dúvida, um nó cego da psicanálise, que não temos qualquer pretensão de solucionar. Entretanto, se pretendemos pensar uma prática psicanalítica que escape de se tornar um dispositivo de poder normalizante, é necessário explorar esse terreno espinhoso. Não se trata de solucionar ou resolver, mas, sim, de dissolver esses nós, encontrando linhas de fuga e espaços de liberdade possíveis.

Perceber os efeitos das relações de poder na experiência psicanalítica, reconhecendo o limite tênue e a tensão entre a sujeição e a liberdade das subjetividades, é fundamental para se posicionar frente aos riscos de a psicanálise se tornar uma prática de sujeição das subjetividades, a serviço de uma lógica de poder normalizante.

De Ferenczi a Lacan, críticas não faltaram à maneira como as instituições psicanalíticas organizavam-se, mas parece que o núcleo duro do processo de transmissão nunca foi de fato atingido ou abalado. Os analistas dos tempos heroicos, figuras controversas e até meio marginais, experimentavam novas possibilidades clínicas e transgrediam teorias consagradas, mesmo com o risco de serem condenados ao exílio.

É patente como nas comunidades psicanalíticas a palavra não circula livremente e quase ninguém pensa em voz alta ou pensa diferente. Trata-se de um mutismo submisso como efeito nefasto da transferência que não se liquida. Papagaios repetem insistente e orgu-

lhosamente o saber finalmente apreendido, em uma gagueira escolástica sem precedentes, confundindo ecletismo erudito com um pluralismo de verdade (BIRMAN, 2009).

Existe uma falta de liberdade flagrante e uma proliferação de dogmatismos teóricos e técnicos nas sociedades psicanalíticas. Nesse ambiente asfixiante, a teoria como saber doutrinário instituído e a técnica como tecnologia de poder produzem efeitos de sujeição nas subjetividades desses analistas em formação, esvaziando a potência da experiência clínica que estes podem promover.

Diante dessa conjuntura, “é fundamental que a comunidade psicanalítica repense as formas obsessivas com que realizam as suas práticas clínicas, permeadas de ritualizações destituídas de afeto, através das quais se fecha qualquer possibilidade para a circulação do desejo” (BIRMAN, 1997, p. 164-165). Apostamos que, diante da ritualização do encontro analítico, que normaliza tempo, postura, quantidade de sessões, organização espacial e visual do *setting*, técnicas e métodos, a resposta passa pela questão da liberdade.

Longe de uma liberdade etérea e idealizada, trata-se de uma liberdade que se produz com muito trabalho, enfrentamento e esforço. Uma liberdade de movimento que seja o solo fértil para o cultivo do novo, da diferença e do singular. A prática psicanalítica deve apostar sempre em sua potência de transgressão, que leva à abertura de espaços de liberdade frente a todo tipo de encarceramento, se não quiser morrer afogada em seu próprio aquário de velhas ideias. É preciso enfrentar qualquer tipo de fundamentalismo que esvazia a experiência psicanalítica e reinventar as possibilidades de escuta e do fazer analítico. E que a vitória esteja do lado dos grandes batalhões!

RODRIGO VENTURA

Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 542, sala 706 – Copacabana

– Cep: 22040-010 – RJ

Telefone: (21) 98899-3606

Email: rodrigocventura@gmail.com

Referências

BIRMAN, J. *Estilo e modernidade em psicanálise: Sujeito e estilo em psicanálise*, São Paulo: Editora 34 Ltda., 1997.

_____. *Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a psicanálise*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. *Angústia, laço social e biopolítica*. In: Costa-Moura, F. (org.), *Psicanálise e laço social*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 12-34.

_____. Governabilidade, força e sublimação Freud e a filosofia política. *Psicologia USP*, v.21, n.3, p. 531-556, 2010.

CANDIOTTO, C. *Foucault e a crítica da verdade*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

DELEUZE, G. *Foucault*, 1ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____. *O anti-Edipo: capitalismo e esquizofrenia*, Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

FOUCAULT, M. *História da loucura na idade clássica*, São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *A História da sexualidade I: A vontade de saber*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Dits et écrits II*, Paris: Gallimard, 1994.

_____. *O sujeito e o poder*. In: Dreyfus, H. L. & Rabinow, P., *Michel Foucault – uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*, Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995, p. 231-250.

_____. *Em defesa da sociedade*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política*, Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária Ltda., 2004.

_____. *O poder psiquiátrico*, São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

_____. *Segurança, território, população*, São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, S. Sobre a psicoterapia. In: _____ *Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 7, p. 241-254) Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Original apresentado numa conferência em 1904 e publicado em 1905).

_____ Observações sobre o amor transferencial. In: _____ *O caso Schreber, artigos sobre a técnica e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 12, p. 173-188) Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Original publicado em 1915 [1914]).

_____ Teoria geral das neuroses. In: _____ *Conferências introdutórias sobre psicanálise* (Parte III). (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 16, p. 251-476) Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Original publicado em 1916-1917 [1915-1917]).

_____ Psicologia de grupo e análise do ego. In: _____ *Além do princípio de prazer; psicologia de grupo e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 18, p. 77-154). Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Original publicado em 1921).

_____ A questão da análise leiga. In: _____ *Um estudo autobiográfico, Inibições, sintomas e ansiedade, A questão da análise leiga e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 20, p. 173-248). Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Original publicado em 1926).

_____ Mal-estar na civilização. In: _____ *O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 21, p. 65-148.) Rio de Janeiro: Imago, 1996. Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1929-1930).

_____ Construções em análise. In: _____ *Moisés e monoteísmo, Um esboço de psicanálise e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 23, p. 271-288) Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Original publicado em 1937).

_____ Um esboço de psicanálise. In: _____ *Moisés e monoteísmo, Um esboço de psicanálise e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das

obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 23, p. 151-222). Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Original publicado em 1940 [1938]).

MACHADO, R. *Por uma genealogia do poder*. In: Foucault, M. *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. VII-XXIII.

ROUSTANG, F. *Um destino tão funesto*, Rio de Janeiro: Livraria Taurus, 1987.

**O AMOR-RIO:
DESAFIOS DA CLÍNICA NA ATUALIDADE**
LOVE-RIVER: CLINICAL CHALLENGES NOWADAYS

*Maria Helena de Barros e Silva*¹⁷

Resumo

O presente trabalho tem como foco a intervenção psicanalítica com casais, buscando identificar os impasses vividos no fazer clínico na contemporaneidade. Neste percurso defende a posição de transitoriedade dos conceitos e dos paradigmas psicanalíticos, uma vez que são concepções historicamente datadas e, por isso mesmo, não podem ser tomadas como referentes permanentes de leitura acerca do sujeito. A autora usa a referência crítica de autores como Joel Birman sobre os paradigmas em psicanálise e acompanha as ideias de Laurici Gomes, este se referenciando em Heráclito, Nietzsche e Hanna Arendt. Por fim, busca a referência teórica de Winnicott sobre a noção de criatividade e

¹⁷ Psicóloga, Sócia Fundadora e Atual Presidente do CPPL, Psicanalista do Círculo Psicanalítico de Pernambuco, Mestre em Psicologia Clínica pela Unicap, Coordenadora do Curso de Formação em Psicanálise de Família no CPPL – Recife.

espaço transicional, novos pares de lentes na leitura sobre o sujeito, que possibilita uma abertura na intervenção com casais.

Palavras-chave: psicanálise, relação amorosa, intersubjetividade, criatividade.

Abstract:

This work focuses on the psychoanalytic intervention with couples seeking to identify the experienced impasses in the contemporary clinic practice. It defends the transitory idea of the psychoanalytic concepts and paradigms, considering they are historically dated conceptions and because of that they cannot be taken as permanent referents we use to understand the subject. The author uses the critic reference of authors like Joel Birman about the paradigms in psychoanalysis, and follows Laurici Gomes, this one drawing from Heráclito, Nietzsche and Hanna Arendt. The author also takes the theory of Winnicott about the notion of the creativity and the transitional area as a new pair of lenses to help to understand the subject which makes possible an open view in the clinical intervention with couples.

Keywords: psychoanalysis, love relationship, intersubjectivity, creativity.

O convite que me foi gentilmente formulado teve inspiração em meu livro *A Paixão Silenciosa* (Escuta, 2002), no qual busquei refletir sobre a paixão amorosa a partir de questões que a clínica me apresentava. Naquele trabalho descrevi a história de duas mulheres, enfocando, particularmente, uma qualidade de vínculo por elas estabelecido, nas relações amorosas que viveram, com características bastante particulares, cujo afeto não podia se expressar. Sempre denegado, questionado, tinha, no entanto, uma força intrínseca que aprisionava, determinando uma forma de relação pautada na submissão e dependência, que postulei como Paixão Silenciosa. A escrita do livro abriu uma escuta mais delineada, mesmo na clínica individual, para as formas de expressão das relações amorosas – suas impossibilidades, seus conflitos, seus entraves. Depois disso, abriu-se para mim o campo de trabalho com casais. Portanto, é deste lugar que pretendo falar neste artigo.

Retomei, tentando descortinar o que hoje se coloca como impasse na clínica das relações amorosas, teorias vigentes acerca do amor e os valores ainda marcantes do Romantismo que matizam os ideais do “bem” amar, os quais determinam formas de sentir e constroem demandas idealizadas de completude. Retomei, ainda, a leitura de textos psicanalíticos sobre o amor cujos postulados teóricos apreçoam suas origens narcísicas e definem esta experiência como forma de repetição das relações primárias, definindo o amor como eterna e impossível busca de tamponar as experiências de faltas vivenciadas no trajeto da constituição subjetiva.

Na consulta ao significado estrito da palavra *impasse* encontro, em diversos dicionários, o significado de “situação que não oferece saída favorável” “beco sem saída”, “dificuldade insuperável”, “empecilho”. Qual seria, pois, o grande *impasse* para o psicanalista na clínica com casais, hoje? Nessa pesquisa me dou conta que o grande *impasse* se coloca para nós, psicanalistas, e nossos arcabouços teóricos, não dizendo respeito àqueles que atendemos, nem às formas de expressão de sofrimento que apresentam. O desafio que a clínica psicanalítica impõe, portanto, é o questionamento, por parte do psicanalista, acerca de seus referenciais teóricos. Como bem afirma Birman, em seu artigo mais recente acerca dos paradigmas em psicanálise (Birman, 2014) esta é, antes de tudo, uma formação discursiva e não um discurso científico – e penso que isto se estende a todas as construções de saber acerca do humano; como ele afirma, os diferentes paradigmas obedecem às “*condições concretas de possibilidade*” para a construção destes, enfatizando-se a dimensão histórica que os marca e, eu diria, as condições de poder que fazem com que se estabeleçam. Portanto, o mal estar e as formas de sofrimento e dor, decorrentes de certas formas de subjetividade dadas historicamente, determinam a emergência de certas configurações clínicas – criando então os paradigmas que determinarão a leitura acerca do sujeito. Nesse sentido, fazem sempre referência aos autores e seu tempo, e, portanto, precisarão sempre ser revistos, na medida em que sua circulação e reprodução serão sempre marcadas pela dimensão histórica e pautadas pela leitura dos autores acerca do mal estar que se constitui em determinada época, não podendo, assim, serem estabelecidos como verdades universais. Nesta perspectiva também trabalha Hornstein (2013), demarcando o lugar bem preciso do campo teórico. Diz ele: “Elas não são respostas a uma natureza constante e imutável e sim a culturas em constantes mudanças. As teorias nascem e se desenvolvem num contexto social, ideológico, histórico”.

Não há mais, portanto, como utilizarmos nossas referências teóricas como verdades, mesmo se a tomemos como verdades parciais a serem referendadas pela clínica. As grandes desconstruções que vem se operando desde o final do século passado – seja no âmbito da sexualidade, das organizações familiares, das questões de gênero, e dos desdobramentos ditados pelos avanços tecnológicos – fizeram com que novas formas de subjetividades se constituíssem e com isso

novas formas de sofrer, de amar, de sentir felicidade e se relacionar. A “grande verdade”, portanto, é que a clínica não é apenas a bússola que comprova tal ou qual teoria, a radicalidade é que cada dia mais é o inverso que se faz necessário: é na *experiência do encontro* que vamos construir novos referenciais, neste espaço aberto para uma teorização permanente e assim, nos por a reconstruir nossas teorias, que deverão ser sempre parciais e transitórias.

Experiência do encontro e subjetivação

A intersubjetividade ocupa, hoje, um lugar privilegiado em certas teorizações. Hornstein, em seu livro *Intersubjetividad y Clínica* vai trabalhar com a ideia de que o aparelho psíquico é um sistema aberto. Nas suas palavras:

Pensar o psiquismo como um sistema aberto permite refletir acerca das tramas relacionais e seus efeitos de produção subjetiva. Ao compreender o psiquismo como sistema aberto, o infantil já não é mais um clichê e os acontecimentos da vida adulta deixam de ser anódinos ou meros agravamentos de acontecimentos infantis. (HORNSTEIN, 2013, p. 24)

As formulações de Najmanovich vão complexificar este pensamento. Ela afirma que “o sujeito não é uma substância, é um devir nas interações”. Para ela a noção de História está estreitamente ligada à de criatividade e, juntamente com a noção de vínculos, serão os pilares fundamentais para se construir uma perspectiva transformadora de nossa experiência de mundo, não só conceitual, mas também sensível. Para a autora é apenas quando liberadas do determinismo clássico que algumas teorias têm dado lugar à diferença como fator de criação e troca. Como ela afirma, a História não seria mera repetição, nem desdobramento do já contido no passado; os acontecimentos que não estão pré-determinados, como o ruído, o acaso, o outro, o distinto são fontes da novidade radical e vias para o aumento da complexidade. Não existem apenas sistemas fechados e perto do equilíbrio, mas também sistemas abertos, para os quais o equilíbrio significa a morte. (NAJMANOVICH, 2001, p. 93-94).

Então, escutar nossos pacientes através de entidades clínicas pré-estabelecidas, por mais que tenham sido valiosas para a leitura de algumas formas de subjetividade existentes é deixar de se abrir para

o novo, o inusitado de cada encontro, que fará com que cada um dos envolvidos possa se rever e ampliar as definições de si, encontrando, cada qual, analista e analisando, seu próprio estilo de ser e agir.

Sigo, ainda, nesta argumentação, as trilhas propostas no *discurso-rio* de Heráclito, que joga com a lógica da contradição, em detrimento da lógica da identidade. A partir da filosofia socrático-platônica, como lembra Laurici Gomes (2010), a dimensão do *logos* toma relevância e o homem teórico imprime a lógica da identidade, tentando corrigir os abismos da existência. Segundo a interpretação de Nietzsche, diz ele, Heráclito iria na contramão deste movimento, mantendo viva uma outra lógica – a da cultura trágica – por isso mesmo visto como um pensador obscuro frente à leitura vitoriosa da tradição lógica. Contrapondo-se ao *logos* platônico que usa a palavra como uma arma, ele propõe o *logos* do jogo. Nesta perspectiva, este *logos*:

...requer a ampliação do mundo, um mundo em que a contradição não deve ser expulsa pela lógica da identidade, e sim experimentada e manifestada na linguagem, como um caminho que nos conduz à unidade de todas as coisas. (GOMES, 2010, p. 77).

Este caminho nos permite pensar a unidade do conceito na correlação do um com o múltiplo, unidade que se estabelece na distinção, na diferença e na alteridade. Por me filiar a esta tradição, recuso-me hoje a operar com conceitos fechados, por mais que sejam bem articulados e coerentes; as palavras, como diz Gomes, se congelam na fixidez ilusória dos conceitos, criando unidades estanques, não vivas; assim, estes se prestam a criar identidades que buscam enquadrar as experiências humanas, empobrecendo a leitura acerca do sujeito, e, o mais grave, criando subjetividades podadas na sua plasticidade.

Se caminhararmos nesta perspectiva, não poderemos pensar em um conceito de amor preciso que nos guie no acompanhamento aos casais e tentar, assim, fazer que eles possam se encaixar num modelo de relações. O amor é, na verdade, uma invenção. Como tal, as suas formas de expressão são as mais diversas; dependem prioritariamente, como penso, das condições psíquicas internas de cada um e dos ideais e valores atribuídos socialmente a estes. Portanto, impossível uma definição única sobre o amor, sobre as paixões. Este se tece no singular, sendo um e, ao mesmo tempo múltiplo – de um lado a historicidade

de cada sujeito e doutro a moldura histórica que o enquadra. É vão querer enquadrar os valores que definem o amor ou a paixão em conceitos, atribuindo a estes uma substancialidade. A linguagem serve como forma de expressão, de moldura cuja tela terá sempre os matizes determinados pela singularidade da história de cada um, ou dois, que lhe dão tonalidades sempre próprias.

Usando a metáfora utilizada por Heráclito no trabalho com casais, poderemos pensar, então, num *amor-rio*. A unidade do rio nunca suprime a diversidade das águas que o definem como unidade. Por isso, faz-se necessário entrar no amor-rio para que vislumbremos as águas distintas que o compõem. Segundo Deleuze, na citação de Gomes, “os banhistas jogam e isso significa que procuram a correlação do um com o múltiplo, do ser rio com o devir de suas águas”. (GOMES, 2010, p.77). Não entrando no rio, não se experimenta o tempo da vida, tempo que é governado pela criança, à medida que este não tem oposições e sim que joga com as oposições. Seguindo este princípio, temos que fazer um exercício permanente para acolher as experiências na sua singularidade, pois são únicas para cada sujeito, decorrentes das contingências também singulares, de cada vida vivida, de cada trajeto histórico.

Esta tem sido tarefa difícil na atualidade. Cada vez mais nos deparamos com a tendência à categorização do humano, ao apagamento das contradições, ao apagamento do novo e genuíno em cada experiência de ser. Nós, do CPPL, instituição sediada em Recife que há 35 anos trabalha com os transtornos do início da infância, nos damos conta, cada dia mais, em nosso trabalho com essas crianças e seus pais, das múltiplas formas de constituição de suas subjetividades, com as diferenças na expressão do seu amadurecimento psíquico e a diversidade de soluções por elas encontradas para lidar com essas dificuldades. Temos empreendido luta tenaz contra a corrente, hoje quase hegemônica, representada por autores no campo da neuropsicologia e de uma certa psiquiatria, que sustentam a categorização das formas de expressão do sofrimento psíquico na infância inicial. Busca-se, assim, moldar em uma unidade sindrômica as formas de expressão do sofrimento, esquecendo-se de entrar nas águas do *rio-criança* e assim, constatar como estas são sempre distintas, num fluir sempre singular, num devir sempre impreciso e novo. Como diz Gomes “se

não entrarmos no rio, não perceberemos que a unidade se mantém no fluxo, na luta dos contrários, no jogo das oposições que caracteriza o mundo vivo” (GOMES, 2010, p. 77). E temos constatado, com grande preocupação, como esta tendência à categorização das formas de expressões do sofrimento tem criado diques e, assim, moldado formas de ser, impedindo essas crianças e seus pais de mergulharem nas águas do rio e assim descobrir as particularidades de seus filhos, sua força e sua luta contracorrente para afirmarem-se como ser, ao mesmo tempo uno e diverso.

A criatividade como ética nas relações amorosas

Retomemos agora, o objeto deste trabalho. Uma das questões presentes na clínica com casais é a dinâmica da presença-ausência, podendo mobilizar desejo de fusão, por um lado e, por outro, acarretar as angústias de aproximação. A vida do casal propõe um grande esforço no sentido de manter vivo, em cada um, o seu jeito genuíno de ser e, ao mesmo tempo, constituir com o parceiro formas de estar e partilhar coisas que são próprias aos dois. Isto porque, apesar das grandes desconstruções ocorridas, as relações amorosas rezam, ainda, pela cartilha dos princípios do amor-romântico, nos quais o grande valor é encontrar a alma-gêmea; ainda hoje é ressaltado e repetido nos cerimoniais do casamento o valor do uno, o casal tornando-se, a partir daquele momento “uma só alma”, um só desejo.

Por outro lado, se seguirmos a trilha de Freud, poderemos compreender como a busca de cada sujeito no apaixonamento visa muito mais que a constituição de uma família, alguém com quem partilhar projetos e dividir as dificuldades da vida. Freud articula diretamente a *Verliebtheit*, termo que utiliza para falar das paixões amorosas, ao conceito de narcisismo primário e normal que diz respeito ao investimento libidinal do sujeito no próprio ego, como também aos investimentos objetais da primeira infância, relações de objeto que estão ancoradas nas vivências primárias (BARROS, 2002, p. 41). No texto do Narcisismo, a paixão amorosa é colocada “como uma revivência das relações primárias do sujeito infantil, em um encontro que busca recuperar ou reviver as impressões outrora experienciadas”. (Id., *ibid.*, p. 41). Quando das escolhas amorosas, estas tenderão a buscar reimprimir as experiências

de satisfação vividas com a mãe – ou com aqueles que a substituem nos cuidados da criança – e, neste sentido, visariam também à busca de amparo, donde se almeja solidez, preenchimento de vazios e, com isto, espera-se que o outro exerça a posição de objeto que venha realizar desejos insuspeitados. Nesta conjunção se dariam as dores do amor. Os conflitos surgem, então, quando o outro se coloca como diferente, não atendendo, posto que impossível, às demandas de indiferenciação e de preenchimento dos vazios vividos nas relações primárias. Quanto mais frágeis tiverem sido as relações primárias, não possibilitando o estabelecimento de um “*narcisismo do bem*” (CHILAN, 1994) em decorrência das contingências da vida, mais insatisfações, inseguranças e sentimento de menos-valia, geradores de relações de dependência, submissão e aprisionamento do casal.

Assim, o paradoxo está lançado: o casal só existe se constrói e partilha um projeto comum e cria um núcleo de intimidade, gostos e projetos conjuntos; por outro lado, só sobrevive caso deixe abertas as formas de preservação do que há de privado em cada sujeito do par, caso possibilite que cada um sinta ser ele mesmo, na presença do outro, evitando assim o sentimento de engolfamento e submissão que aniquilam a experiência de criatividade. Que operadores, então, se apresentam para lidar com este paradoxo?

Quando se está na contramão da busca de verdades universais é possível reconhecer os vários remanejamentos paradigmáticos no trajeto histórico da psicanálise. Winnicott é um dos autores que propiciaram uma revisão contundente dos paradigmas no campo psicanalítico, e nos tem emprestado novas ferramentas para a leitura acerca do sujeito. O conceito de Winnicott de criatividade primária é uma destas ferramentas. Para ele, ser criativo é poder manter a expressão genuína de sentir, de experienciar-se e encontrar o mundo de uma forma sempre própria. Só assim, diz ele, podemos manter o sentido da vida e “sentir que a vida vale a pena ser vivida”. A criatividade primária é a experiência que permite que se esteja em contato com algo genuíno e próprio de si mesmo, de forma a encontrar e estabelecer relações com o mundo sem o sentimento de submissão. Diz Winnicott, “Isso envolve preservar algo pessoal, talvez algo de secreto, que é inconfundivelmente você mesmo”. (WINNICOTT, 1989, p. 34)

A experiência criativa é algo que se inicia nos primórdios da vida, desde que as condições do meio ambiente tenham sido suficientes para a emergência do ser – ou seja, que a mãe e o entorno da criança tenha podido se identificar com as suas necessidades, adaptando-se a elas até que esta possa iniciar o seu processo rumo à independência. Desta forma a criança poderá, como diz o autor, criar o mundo antes de encontrá-lo, no espaço de ilusão. Quando isso é possível ela vai ao encontro do mundo como algo conhecido, por ela criado; isto quer dizer que pôde conceber a realidade antes de percebê-la e, assim, não precisar se adaptar às demandas da realidade antes das suas possibilidades. Com isso o mundo não lhe será estranho, e sim uma construção própria, até que possa se diferenciar como sujeito e, agora sim, se adaptar sem precisar se submeter. Estão dadas, desta forma, as condições para a emergência do sentimento de confiança e da experiência criativa.

No seu texto “Vivendo de modo criativo” Winnicott vai falar sobre o viver criativo no casamento, ressaltando como sentimento frequente o *declínio de iniciativa* vivido pelos parceiros e que

(...) nem todos os casais sentem que podem ser criativos e permanecer casados. Ou um ou outro integrante do par se encontra envolvido num processo que poderia terminar num mundo que foi realmente criado pelo outro. (...) quando duas pessoas não ficam com medo de se deixar uma à outra, têm muito a ganhar. Se elas têm receio de fazê-lo, podem acabar se entediando mutuamente. O tédio resulta do tamponamento da vida criativa (WINNICOTT, 1989, p. 35).

Podemos ver, portanto, como a criatividade se coloca como pressuposto ético. Esta é uma diretriz que rege a minha escuta psicanalítica nas relações amorosas, uma vez que se contrapõe à ética da dominação/submissão vigente na sociedade patriarcal, como também à concepção freudiana que considera o encontro amoroso como busca e repetição das experiências primárias, donde dificilmente se foge do lugar do outro como objeto imaginário de completude, marcando indelevelmente as relações amorosas como ausência de alteridade. A ética da criatividade possibilita se pensar o encontro como algo novo, onde as diferenças podem se expressar.

Um outro conceito fundamental para nossa reflexão acerca das formas de relação amorosa diz respeito ao espaço transicional, que amplia a compreensão das relações como pautadas inexoravelmente pelo narcisismo. Não é nossa intenção retomar este conceito no campo deste artigo, inclusive por sua disseminação no campo psicanalítico. Brevemente, o espaço transicional é um espaço reivindicado por Winnicott onde se entrelaçariam a realidade interna e a externa, recobertas por uma aura de ilusão; este começa a operar quando as condições do meio o permitem, no momento da transição entre a vivência de ilusão de indiferenciação e o estabelecimento da diferenciação – emergência do não-eu. Para este espaço contribuem os elementos, tanto da realidade interna quanto da realidade externa, e nele é possível que se faça uma pausa frente ao teste da realidade, existindo a possibilidade de coexistência de uma experiência de ser um só, mesmo sendo separado. “Esta experiência conduz a um mundo no qual os objetos podem ser sentidos como permanentes no tempo e no espaço e podem ser utilizados porque são separados e indestrutíveis” (DAVIS & WALLBRIDGE, 1982, p. 70). É importante sublinhar que, nesta experiência, que acontece num espaço potencial, os elementos da realidade são imprescindíveis. Ela não é algo abstrato, que se dá no mundo interno do sujeito. A experiência transicional é algo vivido na presença de um outro, seja uma música, um aroma, uma dança, uma palavra transicional, mas que está lá, fora do mundo onipotente do sujeito. É nesse sentido que se diferencia de uma construção que se funda na fantasia, com a qual se pretende tamponar a falta, como ocorre com o objeto-fetice – o outro sendo apenas um objeto imaginário, negado na sua alteridade. Isto permite sentimento de confiança na presença do outro trazendo um amadurecimento incrível. Este é um conceito muito útil frente às dificuldades de diferenciação nos casais, e nos permite circular fora da compreensão das patologias narcísicas.

Conclusão

Criar as condições para que possam construir uma área de experimentação da ilusão de indiferenciação sem anulação do outro é, portanto, fundamental, e assim, cada parceiro poder preservar um espaço privado, não partilhado, sem perder a dimensão da intimidade. Neste espaço de experimentação a anulação temporária dos conflitos é possível e acontece uma suspensão do confronto com as diferenças,

possibilitando ao casal viver os desencontros e decepções que permeiam a relação. Nas palavras de uma paciente, 83 anos, numa poesia construída num destes momentos de confrontos:

*“Conjugação conjugal
 Se você dorme, eu sonho,
 Se você canta, eu choro.
 Quando nado, você voa,
 Quando você é tudo, sou nada.
 Se canto, você cala,
 Se você pede, eu nego,
 Se você vem, eu vou,
 Se você é, não sou.
 Você vai de rum, eu de gim,
 E quase sempre assim, mas... quando toca a música
 Eu danço, você dança,
 Eu canto, eu rio, eu choro, eu VIVO, você canta, ri, chora e VIVE.
 E assim dançamos, pensamos, sentimos, falamos, vestimos, despimos.
 E assim continuamos... mesmo quando paramos.”*

(C. Santoianni. Inédita)

É, portanto, neste espaço potencial, no qual se dá o fruir de um brincar junto com o outro que se constroem as *conjunções conjugais*, como diz a autora, de forma a se preservar um sentido de criatividade, podendo-se compartilhar a experiência de ser um, porém separado, e assim serem mantidas as diferenças e a alteridade na relação.

Diante da quebra de referências precisas acerca do “bem amar”, até mesmo de uma ética que reja as relações amorosas, antes bastantes precisas, o psicanalista precisará possibilitar a retomada das crenças e valores que regem cada relação, a legitimação, para cada um do par, destes valores e assim constituir um espaço no qual possam rever estes princípios, antes tomados como certezas e verdades incontestes, os quais podem impedir o casal de encontrar uma forma criativa de se experienciar. Criar o espaço para que possam visitar os valores de cada um, na tentativa de reafirmação ou renovação destes acordos, na maioria das vezes, tacitamente estabelecidos é, portanto, uma das tarefas exigidas ao psicanalista no acompanhamento aos casais.

MARIA HELENA DE BARROS E SILVA

Rua Cardeal Arcoverde, nº 308 –
 Graças – Cep 52011-240 – Recife – PE
 Telefone: (81) 3223-4712 – (81) 3221-6018
 Email: mariahelena@cppl.com.br

Referências

- BARROS, M. H. & CAVALCANTI, A. E. *A atualidade da psicanálise*. In: Ana Elizabeth Cavalcanti & Leticia Rezende de Araújo (orgs). *Navegar é preciso, clinicar não é preciso*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- BARROS, M. H. *A Paixão Silenciosa*. São Paulo: Escuta, 2002.
- BIRMAN, J. *Os paradigmas em psicanálise*. In: BIRMAN, J. et al. *A Fabricação do Humano*. Psicanálise, Subjetivação e Cultura. São Paulo: Zagodoni, 2014.
- CHILAND, C. *Narciso ou o melhor dos mundos possíveis*. In: Homo Psychanalyticus. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- DAVIS, M. & WALLBRIDGE, D. – *Limite e Espaço: Uma introdução à obra de D.W.Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.
- GOMES, L.V. 2010. *Infância, criança e a experiência humana do tempo. Educação em foco*, ano 13, n. 15, julho 2010, p. 61-92.
- HORNSTEIN, L. *Intersubjetividade y Clínica*. Buenos Ayres: Paidós, 2013.
- NAJMANOVICH, D. *O Sujeito encarnado: questões para pesquisa no-do cotidiano*. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2001.
- WINNICOTT, D.W. *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- _____. *Vivendo de modo criativo*. In: _____. *Tudo Começa em Casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ENTREVISTA COM CESAR MUSSI IBRAHIM¹⁸

Ana Paula Amado Lopes¹⁹

A.P. - *Como foi o seu encontro com a Psicanálise?*

C.I. - Meu primeiro encontro com a Psicanálise se deu através do privilégio de ter sido analisando do saudoso Helio Pellegrino. Foi nessa vivência analítica que se deflagrou meu impulso para então ingressar na Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo – SPAG – RJ, no início dos anos 80. Ali iniciei meu percurso sistematizado na obra freudiana. Além dessa instituição participei também nessa época, do trabalho da Clínica Social de Psicanálise Anna Katrin Kemper onde tive a oportunidade de aprofundar minha prática clínica. Ali contei com mestres e supervisores que foram fundamentais na minha trajetória.

A.P. - *Neste ano, as atividades da SPCRJ envolvem o tema “Impasses Contemporâneos”. Ou seja, consideramos que na atualidade a subjetividade é móvel, sem rumo, com limites mal definidos e, desta maneira, o sujeito se conduz a partir de um paradoxo, entre os*

18 Psicanalista, Membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos/EBEP, Mestre em Psicologia PUC-Rio, Professor CCE PUC-Rio.

19 Psicóloga, Psicanalista, Membro Efetivo da SPCRJ. Pós-Graduada em Tratamento e Prevenção de Abuso de Drogas.

excessos e um vazio que o impele à busca dos mais variados artifícios para aliviar o seu mal-estar. O que voce poderia nos dizer a respeito?

C.I. - Desde o primeiro golpe narcísico (conforme Freud) desferido pela ciência através de Galileu, a humanidade vem abrindo mão de velhas certezas que eram asseguradas pela autoridade divina. Mais recentemente com o anúncio da morte de deus as expectativas da humanidade em relação às respostas onipotentes da ciência colocaram dificuldades significativas na busca de referências capazes de oferecer suporte à construção da subjetividade.

A despeito do extraordinário avanço da tecnologia a tarefa de constituir-se sujeito não se tornou mais simples. Pelo contrário, a humanidade se vê impelida a se sustentar no vazio , já que as certezas transcendentais foram abaladas por essa nova forma de fé projetada sobre o conhecimento humano.

A.P. - *Como você compreende a demanda do sujeito contemporâneo no espaço analítico, uma vez que estamos diante de uma subjetividade marcada pelo empobrecimento de recursos internos – com falhas na construção da identidade subjetiva – entravando a capacidade transformacional?*

C.I. - O sofrimento humano da contemporaneidade parece trazer a presença de dois componentes distintos: o *Hilflosigkeit* estrutural com caráter intemporal e as circunstâncias históricas que nos remetem a uma ligação com o prazer imediato que repudia qualquer forma de sofrimento, produzindo o fenômeno da medicalização da eventual tristeza ou da corriqueira frustração da criança e do adolescente, com todas as consequências funestas a que estamos assistindo na construção da subjetividade do jovem.

A.P. - *Cada vez mais, nos deparamos com a necessidade imperiosa do sujeito de retardar, a qualquer preço, o processo de envelhecimento. Claro que compreendemos que todos esses recursos são uma tentativa de capturar um ideal inalcançável, mas acho que essa ideia pode ser ampliada e o que mais você acrescentaria?*

C.I. - Parece haver uma curiosa redefinição nas fases de desenvolvimento emocional.

Constata-se em relação à infância uma tendência a sua abreviação. Há uma expectativa dos pais de precocidade em relação aos avanços, de toda ordem, dos filhos. Começando por uma expectativa idealizada que projeta um bebê que deverá se locomover, ter acesso à linguagem, controlar os esfíncteres, etc. o mais rápido possível como sinônimo da competência dos pais. Acelera-se o desenvolvimento infantil gerando uma entrada também precoce na adolescência que culmina eventualmente como uma impossibilidade de se constituir adulto, gerando o fenômeno de uma adolescência que parece não terminar.

Deparar-se com a finitude, suportar a necessidade de sustentar-se no vazio deixado pela morte de deus, constituir-se através da renúncia ao prazer ilimitado, tem sido o desafio colocado pela cultura aos jovens contemporâneos.

A.P. - *Voce concorda que a clínica psicanalítica seja outra hoje? Ou acha que é a mesma clínica com outras roupagens?*

C.I. - A clínica dos primórdios da psicanálise se viu às voltas com a predominância daquilo que Freud cunhou como neurose.

A clínica contemporânea parece estar lidando quase prevalentemente com a inequívoca presença das perversões. Ou, como aponta Roudinesco, a renegada necessidade de entrarmos em contato com “a parte obscura de nós mesmos”.

A.P. - *Nos deparamos com a questão da interpretaçãoxconstruçãoxacolhimento. O que te impulsiona para o momento da interpretação e o momento do acolhimento?*

C.I. - Em se tratando da clínica do adolescente, que é por onde mais eu tenho transitado nos últimos anos, o acolhimento da demanda se coloca no primeiro plano.

A dificuldade maior nessa clínica parece ser essa tendência generalizada dos pais de não conseguir acolher a demanda de constituição da condição de sujeito dos filhos. Ao contrário, acabam por

atender compulsivamente a demanda de satisfação de prazer da prole deteriorando a capacidade estrutural do jovem de se submeter à renúncia pulsional.

A.P. - *Atualmente, falamos muito sobre essas novas configurações familiares. A partir da psicanálise, como você compreende todas essas mudanças? E como voce tem trabalhado em sua clínica com essa questão?*

C.I. - Independentemente da forma através da qual a família contemporânea se configura, parece haver um traço comum: a dificuldade dos pais de reconhecerem a sua autoridade para interditar a voracidade da demanda pulsional infantil. Os pais parecem estar comprometidos com uma espécie de missão quase divina de tornar a existência dos filhos analgésica. É quase um projeto de erradicação da dor ao longo da educação dos filhos. A tarefa dos pais deixa de ser gradativamente educar os filhos, e passa a ser torná-los “felizes”.

A.P. - *A grande maioria das Instituições ainda privilegiam os psicólogos e os médicos para formação psicanalítica. Qual a sua opinião? Qual seria um modelo possível, tendo em vista um reordenamento social, financeiro etc. daqueles que buscam a formação?*

C.I. - Pertença a uma geração em que só aos médicos era franqueado o acesso à formação dita “oficial”. Esse critério acabou por produzir graves distorções na formação dos psicanalistas. Vivemos uma época em que as instituições psicanalíticas de uma maneira geral encontram um desafio de a um só tempo acolher candidatos com perfis singulares de formação acadêmica e ser capaz de implantar uma formação que tenha um traço de solidez e continuidade permanente.

A.P. - *Voce tem ou teve desilusões com a psicanálise?*

C.I. - Talvez não exatamente com a psicanálise mas com a inevitabilidade da frustração e da impotência na nossa prática clínica que, em última instância, reflete a precariedade da condição humana e nos remete permanentemente à nossa miséria humana.

A.P. - *E as ilusões! Há alguma que oriente o seu percurso como Psicanalista?*

C.I. - A partir do declínio do sobrenatural ao longo do século XIX, a ciência dissociou-se de qualquer vinculação ao transcendental e passou a assumir uma posição agnóstica. O terceiro golpe narcísico desferido pela psicanálise rompe com a ilusão da predominância da consciência quando Freud propõe que o homem não é senhor na sua própria casa.

Ele diz: “Não, nossa ciência não é uma ilusão. Ilusão seria imaginar que aquilo que a ciência não nos pode dar, podemos conseguir em outro lugar” (O futuro de uma ilusão).

ARTIGOS

Vínculo genealógico e o trabalho de historização em instituição

Genealogical link and the work of historization in institutions

Georges Gaillard

Pablo Castanho

Olhar e ser olhado: da interpretação ao testemunho

To look and to be looked: from interpretation to testimony

Thais Klein

Leonardo Câmara

Regina Herzog

A identidade da família contemporânea e as novas demandas à escola

The identity of the contemporary family and the new requirements to school

Rosana da Silva Telles

O psicanalista diante do vazio

The psychoanalyst before the emptiness

André Soares Pereira Avelar

Limites psíquicos e a lógica do desespero

Psychic limits and the logic of despair

Issa Damous

Suicídio e assédio: duas vertentes de uma história contemporânea

Suicide and bullying: two strands of contemporary history

Lidia Levy

Maria Eduarda S. P. Simonsen

Monah Winograd

**A capacidade simbólica dos pacientes borderline:
prejuízos no espaço potencial**

*The symbolic capacity of borderline patients:
losses in the potential space*

Claudia Amorim Garcia

Joana Gryner

Jovens enredados

Entangled youngsters

Marcia Stein

VÍNCULO GENEALÓGICO E O TRABALHO DE HISTORIZAÇÃO EM INSTITUIÇÃO

*GENEALOGICAL LINK AND THE WORK OF
HISTORIZATION IN INSTITUTIONS*

Georges Gaillard²⁰

Pablo Castanho²¹

Resumo:

Nossa prática psicanalítica de grupo, com equipes das áreas de saúde e assistência social, evidencia o surgimento frequente de intensos movimentos de *desligamento pulsional mortífero* quando da troca dos quadros diretivos dessas instituições. Apontamos como estes momentos são repletos de violências atuadas contra os profissionais e usuários, e como demandam uma

20 Professor da *Université Lumière Lyon 2* vinculado ao *Centre de Recherche en Psychologie et Psychopathologie Clinique* (CRPPC). Doutor em Psicopatologia e Psicologia Clínica. Psicanalista do *Quatrième groupe: Organisation Psychanalytique de Langue Française*.

21 Professor de Psicologia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Doutor em Psicologia Clínica (PUC-SP). Mestre em Psicologia Social (USP-SP). Membro do Núcleo de Estudos em Saúde Mental e Psicanálise das Configurações Vinculares (NESME).

modalidade de trabalho psíquico que denominamos de trabalho de historização no campo dos espaços psíquicos comuns e partilhados pela equipe.

Palavras-Chave: análise institucional, homicídio, transmissão (psicanálise), psicanálise de grupo, pulsão de morte.

Abstract:

Our psychoanalytical group work with the staff of health and social assistance institutions show that the changing of management personnel in these organizations frequently impact their common and shared psychic spaces through the emergence of intense movements of instinctual deadly unbinding. We highlight how these moments are full of acts of violence towards professionals and clients and how they demand a certain modality of psych work which we call work of historization.

Keywords: *institutional analysis, homicide, group psychoanalysis, transmission (psychoanalysis), death instinct.*

Introdução:

Este artigo aborda um fenômeno que frequentemente impacta os espaços psíquicos comuns e partilhados de uma instituição quando há a troca dos seus quadros diretivos. Os autores do texto realizam trabalhos psicanalíticos de grupo com equipes das áreas de saúde e assistência social nos moldes daquilo que no Brasil costumamos chamar, de modo genérico, de “supervisão” de equipes. Nesses trabalhos temos testemunhado, sob algumas condições, como estas trocas dos quadros diretivos são momentos maiores de *desligamento pulsional mortífero*, repletos de violentas atuações contra os profissionais e os usuários.

Pensamos essas questões em termos institucionais, o que nos convoca imediatamente às relações entre psicanálise e instituições. Em texto originalmente publicado em 1987, René Kaës afirmava que a presença de psicanalistas em instituições teria ocorrido muito cedo na história da psicanálise, mas tal prática nunca teria sido “verdadeiramente teorizada” (KAËS, 1991, p. XV). Queremos crer que essa frase não deve ser entendida como desmerecimento dos textos seminais de Elliott Jacques (1955/1990), nem de José Bleger (1967/1997), tampouco das raras mas expressivas contribuições posteriores. A nosso ver, a afirmação visava o enorme descompasso entre a constante presença da questão institucional no campo da psicanálise como fato e a rudimentar produção teórica sobre o assunto. Atualmente, em 2014, em especial na França, com os trabalhos não só de Kaës, mas também de

Diet, Fustier, Pinel, Vidal, Gaillard, Duez e outros, a situação mostra-se bem diferente. Porém, em geral, estes avanços não estão disponíveis em nossa língua, portanto seus pressupostos e parâmetros de trabalho são frequentemente desconhecidos do público lusófono.

A noção de sujeito, subjacente a este artigo, atingiu sua melhor e mais precisa formulação através de René Kaës (2007), para quem “O sujeito do inconsciente é sujeito do vínculo” (p. 219, tradução nossa). A despeito de esta concepção de sujeito ser bastante complexa, para nossos propósitos basta esclarecer que nela as metapsicologias psicanalíticas que descrevem o funcionamento do aparelho psíquico do sujeito, em sua singularidade, não são rejeitadas, mas passam a ser vistas através de intrínsecas, complexas e inseparáveis conexões com os espaços psíquicos comuns e partilhados dos quais todos fazemos parte de modo inevitável.

A variedade e densidade da produção psicanalítica francesa (não lacaniana), sobre a qual nos apoiamos, inclui diálogos entre psicanalistas que se dedicaram ao trabalho em diferentes áreas e dispositivos. Além de René Kaës, destacamos aqui a influência do pensamento de Piera Aulagnier, responsável por introduzir o problema da historização no centro de sua teorização psicanalítica (em 1975/2007 e especialmente 1984). Quanto à abordagem do problema da historização nas instituições e às noções de parricídio e filicídio, notemos que estes temas foram apresentados pela primeira vez por um de nós há doze anos (GAILLARD, 2002), sendo oportuna sua retomada no presente momento.

Historização, pulsão de morte e rejeição da história

Seguindo as proposições de Piera Aulagnier (1975/2007, 1984), compreendemos por *trabalho de historização* o trabalho psíquico de inscrição na cadeia genealógica e temporal. Sublinhemos que o processo de *historização* é subjacente à construção psíquica de todo sujeito e consideramos que o mesmo ocorre no nível da construção da identidade das instituições ou através dos sujeitos e dos grupos que as compõem. No âmbito grupal e institucional, o problema da historização concerne especialmente à constituição das identidades profissionais e à inscrição

dos “usuários” como membros do corpo social. Lembremos que Piera Aulagnier afirma que o processo de identificação é indissociável do processo de historização nos seguintes termos: “O processo identificatório é a face oculta deste trabalho de historização que transforma o inalcançável do tempo físico em tempo humano, que substitui um tempo definitivamente perdido por um discurso que o coloca em palavras” (1984, p. 196, tradução nossa).

Para Aulagnier (1975/2007) a historização demanda sempre um ponto de origem que possa ancorar a narrativa. Ao falarmos do sujeito, Aulagnier acredita que as perguntas das crianças sobre “de onde vêm os bebês” são uma forma de o Eu [Je] buscar o “(...) texto do primeiro parágrafo da história na qual ele deve poder se reconhecer...” (1975/2007, p. 227, tradução nossa). Tal parágrafo, não deve ser entendido no sentido literal, mas em sua função psíquica, pois, de fato, pouco importam as palavras ou as peripécias das histórias que serão contadas às crianças, o essencial, para Aulagnier, é que a criança possa, através de sua vivência, colocar como primeiro parágrafo da história de seu Eu [Je] que “na origem da vida está o desejo do casal parental ao qual o nascimento da criança dá prazer” (Aulagnier, 1975/2007, p. 228. Nossa tradução).

Desta feita, como pensar o processo de historização nas instituições? Pois como em qualquer processo que implica a temporalidade, ele também precisa de algo com função de ponto inicial, de origem. Compreendemos que o momento de fundação das instituições possa figurar este ponto de origem, ou mais precisamente, as narrativas que são produzidas nas instituições sobre sua fundação e sobre seus momentos de grande transformação (que denominamos “refundações”). Tal como as narrativas construídas para e pelas crianças a respeito de suas origens, seus valores não se relacionam ao grau de “realidade” que possuem, mas à suas funções psíquicas. Neste sentido, ao teorizar sobre o tema, Paul Fustier (1999) não se restringe à história “oficial”, seu objeto privilegiado de estudo são as narrativas que de fato surgem e circulam entre os membros da instituição no cotidiano, sobretudo nos momentos informais e relativamente espontâneos de convivência como nas festas de comemoração, conversas nos intervalos

de trabalho ao redor de um “cafezinho” etc. Nelas, encontraremos sempre a figura dos fundadores (ou refundadores) retratados de modo mais ou menos idealizado, transformados em personagens de uma história institucional que lhes transcende. As narrativas da fundação em torno dos líderes são exemplos de como os quadros dirigentes das instituições são peças chave de uma produção psíquica comum e partilhada bastante complexa.

Ao falarmos dos fundadores e refundadores, é oportuno lembrarmos que a despeito de Freud (1913/2011) ancorar toda a estrutura do grupo na figura do líder ou de uma ideia líder, o líder ou ideia líder em psicanálise é, ao menos em parte, uma expressão do grupo liderado. Afinal, sublinhamos que para Freud, só há um líder ou ideia líder uma vez que possam ser portadores dos ideais de Eu dos integrantes do grupo. Entendemos que apesar de inevitável para a vida grupal, este processo de depositação do ideal de Eu em um líder ou ideia líder, pode ocorrer dentro de um espectro que oscila entre a alienação plena – característica da hipnose – e formas de idealização menos intensas e passíveis de serem analisadas, que adquirem propriedades semelhantes à dos processos transferenciais em análise (CASTANHO, 2012). De posse destes elementos conceituais, podemos definir com mais precisão nosso uso da expressão “quadros dirigentes da instituição” referenciando-os àqueles que lideram de fato as instituições, ou seja, aqueles portadores dos ideais de Eu de seus liderados. Frequentemente tais líderes figuram lugares de destaque nos organogramas das instituições, mas às vezes, é verdade, são líderes informais, sem cargos, nomeados como “diretivos”. Nesse contexto, vislumbra-se, com relativa facilidade, como a alteração dos quadros dirigentes de uma instituição pode exigir intenso trabalho psíquico de transformação sobre os vínculos, uma vez que a mudança daqueles que portam os ideais da instituição traz consigo uma exigência de transformação de toda a estrutura, em sua dimensão psíquica, da instituição.

Nenhum tipo de instituição, seja pública, ou privada, seja industrial, escolar, cooperativa etc. está imune a “crise genealógica”. No entanto, nosso trabalho de acompanhamento de equipes profissionais indica que tais crises são especialmente evidentes e caricaturais em

instituições do campo da saúde e da assistência social, em grande parte pelo lugar que estas ocupam em nossa sociedade. Notemos que a tarefa primária destas instituições, sua razão de existência, visa especialmente trabalhar com aquilo que, em nossa sociedade, não encontrou lugar ou inscreveu-se como déficit: a morte, a doença, a loucura, a pobreza, a delinquência etc. Alain-Noël Henri (MERCADER & HENRI, 2004) denomina de “malinscrição” [*mésinscription*] o objeto de trabalho dessas instituições, indicando pelo termo comum uma identidade entre elas. Ocorre que essas instituições são herdeiras da demanda social de mascarar o mal-estar que atormenta nossa cultura. Deste modo, elas são o teatro de incessantes movimentos passionais nos quais a violência atuada disputa incessantemente com o *trabalho de cultura* (ZALTZMAN, 1999), condenando-as a comporem massivamente com o *desligamento pulsional* e a *pulsão de morte*. Nesse sentido, a destrutividade não se origina delas, mas habita-as de modo muito especial, circulando pelos espaços psíquicos comuns e partilhados da instituição e entrando em sinergia com o desligamento pulsional advindo das mudanças genealógicas.

Como dissemos, essas passagens genealógicas caracterizam-se como momentos de *desligamento pulsional* maior. É bem verdade que outros eventos podem surtir efeitos semelhantes, por exemplo, uma nova construção, mudança nas afiliações e nas estruturas administrativas das instituições (fusão, assimilação por instituições maiores...) apresentam possibilidades de desligamento pulsional similares. Todos estes eventos atuam como marcadores temporais e são correlativos a separações e/ou remobilizações do ideal. Esta reorganização dos espaços psíquicos comuns e partilhados exige o desinvestimento de objetos pulsionais sustentados em comum até o momento, para que novos objetos possam ser investidos. Ao longo do processo de mudança, aquilo que na instituição confrontava a pulsão de morte se enfraquece, e antes que uma nova ordem de investimentos comuns possa ser obtida, a energia pulsional fica livre, e o quadro de prevalência do desligamento pulsional e da destrutividade torna-se evidente. Tais momentos de mudanças convocam a elaboração de rupturas e de separações, mas também o consentimento em relação aos limites inerentes ao trabalho e à insti-

tuição. As passagens genealógicas implicam a questão da transmissão, especificamente da transmissão do poder, desta possessão imaginária do “falo” que supostamente outorga “o gozo” e preenche a falta. O desligamento pulsional destes momentos podem nos confrontar com intensas manifestações de violência, nas quais ecoam o “mito freudiano de Totem e Tabu” (FREUD, 1913/2012) e ressurgem as figuras monstruosas que povoam os territórios do arcaico.

Nos momentos de dificuldades dessa passagem genealógica, a violência colocada em ato através dos diretores e da equipe, apresenta-se massivamente sob a forma de *rejeição da historicidade*, segundo duas modalidades essenciais:

- uma captação pelos *fundadores* (ou pelos *refundadores*) que não permite um desdobramento posterior da história e atua a violência do *assassinato da filiação (falicídio)*;
- uma captação pelos *sucessores*, ou seja, tentativas de instauração de um *tabula rasa* em que atua a violência de uma desqualificação, de uma negação da história anterior. Encontramo-nos então em presença de *atuações mortíferas* que se dirigem aos *ascendentes* e podem ser nomeadas como “*parricídio*”.

O “falicídio”

Em certas instituições, verificamos uma modalidade de vínculo entre o fundador, o grupo de profissionais e a instituição que não permite um desdobramento da temporalidade. Esses fundadores encontravam-se em lugar de encarnar o ideal de Eu dos profissionais sem nenhum distanciamento ou modulação. Na ocasião da saída desses diretores-fundadores ou quando ocorrem mudanças estruturais que impedem a ilusão grupal (ANZIEU, 1975) e a completude narcísica de se perenizarem, a violência dos encarceramentos anteriores e a violência incluída na fundação retornam e se desenvolvem no grupo, atacando as identificações profissionais. Assistimos nesses casos ao impedimento, ou mesmo à destruição dos diretores que estão historicamente em posição de sucessores, frequentemente vistos apenas como meros representantes do fundador ou “vice-diretores”.

Tomemos o exemplo de uma instituição para adolescentes e de seu diretor e membro fundador. Este diretor-fundador, depois de 18 anos de trabalho, viu “*sua instituição*” perder a autonomia ao ser forçada a se afiliar a uma associação que coordenava um conjunto de estabelecimentos análogos na região. Quando a instituição perdeu parte de sua autonomia administrativa, este diretor passou a se dedicar a “quebrar *seu* objeto”. Ele realiza várias passagens ao ato, destruindo os equilíbrios sobre os quais a equipe se assentava. Radicalizou a diferença, na qual o grupo educativo se acomodava, entre monitores educadores e educadores especializados, desmobilizando com isso uma grande parte desses profissionais e despertando ciúmes vívidos e sólidos rancores. Mudou as atribuições de quase todo o pessoal do educativo e contratou um novo chefe de serviço vindo de fora da instituição. Todos os antigos funcionários foram tomados por um clima de suspeita generalizada, colorido por uma superfície de paranoia. Tais mudanças culminaram numa crise manifesta.

O conjunto dessas transformações podia ser justificado racionalmente como “ajustamento às normas” ou como ajustamento à nova realidade administrativa. Mas o que se verificou estar no centro das questões durante o trabalho realizado com a equipe foram: a rivalidade, a possessão do poder e o gozo que este confere. Este diretor-fundador ficou com o papel de destruir o que lhe escapava, ao invés de auxiliar na passagem do poder. Tudo que poderia ser, no futuro, fonte de funcionamento, na qual a necessária ilusão grupal poderia fazer seu ninho, foi atacado. A herança constituiu-se como uma ruptura com o “bom” funcionamento anterior; somente a violência oriunda das decepções e dos rancores pôde permanecer nas mãos dos herdeiros. O diretor, que ao longo dos anos tivera o papel de preservar a ilusão de uma completude narcísica e preservar um funcionamento “suficientemente” gratificante, passou a ter o papel de destruir e desestabilizar o conjunto do aparelho psíquico grupal (KAËS, 2010) dessa instituição.

Se é inevitável que haja um herdeiro, esse é convidado a ser somente um gestor (FUSTIER, 1999) fazendo funcionar uma máquina “sem alma”. O que deve desaparecer com o diretor-fundador é preci-

samente a “alma” da instituição. Sublinhemos que uma vez realizada essa destruição de vínculos, quando esse “diretor quebrador” saiu do estabelecimento, ele deixou a direção interina ao chefe de serviço, que ele mesmo havia contratado um pouco antes. Este aceitou realizar essa função, mas foi logo atacado e desqualificado pela equipe, que o acusou, formalmente junto aos superiores, de “abuso do poder” e de “maus-tratos” menos de três meses depois de ter assumido o cargo. O diretor-fundador havia tomado o cuidado de preparar um último ato: a recusa da costumeira efetivação de um profissional do serviço, ato que teve o papel de uma bomba-relógio. Esse último ato de “sabotagem” do diretor-fundador foi atribuído pelo grupo de profissionais ao gestor interino.

O que se rompe com este ato é o processo de afiliação ao seio do grupo de profissionais, pois a efetivação em casos como este constitui uma regra tácita do processo de recrutamento. A afiliação passa a ser significada como algo que escapa ao grupo; as configurações e os processos que poderiam permitir ao grupo estabelecer transições e sobreviver à saída desse diretor pela apropriação do projeto anterior são contaminadas de violência e/ou destruídas, não permitindo que o pensamento pudesse se desdobrar e a história prosseguir.

Ao contrário do que ocorreu no caso precedente, encontramos com mais frequência diretores que logram encarnar até o dia de suas partidas o “ideal do grupo”. Deste fato, só resta àquele que o substitui herdar a violência. O recém-chegado é recusado pelo grupo, colocado em posição de “ladrão”, quiçá de assassino imaginário de seu predecessor. Ele se torna o destinatário de todas as decepções e da violência oriunda da depressão, por sua vez, recusada. Nesses casos, assistimos a frequentes demissões desses sucessores recusados. A dinâmica do “dom” está completamente ausente: tanto o diretor que parte quanto o grupo não transmitem o “dom do poder” ao recém-chegado. Aquele que parte supostamente leva consigo toda legitimidade. Encontramos nessas instituições funcionamentos “sacralizados”, intocáveis, pois são “significantes” da ilusão anterior: algumas salas, alguns lugares transformam-se em mausoléus.

O “parricídio”

Consideremos agora a segunda modalidade de *rejeição da historicidade* ocorrida quando da mudança de quadros diretivos. O novo diretor apresenta-se como aquele a partir do qual se instaura uma “nova linha”, uma nova “legitimidade”, pois a “Tentação revolucionária” consiste em declarar “*anulada e não advinda*” toda a prática anterior. Como todas as configurações revolucionárias, o novo desqualifica o antigo e propõe uma *revolução cultural* e uma progressão rumo a um *amanhã radiante*. As desqualificações e as atuações mortíferas incidem sobre os ancestrais e o “tempo de antes”, o tempo dos pais.

Tomemos como exemplo uma configuração institucional como tantas outras: um centro hospitalar no qual o diretor acabou de se aposentar depois de ter “terminado sua carreira” no estabelecimento, preocupado especialmente com que o clima social permanecesse suficientemente pacífico, e não viesse a perturbá-lo nestes últimos anos de exercício profissional. O estilo deste diretor é descrito pelos cuidadores como “deixa rolar”, fechava os olhos para disfunções, postergava reformas ou reorganizações necessárias à manutenção de uma dinâmica vital. Em decorrência disso, o hospital perdeu eficiência e alguns serviços, como o da maternidade, estavam ameaçados.

É nesse contexto que se recruta um jovem diretor arrojado, que tem nesse trabalho seu primeiro cargo de direção de estabelecimento. Esse novo diretor é esperado pelos funcionários como capaz de impulsionar as reformas necessárias e restaurar um pouco da força, do tônus do estabelecimento.

De fato, tamanha foi a dedicação desse homem que superou as expectativas mais audaciosas dos funcionários. Se ele era esperado como um “reformador”, acabou transformando-se rapidamente em revolucionário ardoroso, a tal ponto que o hospital foi tomado por um regime de trabalho fanático. Instalou-se *um reino de terror*: o novo contrato foi enunciado claramente e os funcionários (cuidadores) guardaram na memória as primeiras frases deste homem: “*Tudo está por fazer aqui! As pessoas precisam trabalhar! Eu farei deste estabelecimento ‘o melhor’*” Colocou-se em ação um gerenciamento pautado pela ideologia “da fazeção”. O ambiente “agita-se”: os funcionários que

estavam de férias retornaram deparando-se com novas atribuições sem terem sido ao menos avisados, os grupos de trabalho multiplicam-se e os funcionários foram submersos por uma nova carga de trabalho (projetos e relatórios de todo tipo). A partir de então as licenças de saúde e as demissões (a pedido ou não) proliferam, e toda a oposição é detida ora com ameaças, ora pela sedução (através de promessas de promoção).

Em uma reunião oficial, a equipe de cuidadores ouviu, siderada, o diretor dizer: “*e não se esqueçam que eu posso matá-los!*”. Essa frase ameaçadora exprime cruamente a fantasia de onipotência que aprisiona esse diretor e que enreda também sua equipe. Houve inclusive um rumor no estabelecimento de que um acidente cardiovascular ocorrido com um dos responsáveis sindicais seria devido a este diretor. A potência imaginária do diretor é então validada pela fantasia dos funcionários: ele traz a presença da morte ao corpo dos profissionais.

O que esse diretor, no papel de tirano, diz, explicita seu poder de atribuir cargos e funções, porém não é vivido somente na dimensão profissional por sua equipe e sim como coerção e assassinato dos sujeitos. De fato, o desespero da situação para os funcionários advém de um processo psíquico institucional no qual o distanciamento dos sujeitos em relação ao seu papel profissional está ausente; portanto eles valem-se deste como identidade de si. O absurdo se sustenta à medida que o pensamento é mantido fora do jogo: como somente uma pessoa tem habilitação para pensar, ela a emprega de modo a transformar toda a capacidade de pensamento dos diferentes funcionários em força de trabalho a serviço do “seu projeto de estabelecimento”. As ressonâncias que as surpreendentes ameaças de morte encontram no processo grupal evidenciam as equivalências imaginárias entre o “expulsar” os profissionais de seus lugares e as ameaças vitais que um tirano pode fazer pesar sobre um grupo social. Essas dinâmicas de assassinato encontram mais eco quando concernem pessoas ocupando postos de responsabilidade. Afinal, para obtê-los, elas implicaram-se em questões de rivalidade e aproximaram-se de fantasias de “expulsar”, quiçá de “assassinar profissionalmente” outros candidatos a tais postos; a dinâmica edipiana e seu peso de violência são evidentes.

O que anuncia esse diretor, esta vontade de refazer o mundo: “*façamos tabula rasa do passado*”, é ouvido correntemente da boca de todos os diretores que são imbuídos, e que pretendem, reformar as instituições. Estas são sempre diagnosticadas e consideradas como envelhecidas e moribundas. Uma vez enunciada a ameaça de fechamento ou de desclassificação da instituição, a refundação se impõe como indispensável, e o diretor pode se apresentar como salvador magnânimo, ainda que tornando-se tirano. Uma vez que o álibi está posto, resta a ele e aos que lhe dão suporte (dentro ou fora do estabelecimento) matar “os pais” e desqualificar os funcionários ligados ao passado.

Os jovens diretores (e às vezes não tão jovens), ao chegar no novo emprego vivem como se fossem “novos conquistadores”: é quase banal assistirmos a uma “hemorragia” do quadro de funcionários, a começar pelas equipes de gestão. Às vezes esses dirigentes chegam com seu corpo de elite; outras, pedem rapidamente ajuda a seus colaboradores anteriores (diretor de recursos humanos, diretor de serviços de contabilidade, diretor de serviços de enfermagem etc.). Esse corpo de elite dá o golpe de misericórdia na instituição.

Nessas equipes de direção renovadas, de fato, não há mais testemunho do passado. Uma nova temporalidade é proposta: o tempo deve ser pensado a partir da chegada do “reformador”.

Conclusão

Vimos nos exemplos acima como uma enorme destrutividade pode dominar as relações de equipes profissionais quando da troca de pessoas em função diretiva. Já abordamos teoricamente o papel central dessas pessoas na configuração e manutenção dos espaços psíquicos comuns e partilhados nas instituições. A partir do olhar freudiano sobre o líder, destacamos o papel que estas pessoas possuem como depositárias dos ideais de Eu da equipe. Nos casos de filicídio, vimos como estes ideais mantêm-se depositados na figura do líder que partiu que não concede sair deste papel, bem como de uma equipe que não logra reconfigurar seus investimentos em torno de uma figura que seja depositária de novas formulações do ideal. Nos casos de parricídio, um novo regime de ideais é imposto, negando e atacando a legiti-

dade do regime anterior. Retomando a perspectiva de Piera Aulagnier (1975/2007; 1984), atravessada pelos estudos de Paul Fustier (1999), propusemos que as pessoas em função diretiva são personagens fundamentais na ligação psíquica com a temporalidade e, em especial, com o “tempo mítico” da ancestralidade. O trabalho de historização é exatamente o que é demandado, mas ao mesmo tempo dificultado, quando há mudanças das lideranças em uma instituição. Ele permitiria abrir espaço, nos casos de filicídio, para que uma nova pessoa pudesse ser portadora de ideias reformuladas, e nos casos de parricídio, que as configurações de ideias do passado pudessem ser reconhecidas como legítimas em seu próprio tempo.

Observamos que se os avatares do processo de historização são desafios para todos os tipos de instituições, mas as instituições de saúde e assistência social estão especialmente suscetíveis à destrutividade que deles emana. Estas instituições estão particularmente sujeitas a *erradicações da história*, que restauram o império do arcaico e dão livre curso à violência mortífera do desligamento pulsional. Nelas, encontramos frequentemente a presença de formas extremas de atuações pulsionais que fazem fronteira com as atuações de *assassinato* sob a forma de *desqualificações profissionais*.

Através da elaboração do mito de *Totem e Tabu*, Freud (1913/2012) inscreve a questão do *assassinato do pai* e da *renúncia* que o segue como o movimento de emergência para fora do arcaico e da barbárie e como assunção da lei, através do “significante pai”. A clínica institucional mostra-nos que este movimento não é jamais finalizado, a não ser em uma configuração momentânea e frágil.

Segundo as modalidades de relação com a história e com a instituição que os diferentes diretores vão desenvolver (correlativamente à dinâmica do conjunto do grupo de profissionais), o *desligamento pulsional* inevitável que ocorre ao longo das mudanças genealógicas será *potencializado* ou *amortecido*, e com ele o desdobramento da violência destrutiva. *Desligamento pulsional e erradicação da história se potencializam um ao outro*. Em momento de troca de direção, toda pessoa em lugar de direção, toda equipe de profissionais e mesmo as estruturas hierarquicamente superiores responsáveis por um estabele-

cimento, encontram-se em luta contra duas *tentações*, duas *armadilhas* principais que nomeamos como filicídio e parricídio.

Mas a noção de *trabalho de cultura* (ZALTMANN, 1999) indica a possibilidade de outro caminho mediante a renúncia destes dois movimentos assassinos. Integrar a parte da morte e acordar um lugar para a depressão são trabalhos demandados de todo grupo humano e de cada sujeito. Enfim, um verdadeiro trabalho de Sísifo: é necessário consentir com aquilo que derruba uma parte do ideal; é necessário produzir vínculos, uma apropriação da história que não seja pela via da dominação mortífera.

Abordar as *crises* institucionais a partir da perspectiva do trabalho de *historização* e de seus avatares permite apreendê-las como oportunidades de apropriar-se da história. O tempo da crise pode assim se tornar um tempo de reorganização daquilo que havia sido esmagado, de (re) colocação em palavras e em pensamentos do que se encontra apagado, negado. Ao fazê-lo, permite-se que a instituição *escape* a cada um. A narrativa das origens da instituição pode então ser vista em seu caráter mítico e metafórico, e o grupo pode consentir com uma nova direção e com os tropeços e dificuldades inerentes ao processo de gestão e ao processo de trabalho.

Tramitação:

Enviado em: 05/05/2014

Aprovado: 30/05/2014

GEORGES GAILLARD

Université Lyon 2 – Institut de Psychologie – C.R.P.P. 5 Avenue P. Mendès

– France CP11

69676 BRON Cedex

Email : georges.gaillard@orange.fr

PABLO CASTANHO

Rua Itapeva, nº 474, 7º andar (FSJ) – São Paulo – Cep 01332-000 – SP

Tel. (11) 3799-7805

Email: pablogc@terra.com.br

Referências

ANZIEU, D. *Le Groupe et L'Inconscient*. Paris : Dunod, 1975.

AULAGNIER P. (1975) *La Violence de l'Interprétations*. 7a. Ed. Paris: PUF, 2007.

AULAGNIER, P. *L'Apprenti historien et le maître sorcier*, Paris: PUF, 1984

BLEGER, J. (1967) Psicoanálisis del encuadre Psicoanalítico IN: BLEGER, J., *Simbiosis y Ambigüedad*. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 1997.

CASTANHO, P. (2012) *Um modelo psicanalítico para pensar e fazer grupos em instituições*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FREUD, S (2011) *Psicologia das massas e análise do Eu e outros escritos*. In: _____ *Obras Completas*, vol. 15. Companhia das Letras: São Paulo, p. 13-113 (Trabalho original publicado em 1921).

_____ (2012). Totem e tabu. In: _____ *Totem e tabu, contribuições à história do movimento psicanalítico e outros escritos*. (*Obras Completas*, v.11). Companhia das Letras: São Paulo (Trabalho original publicado em 1913).

FUSTIER, P. *Le Travail d'équipe en institution. Clinique de l'institution médicosociale et psychiatrique*, Paris : Dunod, 1999.

GAILLARD, G (2002). *Pensée et généalogie dans les institutions: entre le refus et consentement*. Lyon : Université Lumière Lyon 2. Tese de Doutorado em Psicologia, área de concentração em Psicopatologia e Psicologia Clínica.

JACQUES, E. (1955) Os sistemas sociais como defesa contra a ansiedade Persecutória e Depressiva. In: KLEIN, M; HEIMANN, P.; MONEY-KIRLE, R.E. (org) *Temas de Psicanálise Aplicada*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1969, 207-231.

KAËS, R. *Um Singulier Pluriel*. La psychanalyse à l'épreuve du groupe. Paris: Dunod, 2007.

KAËS, R. (Org). (1987) *A Instituição e as Instituições*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

MERCADER, P. & HENRI, A-N. L. (org.) *La formation en psychologie: Filiation bâtarde, transmission troublée*. Lyon, França : PUL, 2004.

ZALTMANN. *De la guérison psychanalytique*. 2a edição corrigida. Paris: Puf, 1999.

**OLHAR E SER OLHADO:
DA INTERPRETAÇÃO AO TESTEMUNHO**

*TO LOOK AND TO BE LOOKED:
FROM INTERPRETATION TO TESTIMONY*

Thais Klein²²

Leonardo Câmara²³

Regina Herzog²⁴

Resumo:

O presente artigo visa discutir a posição do analista frente a certos impasses encontrados na clínica psicanalítica contemporânea. Mais especificamente, nos referimos a atendimentos realizados a pacientes diagnosticados pela psiquiatria como fóbicos sociais.

22 Psicóloga; Mestranda do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ; Bolsista do CNPq; Membro do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (NEPECC).

23 Psicólogo; Mestrando no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ; Bolsista da FAPERJ/Bolsa Nota 10; Membro do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (NEPECC).

24 Psicanalista; Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq; Coordenadora do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (NEPECC)

Para tanto, discutiremos a posição do analista pautado no dispositivo clínico clássico. Tal dispositivo, caracterizado pela interpretação e pensado a partir da experiência clínica com as psiconeuroses, privilegia uma escuta centrada no registro das representações. Em nossa prática clínica frente aos chamados sujeitos tímidos, o recurso à interpretação se mostrou limitado. Diante desse quadro, propomos uma mudança na posição do analista, que passa a ocupar o lugar de testemunha. Nesta perspectiva, o olhar do analista passa a ganhar estatuto importante na direção do tratamento.

Palavras-chave: interpretação, testemunho, olhar, timidez.

Abstract:

This paper aims at discussing the analyst's role towards certain dilemmas found on the contemporary psychoanalytic clinic. We refer more specifically to cases of patients diagnosed by psychiatry as social phobia. For such, we will discuss the role of the analyst based on the classical clinical device. This, characterized by the interpretation and thought through clinical experience with psychoneurosis, favors a listening centered on the register of representations. In our clinical practice, facing the so-called shy subject, the asset of interpretation has shown itself as limited. Considering this, we propose a shift in the role of the analyst so as to occupy the place of witness. In this light, the analyst's gaze acquires an important status towards the treatment.

Keywords: interpretation, testimony, gaze, shyness.

O trabalho psicanalítico foi caracterizado por Freud, em diferentes momentos da teoria, como um processo análogo ao do arqueólogo que busca diversas camadas de sedimentos superpostos, para reconstruir as civilizações antigas. Do mesmo modo, o psicanalista, por meio da ferramenta da interpretação, explora as sedimentações produzidas pelas marcas mnêmicas transcritas no discurso. Do analisando, é exigido que fale tudo o que lhe venha à cabeça, seguindo a regra fundamental da psicanálise: a associação livre. Ao analista, a partir da atenção flutuante, caberia interpretar esse discurso manifesto, buscando desvelá-lo. Assim, para que a interpretação tenha lugar é necessário que o analisando possa falar livremente. Nesse registro, o analista que interpreta pressupõe um sujeito intérprete: em outros termos, a interpretação só pode existir como intervenção analítica à medida que o sujeito é considerado produtor de interpretações sobre sua própria história; neste sentido a associação livre é, ela mesma, da ordem de uma interpretação. Sob este ângulo o método interpretativo que privilegia o registro da representação, pressupõe um sujeito cujas defesas estariam calcadas no processo de recalque. E o trabalho do analista, como investigador e explorador de sentido, é realizado a partir da distância instaurada pelo recalque entre o enunciado e aquele que enuncia. Estamos assim, diante de um modelo clássico que, acompanhando o pensamento freudiano, certamente dá conta das modalidades de padecimento psíquico no quadro das psiconeuroses, caracterizadas pelo conflito entre desejo e recalque.

Contudo, as discussões clínicas levadas a cabo no Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (NEPECC)²⁵ vêm apontando para um número significativo de configurações subjetivas que se distanciam desse conflito. Distintamente, o sofrimento desses sujeitos nos remete a uma problemática narcísica e, consequentemente, a experiências arcaicas que não têm no modelo do recalque uma ancoragem. Nesta medida, o método interpretativo clássico não se apresenta como aparato técnico suficientemente operativo. De fato, nos atendimentos realizados pelo NEPECC, principalmente em relação a uma parcela significativa de pacientes diagnosticados pela psiquiatria como fóbicos sociais, o manejo calcado na interpretação encontrou diversos obstáculos. Para esses sujeitos, falar sobre si, produzir interpretações sobre suas experiências, é tarefa árdua e geradora de ansiedade. No seu discurso, o olhar do outro se configura como algo capaz de revelar a tragédia narcísica de que o tímido tanto sofre, ficando interdita a criação de diferentes sentidos. A univocidade atribuída a esse olhar indica a falência da atividade fantasmática: é a própria posição de intérprete que lhes foi negada. Observamos, a esse respeito, que os pacientes com esta sintomatologia temem ser vistos, diversamente dos fóbicos descritos por Freud que temem ver (SALES, HERZOG & SALZTRAGER, 2012). O olhar do analista, por sua vez, pode repetir essa ameaça de desvelamento o que acaba tornando a adesão ao tratamento uma tarefa árdua a ser conquistada (CÂMARA, KLEIN & HERZOG, 2014). Ao nosso ver, com os sujeitos tímidos a interpretação se apresenta como ferramenta clínica limitada, podendo mesmo funcionar como geradora de ansiedade. Coloca-se então a urgência de pensar quais ferramentas clínicas utilizar para que o analista possa sustentar sua escuta no atendimento dos pacientes com essas especificidades. Nestes termos, Gondar (2010) propõe colocar em cena ferramentas clínicas que partam das impressões sensíveis para o sentido, e não somente da representação para o sentido, dado que é desta forma que opera o dispositivo clínico clássico. Diante deste impasse clínico, o presente trabalho visa focar a questão na função exercida pelo analista no atendimento a estes pacientes. Para tanto, iniciaremos a discussão tratando da posição do analista pautado no dispositivo clínico clássico. Ao nosso ver, tal dispositivo, pensado

25 www.psicologia.ufrj.br/nepecc

a partir da experiência clínica com as psiconeuroses, privilegia uma escuta centrada no registro das representações, e tem sua fundação na ideia de recalque. Diante de impasses encontrados na clínica com sujeitos tímidos, propomos uma mudança na posição do analista, que passa a ocupar o lugar de testemunha; com isso, o olhar ganha estatuto importante, funcionando como aliado no tratamento de tais sujeitos.

O sujeito intérprete: entre o divã e a palavra.

É consenso entre os psicanalistas que o abandono da hipnose foi o passo decisivo para que o método psicanalítico viesse a ser formulado. A associação livre tornou-se a regra fundamental da psicanálise e o discurso do paciente, convidado a falar tudo o que lhe venha à cabeça, fornece as pistas através das quais é possível chegar ao material esquecido. Os fenômenos de resistência levaram à elaboração de uma “das pedras angulares da teoria psicanalítica das neuroses: a teoria da repressão” (FREUD, 1924[1923]/1976, p. 245). O texto *A interpretação dos sonhos* (1900/1972) consagra esse modelo que configura a primeira tópica freudiana, concebendo que os sonhos, juntamente com sintomas neuróticos, atos falhos, e chistes, são formações do inconsciente. O trabalho do sonho, processo através do qual o desejo latente é transformando em conteúdo manifesto, se tornou o protótipo do funcionamento da vida mental inconsciente. O discurso, assim como o conteúdo manifesto, esconde uma verdade que o analista, através da interpretação, fazendo o caminho inverso ao das formações do inconsciente, deverá revelar. De acordo com Birman (1991), assim se estabelece a interpretação como ato de conhecimento, desfazendo os obstáculos e equívocos que impedem a explicitação de uma verdade psíquica singular.

Freud funda, portanto, um método de interpretação original que visa apreender um sentido que já existe, mas se encontra camuflado. A posição do analista consiste, portanto, em desvelar e formular o sentido disfarçado pela censura, para tornar possível uma tomada de consciência dos desejos infantis que estão inscritos como marcas no inconsciente. Esse processo é bem ilustrado pela metáfora arqueológica citada acima e que está presente no pensamento freudiano desde 1895, no texto “A psicoterapia da histeria” (FREUD, 1895/1974). Neste,

Freud compara a eliminação do material patogênico ao trabalho de escavamento de uma cidade soterrada. Os vestígios da antiga civilização continuam existindo encobertos, bastando que um trabalho de arqueologia se realize para revelá-los. Correlativamente, no aparelho psíquico, as marcas não desaparecem e, de acordo com Roussillon (2005), a técnica psicanalítica consistiria em um método que viria desvelar um sentido historicamente já constituído, mas escondido nas profundezas da vida psíquica. Esses acontecimentos encontram-se inscritos no universo representacional e foram submetidos ao recalque, sendo conseqüentemente esquecidos. As formações inconscientes constituiriam as pistas que o analista deve seguir para tornar conscientes os pensamentos latentes. O analista, portanto, tem uma posição neutra, operando como uma ferramenta através da qual o analisando poderá acessar aquilo que não sabe de si mesmo. Nas palavras de Freud: “o médico deve ser opaco aos seus pacientes e, como um espelho, não mostrar-lhes nada, exceto o que lhe é mostrado” (FREUD, 1912b/1977, p. 157). Com a entrada em cena da transferência como grande aliada no processo psicanalítico, o analista perde parcialmente a neutralidade. A transferência, tal como sistematizada por Freud em 1912a/1977, é concebida como a presentificação de afetos deslocados de representações inconscientes direcionados ao analista, ou seja, este é inserido em uma das séries psíquicas inconscientes já existentes. A relação com o analista estaria, portanto, calcada no signo da repetição, sendo que por meio da interpretação e do manejo da transferência, essas ligações equívocas poderiam se desfazer. Freud (1912a/1977) destaca outro fenômeno que se apresenta ao lado da transferência: a resistência. A transferência é descrita como a mais forte aliada da resistência, os afetos são deslocados para a imagem do analista evitando assim a rememoração. O fenômeno da resistência passou a ganhar relevo a partir da experiência clínica e, em 1920, Freud descreve uma resistência de caráter inconsciente que impede que a associação livre tenha lugar (FREUD, 1977/1920). A interpretação frente a tal resistência apresenta limites, levando Freud a repensar o seu caráter de ferramenta definitiva. O recurso a construção, que já havia sido descrito na apresentação do caso do Homem dos Lobos (FREUD, 1918[1914]/1977), é reapresentado em 1937 como uma possibilidade de manejo clínico diante da impossibilidade de tudo recordar. Para discutir o papel do analista

frente a esse impasse, a analogia com a arqueologia é mais uma vez evocada em “Construções em análise” (FREUD, 1937/1977). Neste texto Freud afirma que a tarefa do analista “é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, construí-lo” (FREUD, 1937/1977, p. 293). Tal como um arqueólogo que vislumbra as paredes de um edifício antigo a partir dos alicerces que restaram, o analista não pode senão reconstruir a partir dos restos, a partir de formações inconscientes. O analista-arqueólogo que buscava a *verdade material* da lembrança procura ampliar seu trabalho e construir uma *verdade histórica* (FREUD, 1937/1977). O analisando, por sua vez, deve elaborar (*ducharbeiten*) essa construção feita em análise, se apropriando de tal sentido. Mais produzido do que desvelado, logo, polissêmico, o sentido é construído a dois, esperando uma confirmação, uma elaboração, por parte do analisando. O material usado para essa construção continua sendo as marcas deixadas no psiquismo que são apreendidas pela repetição, pelos sintomas coletados a partir da relação transferencial. Para Roussillon (1999) trata-se de um processo de simbolização entre o analista e o analisando; um processo de apropriação do sentido, fruto de um trabalho psíquico por parte do analisando. Esse processo, segundo o autor, remeteria a uma segunda polaridade do campo psicanalítico, a primeira sendo calcada na tomada de consciência. Ambas, contudo, estão presentes lado a lado em um processo de análise.

Dando prosseguimento à descrição deste modelo de intervenção terapêutica que tem o analista como intérprete, cabe abordar ainda a questão do *setting*. O divã é uma ferramenta central no *setting* analítico clássico. O analista, sentado na poltrona atrás do divã, não está ao alcance do olhar do analisando. O campo perceptivo do analista, por sua vez, tem pouca importância na escuta analítica. Neste contexto, a distinção entre o *olhar* e o *ver* ganha destaque. De acordo com Nasio (2005), a visão (o *ver*) não seria necessária para o processo de análise; pelo contrário, seria um obstáculo para o olhar, que estaria além do campo perceptivo, permitindo o acesso às formações inconscientes. O “olhar inconsciente”, excluindo o campo perceptivo, permitiria que a escuta se desviasse do discurso corrente para escutar suas falhas: em outras palavras, as formações inconscientes. Assim, o analista, por meio

do olhar e não da visão, fica atento aos tropeços do discurso e busca interpretá-lo revelando a verdade que está por trás (GARCIA-ROZA, 1990). O enquadre analítico clássico, organizado em torno do divã e da associação livre, pressupõe que o analisando seja capaz de discorrer sozinho sobre sua história. Pinheiro (1995) indica que é a operação do recalque que afirma o sujeito como intérprete do discurso do outro, abrindo, com a fantasia, para a polissemia. O discurso, longe de se constituir como verdade absoluta, poderá deslizar livremente, assim como ocorre na lógica da associação livre. É a operação do recalque que funda o sujeito polissêmico e estabelece uma distância entre o que o sujeito enuncia e o que ele quer dizer (SALES, HERZOG & SALZTRAGER, 2012). Para que o enquadre analítico clássico opere, espera-se que o sujeito fale daquilo que constitui uma interpretação do seu desejo inconsciente, permitindo que o analista interprete. Nestes termos, o analista-intérprete pressupõe o sujeito-interpretação (BIRMAN, 1991). Na esteira do pensamento de Roussillon (2006), um dos pressupostos da situação psicanalítica fundamental é a ideia de que os representantes pulsionais sejam capturados pelo aparelho de linguagem, ou seja, que os modos de expressão não verbais possam ser representados.

Freud (1905/1977), ao fazer uma série de recomendações aos médicos que praticam psicanálise, afirma que certos quadros clínicos tais como as psicoses, os estados de confusão, os estados de depressão profunda, dentre outros, não poderiam se beneficiar da técnica psicanalítica. Todavia, Roussillon (2005) sugere que, na atualidade, diferentemente das recomendações freudianas, o dispositivo padrão não mais decide aquele que pode ou não se beneficiar da técnica psicanalítica: a partir das necessidades singulares do analisando será possível construir um dispositivo mais adequado. Conforme já assinalado acima, estas considerações vão ao encontro de nossa experiência clínica no NEPECC, na qual uma parcela significativa dos pacientes diagnosticados como fóbicos sociais coloca uma série de desafios ao dispositivo analítico clássico. O olhar do outro aparece frequentemente no discurso dos sujeitos tímidos como algo inibidor, assim como o olhar do analista no *setting*. Em consonância com o que discutiremos adiante, a univocidade do sentido frente ao ato de ser olhado, atrelada à

sensação de transparência, é algo frequentemente evocado no discurso desses pacientes, e marca os desafios lançados à posição do analista, conforme veremos no tópico a seguir.

O olhar sobre o tímido: transparência e univocidade.

Uma figura de alta relevância teórica permeia o discurso dos pacientes tímidos: trata-se do olhar do outro. Sempre que se encontram em público, consideram as pessoas ao seu redor como seus potenciais espectadores. Se o olhar do outro pousa sobre eles, não é com a intenção de realizar uma positiva apreciação estética e, muito menos, o simples efeito de uma observação indiferente da paisagem. Se o outro olha para o tímido, é para observá-lo e examiná-lo com a finalidade de tecer críticas a seu respeito. Desta forma, o sentimento de vergonha entra em cena como o catalisador dessas experiências negativas que surgem quando se está diante do olhar do outro, sendo entendido como a principal emoção a regular as relações objetais do tímido (VENTURI & VERZTMAN, 2012). Tal sentimento lança o paciente em uma posição de perpétua inferioridade diante dos outros; isto o leva, frequentemente, a se ver como inadequado ou em desvantagem. A vergonha instaura um regime de dessemelhança com respeito aos que o rodeiam: o sujeito envergonhado sente que, a qualquer momento, pode ter a razão de sua vergonha descoberta, o que acarretaria sua expulsão/exclusão do convívio com os outros. Há um componente narcísico irreduzível neste sofrimento, uma vez que a dor do envergonhado não se refere à contínua iminência de perder o outro, mas de ser perdido como objeto desse outro (CICCONE & FERRANT, 2009).

Em conexão direta com o olhar e a vergonha, uma experiência particular perfila o sofrimento existencial destes pacientes: a chamada transparência (ou nudez) psíquica (AVRANE, 2007; CICCONE & FERRANT, 2009). Para eles, o olhar do outro é capaz de acessar todo o recôndito de seu ser, visando efetuar contra ele as avaliações mais atroz. O tímido diz sentir-se cruamente exposto e incapaz de esconder ou selecionar o que de si pode ser mostrado e o que deve ser escondido. Seus limites egoicos não oferecem a opacidade necessária para o sujeito repousar em segurança na sua interioridade; a transparência o lança à penosa exposição a cada encontro com um olhar estranho.

Portanto, o tímido é mantido refém de uma exterioridade na qual lhe escapa qualquer possibilidade de controle e segurança. Juntamente a esta vivência de transparência psíquica, constata-se nestes sujeitos o estatuto absoluto que o olhar do outro comporta. A dificuldade que se encontra na clínica em conseguir estabelecer outros sentidos para o olhar demonstra que os juízos e afetos que ele convoca se encontram congelados. É como se algo da ordem do olhar concreto do outro produzisse uma experiência tão aterradora que esses pacientes não conseguem se desvencilhar – ou ao menos relativizar – os julgamentos negativos constantemente evocados quando eles estão imersos em tais situações.

Essas evidências – a vergonha, a transparência e o olhar absoluto – apontam para uma importante fragilidade narcísica, reorientando a matriz teórica que sustenta a dinâmica psíquica desses sujeitos: a clivagem toma posição de destaque, colocando em segundo plano o recalque. A partir do modelo ferencziano do descrédito e da posição que o olhar do outro ocupa em sua economia subjetiva, suas dinâmicas psíquica e relacional adquirem nova inteligibilidade. Compreende-se que o olhar do objeto primário não se ofereceu como suporte de introjeção de novos e múltiplos sentidos na própria experiência perceptiva e afetiva de ser olhado. A falha na introjeção conduz a uma incorporação forçada do olhar não responsivo, de maneira que este passa a ocupar a matriz das experiências posteriores de confrontação ao olhar alheio. Na forma de uma ilha incrustada no psiquismo, o sítio incorporado não admite remodelações de sentidos (CÂMARA, 2012). A consequência é clara: o congelamento de apenas um sentido sobre o que é ser visto, não podendo deslizar para outros sentidos. Nesta configuração, ser visto não conduz a um prazer exibicionista, mas a uma angústia de exposição reatualizada a cada experiência de confronto com o olhar do outro. O olhar não responsivo que se furta à função de objeto fiador da introjeção não permite a apropriação de sentidos que possam revestir o sujeito contra uma exposição absoluta em relação ao outro – daí o dano narcísico perpetrado por este fracasso ambiental.

Inseridos nesta linha de raciocínio, Ciccone e Ferrant (2009) argumentam que o sofrimento da vergonha não passa pelo recalque, mas pelo aterramento (*l'enfouissement*). Esta modalidade defensiva é convocada quando do fracasso do recalque, tendo seu sítio privilegiado o

eu, e como seu modo de funcionamento, a clivagem. Os autores partem da observação clínica de que a vergonha não é desconhecida do sujeito: isto é, a vergonha não é inconsciente. Encontrando-se permanentemente em contato com isso que gostaria de esconder, o sujeito lança mão de certos expedientes buscando enterrar as representações vergonhosas com outras lembranças ou, ao menos, distrair-se delas através de descargas motoras inespecíficas. Entretanto, este mecanismo de defesa não logra o esquecimento ou a supressão da vergonha: a qualquer momento o sujeito pode ser surpreendido com seu reaparecimento. Desta forma, ao contrário do recalque, o aterramento não produz uma transformação das representações em questão. Em outras palavras, elas não sofrem derivações por meio de outras representações, mas se mantêm preservadas no mesmo estado, expostas a qualquer olhar atento, incrustadas na superfície do eu. Assim, o eu cliva-se de uma parte de si: sofre o movimento paradoxal de esconder-se, exibindo-se (CICCONE & FERRANT, 2009). Se a miséria do sujeito tímido se encontra não oculta nas profundezas dos diversos sedimentos de sentidos, mas na superfície constantemente reatualizada – e nem um pouco metaforizada – a analogia arqueológica do método psicanalítico parece ser relativizada. Interpretações que busquem lançar um feixe de luz nos subsolos do psiquismo desses pacientes produzem estados importantes de angústia, uma vez que reativam potencialmente vivências traumáticas. Da mesma forma, a função do analista-intérprete (ou decifrador) baseado no modelo da histeria torna-se questionável, uma vez que se encontra barrado o recurso à metáfora – elemento imprescindível para a possibilidade de o sujeito se abrir como intérprete de si mesmo.

O olhar como aliado.

De acordo com as considerações acima apresentadas, pensamos que os sujeitos tímidos tiveram a posição de intérprete negada. Em seu discurso, a relação como o olhar aparece por vezes como algo almejado; contudo, outras vezes como algo que destitui. Uma paciente, por exemplo, sonhava em ser cantora; no entanto, somente conseguia cantar entre quatro paredes. A exposição ao olhar do outro, embora desejada, seria um fracasso, a sua ruína é o único significado que confere à situação de “ser vista”. O olhar do analista reproduz, de

saída, intensa ansiedade nesses pacientes, de tal forma que a solução mais imediata se configura como o abandono do tratamento. Torna-se necessário, portanto, que o analista se deixe guiar pelas particularidades do analisando, isto é, que se insira no mesmo “diapasão” (FERENCZI, 1928/2011, p. 42) do paciente, podendo acompanhar seus movimentos com o objetivo de repensar o *setting*. A dificuldade de falar de si e o vazio aparente dos discursos dos sujeitos tímidos indicam a necessidade de pensarmos em alternativas para o manejo clínico além daquele calcado na interpretação do discurso manifesto e sustentado pela noção de recalque. É preciso dar relevo à linguagem sensível, ou seja, a conteúdos que se presentificam de modo diverso dos conteúdos representacionais *stricto sensu*²⁶.

Como transformar a exposição diante do olhar do analista em ferramenta que possibilite um laço entre analista e analisando? A situação, no rastro do pensamento de Roussillon (2005), é paradoxal uma vez que esses analisandos parecem, por um lado, reclamar a presença do olhar do analista e, por outro, evitá-la. O analista, contudo, é exigido em presença, em outras palavras, o paciente tímido muitas vezes exige uma postura mais ativa e busca ser olhado pelo analista. Nesse sentido, a dimensão do olhar que inclui o campo perceptivo pode servir de ferramenta para que um laço se constitua, potencializando a adesão ao tratamento e permitindo que o tímido possa pouco a pouco construir outros sentidos para o fato de ser visto (CÂMARA, KLEIN & HERZOG, 2014). O campo da visão opera como um meio para a apropriação de diferentes sentidos com relação ao ato de ser olhado. Não se trata nesses casos de interpretar a dimensão discursiva da relação com o olhar, mas de destacar as impressões sensíveis que permitam a dissolução do sentido absoluto que o olhar carrega para o tímido. Para tal, faz-se necessário que o analista possa, assim como uma tira elástica, ceder às necessidades do paciente, sem, no entanto, abandonar a tração na direção de sua bagagem conceitual como psicanalista (FERENCZI, 1928/2011). Tal recomendação se aplica ao olhar: um olhar que extrapole a capacidade do tímido de suportá-lo torna-se persecutório, provocando ansiedade e o abandono do tratamento. Por outro lado, um olhar que olhe, mas que não se detenha na singularidade do sujeito pode acarretar

26 Para maior aprofundamento na discussão da distinção entre presentificação (*Darstellung*) e representação (*Vorstellung*), ver Herzog, 2011.

o mesmo efeito. Logo, o olhar do analista deve estar em presença, sendo mais preciso, em um estado de presença sensível (KUPERMAN, 2008). Para tal, é necessário que o analista possa se deixar afetar de modo a perceber a capacidade do tímido de suportar tal olhar. Sob este prisma, o campo perceptivo, longe de ser um obstáculo, ganha importância, principalmente pela reintrodução da dimensão gestual e corporal, permitindo que a “escuta” se estenda além do discurso. O face a face, ou o lado a lado reintroduzem na relação transferencial a expressão de mensagens não verbais, que utilizam certas formas de afeto, de gestualidade, de mímica, dando abertura para um modo de “conversação” que passa por ancoragens corporais. A este propósito Roussillon (2005) confirma a ideia de que para determinados sujeitos, expressar certas experiências arcaicas, ou divagar e construir sentidos polissêmicos de sua história constitui tarefa extremamente difícil. De acordo com o autor, talvez o face a face seja o único meio de introduzir na transferência experiências que prescindem da representação. Ainda que o discurso continue como uma via extremamente importante no quesito da comunicação, trata-se, para o autor, de pensar a existência de uma “comunicação mimo-gesto-postural” (ROUSSILLON, 2005), mediante a qual as experiências psíquicas arcaicas, que por algum motivo não foram inscritas como representação, sejam comunicadas por outras vias. Em outros termos, tais experiências que não encontram expressão no campo da representação (*Vorstellung*), se presentificam através de uma forma sensorial, que talvez possamos aproximar da concepção freudiana de impressão (*Eindruck*) (FREUD, 1896[1950]/1976). Pode-se distinguir, seguindo a indicação de Herzog (2011), uma linguagem verbal e uma linguagem do sensível. Neste caso, a comunicação se apresenta não como um meio através do qual se deve informar ao outro uma experiência cujo saber nos escapa, mas destacar uma interação por meios viscerais, uma troca pelo detalhe (MELLO, 2012).

Na esteira do pensamento de Winnicott (1971), os gestos apreendidos pela “comunicação mimo-gesto-postural” (ROUSSILLON, 2005) podem ser reenviados ao analisando. O autor afirma que o olhar materno, em condições favoráveis, funciona como um espelho, ou seja, o olhar da mãe reflete aquilo que vê no bebê. O *infans*, por sua

vez, poderá capturar a sua singularidade no reflexo do olhar materno (WINNICOTT, 1971). A prática analítica, ao invés de ser calcada em interpretações de traços mnêmicos, pode utilizar um processo análogo a este, no qual o analista espelha para o analisando aquilo que ele apresenta, “se tornando um derivado complexo da face que reflete o que é visto no bebê” (WINNICOTT, 1971, p. 117). O analista, portanto, serve como uma espécie de espelho, sendo suporte para que o analisando, pouco a pouco, apreenda uma singularidade e seja capaz de se sentir real e existindo em uma continuidade. Ao transmitir signos diversos construídos através dos elementos apresentados pelo analisando, construções feitas a partir desse material, o analista é convidado a tomar uma posição ativa. As construções feitas pelo analista em análise podem produzir nos analisandos “uma convicção segura da verdade da construção, a qual alcança o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança recapturada” (FREUD, 1937/1977, p. 300). Cabe ressaltar que, de acordo com Freud (1937/1977), não há distinções entre construções falsas e verdadeiras, tendo em vista que somente *a posteriori* se terá notícias da mobilização psíquica de tal intervenção. Tanto na dimensão de captura dos gestos e detalhes, quanto na transmissão do analista ao analisando de construções de fragmentos de história, o olhar ganha um estatuto importante na experiência clínica com tais sujeitos. A exposição ao olhar do outro, geradora de ansiedade, se torna uma vivência que fornece confiança e ajuda a resgatar o sentimento de existência e continuidade de si, logo, o prazer de ser olhado²⁷. Constrói-se a dois uma ideia de interioridade e intimidade, criando um estofamento subjetivo que vai fazer frente à sensação de transparência. Dessa forma, o olhar do analista, longe de fazer um pacto com um olhar unívoco, busca aceitar o convite de compartilhamento, propiciando a introjeção de novos sentidos para a experiência de ser olhado. Cria-se, assim, um ambiente favorável que possibilita ao analisando se esquivar da reprodução da ansiedade diante da exposição ao olhar do outro.

Nestes termos, o olhar do analista apresenta-se como aliado, buscando destituir a univocidade atribuída ao olhar do outro. Sendo mais precisos, trata-se de um *olhar testemunho* que deixa de buscar “extrair o metal puro dos pensamentos reprimidos” (FREUD, 1904/1977, p. 260)

27 Para um aprofundamento da ideia da confiança na análise de sujeitos tímidos, conferir Câmara, Klein & Herzog, 2014.

para estar receptivo e atento às mensagens e sofrimentos, muitas vezes corporais, de forma a ajudar na apropriação subjetiva dessas experiências e na sua inserção em um contexto narrativo. Através deste modo de olhar obtém-se a garantia de que suas ações e sentimentos formam conjuntos que são reconhecidos como suas experiências subjetivas (VERZTMAN, 2002). A exposição ao olhar, portanto, distancia-se da sensação de transparência e passa a refletir características polissêmicas e interpretáveis. Nesta dimensão, a entrada no campo do sentido depende principalmente do testemunho de um outro que forneça as condições necessárias a sua construção (MARTINS, 2002). O olhar do analista se configura como um modo de se acessar a mensagem aparentemente vazia de seus discursos, e ajudá-los no processo de apropriação subjetiva de conteúdos que se presentificam. O caminho, contudo, é longo. A construção de uma narrativa é um pequeno passo para que o paciente se sinta autor de suas experiências. A condição de possibilidade para isso é a de que o tímido se sinta menos transparente e possa tecer um contexto narrativo recheado por vivências a partir das quais venha a ocupar um papel singular no mundo.

Tramitação:

Enviado em: 05/05/2014

Aprovado em: 05/06/2014

THAIS KLEIN

Rua do Catete, nº 42, casa 25 – Glória – Cep 22220-000 – RJ

Telefone: (21) 998105-0060

Email: thaiskda@gmail.com

LEONARDO CÂMARA

Rua Pinheiro Machado, nº 25, aptº 405 – Laranjeiras – Cep 22.231-090 – RJ

Telefone: (21) 99915-1366

Email: lepcamara@gmail.com

REGINA HERZOG

Rua Almirante Guillobel, nº 37, aptº 202 – Lagoa – Cep 22471-150 – RJ
Telefone: (21) 98132-8507
Email: rherzog@globo.com

Referências

AVRANE, P. *Les timides*. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

BIRMAN, J. *Freud e a interpretação psicanalítica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1991.

CÂMARA, L. *Do descrédito (desmentido) à catástrofe: a teoria ferenciana do trauma*. 2012. Monografia (Instituto de Psicologia). UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

CÂMARA, L.; KLEIN, T.; HERZOG, R. Por um olhar de confiança. In: HERZOG, R.; PACHECO-FERREIRA, F. (Org.). *De Édipo a Narciso: a clínica e seus dispositivos*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2014 (no prelo).

CICCONE, A.; FERRANT, A. *Honte, culpabilité et traumatisme*. Paris: Dunod, 2009.

FERENCZI, S. Elasticidade da técnica psicanalítica. In: _____. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 29-42. (Obras completas, 4). (Trabalho original publicado em 1928).

FREUD, S. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess: Carta 52. In: _____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 317-323. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1). (Trabalho original publicado em 1950[1896]).

_____. A psicoterapia da histeria. In: BREUER, J.; FREUD, S. *Estudos sobre a histeria*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 309-364. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 2). (Trabalho original publicado em 1895).

_____. *A Interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1972. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 4 e 5). (Trabalho original publicado em 1900).

_____. O método psicanalítico de Freud. In: _____. *Um caso de histeria, Três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos*. 1901-1905. Rio de Janeiro: Imago, 1977, p. 254-262. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7). (Trabalho original publicado em 1904).

_____. Sobre a psicoterapia. In: FREUD, S. *Um caso de histeria, Três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos*. 1901-1905. Rio de Janeiro: Imago, 1977, p. 263-278. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7). (Trabalho original publicado em 1905).

_____. A dinâmica da transferência. In: _____. *O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos* 1911-1913. Rio de Janeiro: Imago, 1977, p. 131-146. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 12). (Trabalho original publicado em 1912a).

_____. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: _____. *O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos* 1911-1913. Rio de Janeiro: Imago, 1977, p. 147-159. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 12). (Trabalho original publicado em 1912b).

_____. História de uma neurose infantil. In: _____. *Uma neurose infantil e outros trabalhos* 1917-1919. Rio de Janeiro: Imago, 1977, p. 13-156. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 17). (Trabalho original publicado em 1918[1914]).

_____. Além do princípio do prazer. In: _____. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos* 1920-1922. Rio de Janeiro: Imago, 1977, p. 13-88. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18). (Trabalho original publicado em 1920).

_____. Uma breve descrição da psicanálise. In: _____. *O ego e o id, uma neurose demoníaca do século XVII e outros trabalhos*. 1923-1925. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 237-262. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19). (Trabalho original publicado em 1924[1923]).

_____. Construções em análise. In: _____. *Moisés e o monoteísmo*. Rio de Janeiro: Imago, 1977, p. 95-204. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 20). (Trabalho original publicado em 1937).

GARCIA-ROZA, L. A. *Palavra e verdade: na filosofia antiga e na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

GONDAR, J. As coisas nas palavras. Ferenczi e a linguagem. *Cadernos de psicanálise – CPRJ*. Rio de Janeiro, a. 32, n. 23, p. 123-132, 2010.

HERZOG, R. Os limites da representação psíquica. In: CARDOSO, M. R.; GARCIA, C. (Org.). *Os limites da clínica – clínica dos limites*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2011, p. 77-91.

KUPERMAN, D. *Presença sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARTINS, K. *Sertão e melancolia: espaços e fronteiras*. 2002. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MELLO, R. *A problemática da clivagem: aspectos teóricos e clínicos*. 2012. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

NASIO, J. D. *O olhar em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

PACHECO-FERREIRA, F. Algumas questões sobre a angústia e sua relação com a vergonha. In: HERZOG, R. et al. (Org.). *Sofrimentos Narcísicos*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2012, p. 165-184.

PINHEIRO, T. *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Editora da UFRJ, 1995.

ROUSSILLON, R. *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: PUF, 1999.

ROUSSILLON, R. La “conversation” psychanalytique: um divan em latence. *Revue française de psychanalyse*. Paris, v. 69, p. 365-381, 2005.

ROUSSILLON, R. A «linguagem» do enquadre e a transferência sobre o enquadre. In: COLÓQUIO DA SOCIEDADE PSICANALÍTICA DE PARIS - 80º aniversário (Mutualité), 1, 2006, Paris. Tradução de Ester Litv.

SALES, J. L.; HERGOZ, R.; SALZTRAGER, R. A fobia social é uma fobia? In: HERZOG, R. et al. (Org.). *Sofrimentos Narcísicos*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2012, p. 147-164.

VENTURI, C.; VERZTMAN, J. Interseções da vergonha na cultura, na subjetividade e na clínica atual. In: HERZOG, R. et al. (Org.). *Sofrimentos Narcísicos*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2012, p. 119-146.

VERZTMAN, J. O observador do mundo: a noção de clivagem em Ferenczi. *Revista Ágora*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 59-78, 2002.

WINNICOTT, D. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

A IDENTIDADE DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA E AS NOVAS DEMANDAS À ESCOLA

*THE IDENTITY OF THE CONTEMPORARY FAMILY AND
THE NEW REQUIREMENTS TO SCHOOL*

Rosana da Silva Telles²⁸

Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar as transformações pelas quais a família e a escola vêm passando desde a modernidade até a contemporaneidade.

A intenção é contribuir para se entender as relações da família e da escola, como instâncias de formação educativa e de constituição de identidades, tomando com embasamento teórico autores que discutem o papel das instituições nessa produção (FOUCAULT, 1997; ARIÈS, 1981; COSTA, 1999; ROUDINESCO, 2003).

Palavras-Chaves: família contemporânea, escola, identidade.

²⁸ Psicanalista, Membro Efetivo da SPCRJ, Pós Graduada em Psicanálise no CEP COP/USU, Mestre em Educação na UNESA.

Abstract:

This article aims at analyzing the transformation occurred in the family and the school from modern age to present time.

One intends to help understanding the relations between family and school, the levels of educational formation and identity formation, based on authors who discuss the role played by the institutions (FOUCAULT, 1997; ARIÈS, 1981; COSTA, 1999; ROUDINESCO, 2003).

Keywords: *contemporary family, school, identity*

Introdução

Ao acompanharmos o deslocamento da sociedade contemporânea e as profundas mudanças que têm marcado tanto as instituições educativas, a família e a escola, como o mundo social e cultural, trazendo consigo novos valores, comportamentos, crenças e ideais, somos confrontados com outros modos de construção das identidades. Essas outras identidades são definidas historicamente e marcarão a forma pela qual pais e filhos, alunos e professores se relacionarão.

Levamos em consideração a introdução e o deslocamento da disciplina nas duas instâncias educativas – a família e a escola – a política de higienização das cidades do Ocidente, a conquista dos processos de procriação pelas mulheres e sua participação no mercado de trabalho, o divórcio, o enfraquecimento da figura paterna na vida doméstica.

1. A introdução da disciplina na família e na escola

Na época medieval, o sentimento da infância não existia. Esse sentimento correspondia à consciência das particularidades da criança que a distinguiam do adulto. Os infantes se misturavam com as pessoas mais velhas tão logo fossem capazes de prescindir dos cuidados maternos (ARIÈS, 1981).

O primeiro sentimento de infância, a *paparicação*, surgiu no seio da família ocidental e se limitava aos primeiros anos de vida da criança, estando ligado à ideia de uma infância curta. O segundo proveio dos eclesiásticos e dos moralistas do século XVII, preocupados com

a fraqueza infantil e, por conseguinte, com a obrigação dos adultos em preservar e disciplinar os infantes. Esses homens obcecados pela educação se encontraram também na origem da nova concepção da infância, da família e da escolaridade (Id., *ibid.*).

Tal como descreve Ariès, as mudanças que ocorreram na sociedade se traduziram em novos sentimentos perante a criança, que deixou de ocupar um lugar de resíduo da vida comunitária e passou a ser percebida como um ser inacabado, carente, individualizado e dependente de resguardo e proteção. O lugar de destaque concedido ao filho no mundo familiar e a introdução da disciplina, pelos escolásticos, suscitaram profundas mudanças na sociedade europeia em geral, na escola e na família em particular (NARODOWSKI, 2001).

Até o século XVII, a escola não era destinada aos infantes, sendo uma espécie de escola técnica destinada à instrução do clérigo. A escola livre da Idade Média foi substituída pelo colégio vigiado dos tempos modernos, que deixou de ser reservado aos sacerdotes para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem da infância para a vida adulta (ARIÈS, 1981).

Primeiro, no século XVII, a especialização demográfica das idades de 5-7 a 10-11 anos, tanto nas pequenas escolas como nas classes inferiores dos colégios; em seguida, no século XVIII, a especialização social de dois tipos de ensino, um para o povo, e o outro para as camadas burguesas e aristocráticas. De um lado, as crianças foram separadas das mais velhas, e de outro, os ricos foram separados dos pobres (Id., *ibid.*, p. 120).

Nessa perspectiva, o reconhecimento da importância da educação na Europa teve como atributos básicos: um modelo de família burguesa, que deixou de ser uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens materiais e do nome e passou a assumir uma função moral e espiritual, formando os corpos e as almas das crianças; os cuidados, que passaram a ser dispensados às crianças a partir da difusão de uma ideia nova da infância e de suas práticas educativas; a extensão da frequência escolar; o tipo de aprendizagem que antes só aos pais cabia ministrar foi substituído por uma escola transformada

em instrumento de disciplina severo, onde os professores deixaram de ser *primi inter pares* para se tornarem depositários de uma autoridade superior; a vigilância constante sobre os infantes e a aplicação ampla de castigos corporais reconhecidos como adaptados à fraqueza infantil (Id., *ibid.*).

Todo esse aparato disciplinar rigoroso resultou, no século XVII, no aparecimento da noção de criança bem-educada. Essa educação era dirigida somente para o pequeno-burguês e para o *gentleman*, nome dado na França e na Inglaterra às crianças bem-educadas. Estas eram preservadas das rudezas e da imoralidade, que se tornariam características das camadas populares e dos moleques (Id., *ibid.*).

Nesse contexto, a obra de Jean-Baptiste de La Salle, que trouxe em seu bojo o interesse pela educação infantil e pela formação do professor, despontou. Seu modelo pedagógico se destacou pela rigidez com que a disciplina se fez presente no ambiente escolar. Esta possuía a característica de não somente evitar, por meio da vigilância, o comportamento errado dos alunos, mas “provocar neles uma atitude constante de cuidado ante o que poderia ser considerado uma falta” (NARODOWSKI, 2001, *op. cit.*, p. 109).

A pedagogia lassallista tinha dupla função: se por um lado controlava e impedia, por outro, atuava como suporte das ações dos alunos, inclusive para além do ambiente escolar.

Olhar que atravessa muros e paredes, que controla atividades, que se apoia em todos os âmbitos do estabelecimento, mas também acompanha os alunos até a porta da escola e até a rua: a ordem deve se instalar em todos os âmbitos institucionais, mas não tanto dos estudos e dos métodos: isto está mais ou menos instalado. São os corpos os que agora devem permanecer no exato lugar que a instituição lhes aponta (NARODOWSKI, 2001, *op. cit.*, p. 109).

Ainda nessa pedagogia, o silêncio era fator determinante, já que era através dele que se podia estabelecer e conservar a ordem e a disciplina nas escolas. O professor deveria reunir todas essas condições, com o intuito de gerar um ambiente visível, silencioso e rigidamente controlado. Deveria ainda se esmerar em sua formação docente, para

que seus alunos melhorassem, cada vez mais, suas condutas e aprendizagem. Para cumprir esse objetivo, La Salle implantou uma Escola Normal, na qual os futuros mestres aprenderiam a ocupar o lugar “de quem sabe, de quem vigia, de quem é capaz de contribuir para a produção de conhecimento na instituição escolar de uma maneira correta” (Id., *ibid.*, p. 112).

Assim como o professor vigiava os alunos, ele também era objeto de muitos olhares. Sobre o corpo docente e discente se instituiu uma corrente de vigilância e controle, que se exercia através de uma rigorosa fiscalização.

Instalam-se desse modo nas instituições educacionais relações de poder sustentadas na capacidade de olhar e julgar; no poder ordenador dos níveis superiores sobre os inferiores; na diagramação de âmbitos atenta e rigorosa dos elementos superiores (*loc. cit.*).

2. O panoptismo

A corrente de vigilância da qual ninguém podia escapar nos traz uma imediata referência ao modelo panóptico de controle social de Jeremy Bentham. Baseado no estilo arquitetônico das prisões do século XVIII, esse modelo era:

[...] uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Essas celas têm duas janelas: uma abrindo para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta, então, colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante (FOUCAULT, 1977, p. 166).

Essa construção projetava luz sobre os indivíduos, agindo pelo olhar que tudo avaliava e examinava, mas era invisível para aqueles que eram capturados pelo seu domínio. O poder era hierarquizado e, ao contrário da escuridão das masmorras, o *Panopticon* baseava-se na

visibilidade, na regulamentação minuciosa do tempo e na localização precisa dos corpos no espaço, possibilitando o controle, o registro e o acúmulo de saber sobre os indivíduos vigiados. Dessa forma, essa máquina maravilhosa funcionava como uma espécie de laboratório do poder e, graças a seus mecanismos de observação, atuava de forma a fazer com que os indivíduos que estavam a ele submetidos se comportassem de forma espontânea. Em seu anel periférico, o homem era totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, o vigia via tudo, sem nunca ser visto (FOUCAULT, 1977, 1999b).

O Panóptico tem um papel de amplificação; se organiza o poder, não é pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada: o que importa é tornar mais fortes as forças sociais – aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar (FOUCAULT, 1977, *op. cit.*, p. 171).

Esse modelo era polivalente em suas aplicações, destinado a se difundir no corpo social como um todo e de forma homogênea. A sociedade disciplinar baseava-se numa mecânica de poder que se caracterizava por um controle do tempo, dos corpos e da vida dos indivíduos (Id., 1977, 1999a, 1999b).

O controle do indivíduo no nível de suas virtualidades não poderia ser efetuado somente pelo Estado, mas por uma série de outros poderes laterais, como as instituições de vigilância e de correção. É assim que, segundo Foucault (1999b, p. 86), desenvolveu-se no século XIX, em torno da “instituição judiciária e para lhe permitir assumir a função de controle dos indivíduos ao nível de sua periculosidade”, uma série de instituições pedagógicas, como a escola e a família, que enquadravam e vigiavam as pessoas ao longo de sua existência. Tratava-se de uma “forma de poder, de um tipo de sociedade que classifico de sociedade disciplinar por oposição às sociedades propriamente penais que conhecíamos anteriormente” (*idem*).

Nessas sociedades disciplinares, a disciplina era atualizada diariamente nas instituições educativas. A vigilância constante sobre os filhos e sobre os alunos se fazia presente tanto no cotidiano doméstico

quanto no funcionamento diário das escolas, através do enquadramento da vida e dos corpos dos indivíduos.

A escola cristã não deve simplesmente formar crianças dóceis; deve também permitir vigiar os pais, informar-se de sua maneira de viver, seus recursos, sua piedade, seus costumes. A escola tende a constituir minúsculos observatórios sociais para penetrar até nos adultos e exercer sobre eles um controle regular: o mau comportamento de uma criança, ou sua ausência, é um pretexto legítimo, segundo Demia, para se ir interrogar os vizinhos, principalmente se há razão para se pensar que a família não dirá a verdade; depois os próprios pais, para verificar se eles sabem o catecismo e as orações, se estão decididos a arrancar os vícios das crianças, quantas camas há e como eles se repartem nelas durante a noite; a visita termina eventualmente com uma esmola, o presente de uma imagem, ou a doação de camas suplementares (FOUCAULT, 1977, *op. cit.*, p. 175).

As bases do poder disciplinar nas escolas foram estabelecidas a partir da disciplina militar exercida nos quartéis. No início do século XVII, descrevia-se a figura ideal do soldado. Na segunda metade do século XVIII, o soldado tornou-se algo que se poderia fabricar: de um corpo inapto, poderia se fazer um corpo ereto, apto, valente. Foucault (1977, *op. cit.*, p. 118) apontou para a descoberta do corpo como objeto e alvo do poder a partir da atitude ousada, obediente e sempre alerta dos recrutas para afirmar a tese da fabricação dos corpos e a introdução das disciplinas. Estas foram definidas como métodos que “permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (*idem*).

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento de suas habilidades, nem tampouco a aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil inversamente. Forma-se então uma política das coerções que

são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe (Id., *ibid.*, p. 119).

A disciplina, como um tipo de poder, se constituiu como uma física, uma tecnologia que ficava a cargo de instituições especializadas, como o hospital, a família e a escola, que preconizavam a vigilância constante dos indivíduos, ligando-os a aparelhos de produção, formação e correção (Id., *ibid.*).

3. O investimento da higiene na família e na criança escolar

Em fins do século XIX e início do século XX, as reformas urbanas que foram empreendidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e a modernização dos espaços público e privado das áreas centrais das capitais expulsaram grande parte da pobreza das ruas e das casas das cidades. Entretanto, não bastava a população ter eletricidade, água encanada e esgotos para gozar de perfeita higiene urbana. Era necessário melhorar a higiene domiciliar. Para isso os inspetores sanitários invadiam as casas de todos os segmentos sociais, violando a intimidade das famílias. A privacidade devia ser estimulada, desde que se “adequasse aos interesses da esfera pública, trespassada por interesses particulares dos que ditavam as regras políticas e sanitárias” (NOVAIS, 2004, p. 144).

Segundo Costa (1999), a higienização da família progrediu em relação direta com o desenvolvimento urbano. Nessa época, o Estado industrializado necessitava exercer o controle demográfico e político sobre o povo e, conseqüentemente, sobre a família nuclear. Os higienistas executaram essa política através da promoção da saúde física e moral da família, visando ao bem-estar da população em relação à procriação, à prevenção, ao controle de epidemias e aos cuidados com as crianças.

A medicina social, através de suas práticas terapêutico-educativas, valeu-se da incapacidade das famílias brasileiras oriundas da classe burguesa de proteger a vida das crianças e dos adultos, para intervir na intimidade de suas vidas, reduzindo-as a um estado de dependência. A higiene definiu papéis sexuais e sociais do homem e da mulher, desde

a mais tenra idade, e impôs aos indivíduos uma educação física, moral, intelectual e sexual, baseada nos preceitos sanitários da época. Essas práticas objetivavam revolucionar os costumes da vida familiar no Brasil, alterar seu perfil sanitário e modificar sua feição social.

Mediante as táticas da higiene, a instituição familiar conduzida segundo a ordem burguesa reproduziu no convívio do lar técnicas que interferiam em suas práticas diárias.

Por um lado, o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe. Por outro lado, a ética que ordena o convívio social burguês modelou o convívio familiar, reproduzindo, no interior das casas, os conflitos e antagonismos de classe existentes na sociedade. As relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais (COSTA, 1999, p. 13, *op. cit.*).

Alguns resultados foram observados a partir do processo da educação higiênica: uma repressão sexual na família que transformou o lar burguês numa verdadeira filial da polícia médica; a extrema intolerância do indivíduo frente às menores falhas morais; a difusão do preconceito de que o homem possuía um cérebro que o capacitava para as profissões intelectuais, enquanto o da mulher só lhe permitia exercer atividades do lar; a incapacidade dos pais para cuidar de seus filhos, pois aqueles, via de regra, continuavam sendo vistos como ignorantes e inseguros (COSTA, 1999, *op.cit.*).

A partir daí, a imagem da família nefasta começou a se difundir. Os higienistas, com suas manobras teóricas, mostravam os pais como obstáculos à saúde do filho, para em seguida ensinar-lhes a maneira certa de proteger as crianças. Pais e filhos aprenderam a conservar a vida para colocá-la a serviço do Estado e de seus governantes (Id., *ibid.*).

Na concepção de Costa (Ibid., p. 15), nos dias de hoje muitos dos fenômenos observados como causas da desagregação da família burguesa no Brasil são consequências históricas da educação higiênica. Nessa perspectiva, “as famílias se desestruturaram por terem seguido à risca as normas de saúde e equilíbrio como manipulação

político-econômica da burguesia”. Os agentes de normalização encarregados de reeducar terapeuticamente a família se dão conta de que a desestruturação do mundo familiar é um fato social. Porém, raramente percebem que a educação médico-terapêutica familiar é elemento ativo na fabricação desse fato.

Por causa da ideia de nocividade do meio familiar nos centros urbanos brasileiros, fez-se necessário que uma outra instituição educativa desempenhasse também o papel de construtora de futuros cidadãos: a escola surgiu como uma possibilidade de inculcação dos preceitos higienistas. Foi através dela que a medicina social se apropriou dos infantes, separando-os dos pais e, em seguida, devolveu-os às famílias convertidos em soldados da saúde (COSTA, 1999, *op.cit.*).

Além das observações dos agentes de normalização, a família burguesa também vinha sendo alvo de críticas por parte dos ideólogos do Estado, na educação dada a seus filhos. Esse fato levou o Estado a solicitar uma atuação mais incisiva das escolas brasileiras na formação das crianças, já que a intervenção dos higienistas através da ação escolar não estava sendo eficaz (Id., *ibid.*).

O investimento da higiene ora na escola, ora na família, para controlar e formar os infantes, se fazia condição necessária, pois era dessa mocidade que o Estado esperava sua salvação e prosperidade futura. Por volta das duas últimas décadas do século XIX, a família burguesa no Brasil começou a dar sinais de adaptação à nova ordem estatal e os higienistas se mostraram satisfeitos quanto ao resultado de seu trabalho. A família (re)assumiu suas responsabilidades na educação e na formação de seus filhos e o ambiente familiar recuperou suas virtudes educativas (Id., *ibid.*).

Esta família estava longe de corresponder à representação da família imprudente que não se dava conta de que os filhos cresciam e que, não mais sendo crianças, precisavam ter a sexualidade controlada e dirigida para a utilidade e o bem comum. Nela a mulher estava pronta para assumir, como mãe higiênica, o papel antes reservado aos internatos e aos professores medicalizados (Id., *ibid.*, p. 194).

4. O lugar do homem e da mulher nas famílias brasileiras

Desde os anos 1920, as mudanças no comportamento feminino deixaram perplexos os segmentos mais conservadores da sociedade brasileira. Afinal, as moças de classe média ingressavam no mercado de trabalho a fim de se tornarem produtoras de rendimentos e parceiras na formação do orçamento doméstico. Não faltaram vozes para entoar publicamente um “brado feminino de inconformismo tocado pela imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas”. Elas eram *vítimas de preconceito*, viviam trancadas no lar, levando uma vida monótona, despida de ideais e financeiramente algemadas ao marido (NOVAIS, 1998, p. 369).

A mulher que era, em tudo, o contrário do homem, foi o bordão que sintetizou o pensamento de uma época intranquila e por isso ágil na construção e difusão das representações do comportamento feminino ideal, que limitaram seu horizonte ao “recôndito do lar” e reduziram ao máximo suas atividades e aspirações, até encaixá-la no papel de “rainha do lar”, sustentada pelo tripé mãe-esposa-dona de casa (NOVAIS, 1998, *op. cit.*, p. 373).

Nessa época, no Brasil, o lugar da mulher era o lar e sua função consistia em casar e gerar filhos. Essa imagem correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado pelos higienistas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Já o homem pertencia ao mundo do trabalho. Nessa ótica, “não existiria realização possível para as mulheres fora do lar; nem para os homens dentro de casa” (NOVAIS, 1998, *op. cit.*, p. 374).

O Código Cível da República, publicado em 1916, dispunha que ao homem cabia a representação legal do núcleo familiar, a administração dos bens comuns dos cônjuges, o direito de fixar e mudar o local de domicílio da família. Esse Código também dispunha que pátrio poder era exercido pelo homem, com a colaboração da mulher. “Uma perversão jurídica, no entanto, perpetuava a submissão da esposa ao marido: o direito da mulher casada ao trabalho iria depender da autorização dele”. Podemos perceber que o modelo da nova ordem jurídica

concebia a mulher como dependente e subordinada do homem, e este como senhor e chefe da família (Id., *ibid.*, p. 376; ROMANELLI, 2003).

Os costumes do início do século XX ainda revelavam que o poder do marido ultrapassava o previsto pela lei. A ele cabia a apropriação e a distribuição dos recursos materiais no interior da estrutura doméstica, o uso da violência considerada legítima pela sociedade da época e as decisões sobre a escolha do tipo da formação educacional e profissional dos filhos (NOVAIS, 1998, *op. cit.*).

O Código Civil interpretou a maneira como marido e esposa deveriam ser apresentados socialmente. Um conjunto de normas, deveres e obrigações foi estabelecido para reger o matrimônio e assegurar o bom funcionamento da organização familiar. Assim, se ao marido cabia prover a família de todas as suas necessidades, à mulher restavam as atribuições de esposa e mãe. A ele foi reservada a esfera pública; a ela, a doméstica. A partir daí, começou a demarcação dos espaços público e privado, “base necessária para que a mulher se tornasse mulher e o homem se tornasse homem”, ao mesmo tempo em que foram fornecidos os elementos de identificação do lugar do homem e da mulher em todos os aspectos da vida (NOVAIS, 1998, *op. cit.*, p. 380).

As funções desempenhadas pelo marido, que o identificavam com o trabalho no âmbito público, eram dotadas de valor cultural. O trabalho era o que de fato lhe outorgava pleno direito na família e, ao mesmo tempo, que o tornava responsável pela manutenção e proteção da esposa e dos filhos. É digno de nota que a contrapartida do marido provedor era a mulher responsável pela honra familiar, pois o julgamento do comportamento do marido dependia, em grande parte, do comportamento da esposa (NOVAIS, 1998, *op. cit.*).

5. As transformações da família moderna

Lasch (1983, 1991) busca compreender os impasses e as crises vivenciadas nas relações privadas articuladas à desintegração da instituição doméstica americana.

Para o autor, o papel das famílias do Ocidente, redefinido em função das novas condições sociais e econômicas nas diferentes camadas sociais, transformou-se profundamente a partir do surgimento do capitalismo.

A história da sociedade moderna americana, desde o final do século XIX, acarretou um “controle social sobre atividades antes relegadas aos indivíduos ou às suas famílias”. Num primeiro momento da Revolução Industrial, os capitalistas, após terem coletivizado a produção doméstica nas fábricas sob sua supervisão, se apropriaram do conhecimento técnico dos trabalhadores, através da administração científica do trabalho. Em seguida, médicos, psiquiatras e educadores estenderam o seu controle também à vida privada dos indivíduos, quando começaram a supervisionar a educação das crianças, depois de terem declarado os pais incompetentes para educar seus filhos. Estes, por sua vez, abdicaram de seus desejos em prol dos conselhos técnicos dos profissionais externos (Id., 1991, p. 21).

O culto novecentista ao lar, onde a mulher cuidava do marido, reparava o dano emocional provocado pelo trabalho nas fábricas e protegia os filhos da corrupção do mercado, “expressava a esperança de que as satisfações privadas pudessem compensar o colapso das tradições comunitárias e da ordem cívica”. Mas, se a sociedade burguesa trouxe a promessa de que as satisfações no lar compensariam o fato de o trabalho ter sido reduzido a rotina, ela também solapou esse compromisso, organizando o lazer como indústria (Id., *ibid.*, p. 216).

Na perspectiva de Lasch (*Ibid.*, p. 28), nos anos de 1900 a retirada da família para a fortaleza emocional da vida doméstica não teve lugar porque o mundo familiar se tornou mais caloroso, mas sim porque o mundo exterior assumiu uma aparência assustadora. As festas populares foram desaparecendo e o lar foi imposto à sociedade pelos higienistas, reformadores educacionais e padres liberais. Esses homens exaltavam a domesticidade, com a justificativa de que ela favorecia os hábitos regulares, os bons costumes e a atenção dos pais às necessidades dos filhos. Eles enxergavam a família como um asilo, com funções análogas à das prisões e hospitais. A família encontrou sustentação ideológica e “justificação no conceito de vida doméstica como um refúgio emocional em uma sociedade fria e competitiva”. Contudo, foi nesse refúgio que surgiram os primeiros embriões das futuras crises na família nuclear.

A família burguesa exaltou e, simultaneamente, degradou a mulher. Para começar, sua posição passou a ser permeada por ambiguidades: se por um lado, a esposa passou a desempenhar papel importante na educação doméstica das crianças, por outro ela foi despojada de seu trabalho junto ao marido, já que o trabalho, que antes era feito em casa, passou a ser desenvolvido nas fábricas. A mulher também perdeu prestígio como educadora dos filhos, pois a recreação e a criação dos infantes ficou a cargo de agentes externos, como a escola (LASCH, 1991, *op. cit.*).

Ainda no início do século XX, os guardiões da saúde pública, aqueles que insistiam na importância da família, adotaram estratégias controversas. Ao mesmo tempo em que exaltavam a vida doméstica como um refúgio numa sociedade burguesa ameaçadora, insistiam no fato de que a família não poderia dar conta de seus males domésticos sem a intervenção dos especialistas, que, por sua vez, tinham opiniões distintas (Id., *ibid.*).

Alguns deles argumentavam que a criança, como futuro cidadão, era encargo do Estado e não propriedade da família. Portanto, era obrigação do Estado proteger as crianças contra lares desfeitos e pais deficientes. Outros, porém, argumentavam que o único meio eficaz de salvar o infante e, conseqüentemente, aumentar a saúde mental de toda uma nação, era expandir o sistema escolar. Outros ainda se agarravam à esperança de que a educação dos pais melhoraria a qualidade dos cuidados dispensados aos filhos. Estes últimos tentavam fortalecer a família contra aqueles que queriam miná-la. Todavia, todos esses especialistas acadêmicos em matrimônio, em seu ávido desejo de salvar a família, admitiam que esta dependia da assistência externa para resolver seus males domésticos (Id., 1983).

Nos anos de 1930, a crença de que a família americana não cumpria sua função de educadora dos filhos justificou a expansão da escola e dos serviços de bem-estar social. Os educadores insistiam *ad nauseam* que o cuidado com os infantes havia sido empurrado para a escola pelas transformações sociais à revelia de seus desejos (Id., *ibid.*).

Se antigamente a escola tinha uma única incumbência – a de ensinar o conteúdo das disciplinas para os alunos –, na modernidade

a instituição educativa foi também encarregada do treinamento físico, mental e social do infante. O objetivo agora era fazer da escola um instrumento não só de educação, mas também de socialização (Id., *ibid.*).

No início dos anos de 1940, a proliferação dos conselhos médicos continuou a solapar a confiança dos pais, ao mesmo tempo que alimentou uma noção largamente exagerada da importância das técnicas de criação dos filhos e da responsabilidade dos pais por seu fracasso.

Assim, a família lutou para conformar-se a um ideal de família imposto de fora para dentro. Os especialistas concordavam com a ideia de que os pais não deveriam tyrannizar as crianças, nem sobrecarregá-las com atenções solícitas demais. Além disso, eram unânimes em pensar que os julgamentos morais não tinham lugar na criação dos filhos. Essa proposição eximiu a criança de qualquer responsabilidade moral. Em tais circunstâncias, não era de se admirar que muitos pais procurassem escapar ao exercício de suas responsabilidades, evitando os confrontos com a criança e eximindo-se do trabalho disciplinar e da formação do caráter dos filhos (LASCH, 1983, *op. cit.*).

As ideologias permissivas postuladas pela educação progressista suscitaram uma reação em favor da permissividade dos pais no ambiente doméstico. Quando estes não podiam evitar as decisões disciplinares no trato diário com seus filhos, delegavam o trabalho disciplinar a outras autoridades.

Tornou-se moda em todo o mundo da psiquiatria e da psicologia, não somente em sua relação imediata com as práticas da criação de filhos, falar em termos dramáticos e radicais sobre o efeito opressor da autoridade e da tradição. O fracasso em reconhecer os aspectos essencialmente válidos e encorajadores dos métodos tradicionais e diferenciá-los de medidas ultrapassadas malélicas e excessivamente restritivas resultou numa desmoralizada confusão dos pais modernos e, assim, teve desastrosos efeito sobre os filhos (Id., *ibid.*, p. 204).

Por volta de 1960, a psiquiatria abriu portas para que a publicidade adentrasse nos lares, satisfazendo assim os desejos ávidos dos pais que queriam suprir as necessidades dos infantes.

Assim, a propaganda procurou padronizar o comportamento dos trabalhadores, para reintegrá-los à cultura moderna. A propaganda, juntamente com os conselhos dos especialistas, minou a “autoridade patriarcal, aliando-se sutilmente com as mulheres contra os homens, com os filhos contra os pais”. A influência conjunta da publicidade, dos conselhos dos especialistas e da crise da autoridade dentro da família moderna libertou seus membros de antigas coações, mas os expôs a formas mais sutis de controle (Id., 1991, *op. cit.*, p. 43).

A reflexão de Lasch sobre a insegurança dos pais na educação dos filhos, o enfraquecimento da autoridade nas relações privadas, a invasão dos especialistas e a posição ambígua da mulher no cotidiano doméstico podem nos ajudar a entender a família moderna do Ocidente, nos dias de hoje.

6. A nova família

Podemos acrescentar a visão de Lasch à de Roudinesco. Esta última recorre à descrição histórica da vida das famílias ocidentais, penetrando mais profundamente nos segredos dos distúrbios familiares na contemporaneidade.

De acordo com Roudinesco (2003), a família passou por três fases evolutivas: a primeira, dita *tradicional*, assegurava a transmissão do patrimônio e era baseada no pátrio poder. Na segunda fase, a família dita *moderna* era regida por uma lógica afetiva cujo modelo se impôs entre o final do século XVIII e meados do século XX. Valorizava-se também a divisão de trabalho entre marido e mulher, fazendo do filho uma criança cuja educação era atribuída ao Estado. Finalmente, a partir dos anos 1960, surgiu a família dita *contemporânea*, na qual a transmissão da autoridade foi-se tornando cada vez mais complexa, à medida que os divórcios e as recomposições conjugais foram aumentando.

A autora relata, ainda, que três fenômenos marcaram a nova organização dessa instituição educativa desde o final do século XIX até meados do XX: a revolução da afetividade, que exigiu que o casamento burguês fosse associado ao sentimento amoroso e ao desabrochar da sexualidade; o lugar de destaque concedido ao filho, que trouxe como consequência a maternalização da célula familiar; e o controle da con-

tracepção pelas mulheres, resultando na dissociação do desejo sexual feminino da procriação. Com a conquista definitiva dos processos de contracepção espontânea, a mulher pôde tornar-se um ser que não dependia mais dos homens. Uma nova desordem familiar consecutiva ao aparecimento de uma fantasia de abolição das diferenças e das gerações emergiu, reservando ao sexo feminino imenso poder.

Além da redefinição da posição da mulher na família ocidental burguesa e na sociedade moderna, um elemento que atuou de forma decisiva nos métodos naturais de concepção, influenciando de forma significativa o relacionamento entre marido e esposa, foi o progresso da inseminação artificial (ROUDINESCO, 2003, *op. cit.*).

Pela primeira vez na história da humanidade, a ciência substituiu o homem, trocando um ato sexual por uma atitude médica. Até então, a contracepção permitira às mulheres conhecerem o prazer sem risco de procriarem; graças à medicalização dessa procriação, podiam-se fabricar livremente filhos sem prazer, até mesmo sem desejo. Mas nada ainda havia colocado em questão a filiação biológica, e a criança nascida dessa maneira tinha como pai e como mãe seus verdadeiros genitores (Id., *ibid.*, p. 162).

Além disso, o movimento feminista e a entrada da mulher no mercado de trabalho também concorreram para uma redefinição da estrutura doméstica. O primeiro espalhou-se gradativamente pelo mundo, causando grande polêmica. As feministas exigiam igualdade de direitos, livre acesso à educação, oportunidades de trabalho e remuneração para todas as mulheres. O segundo trouxe inúmeras consequências: a participação das esposas na organização do orçamento doméstico, a redistribuição entre o casal dos afazeres do lar, a transformação nas relações de gênero, os casamentos tardios, a diminuição do número de filhos e os conflitos gerados pela busca da igualdade entre os gêneros. Os avanços tecnológicos, a internet e as TVs a cabo não podem ser desprezados, pois concorreram para reorganizar, de muitas maneiras, as relações familiares (JABLONSKI, 2003).

Na contemporaneidade, o mundo familiar tem apresentado uma variedade de formas de organização, com valores, crenças, costumes e

práticas desenvolvidas. Muitas vezes, pensamos que a família poderá ser engolida por pais e mães desvairados. Contudo, observamos que essas desordens são antigas: mesmo que se manifestem nos dias de hoje com uma nova roupagem, não impedem que a família estabelecida no Ocidente ou no Oriente, pertencente a qualquer segmento social, seja atualmente reivindicada como o único valor seguro ao qual os seres humanos não querem renunciar (ROUDINESCO, 2003, *op. cit.*).

Tramitação:

Enviado em: 05/05/2014

Aprovado em: 09/06/2014

ROSANA DA SILVA TELLES

Rua 19 de Fevereiro, nº 101, sala 301 – Botafogo – Cep: 22280-030 – RJ

Telefone: (21) 99231-5609

Email: rosanatelles@globo.com

Referências

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. (1973). Rio de Janeiro: Nau, 1999a.

_____. *Em defesa da sociedade*. (1976). São Paulo: Martins fontes, 1999b.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JABLONSKI, Bernardo. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca In: FÉRES-CAR-

NEIRO, Terezinha (org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: PUC- Rio, 2003.

LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro, Imago, 1983.

_____. *Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada ?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NARODOWSKI, Mariano. *Infância e poder: conformação da pedagogia moderna*. Tradução de Mustafá Yasbek. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil*. Da República da Belle Époque à Era do Rádio, volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, volume 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROMANELLI, Geraldo. Questões teóricas e metodológicas nas pesquisas sobre família e escola. In: ZAGO, Nadir, CARVALHO, Marília Pinto de, VILELA, Rita Amélia Teixeira (org.). *Itinerários de pesquisa*. Perspectivas qualitativas em sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

O PSICANALISTA DIANTE DO VAZIO

THE PSYCHOANALYST BEFORE THE EMPTINESS

André Soares Pereira Avelar²⁹

Resumo

O presente trabalho pretende fazer um esboço a respeito de uma particular modalidade de padecimento psíquico, frequente na vida contemporânea, aqui descrita como *esvaziamento*. Nosso propósito é tomá-la como uma organização psíquica singular e que nos exige uma revisão do exercício da prática psicanalítica.

Palavras chave: *esvaziamento, tato, porosidade, pulsão.*

²⁹ Psicanalista. Membro da SPID (Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle). Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Professor da Pós-Graduação (CEPCOP - Centro de Ensino, Pesquisa e Clínica em Psicanálise) e da Graduação da Universidade Santa Úrsula.

Abstract:

The present work aims at making a sketch about a particular type of psychological distress, frequent in contemporary life, here described as emptiness, in order to consider it as a singular psychic organization and that requires us to review the exercise of psychoanalytic practice.

Keywords: *emptying, touch, porosity, pulsion.*

Em meu cotidiano como psicanalista tenho me deparado com uma série de situações clínicas que transcendem a perspectiva clássica do funcionamento psíquico. Embora o ato da investigação continue a ser um exercício constante de nossa prática, fica a pergunta: o que de fato é descoberto, revelado, e o que é, ao contrário, construído? Essa pergunta não é, contudo, uma novidade; a mesma já havia sido colocada em pauta em um dos últimos textos clínicos de Freud (1937/1974). Naturalmente tais reflexões – relativas ao limite da palavra no exercício da psicanálise – já se encontravam presentes no pensamento freudiano há muitos anos; e um dos momentos capitais da formalização destes questionamentos se dá, sem dúvida, a partir da problemática da compulsão à repetição e do surgimento do conceito de pulsão de morte (FREUD, 1920/1974).

Isso quer dizer que a problemática do irrepresentável não é nova. E, neste percurso, é preciso dar destaque a um autor contemporâneo a Freud, de fundamental importância nestes questionamentos: refiro-me a Sandor Ferenczi, autor extremamente criativo, cuja concepção sobre a *técnica ativa* (1921/1992) nasceu a partir dos impasses clínicos decorrentes da percepção da estagnação pulsional no cotidiano da prática psicanalítica.

Dito isso, como abordar uma problemática contemporânea – eminentemente contemporânea – sem que nos reportemos o tempo todo a determinadas referências teóricas? Embora sejam, sem dúvida, pilares de nossa prática, como abordar um novo impasse sem tomá-lo simplesmente como uma reedição de problemas previamente esboçados?

Entendo tal questão como um *falso problema*, posto que estas reflexões são a via para a compreensão dos problemas vividos em nossa prática; estarão conosco o tempo todo. Não podemos, contudo, dotar um autor – seja qual for – da capacidade de predizer todos os impasses futuros encontrados no desenvolvimento da psicanálise. Esta prática representa uma distorção, posto que empresta um caráter onisciente a qualquer autor. Além disso, se contrapõe à essência da prática psicanalítica, cujo eixo central é a queda da onipotência.

Voltando ao tema do vazio, minha tese é que o *vazio é hoje a expressão privilegiada do sofrimento contemporâneo*. Precisamos então circunscrever melhor nossa questão: a que vazio nos referimos? Um vazio caracterizado por uma incapacidade de *sentir*. Se a problemática *além do princípio de prazer* alude a um sofrimento de grande intensidade, cuja expressão é a compulsão à repetição, estamos agora diante de outra modalidade de padecimento psíquico. Se, para Freud, a questão do traumático foi o modelo utilizado para esboçar a hipótese da pulsão de morte (ao menos no que diz respeito ao seu caráter repetitivo), talvez seu caráter silencioso, de retorno ao inanimado, seja aqui mais útil em nossa incursão. Isso porque a problemática do vazio que buscamos circunscrever é, sobretudo, *uma problemática do registro do silêncio, do não sentir*.

Neste ponto não podemos deixar de mencionar o pensamento ferencziano, mais especificamente no que se refere à sua preciosa definição do tato: *O tato é a faculdade de sentir com* (FERENCZI, 1928/1992). O autor assinala que todas as ações empreendidas pelo analista precisam ser mediadas pelo tato que, por sua vez, remete-se à sua sensibilidade. Esta funciona como uma espécie de catalisador do funcionamento psíquico do analisando. É apenas a partir de seu sentir que o analista poderá captar as sutilezas do campo transferencial instaurado por seu paciente. Cabe aqui também a alusão ao belíssimo trabalho formulado por Band (1994) a respeito do campo transferencial. Sua hipótese sublinha a importância da percepção da cena transferencial instaurada pelo analisando. E esta só pode ser captada a partir das *sensações*, e não pelas informações objetivas fornecidas no *setting*.

Voltemos, porém, à questão do vazio, articulando-o com a questão do sentir. Encontramos em nossa prática hoje um vazio de sentimentos, ou seja, um vazio não só de representações, mas um vazio de *afetos*. Desde os primórdios do pensamento freudiano a noção de excesso encontra-se presente, sendo o sintoma sua expressão privilegiada. A partir do surgimento do conceito de pulsão de morte a temática do excesso ganha nova perspectiva, atrelando-se não apenas à influência das representações inconscientes, mas também ao que extrapola os limites da representação, ou seja, a essência da exigência pulsional.

Contudo, o que descrevo aqui como a problemática do vazio não se remete à questão do excesso, mas, ao contrário, à dimensão da *ausência*. Nesse sentido justifica-se a escolha pelo aspecto silencioso da pulsão de morte, em detrimento de seu caráter disruptivo. No vazio o que está em pauta é a desfusão pulsional, cuja marca é o predomínio de Tânatos, a partir de sua tendência ao desligamento. Por consequência vigora no vazio a diluição de Eros, motor do trabalho psíquico.

É verdade que tais analisandos procuram uma análise e, nesse sentido, há um endereçamento, sempre singular, feito ao analista. Porém, a questão que se coloca é sobre a natureza desse endereçamento. Se o trabalho analítico passa pela instauração de um enigma a respeito daquilo que faz o analisando sofrer, o que está em xeque é o surgimento desse enigma. Isso não quer dizer que não haja uma narrativa em jogo, posto que a ideia de narrativa remete-se a toda experiência compartilhada. Assim, a fala do analisando – ou mesmo sua ausência – é expressão de uma experiência a dois, uma vez que se dá no *setting* analítico. Faz-se necessário, porém, compreender a especificidade desta experiência. O que é compartilhado é um espaço vazio, uma ausência radical de significações. Tais analisandos, comumente, chegam ao consultório a partir da participação ativa de terceiros. Não é incomum que cheguem acompanhados de porta-vozes. Tais pacientes, por sua vez, não se incomodam com isso: aceitam, de bom grado ser “falados” por terceiros e, sem esforço, aceitam tais argumentações, dando início ao tratamento. Isso não quer dizer, todavia, que cheguem unicamente dessa forma; podem chegar sozinhos ao consultório, porém, com o mesmo: “vim aqui porque dizem que a análise faz bem.” Mas bem para o quê? Não se sabe. Surgem então as evasivas a encobrir o vazio.

Em tais casos, é perfeitamente possível que o analista se sinta absolutamente inoperante no exercício de sua função. Sinto, inúmeras vezes, a vontade de perguntar para tais analisandos: “em que posso lhe ser útil?”. São situações nas quais o analista é atravessado por um vazio maciço, ensurdecedor até, posto que um diálogo propriamente dito torna-se impossível. E não confundamos isso com resistência, posto que esta constitui uma barreira frente à interpretação, uma oposição ativa à intervenção do analista. Trata-se aqui de uma fala que *reverbera no vácuo*.

Retomemos: trata-se do compartilhamento de uma experiência, mas de uma experiência paradoxal, na qual vigora o vazio de afetos. A angústia, afeto fundamental da prática psicanalítica, comparece apenas do lado do analista; como puro desconforto frente ao vazio. E o analista terá a função de nomear e transmitir, de algum modo, tal atravessamento para o analisando. Contudo, mais do que significar o vazio, tal prática implica tomar o *setting* analítico como o espaço de inauguração de uma nova modalidade de vinculação (trabalho, por excelência, das pulsões de vida), sem, obrigatoriamente, referência à história pregressa do analisando. O analista, nesse sentido, seria um *agente de Eros*. Aquilo que é vivido na relação transferencial, certas vezes, não foi vivido anteriormente pelo analisando. E, caso tenha sido vivido, por alguma razão, não pôde ser reconhecido como tal. Desta forma a análise com tais pacientes será compreendida como uma espécie de “nascimento”, onde circulam os sentimentos mais fundamentais, expressão primordial da alteridade. Será apenas a partir desta vivência que o analisando poderá produzir legítima significação sobre sua história de vida, saindo assim do registro do vazio. É a partir da relação analítica que a circulação dos afetos – marca das pulsões de vida – será instaurada; apenas a partir daí o trabalho de significação poderá ter êxito.

Façamos, porém, uma retomada da noção freudiana de *afeto* de modo a dar mais consistência à nossa investigação. A hipótese freudiana dos afetos, desde os primórdios (FREUD, 1895 [1950]/1974) de sua fundamentação, relaciona-se com uma dimensão intensiva. Os afetos correspondem a uma intensidade que, por uma série de operações defensivas, comumente deslocam-se de sua representação de origem,

rumo a outros territórios, de natureza ideativa ou corporal. A neurose obsessiva e a histeria de conversão, respectivamente, são exemplos privilegiados desse deslocamento. O afeto (na língua alemã, *Afekt*) é a expressão freudiana do movimento pulsional. Se a pulsão visa a descarga, o sintoma é a forma pela qual a pulsão obtém satisfação. Esta última caracteriza-se como permanente exigência de trabalho: portanto, a repetição do sintoma não deixa então de se constituir como a única via possível – ao menos num dado momento – de satisfação da pulsão.

Em minha concepção a prática analítica não deve se circunscrever somente à interpretação da economia pulsional, englobando também sua participação ativa no agenciamento dos afetos instaurados pelo analisando na relação transferencial. É preciso, contudo, fazer uma breve menção a determinado elemento do pensamento ferencziano: a oposição entre sujeito e objeto é problematizada pelo autor, a partir de sua noção de introjeção (FERENCZI, 1912/1992). Em sua hipótese, o processo de formação do ego não se dá inicialmente a partir da oposição entre mundo interno e mundo externo (mundo objetal). Na verdade o ego se constitui exatamente a partir da introjeção do mundo externo no interior do ego. Em outras palavras, o ego se constitui a partir de uma dilatação egoica cujo objetivo é incluir o mundo externo em seu interior; mais do que isso, pode-se dizer que o ego se *espalha* no mundo externo para se constituir como tal.

O que precisamos questionar nesse processo é exatamente se há, de fato, um prazo para seu término. Em meu ponto de vista, é possível fazer uma leitura do pensamento ferencziano na qual o processo de formação do eu é, de certa forma, um processo *permanente*, isto é, embora alcance, na maioria dos casos, uma unidade, o processo de captação do mundo externo se mantém, sendo a expressão da permanente influência das pulsões de vida no psiquismo. E, no que se refere ao papel do analista frente a esse processo, Ferenczi assinala:

A pessoa do médico atua aí como um catalisador que atrai provisoriamente os afetos liberados pela decomposição; mas cumpre saber que numa análise corretamente conduzida essa combinação mantém-se instável, e uma análise bem administrada deve encaminhar rapidamente o interesse do

paciente para as fontes primitivas escondidas, criando uma combinação estável com os complexos até então inconscientes (FERENCZI, 1912/1992, p. 90).

Cabe fazer aqui uma ressalva à afirmação do autor. Sua premissa pode ser aplicada à maior parte das situações vividas na prática psicanalítica, ou seja, quando o êxito do analista em direcionar os afetos para suas fontes de origem depende da combinação de um manejo hábil de sua parte somado às capacidades internas do analisando para realizar esse processo. Um pouco mais adiante o próprio autor corrobora esta ideia ao lembrar que, em certas ocasiões, a força deste afluxo de afetos pode ultrapassar todos os limites:

Em contrapartida, uma única palavra, um pouco menos amistosa, um comentário a propósito da pontualidade ou de qualquer outra obrigação do paciente basta para desencadear toda a raiva, o ódio, a oposição, a cólera recalcados (...) (Id., *ibid.*, p. 91).

Tais afluxos, projetados maciçamente ao analista, não poderão, dessa forma, ser evitados; ao contrário, terão de ser vividos na transferência para, apenas num segundo tempo, serem incluídos num plano simbólico.

No tocante à sua obra, minha convicção é que a mesma, desde o início, possui cunho autoral. Embora discípulo de Freud, suas formulações, desde cedo, continham elementos que não podiam ser circunscritos ao pensamento freudiano. Nesse sentido, concordo integralmente com a afirmação de Mezan a respeito:

(...) é verdade que o percurso de Ferenczi levou a regiões que Freud já não podia mais acompanhá-lo, e esta divergência certamente não se esgota em questões de temperamento ou de fidelidade: a meu ver, a trajetória do discípulo, embora inicialmente muito próxima do modelo do mestre, contém desde o começo elementos não redutíveis a ele, tanto no plano clínico quanto nas concepções sobre o desenvolvimento e sobre a metapsicologia (MEZAN, 1993, p. 22).

Sabemos que, no pensamento freudiano, a noção de objeto é *frequentemente* associada à ideia de *representação*, isto é, à consequência de um processo de simbolização; nesse sentido a linguagem é a via de acesso de constituição do mesmo. A palavra é o instrumento privilegiado de denominação do mundo e da constituição do mundo objetual. A concepção ferencziana de objeto, contudo, diferencia-se desta hipótese, porquanto se remete a um período anterior, concomitante à formação do eu. Sobre esse ponto comenta Mezan:

(...) se seguirmos essa trilha, seremos obrigados a concluir que “realidade” e “objetos” estão longe de significar coisas idênticas; na verdade encontram-se em pólos opostos do eixo sujeito-mundo. O objeto não é apenas encontrado ou investido; ele é propriamente constituído pelo movimento introjetivo, que faz coalescerem sensações e afetos sobre um suporte (Id., *ibid.*, p. 23).

Assim, podemos entender que o ego nasce a partir de seu investimento nos objetos. Estes, para Ferenczi, ao invés de representarem o mundo externo (mundo objetual) são o suporte dos afetos ou – por que não dizer? – da própria pulsão. A vida psíquica para o autor decorre dessa vinculação libidinal. Podemos então afirmar que o objeto ferencziano é *o suporte das pulsões de vida, matriz fundamental do psiquismo*.

Retomemos agora nossa concepção de uma instância egoica em permanente formação. Nossa leitura do pensamento ferencziano não leva em conta apenas essa particular concepção de objeto – determinante na formação do eu. Sabemos que há um determinado investimento pulsional em alguns elementos do mundo externo (a partir da dilatação do eu), responsável pela constituição de uma unidade egoica propriamente dita. Porém, mais do que isso, se a vinculação pulsional é o processo responsável pela formação do eu, e a força pulsional – por definição, uma permanente exigência de trabalho – podemos então concluir que o ego é uma instância em permanente formação. E mais do que isso: que esta formação não se resume à soma de experiências intelectuais e afetivas, mas também se relaciona à incidência permanente dos investimentos objetais. Investimentos que, por sua vez se endereçam a alvos específicos, cujo critério de escolha é, sempre, singular.

Tal concepção não representa apenas um modelo teórico inovador do aparelho psíquico, mas uma perspectiva clínica nova, no que se refere ao lugar do analista. Nesse sentido complementa Mezan: “(...) *o analista não é um observador neutro; sua presença, seu modo de ser; suas palavras imprimem ao funcionamento do paciente uma torção própria, capaz de suscitar efeitos específicos*” (MEZAN, 1993, p. 25).

E, logo adiante, conclui: “(...) *o analista ocupa constantemente o lugar do objeto, ou, mais exatamente o lugar de suporte do objeto.*” (Id., *ibid.*, p. 25)

A partir destas afirmações, podemos fazer a seguinte inferência: o nascimento do eu e o do objeto são concomitantes – a partir do processo de introjeção – que na verdade é a expressão utilizada por Ferenczi para designar o movimento de deslocamento dos afetos. E, seguindo este raciocínio, *ego e objeto estão a nascer a todo momento. E, no tocante à ação do analista, este, em sua relação com o analisando, é personagem determinante na continuidade do processo de introjeção.*

Articulemos agora a questão do vazio ao conceito ferenciano de introjeção. Penso que, no momento em que um analisando encontra um analista, se dá o processo de “introjeção”. Isso, contudo, não pode ser entendido, obviamente, como garantia do êxito de um trabalho clínico. Quero dizer com isso que determinados pacientes, marcados por particular dificuldade de sentir e de se vincular, embora cheguem ao consultório de psicanálise – e sejam capazes de dizer que precisam de ajuda – trazem frequentemente a marca da defusão pulsional. Será tarefa do analista poder orbitar e sentir esse vazio instaurado na transferência; seu sentir será determinante para captar as modulações desse *mal-estar*. Dito de outra forma: o vazio a que me refiro, em última instância, aponta para um psiquismo pobre no que se refere ao seu processo de introjeção; podemos pensar em um sujeito marcado por evidente limitação em sua capacidade de “alargamento” de seu ego. Portanto, cabe ao analista encarar a simples presença, ou uma fala marcada somente por amenidades, como a expressão possível do investimento libidinal do analisando.

Estamos sem dúvida nos referindo ao arcaico, a um sujeito que, em sua origem encontrou sérias dificuldades no processo de

escoamento de seus afetos sobre os objetos à sua volta; podemos supor que se tratasse de um ambiente que não se encontrava acessível como depositário destes afetos. Nesse sentido, estar ao lado do analisando já se constitui como uma tarefa fundamental, de enorme importância, condição para que algo, da ordem da livre associação possa, apenas bem mais à frente, advir.

Embora esteja em pauta uma problemática ligada à desfunção pulsional, penso que o esvaziamento a que me refiro não se confunde com a organização melancólica. Isto porque a melancolia – descrita por Freud como a *pura cultura da pulsão de morte* – é expressão de uma agressividade maciça voltada para o próprio sujeito. Um dos sintomas recorrentes na melancolia é a recusa radical à melhora, tão bem descrita por Freud em sua formulação sobre a reação terapêutica negativa (FREUD, 1923/1974). O esvaziamento, mesmo sendo alvo de forte incidência das pulsões de morte, não é atravessado por esse superego tirânico. O que está em jogo é uma incapacidade de significação e não uma significação marcada pelo negativismo e pela menos-valia, como ocorre na melancolia. Também não se confunde com a depressão, quadro clínico tão bem caracterizado por Kehl (2009). A autora vê uma significação, mesmo que muito particular, no discurso depressivo: uma recusa em *jogar o jogo* oferecido pela cultura. Uma oposição ao convite ofertado pela cultura, na qual está em pauta uma demanda incessante pelo êxito, cuja marca é o imperativo da *performance*. Quero aqui sublinhar que o esvaziamento aponta, não traz uma significação prévia, e que a mesma terá que ser construída em um processo de análise – mas apenas a partir da ênfase ao processo de introjeção nos *settings*.

Retomemos agora o operador clínico ferenciano definido como *tato*; o sentir do analista será determinante na percepção deste particular funcionamento psíquico. E não confundamos o sentir do analista como algo que não esteja estreitamente sintonizado com a percepção do que é instaurado pelo analisando na esfera da transferência. Ferenczi cunhou a célebre expressão: *metapsicologia do analista em sessão* exatamente para definir a importância da análise pessoal do analista para que este possa definir, com o máximo de precisão possível, o que o analisando faz suscitar dentro de si. Quanto mais trabalhar suas questões em

seu espaço de análise, mais o analista poderá estar aberto ao campo dos afetos (ou da ausência deles), a partir das sensações vividas em seu corpo. Para definir este delicado trabalho clínico cunhei o termo *porosidade*. Este, explicitado anteriormente de forma pormenorizada (AVELAR, 2013) remete à capacidade do analista de poder *ser invadido pelo analisando sem se misturar com ele*.

E, mais do que isso, valendo-me da excelente expressão cunhada por um estimado colega³⁰, o que está em jogo seria não apenas o *sentir com* ferencziano, mas, mais do que isso, o *sentir por*: sentir aquilo que o analisando não foi capaz de sentir. E o sentir do analista, uma vez devolvido ao analisando e, se corroborado por este, pode vir a ser o índice para o desenvolvimento de uma capacidade de qualificar o mundo ao seu redor, o que Ferenczi tão belamente descreveu como a faculdade de perceber a *malícia das coisas* (FERENCZI, 1913/1992).

Neste ponto cabe citar uma autora contemporânea, de grande inspiração em meu percurso na elaboração de uma clínica sintonizada como o mal-estar contemporâneo, denominado aqui como o vazio. Refiro-me a Radmila Zygouris, mais particularmente em sua obra intitulada: *pulsões de vida* (ZYGOURIS, 1999). Inicialmente a autora assinala que a afetação por um objeto comum seria a condição para o vínculo entre duas pessoas, campo fértil para a intensificação de Eros: duas pessoas seriam afetadas pelo testemunho de algo que as mobilizaria, e por consequência produziria um elo entre elas. Essa afetação, cabe ressaltar, estaria desconectada de qualquer apreciação de cunho intelectual. A autora vale-se do exemplo da obra de arte para ilustrar sua ideia:

Uma obra de arte afeta, desperta; este afeto não é mero discurso, nem é um saber, nem é cultura. Às vezes, ainda não é cultura, tornando-se tal pela afetação múltipla produzida. A cultura viva une o mundo. Uma obra viaja através das afetações que provoca em uns e outros, unindo-os entre si. (ZYGOURIS, 1999, p. 29)

30 Esta expressão foi cunhada por Márcio Pereira, psicanalista da SPID (Sociedade de Psicanálise Tracy Doyle), no decorrer de discussões sobre a prática clínica.

Pode-se perceber a aproximação entre as noções de *afetação* e *laço*, sendo a primeira a condição para o surgimento da segunda. Da mesma forma podemos traçar um paralelo com a própria noção de sintoma: por que não o tomar como uma afetação – fora de lugar, evidentemente – base do laço analítico? Não me refiro, contudo, à presença física, à chegada do analisando à análise, mas ao momento seguinte; é preciso que o analista possa se *deixar afetar* pela queixa do analisando. Talvez essa seja a primeira intervenção a que o analista deva proceder a partir do relato de seu paciente. Porém, muito mais do que uma ação objetiva, remete-se a uma posição ética, que vai na contramão da perspectiva fantasiosa – e, por que não dizer, onipotente – da neutralidade. A ética do analista aponta para a capacidade de o analista poder sustentar exatamente sua condição humana, capaz de ser afetado por aquele que sofre e pede um alívio ao seu sofrimento.

Em seguida a autora cria sua original hipótese dos campos de *aimance* (ZYGOURIS, 1999, p. 29)³¹, laço que decorre, em última instância, de um ato de amor. A esse respeito, afirma: “*Eros cria campos de aimance: grande sequência pulsional de vida. Os campos de aimance são coletivos.*” (ZYGOURIS, 1999, p. 29)

E logo em seguida complementa: “(...) *ao ouvirmos uma obra sozinhos, somos igualmente afetados, reunidos àqueles que também gostam dela, assim como o seríamos por uma má notícia. A tristeza que junta faz participar do campo de aimance (...)*” (ZYGOURIS, 1999, p. 29)

Tomar o campo de *aimance* como ato de amor significa resgatar a perspectiva freudiana de Eros: interesse, erotização. A afetação, dessa forma, mantém estreito laço com a noção de alteridade, a capacidade subjetiva do analista de sair de si e poder se colocar radicalmente no lugar do outro, e de suas necessidades. Sobre esse ponto comenta Zygouris:

Se é que podemos falar de uma ética específica à análise, ela consistiria em não nos esquecermos desse momento inicial que faz com que o analista se comprometa com o paciente, sejam quais forem os avatares que serão encontrados ulterior-

31 Segundo as palavras da autora: “No original, *aimance* que, em francês, é uma junção das palavras *aimer* (amar) e *aimant* (ímã).”

mente. Para manter esse compromisso inicial é preciso não esquecer que a psicanálise deve estar a serviço do paciente e não o contrário. (ZYGOURIS, 1999, p. 21)

Não podemos deixar de frisar, contudo, que o pacto do analista é com seu paciente e nunca com seu sintoma. A ideia de pacto não pressupõe a falta de limites, nem tampouco a ausência de exigências para com o analisando: a noção de compromisso, invariavelmente implica mão dupla, compromisso mútuo de trabalho: condição para o êxito de uma análise. Porém, determinados enquadres podem e devem ser colocados em questão, uma vez que anacrônicos e impeditivos de uma prática sintonizada com a natureza do sofrimento psíquico daquele que nos procura. Sobre esse ponto afirma a autora:

No caso de eu ter que escolher – o que curiosamente é bastante raro, embora ocorra – entre respeitar o enquadre da análise ou ajudar um paciente a encontrar meios para simplesmente viver, escolho a vida do paciente. O que não me impede de evitar cair na armadilha de um mero assistencialismo. Mas pode acontecer que a simples ajuda em viver prevaleça sobre qualquer outra forma de intervenção (Id., *ibid.*, p. 22).

Ampliamos assim nossa noção do vazio, tomando não apenas como um vazio de sentido, mas um vazio de afetos, cujo sintoma é a impossibilidade de sentir. É nítida aqui a vertente silenciosa de Tântatos. Embora tomemos o esvaziamento como expressão da desfusão pulsional, o mesmo não se caracteriza pela destrutividade – como a melancolia, por exemplo – mas sim por uma impossibilidade de qualificação da existência.

Em suma, estamos diante da faceta mais radical do vazio, o vazio de fluxo, decorrente das poucas ofertas de vias para o escoamento de seus afetos, de suas intensidades, provenientes de sua exigência pulsional. Lembremo-nos que Freud, ao modificar sua teoria da angústia (FREUD, 1926/1974) deixou de referi-la unicamente à sexualidade, passando a tomá-la a partir da perspectiva do desamparo. E o desamparo remete-se, sobretudo, ao excesso de estímulos sem que haja uma via de escoamento para o mesmo. Estamos falando da impossibilidade de descarga do *Afekt* freudiano. Podemos, assim, concluir que a origem do trauma remete-se a um desamparo marcado pelo vazio absoluto,

pela ausência do outro como mediador dessa solidão devastadora. Não podemos deixar de, nesse sentido, citar Ferenczi, a respeito do papel do analista frente a um sofrimento psíquico marcado pela predominância radical de Tânatos no início da vida psíquica (FERENCZI, 1929/1992). Daí surge o operador clínico conhecido como *laisser-faire* para que, ao menos num dado momento a criança no interior do adulto possa aceitar o convite para a vida: “*Por esse laisser-faire permite-se a tais pacientes desfrutar pela primeira vez a irresponsabilidade da infância, o que equivale a introduzir impulsos positivos de vida e razões para se continuar existindo.*” (FERENCZI, 1929/1992, p. 59)

Zygouris, por sua vez, a partir de sua noção de *aimance* segue esta linha ética, com o objetivo de se contrapor ao vazio da desfusão pulsional:

Se o paciente está em falta com Eros, ou está sem qualquer cúmplice, como pode ele encontrar os campos de *aimance* do exterior sem um passador de fluxos, sem que o analista se autorize a estabelecer um laço com a realidade externa, sem se perguntar em que estado do Mundo vive o outro? (ZYGOURIS, 1999, p. 33)

Nesse sentido a função do analista é exatamente servir como um suporte para o escoamento dos afetos do analisando. Constituir um campo de ‘*aimance*’ é, sobretudo, uma aliança com o analisando. Porém, mais do que uma aliança, aludimos aqui a uma presença intensa, muitas vezes marcada por quebras de determinados cânones da prática psicanalítica clássica, conforme assinalamos anteriormente. E uma dessas quebras refere-se ao empréstimo de sua subjetividade – e, porque não dizer?, de sua criatividade – para aquele analisando cuja marca fundamental é do vazio radical: de afeto e, conseqüentemente, de sentido. Zygouris define que estar ao lado do paciente deste modo seria: “*Estar ao lado do desejo de vida para inventar, construir futuros possíveis, na obstinação, também, em inventar formas de análise que não bloqueiem o pouco de vitalidade que resiste (...)*” (Id., *ibid.*, p. 33)

Este é mais um ponto onde é possível empreender uma nova aproximação entre o pensamento de Zygouris e o de Ferenczi, mais especificamente em relação ao belíssimo texto ferencziano cujo sugestivo título é: *As fantasias provocadas* (FERENCZI, 1924/1992). Ao

caracterizar um tipo de paciente – nitidamente marcado por um vazio bem próximo daquele que aqui referimos – o autor assinala que se trata de um tipo de indivíduo que:

(...) dá a impressão que tanto em análise quanto na vida, de com certeza ter uma atividade fantasmática mas particularmente pobre, aqueles indivíduos sobre os quais as experiências mais marcantes não parecem deixar nenhum vestígio (FERENCZI, 1924/1992, p. 263).

E Ferenczi afirma o valor de uma história que não deve ser descoberta – porque não há nada a se descobrir – mas, ao contrário, apenas a se inventar. Nesse sentido acrescenta que em tais casos não tem receio em:

(...) expor-lhe diretamente o que ele teria mais ou menos sentido, pensado ou imaginado na situação em questão; e se ele aceita finalmente acompanhar-me, dou menos importância, como é natural, à trama fornecida por mim do que aos detalhes acrescentados pelo paciente (Id., *ibid.*, 264).

Cabe aqui destacar a importância da iniciativa do analista em *acompanhar* o analisando. Talvez seja o mais importante neste processo. Para além da anuência do analisando com as invenções do analista – algo, obviamente, também fundamental – quero aqui ressaltar que, diante de um vazio tão intenso, a aceitação da presença é o sinal verde rumo ao estabelecimento do campo de *aimance*, conforme definido por Zygouris. E estar ao lado de alguém onde o que mais vigora é a ausência, sem dúvida, não é pouca coisa. O território de *aimance* recém-construído, contudo, deve, por sua vez, servir, sobretudo, para a construção de novas possibilidades subjetivas, função maior de todo trabalho de análise.

Uma breve conclusão:

Antes de encerrarmos nosso percurso, cabe aqui fazer uma breve consideração. Meu objetivo nesta empreitada é poder esboçar uma teorização sobre uma constatação comum entre parceiros da prática clínica, a saber: a percepção coletiva a respeito da quantidade de pacientes que chegam até nossos consultórios cujo discurso traz a marca

do esvaziamento. Esta particular forma de sofrimento não é apenas a incapacidade de *poder falar* sobre o que faz o sujeito sofrer. Refiro-me à sua incapacidade de *poder sentir* o que, comumente, comparece em seus relatos. Tal esvaziamento não alude, então, a um afeto represado por uma ação defensiva. Neste sentido a concepção ferencziana de *introjeção* é de grande valia, já que a partir dela podemos cogitar uma problemática a partir de outra perspectiva. Quero aqui pensar em um sofrimento psíquico que faz referência a uma dificuldade arcaica na subjetivação das intensidades e, conseqüentemente na formação do eu. Numa perspectiva ferencziana, poderíamos dizer que houve um problema na relação do ego com o mundo objetual, pois, para Ferenczi, ambos se constituem mutuamente. Podemos, assim, dizer que houve um problema fundamental na formação do mundo psíquico.

E a concepção freudiana de pulsão de morte, em seu sentido último, mais arcaico, cuja tendência é o inanimado, é de grande valia para a compreensão desta particular forma de sofrimento. O que está em jogo aqui é o silêncio na origem, a fragilidade das pulsões de vida. Ferenczi, por sua vez, ao teorizar sobre a pulsão de morte (Ferenczi, 1929/1992, op. cit.), segue a trilha destas formulações freudianas. Mais do que isso, irá pensar em operadores clínicos relevantes para o esboço de uma prática psicanalítica eminentemente contemporânea.

E Zygouris (1999, op. cit.), por sua vez, a partir da criação do conceito de *aimance*, encontra uma forma original de valorização da presença de Eros na prática psicanalítica. Nesse sentido o *sentir com ferencziano* encontra uma conexão direta com a noção de *estar com* teorizada pela autora.

Para concluir, penso que *estar* é a condição, nesses casos, para a criação da capacidade de *sentir*. E mais, o nosso sentir, a partir do operador clínico denominado por mim de *porosidade* (AVELAR, 2013) é o eixo de trabalho com tais analisandos. Estamos falando de uma prática clínica muito singular: precisamos apenas estar com tais pacientes, jogando conversa fora, nos despindo de toda e qualquer pretensão interpretativa. Apenas após um longo tempo, é possível, com o auxílio de nosso sentir, podermos, juntamente com o analisando, construir uma rede de afetos que viabilize uma posterior

possibilidade de significação. Aludo aqui a um processo que permita ao sujeito *sentir a vida*. Nosso sentir a respeito do paciente, portanto, será o operador clínico privilegiado para viabilizar a ampliação de sua percepção do mundo.

Tramitação:

Enviado em: 09/05/2014

Aprovado em: 13/06/2014

ANDRÉ SOARES PEREIRA AVELAR

Travessa Santa Leocádia, casa 10 – Copacabana – Cep: 22061-050 – RJ

Telefone: (21) 2236-4613 / (21) 99151-4905

Email: andreavelar@ibest.com

Referências:

AVELAR, André Soares Pereira. *Trauma e prática clínica: um percurso entre Freud e Ferenczi*. Tese de Doutorado: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Psicologia, 2013.

BAND, Ari. Supervisão psicanalítica: um estilo. Departamento de Psicologia da PUC-RJ, 1994.

FERENCZI, Sandor (1992) A introjeção. In: _____. *Psicanálise II (Obras Completas, 2)*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1912).

FERENCZI, Sandor. (1992) O desenvolvimento do sentido da realidade e seus estágios.. In: _____. *Psicanálise I*. São Paulo: Martins Fontes. (*Obras completas, 1*). (Trabalho original publicado em 1913).

FERENCZI, Sandor. (1992) Prolongamentos da técnica ativa. In: _____. *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes. (*Obras completas, 3*). (Trabalho original publicado em 1921).

FERENCZI, Sandor. (1992) Fantasias provocadas. In: _____. *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes. (*Obras completas*, 3). (Trabalho original publicado em 1924).

FERENCZI, Sandor. (1992) Elasticidade da técnica psicanalítica. In: _____. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes. (*Obras completas*, 4). (Trabalho original publicado em 1928).

FERENCZI, Sandor. (1992) A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In: _____. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (*Obras completas*, 4). (Trabalho original publicado em 1929).

FREUD, Sigmund. (1974) Projeto para uma psicologia científica. In: J. Strachey (Ed. e J. Salomão, Trad.) *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 1, p. 335-464). Rio de Janeiro: Imago (Original escrito em 1895 e publicado em 1950).

FREUD, Sigmund. (1974) Além do princípio de prazer. In: J. Strachey (Ed. e J. Salomão, Trad.) *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 18, p. 13-156). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1920).

FREUD, Sigmund. (1974) O ego e o id. In: J. Strachey (Ed. e J. Salomão, Trad.) *O ego e o id e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 19, p. 15-82). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1923).

FREUD, Sigmund. (1974) Inibições, sintomas e ansiedade. In: J. Strachey (Ed. e J. Salomão, Trad.) *Um estudo autobiográfico, Inibições, sintomas e ansiedade, A questão da análise leiga e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 20, p. 81-174). Rio de Janeiro: Imago (Original escrito em 1925 e publicado em 1926).

FREUD, Sigmund. (1974) Construções em análise. In: J. Strachey (Ed. e J. Salomão, Trad.) *Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 23, p. 289-304). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1937).

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: sobre a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MEZAN, Renato. Do autoerotismo ao objeto: a simbolização segundo Ferenczi. São Paulo: *Revista percurso*, n. 10, 1993.

ZYGOURIS, Radmila. *Pulsões de vida*. São Paulo: Editora Escuta, 1999.

LIMITES PSÍQUICOS E A LÓGICA DO DESESPERO

PSYCHIC LIMITS AND THE LOGIC OF DESPAIR

Issa Damous³²

Resumo

Acompanhando principalmente as contribuições de André Green, discute-se a constituição dos limites psíquicos com atenção especial às dificuldades na experiência de diferenciação do objeto primário. A precariedade dos recursos de simbolização que daí deriva é relacionada a um funcionamento psíquico presidido por uma lógica do desespero e, portanto aos desenlaces extrarrepresentativos que tangem ao ato e ao corpo.

Palavras-chave: limites psíquicos; trabalho do negativo; luto; lógica do desespero.

32 Psicanalista; Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio; Professora Adjunta do Departamento de Psicologia UFF/PURO; Pesquisadora CNPQ.

Abstract:

Following mainly contributions from André Green, the constitution of psychic limits is discussed with special attention to difficulties in the experience of differentiation from the primary object. Its precariousness of symbolization resources is related to a psychic functioning guided by a logic of despair, and so to the extra-representative outcomes, such as actings and somatizations.

Keywords: *psychic limits; work of the negative; mourning; logic of despair.*

Introdução

A clínica psicanalítica contemporânea encontra-se repleta de questões relacionadas aos limites psíquicos. Com efeito, é frequente que, a ouvidos atentos aos mal-estares enunciados na situação analítica ou atuados no corpo e na vida cotidiana, os campos dos limites intrapsíquicos e intersubjetivos soem estranhamente delimitados ou constituídos. Exemplos dessa estranheza: dificuldades de estabelecer e manter relacionamentos íntimos e duradouros, manifestações gratuitas de violência, dentre diferentes outros comportamentos antissociais, e mesmo a prática de automutilação a que se vem convencendo reconhecendo como *cutting*.

Em geral, essas manifestações trazem a marca importante de um achatamento da subjetividade em favor de um aprisionamento a um binômio queixa-conduta que prioriza a psicopatologização do sofrimento e o caráter performático da vida como um todo (DAMOUS, 2012a). Isto significa basicamente um funcionamento psíquico guiado pela necessidade de respostas apaziguadoras e imediatas, ou seja, o imperativo do prazer e do sucesso sem perda de tempo, numa sociedade de fato cada vez mais radicalmente marcada pelo culto à urgência e à instantaneidade na sua relação com o tempo (cf. AUBERT, 2009). Nesse contexto, o império do efêmero triunfa sobre a realidade psíquica obediente à obsolescência, sedução e diversificação das coisas e das experiências ditadas pela moda consumada no universo social capitalista, como sugere Lipovetsky (1987/2013). Frente ao mandatório

da febre consumidora do novo, tem-se “o próprio *indivíduo-moda*, sem apego profundo, móvel, de personalidade e de gostos flutuantes” (LIPOVETSKY, 1987/2013, p. 205). Assim, parece restar então a marcha ditada pelo grito das novas tendências e acompanhar maniacamente o mandatário performático de ser feliz, saudável e bem-sucedido em todos os campos da vida, ou, em contrapartida, recuar depressivamente, em pane, sentindo-se insuficiente e envergonhado, tal como colocado por Ehrenberg (1998/2000).

Considerando ainda os sérios limites de analisabilidade que o sujeito contemporâneo impõe à clínica, é inevitável então emergir do ponto de vista psicanalítico uma inquietação quanto à constituição narcísica desse sujeito e quanto aos seus processos de simbolização. Nesse sentido, fatalmente nos interrogamos acerca das relações que o sujeito estabelece consigo mesmo e com o mundo, incluindo-se aqui suas possíveis atividades autorreflexivas. Na verdade, trata-se de uma interrogação acerca de como se encontram organizados a atividade de pensar e o espaço psíquico pessoal, pois, perceber o outro de fato, assim como evocá-lo em pensamento, pensar a si mesmo, as experiências consigo mesmo e com o outro, são conquistas de um *trabalho de simbolização*. Vale lembrar que os recursos necessários à simbolização não estão dados de uma vez por todas. É preciso antes constituir um aparelho psíquico para pensar os pensamentos, como propõe Bion (1962a/1994), o que também pode ser compreendido como uma necessidade de que sejam constituídos limites psíquicos favoráveis à simbolização.

O psíquico entre um duplo limite demarcado pelo trabalho do negativo

O estudo sobre os limites psíquicos vem mobilizando diferentes autores da clínica psicanalítica contemporânea. André Green, particularmente, traz contribuições interessantes acerca da constituição e funcionamento dos limites psíquicos, assim como dos processos de pensamento. O autor compreende a psique e os processos de simbolização que nela se desenrolam como um campo de formação intermediária entre a realidade externa e o campo somático: “campo paradoxal,

constituído mais ou menos favoravelmente segundo as facilitações do ambiente, em conformidade, portanto, com a proposta winnicottiana de transicionalidade e de espaço potencial” (DAMOUS, 2012b, p. 229).

Green segue na esteira de Winnicott pressupondo a existência de uma relação intrínseca mãe-bebê desde o início da vida. E, tal como este, Green acredita que no contexto de um primeiro ambiente de cuidados, se desenvolvem processos complexos como a diferenciação eu/não eu e o estabelecimento das fronteiras intrapsíquicas favoráveis à simbolização, o que, no termo cunhado por Roussillon (2007), diz respeito à organização narcísico-identitária. Então, segundo o pensamento desses autores, de uma unidade fundamental mãe-bebê, é percorrido um longo processo em termos de desenvolvimento emocional e de simbolização a fim de que se efetive uma separação eu/não eu, sem que, no entanto, jamais seja alcançada independência completa, embora, é preciso considerar, o campo de experiências da jornada rumo à independência deva ampliar-se cada vez mais e abarcar o campo da cultura.

A concepção de Winnicott sobre o desenvolvimento emocional é pautada nos cuidados suficientemente bons recebidos do ambiente, assim como na facilitação à jornada rumo à independência e à entrada na transicionalidade. Nesse sentido, as primeiras relações mãe-bebê constituem uma matriz relacional primitiva cujas experiências sedimentam uma dimensão paradoxal com significativas implicações futuras no sentido da saúde mental, sobretudo colocadas em termos de integração, personalização e realização (WINNICOTT, 1945/2000). Essas experiências se dão concomitantemente ao início de uma organização narcísica que, na linguagem winnicottiana, pressupõe paulatina diferenciação entre os mundos interno/externo, *pari passu* à sofisticação de uma integração psicossomática e da configuração de um ambiente pessoal capaz de abrigar o verdadeiro *self*.

Green (1982, 1988), a seu modo, trabalha o tema dos limites psíquicos sob a ótica de um *duplo-limite*, pressupondo através desta expressão uma face interna e outra intersubjetiva. Efetivamente, os limites psíquicos se situam entre a excitação somática, por um lado, como fonte da pulsão, e, por outro lado, a ação específica, como a finalidade da pulsão (FREUD, 1911/1996). Nessa configuração, o

campo psíquico encontra-se duplamente influenciado, ou seja, sofre tanto a pressão da pulsão induzindo à ação específica quanto o impacto das relações de objeto. Segundo a leitura greeniana, entre essa dupla face, fonte e ação, um espaço de ausência é fundamental para configurar um espaço psíquico pessoal, diferenciado, e capaz de comportar produções subjetivas como a construção de representações e o pensar, assim como articular princípio de prazer-desprazer/realidade. Green convida desse modo a conceber a constituição psíquica ela própria como uma zona intermediária, transicional, entre o eu e o outro. Nessa conjuntura, se desenrola o que o autor propõe chamar de *trabalho do negativo* (GREEN, 1993/2013), designando assim operações psíquicas responsáveis não apenas por fundar e estruturar o psíquico e, portanto, a simbolização, como também proporcionar imbricação entre pulsão de vida e pulsão de morte.

A acepção do vocábulo *negativo* priorizado por Green (2002/2008) sugere movimentos psíquicos de apagamentos responsáveis por constituir ausências latentes, ou, dito de outro modo, movimentos que tornam algo não perceptível embora presente potencialmente. O trabalho do negativo reúne de fato diferentes movimentos psíquicos que exercem função de negativização estruturante. Dentre eles, incluem-se a excorporação, o recalçamento, a alucinação negativa, a clivagem e a negativa, operações já conhecidas – algumas esmiuçadas desde Freud, outras mais fomentadas por autores pós-freudianos, entre eles o próprio Green. Sob a égide do trabalho do negativo tal como postulado pelo autor, essas operações psíquicas são costuradas através de movimentos de ligação/desligamento empreendidos pelas pulsões de vida e de morte, e estão atreladas à constituição dos limites psíquicos e aos processos de simbolização. No que se refere especificamente à relação mãe-bebê, os mecanismos negativizadores são essenciais para realizar o apagamento do objeto primário e a sua internalização como estrutura psíquica. Bem-sucedida, essa manobra resulta no desenho do espaço psíquico pessoal demarcado por um duplo-limite favorável à simbolização (cf. GREEN, 1982).

Efetivamente, o apagamento do objeto primário deve resultar da atividade pulsional no contexto das relações objetais. Segundo

Green (1980/1988), essa é uma condição imprescindível para que se construa o espaço psíquico pessoal sob a perspectiva do duplo-limite. Vale notar que, do ponto de vista do bebê que experimenta a ilusão durante a dependência absoluta, o objeto não desempenha nenhum papel fundamental na constituição da sua subjetividade, pois ainda não é percebido como objeto. Entretanto, do lado do objeto, a suficiência na sua maneira de estar presente inclui naturalmente proporcionar satisfação ao bebê e, portanto, o prazer e o incentivo à atração e, na mesma medida, a falha, o erro, e daí o desprazer e um motivo para a repulsa do bebê para com o que percebe como desagradável. Isto significa que o objeto suficientemente bom o é justamente porque satisfaz e também falha de uma maneira natural, suportável, metabolizável pelo psiquismo nascente. Na conjuntura das relações primárias, Green (1993/2010, p. 301; grifos do autor) é enfático quanto ao paradoxo intrínseco ao papel que o objeto suficientemente bom desempenha no que diz respeito à atividade pulsional do bebê: “*o objeto está lá para estimular, para despertar a pulsão e, ao mesmo tempo, para contê-la*”. Desse modo, perpassando necessariamente também a falha, o objeto é o ponto de partida para incentivar, por um lado, investimento/ligação/atração ao que é percebido como prazeroso e, por outro lado, o desinvestimento/desligamento/repulsa ao que causa desprazer.

Trata-se de que, inicialmente, o objeto dispensa cuidados em relação ao bebê por um certo tempo que recobre a indiferenciação primária e durante o qual desperta a atividade pulsional. Suficientemente bons, esses cuidados sustentam paradoxalmente uma continuidade para as primeiras rupturas empreendidas pelo trabalho do negativo – a excorporação do que é percebido como desprazeroso (cf. FREUD, 1925/1996). Sobrevivendo nesse lugar, o que implica certamente suportar a excorporação e ser minimamente capaz de exercer a função alfa (BION, 1962b/1991), o objeto facilita para o bebê a iniciação no trabalho do negativo que irá afinal apagá-lo e introjetá-lo como estrutura constituinte da psique. De fato, toda essa manobra favorece diferentes processos subjetivos, dentre os quais os fenômenos transicionais (WINNICOTT, 1971/1975), mas, sobretudo, em última instância, constitui a ausência necessária na psique potencializando-a para os processos de simbolização.

O fracasso do trabalho do negativo e o luto impossível

Em geral, as separações são suportadas uma vez que possam ser aceitos o distanciamento momentâneo ou a perda definitiva do objeto na realidade externa, o que, naturalmente, encontra-se atrelado à possibilidade de conservar o objeto psiquicamente presente, isto é, representado. Sem essa condição, uma experiência de separação facilmente redundaria numa desorganização traumática atrelada a desamparo e agonia. A representação do objeto indica, com efeito, a manutenção do investimento sobre ele, a despeito de sua ausência ou perda:

Ainda que a separação gere sempre uma forma de sofrimento... o sujeito pode mais ou menos manter o laço com o objeto estando religado psiquicamente com ele. O objeto não foi perdido porque está presente dentro, e esta presença interna é simultaneamente promessa de retorno (FERRANT, 2007, p. 465; minha tradução).

Essa condição de representação atrelada à possibilidade de separação ou perda do objeto remonta ao trabalho de luto (cf. FREUD, 1917[1915]/1996) com que inevitavelmente o humano se depara em diferentes momentos ou situações da vida. Ocorre, no entanto, que a construção de representação é fundamental na estruturação psíquica que tange aos primórdios da subjetivação. No que diz respeito ao processo de separação da unidade primordial mãe-bebê, é imprescindível o trabalho do que se poderia chamar de um luto primário, pois, facilitado pelos processos identificatórios seguidos da construção de representações, o luto primário significa a certeza de abrigar internamente o objeto materno.

À la Green (1980/1988), a internalização do objeto primário como representação perpassa o seu apagamento como tarefa empreendida pelo trabalho do negativo e constitui a matriz primordial, o espaço de ausência, ou simplesmente o campo vazio necessário para os investimentos eróticos e agressivos dos trâmites intrapsíquicos e intersubjetivos. Esse espaço de ausência proporciona à psique a dimensão do paradoxo que abriga simultaneamente o sim e o não, a presença e a falta, o objeto ou o fenômeno tanto subjetivo quanto

objetivo. Trata-se do espaço que proporciona enfim a separação e a reunião dos elementos intrínsecos à simbolização. Justamente esse espaço permite a entrada da criança no brincar e assim no trabalho do luto que elabora a perda, a separação, a distância, complexificando os jogos identificatórios. Diante da constituição dessa matriz primordial à simbolização, isto é, da ausência, o objeto pode finalmente ser perdido, pois já se encontra presente onde mais importa que esteja: no campo das representações.

Fundamentalmente, portanto, o sucesso da diferenciação da unidade primordial encontra-se atrelado à perda do objeto primário apagado via trabalho do negativo, com destaque para os processos identificatórios e para o luto desencadeado com essa perda. Desse modo, uma relação eu/não eu pode ser estabelecida pautada na estruturação do princípio de realidade em sua articulação ao princípio de prazer e a ascensão ao domínio dos processos psíquicos secundários.

Surgem, no entanto, complicações à medida que as relações primárias se desenrolam em contextos traumáticos, pois dificultam os processos de diferenciação e de constituição narcísico-identitária nos quais se pressuporia o trabalho do luto. Em palavras greenianas, pode-se dizer que se trata do *fracasso do trabalho do negativo* na tarefa de apagamento do objeto primário, comprometendo-se de partida a constituição dos limites eu/não eu que favoreceriam uma configuração narcísica mais ou menos delimitada, assim como também a constituição dos limites intrapsíquicos que capacitariam a simbolização e, conseqüentemente, o domínio interno da atividade pulsional.

No âmbito de um fracasso do trabalho do negativo em apagar o objeto primário, perpetua-se um aprisionamento na dialética expulsiva. Nem engolir, nem cuspir. Ambos os aspectos coexistem de modo paradoxalmente patológico no fracasso do trabalho do negativo sem que uma distinção ou separação seja possível em relação ao objeto, geralmente considerado excessivo. Adentra-se conseqüentemente no contexto da *anuidade primária* (GREEN, 1993/2010) segundo a qual o objeto permanece entalado, constituindo o que Figueiredo e Cintra (2004, p. 43) chamam bastante apropriadamente de “objeto obstipante”.

Os prejuízos na experiência de separação eu/não eu se articulam, portanto, a um luto primário impossível. Esta condição engendra um narcisismo negativo e determina um modo de funcionamento psíquico bastante peculiar, marcado por transtornos na esfera do pensamento e pela incidência prevalente da pulsão de morte, caracterizando uma lógica do desespero.

A lógica do desespero

Conforme discutido por Damous (2012a), a *lógica do desespero* se refere basicamente a uma atividade psíquica funcionando além do princípio de prazer em que a realização de desejo não triunfa, mas sim a compulsão à repetição e a atuação. Contrariamente à lógica da esperança na qual os processos psíquicos primários revelam-se mais ou menos facilmente nas realizações substitutivas de desejo expressas no retorno do recalçado, a lógica do desespero segue uma inversão dos valores da vida: busca o desprazer em vez do prazer, e evita o prazer em vez de evitar o desprazer (GREEN, 1979/1988).

De fato, pode-se dizer que há sempre esperança de realização quanto aos processos psíquicos primários, pois a satisfação pode ser alcançada nas diferentes manifestações do inconsciente, sejam os atos falhos, os lapsos do discurso, os sonhos, os sintomas e mesmo as associações livres. Contudo, ao contrário da lógica da esperança que aponta sempre para um *final feliz*, a lógica do desespero reflete um modo de funcionamento psíquico em pane atravessado pelo luto primário inelaborável que mantém o objeto ocupando o centro da cena psíquica enquanto o eu capitula frente à pulsão de morte.

Com efeito, segundo a perspectiva da lógica do desespero, a atividade psíquica é atravancada pela ação prevalente da pulsão de morte, significativamente desfusionada da pulsão de vida, e as clivagens incidem no aparelho psíquico de tal maneira que o eu tende a esgotar as suas capacidades de empreender a comunicação entre as diferentes partes divididas, dissociadas. Desse modo, afirma Green (1979/1988, p. 30): “nenhum terceiro termo é criado, nenhuma simbolização ocorre efetivamente”.

No que diz respeito à ação da pulsão de morte na atividade psíquica orientada pela lógica do desespero, verifica-se um *desinvestimento radical* indicando a tendência a um estado de vacuidade, aspirando ao não ser e à nulidade (GREEN, 1975/1988; 1977/1988). De modo incisivo, o desinvestimento acarreta a indiferença, o sentimento de inexistência e de irrealidade de si mesmo e dos objetos, configurando um *narcisismo negativo*. Conforme apontado por Garcia e Damous (2009) a propósito da discussão que as autoras empreendem acerca das dimensões do silêncio que abarcam o psiquismo, o desinvestimento consiste em um mecanismo que pode levar às últimas consequências a função desobjetalizante empreendida pela pulsão de morte (GREEN, 1986/1988). Como sequela, verifica-se que esse desinvestimento “gera estados da mente em branco sem quaisquer componentes afetivos, dor ou sofrimento” (GREEN, 1977/1988, p. 85), o que pode se fazer perceber nas psicossomatoses, no *cutting*, nas adições, apenas para citar algumas das diferentes manifestações sintomáticas bastante presentes na contemporaneidade.

A clivagem, por sua vez, é trabalhada por Freud (1940a/1996) principalmente no que se refere ao mecanismo de recusa da castração (*Verleugnung*) associado ao fetichismo e a outras defesas perversas e, igualmente, no que se refere à diferenciação dos limites topográficos originários das neuroses em geral (FREUD, 1940b/1996). Retomada pelos teóricos das relações de objeto que seguem o referencial kleiniano, a clivagem é situada como um mecanismo de defesa utilizado normalmente pelo psiquismo e até mesmo necessário a fim de separar aspectos complementares, porém opostos, como bom e mau. Esses aspectos dificilmente são imediatamente tolerados como pertencentes ao mesmo objeto e por isso são clivados enquanto os objetos são percebidos apenas parcialmente, embora em algum outro momento e num determinado espaço psíquico possam novamente reunir-se, contribuindo então para a percepção de objetos totais. Todavia, em casos de falhas do ambiente ocorridas muito cedo, a clivagem incide de modo radical. Patologicamente, esse mecanismo psíquico provoca a amputação do eu levando à perda de contato com parte da realidade psíquica e ocasiona divisões nos elos associativos dos processos psíquicos como um todo.

Nesse caso, como indicado por Green (1977/1988), a clivagem pode se estender inclusive para a dissociação entre psique e soma tornando incongruentes as sensações corporais e os afetos.

De maneira ainda mais circunscrita, Roussillon (1999) contextualiza a clivagem nos estados traumáticos primários apontando-a como a única saída possível para fazer frente aos impasses vivenciados nas relações com o ambiente. Essa medida de sobrevivência psíquica, sinaliza o autor, constitui-se paradoxalmente como uma espécie de sofrimento autoengendrado:

Para sobreviver o sujeito se retira da experiência traumática primária, ele se retira e se corta da sua subjetividade. Ele assegura, este é o paradoxo, sua ‘sobrevivência’ psíquica se cortando de sua vida psíquica subjetiva. Ele não ‘sente’ mais o estado traumático, ele não se sente mais lá onde ele está, ele se descentra de si mesmo, se desloca de sua experiência subjetiva (ROUSSILLON, 1999, p. 20; minha tradução).

Desse modo, a clivagem permite retirar ou cortar da subjetividade uma situação que é ao mesmo tempo experimentada pelo eu e não constituída como experiência do eu. Isto significa que o estado traumático foi de fato experimentado deixando traços mnésicos, mas não foi representado. Por isso, Roussillon (1999, p. 21) defende nessa caracterização uma clivagem “ao” eu, diferentemente de uma clivagem “do” eu. A sua hipótese nesse sentido sugere a clivagem de uma parte da psique que sequer chegou ao eu para ser representada.

É verdade que lançar mão da clivagem como recurso defensivo não resolve o problema da experiência traumática e das agonias inomináveis que a acompanham, pois ela não é eficaz em eliminar os traços dessas experiências e ainda as conservam num funcionamento além do princípio de prazer que ameaça retornar via compulsão à repetição. É inevitável então que ocorra um *retorno do clivado* que, justamente por não ser representado, se manifesta principalmente numa tendência ao ato (ROUSSILLON, 1999). Essa clivagem patológica constitui o que Roussillon (1999, p. 23) denomina “*fueros*” na psique, referindo-se a um tipo de extraterritorialidade cujos traços só podem ser reencontrados

através de modalidades de defesas, entre elas, o ato e a somatização. Esse é finalmente o campo dos desenlaces extrarrepresentativos que expressam o funcionamento psíquico presidido pela lógica do desespero (cf. DAMOUS, 2012a).

Especificamente no tocante à constituição dos limites psíquicos no âmbito da lógica do desespero, tem-se que, sob a marca do desinvestimento radical operando lado a lado com as clivagens, no primeiro nível de divisão, interno/externo, um continente do eu pode ser delineado, porém, de modo precário e pouco adaptativo. Green (1977/1988) descreve dessa maneira um continente do eu flexível para se expandir ou para se retrair conforme esteja em questão a angústia de separação ou a de intrusão, mas isto não é experimentado como algo enriquecedor, ou seja, como algo com o qual se pode aprender (cf. BION, 1962b/1991). É antes experimentado como perda de controle, como a última defesa possível ante a implosão ou desintegração. O segundo nível da divisão, intrapsíquica, revela imediatamente falhas na integração do eu que se apresenta com diferentes núcleos não comunicantes entre si, semelhantes a arquipélagos isolados circundados por espaços vazios (GREEN, 1977/1988). Desse modo, pensamentos, afetos e fantasias coexistem em meio a um espaço vazio, enquanto externamente tem-se a impressão de que o contato com esses pacientes é limitado e de que eles são indiferentes, desvitalizados e fúteis.

Com efeito, o funcionamento psíquico orientado pela lógica do desespero se evidencia enfaticamente nos limites de analisabilidade vivenciados na situação analítica com pacientes que se situam basicamente entre uma *pseudonormalidade* social e uma posição de dependência fusional do objeto. Entre essas duas polaridades, encontram-se as manifestações clínicas referidas aos desenlaces extrarrepresentativos, principalmente as psicossomatoses e as atuações, oriundos dos prejuízos à possibilidade de simbolização. As somatizações e atuações extrapolam assim o campo representacional constituindo manifestações de um funcionamento psíquico ditado por uma lógica de desespero. Fala-se, por conseguinte, num engendramento psíquico no qual, a princípio, é inalcançável o desfrute da função dos objetos e fenômenos transicionais, como sugere Winnicott (1971/1975).

Finalizando

Os transtornos ao longo do processo de diferenciação eu/não eu, bem como do estabelecimento dos limites psíquicos como um todo, podem ser de diferentes ordens e frequentemente encontram-se associados aos excessos do ambiente, os quais, por excesso de ausência ou de presença, produzem igualmente no eu a experiência de excesso. Conseqüentemente, além de uma dupla angústia, de intrusão e de separação, o duplo-limite se constitui apenas fragilmente ou muito prejudicado, na maioria das vezes, esburacado ou achatado e despotencializado quanto à transicionalidade. Não se verifica, desse modo, área palpável entre o eu e o outro que proporcione alívio à tensão que naturalmente já se espera no confronto da realidade psíquica com a realidade externa ou, dito de outro modo, que favoreça a simbolização.

O fracasso do trabalho do negativo em constituir limites psíquicos efetivamente demarcados por um duplo-limite deixa a psique à mercê da presença maciça do objeto obstipante como aquele que não pode ser enlutado. Sob um excesso de desprazer e desapontamentos atrelados à ênfase da meta desobjetalizante empreendida pela pulsão de morte, responsável por desinvestimentos maciços e clivagens, a psique é então orientada por um funcionamento pautado numa lógica de desespero.

Há na verdade toda uma delicadeza que atravessa a constituição dos limites psíquicos e o estudo desse campo, assim parece, tem se mostrado bastante significativo para a compreensão da precariedade dos recursos de simbolização que subjazem aos transtornos na esfera do pensamento e das passagens ao ato que tanto despontam na clínica psicanalítica contemporânea.

Tramitação:

Enviado em: 19/05/2014

Aprovado em: 23/06/2014

ISSA DAMOUS

Rua Visconde de Pirajá, nº 4, sala 507 – Ipanema – Cep: 22410-000 - RJ
 Telefone: (21) 3474-6822 / (21) 98119-2215
 Email: issa@infolink.com.br

Referências bibliográficas

AUBERT, Nicole. *Le culte de l'urgence*. La société malade du temps. Paris: Flammarion, 2009.

BION, Wilfred. Uma teoria sobre o pensar. In: ____ *Estudos psicanalíticos revisitados. (Second thoughts)*. Rio de Janeiro: Imago, 1994, 3ª ed., p.127-137. (Trabalho original publicado em 1962a).

_____. *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. (Trabalho original publicado em 1962b).

DAMOUS, Issa. *Depressão e lógica do desespero na contemporaneidade: uma visão psicanalítica*. Curitiba: Juruá, 2012a.

_____. Os limites psíquicos e os casos-limite à luz de André Green. *Rabisco Revista de Psicanálise*. Porto Alegre, v.2, n.2, p.228-238, nov. 2012b.

EHRENBERG, Alain. *La fatigue d'être soi: dépression et société*. Paris: Odile Jacob, 2000. (Trabalho original publicado em 1998).

FERRANT, A. Pôle d'organisation narcissique-identitaire du psychisme. In : Roussillon, R. et al. *Manuel de psychologie et de psychopathologie clinique générale*. Issy-les-Moulineaux: Elsevier Masson, 2007, p. 459-483.

FIGUEIREDO, L. C.; CINTRA, E. Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. In: Cardoso, M. (Org.) *Limites*. São Paulo: Escuta, 2004, p.13-58.

FREUD, Sigmund. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: _____. *O caso de Schreber, artigos sobre a técnica e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 237-244. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 12). (Artigo original publicado em 1911).

_____. Luto e melancolia. In: _____ *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 271-294. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 14). (Artigo original escrito em 1915 e publicado em 1917).

_____. A negativa. In: _____ *O ego e o id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 265-269. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 19). (Artigo original publicado em 1925).

_____. A divisão do ego no processo de defesa. In: _____ *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 291-296. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 23). (Artigo original escrito em 1938, publicado em 1940a).

_____. Esboço de psicanálise. In: _____ *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 153-221. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 23). (Artigo original escrito em 1938, publicado em 1940b).

GARCIA, Claudia Amorim & DAMOUS, Issa. O silêncio no psiquismo: uma manifestação do trabalho do negativo patológico. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*. Rio de Janeiro, ano 31, n. 22, p.105-115, 2009.

GREEN, André. O analista, a simbolização e a ausência no contexto analítico. In: _____ *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p.36-65. (Trabalho original publicado em 1975).

_____. O conceito do fronteiroço. In: _____ *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 66-89. (Trabalho original publicado em 1977).

_____. A psicanálise e modos comuns de pensamento. In: _____ *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 23-35. (Trabalho original publicado em 1979).

_____. A mãe morta. In: _____ *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988, p. 247-282. (Trabalho original publicado em 1980).

_____. La Double limite. *Nouvelle Revue de Psychanalyse* (Le trouble de pensée). Paris, n.25, p.267-283, 1982.

_____ Pulsão de morte, narcisismo negativo, função desobjetalizante. In: Green, A. et al. *A pulsão de morte*. São Paulo: Escuta, 1988, p. 59-68. (Trabalho original publicado em 1986).

_____ *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

_____ *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed, 2010. (Trabalho original publicado em 1993).

_____ *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 2008. (Trabalho original publicado em 2002).

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. A moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, 3ª reimpressão. (Trabalho original publicado em 1987).

ROUSSILLON, René. *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: PUF, 1999.

ROUSSILLON, René et al. *Manuel de psychologie et de psychopathologie clinique générale*. Issy-les-Moulineaux: Elsevier Masson, 2007.

WINNICOTT, Donald. Desenvolvimento emocional primitivo. In: ____ *Da pediatria à psicanálise. Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 218-232. (Trabalho original publicado em 1945).

_____ *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Trabalho original publicado em 1971).

SUICÍDIO E ASSÉDIO: DUAS VERTENTES DE UMA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

*SUICIDE AND BULLYING: TWO STRANDS OF
CONTEMPORARY HISTORY*

*Lidia Levy*³³

*Maria Eduarda S. P. Simonsen*³⁴

*Monah Winograd*³⁵

Resumo

Este ensaio tem como objetivo esboçar uma articulação entre as marcas dos tempos atuais e o *bullying*, tanto do ponto de vista da vítima, quanto do ponto de vista dos que o praticam. Destacamos, de um lado, o suicídio como saída extremada para as angústias e, de outro, a repetição da violência como tentativa de aniquilamento do estranho em cada um, excluído e projetado. Em ambos os casos, veem-se movimentos mortíferos em operação como resposta ao desamparo resultante do cenário atual.

33 Psicanalista, Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio, Membro da SPCRJ, SPID e AIPCF.

34 Psicóloga, Especialista em “Psiquiatria e Psicanálise da Infância e Adolescência” pelo IPUB/UFRJ, Mestranda PUC-Rio.

35 Psicanalista, Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio, onde integra a linha de Pesquisa em Psicanálise: Clínica e Cultura, Pesquisadora do CNPq (produtividade 2), Editora da Revista Psicologia Clínica (PUC-Rio).

Palavras-chave: suicídio, bullying, desamparo; passagem ao ato.

Abstract:

This essay aims to outline a link between the marks of nowadays and bullying, from the viewpoint of the ones who practice it and the victim's. Highlighting, on one hand, suicide as extreme solution to deal with anguish and, on the other hand, the repetition of violence in an attempt to annihilate the stranger in each person, excluded and projected. In both cases, one sees deadly movements as a response to helplessness resulting from the current scene.

Keywords: *suicide, bullying, helplessness, passage to the act.*

O aumento de casos de suicídio entre jovens em nossa sociedade merece um estudo. As histórias divulgadas pela mídia revelam o desamparo e a violência presentes no cotidiano dos adolescentes, os quais, não raro, resultam em soluções radicais, como ilustra a notícia publicada recentemente em um jornal de grande circulação³⁶: “Rebecca se matou a caminho da escola. Ela pulou da plataforma de uma fábrica de cimento abandonada perto de casa. (...) Sua morte é a última no crescente fenômeno de jovens que decidem se matar, após sofrer cruéis perseguições na Internet por meio de mensagens, ou aplicativos de fotos. (...) As autoridades acreditam que o *bullying* tenha durado mais de um ano”. Nas redes sociais, a adolescente fora aterrorizada por mensagens que variavam desde chamá-la de feia até exigir que se matasse. Depois de aparecer com cortes nos pulsos, sua mãe a internou e a afastou de seus contatos virtuais. Rebecca parecia melhorar, mas, em segredo, se registrou em aplicativos de mensagens no celular e o *bullying* recomeçou. No *Kik Messenger*, deixou duas mensagens para amigas e mudou seu nome de usuário para “a menina morta”.

Do inglês *bully* (*fanfarrão, valentão*, mas também *intimidar, tiranizar*), o termo *bullying* designa “uma variedade de comportamentos de maus-tratos que é praticado [sic] por um ou mais indivíduos em relação a outros, geralmente, de estatura, força física ou habilidade de defesa menor que o agressor, caracterizado assim pela repetitividade e desequilíbrio de poder” (ARAÚJO, 2011, p. 24). Os estudos sobre o *bullying* iniciaram-se na Universidade de Bergen, na Noruega, tendo

36 <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2013/09/adolescente-se-suicida-nos-eua-apos-sofrer-bullying-na-internet.html>

sido desenvolvidos de 1978 até 1993 pelo sueco Dan Olweus e sua equipe. Mesmo sem aval ou interesse das escolas, na década de 70, Olweus iniciou suas observações sobre agressores e suas vítimas nas instituições de ensino norueguesas. Mas, foi somente depois do suicídio de três rapazes entre 10 e 14 anos que seus estudos ganharam maior expressão. Conhecido como o pai dos programas *antibullying*, Olweus (1993) pesquisou cerca de 84.000 estudantes, 300 a 400 professores e 1.000 pais nos vários períodos de ensino. Tendo verificado o caráter de agressividade, repetitividade e desequilíbrio de forças em jogo, cunhou uma definição bastante similar à apresentada acima: “defino o *bullying* ou a vitimização da seguinte maneira geral: um estudante está sofrendo *bullying* quando ele ou ela está exposto, repetidamente e durante algum tempo, a ações negativas por parte de um ou mais estudantes” (OLWEUS, 1993, p. 9).

No *bullying*, portanto, o comportamento agressivo é repetitivo, intencional e envolve indivíduos em diferentes posições de força. Mas, mais profundamente, como forma de assédio moral, o *bullying* designa uma modalidade contemporânea de violência marcada pela ausência de qualquer mediação simbólica uma vez que a desqualificação, as agressões e as humilhações provocam ou atualizam feridas narcísicas capazes de minar e até dissolver o investimento narcísico já frágil de muitos adolescentes. Em outras palavras, no momento de construção e consolidação da identidade, a violência repetitiva do assédio e a exclusão do grupo intensificam a vulnerabilidade: o olhar dos agressores impõe uma imagem negativa, e a violência pode atingir um limite a partir do qual o adolescente é invadido por angústia insuportável. Sentindo perder o controle sobre si, e dominado pelo desamparo e pela solidão, o suicídio como passagem ao ato desponta como solução.

Contudo, para que haja assédio, é preciso haver pelo menos dois. De um lado aqueles que sofrem o *bullying* e, de outro, aqueles que o exercem, na maior parte das vezes, também adolescentes. Igualmente frágeis, parecem procurar uma descarga ou alívio para suas angústias através da repetição compulsiva do ato violento, sem a mediação da elaboração psíquica, deixando exposta sua necessidade de dominar e controlar, ao pretender um poder absoluto sobre o outro, reduzindo-o a puro objeto. Também eles, através da passagem ao ato, procuram dar conta do próprio desamparo.

Do *bullying* ao suicídio

O suicídio nos coloca diante do irrepresentável e do irrepresentado. É curioso constatarmos que, em seu artigo dedicado ao suicídio, “Contribuições para uma discussão acerca do suicídio” (1910/2006), Freud refira-se justamente aos jovens e às pressões sofridas no ambiente escolar e laboral. Na ocasião, Freud participava de um debate onde as escolas eram acusadas de impelir seus alunos ao suicídio. Seu interesse pelo assunto era justificado pela necessidade de se investigar “como seria possível subjugar-se a extraordinariamente poderosa pulsão de vida” (FREUD, 1910/2006, p. 218). Freud não chega a uma conclusão sobre a questão, mas indica, ao final do debate, o estudo da melancolia como um caminho para a compreensão dos fatores envolvidos.

Freud (1910/2006) observa, ainda, que a escola secundária deveria proporcionar aos jovens o desejo de viver, despertar-lhes o interesse pelo mundo exterior e “oferecer-lhes apoio e amparo numa época da vida em que as condições de seu desenvolvimento os compelem a afrouxar seus vínculos com a casa dos pais e da família” (FREUD, 1910/2006, p. 217-218). Quando este texto foi escrito, havia maior clareza quanto ao lugar a ser ocupado pelo jovem na sociedade, e ritos de passagem definidos marcavam o atravessamento da vida infantil para a vida adulta. Na contemporaneidade, as exigências pulsionais e o necessário remanejamento identificatório incidem sobre um adolescente inserido em uma sociedade bastante diversa, com padrões identificatórios mais complexos e sutis, com referências radicalmente inovadoras no tempo e no espaço e com múltiplos ritos de passagem ainda não totalmente compreendidos em sua estrutura.

Em todo caso, lá como cá, quer seja em grupos de pertencimento primário ou secundário, o olhar do outro é constitutivo da imagem que o sujeito faz de si e é regulador de seu narcisismo. O adolescente, na construção de sua identidade, mais do que o olhar dos pais, procura tanto a aprovação de seus pares quanto novas referências. O recurso a novas ancoragens para lidar com o desamparo surge porque, entre a infância e a adolescência, não é mais possível a sustentação em um Eu Ideal até então garantido pelo investimento parental. De tal modo que, por vezes, no esforço de ser aceito pelo grupo e de garantir a pertença

a determinada “tribo”, o adolescente busca paradoxalmente diluir suas diferenças, sacrificando sua singularidade, e buscando encontrar limites que possam contê-lo e defini-lo como sujeito. Tendo isto em mente, Rouchy (2001) constatou que os grupos de pertencimento secundário podem funcionar como espaço continente e como espaço transicional, oferecendo figuras identificatórias substitutivas e reforçando os processos de individuação esboçados no grupo de pertencimento primário. Contudo, esse mesmo grupo pode também tornar-se ameaçador e provocar conflitos intensos e desorganizadores o suficiente para fragilizar a estrutura narcísica do adolescente, podendo levar a sensações de fragmentação ou de dissolução do Eu.

Em entrevista realizada por Grassi com Juan-David Nasio (2013), o psicanalista observa que o adolescente é dominado, ora pelo sentimento de vergonha, ora pelo de onipotência, e acrescenta que um Supereu violento pode provocar tanto inibições quanto comportamentos agressivos. Para ele, um sofrimento intenso seria aquele que se manifesta através de comportamentos perigosos contra si mesmo ou contra a sociedade, através de atos variados que podem levar ao exercício da violência contra outros ou contra si, podendo culminar no suicídio. Lima e Silva (2011), procurando compreender particularmente por que alguns sujeitos se apresentam como campo fértil para o *bullying*, ocupando a posição da vítima, destaca a fragilidade da face protetora do Supereu, resultando no domínio de um Supereu sádico. Assim é que o Eu em transformação, sem encontrar um outro significativo que cuide e proteja, não desenvolveria defesas suficientes para lidar com o Supereu arcaico. Em linha de raciocínio semelhante, mas referindo-se aos adultos que cercam o adolescente, ou seja, ao seu grupo de pertencimento primário, Savietto (2006) sugeriu haver carência na oferta de referências para a composição do Ideal do Eu, entendendo que seriam as figuras das celebridades, e não mais as figuras de autoridade, que os adolescentes tomariam como referências. Marin (2002), por sua vez, reconheceu que as mudanças culturais relativas à família se caracterizariam por um enfraquecimento da relação de apoio que lhe seria própria e, portanto, a família viria perdendo seu lugar de apoio na constituição do Eu. Para a autora, o regulador social contemporâneo passaria mais pela transmissão de uma promessa de gozo do que pela consciência da dívida e do dever para com as gerações passadas, como ocorria na sociedade tradicional.

Os adultos de hoje, imersos na ilusão da plena satisfação, estariam ensinando, consciente ou inconscientemente, seus filhos a responderem à vivência de desamparo através da onipotência, ao invés de ajudá-los nos processos de elaboração e de simbolização. É interessante notar que estes estudos trazem, em comum, o argumento explícito ou implícito de que, na cultura contemporânea, marcada pelo desamparo e pela predominância de ideais narcísicos de tipo absoluto e onipotente, os adolescentes teriam dificuldades em pôr em operação defesas mais sofisticadas, seja contra suas exigências pulsionais, através da sublimação (ou mesmo do recalque), seja contra o que vem do ambiente. Assim, sem recursos suficientes para elaborar as intensidades experimentadas, acabariam por recorrer tanto a uma espécie de descarga pulsional imediata através da ação dirigida ao objeto, quanto ao retorno em direção à própria pessoa — um dos modos primários de defesa. Por isso, Saviotto (2006) pode constatar que a experiência do desamparo pode dar lugar à passagem ao ato, sendo o suicídio sua forma mais radical.

Lacan (1963/2005, p. 140) já propunha que o que estaria em jogo no suicídio seria a passagem ao ato, um dar as costas ao Outro, fugindo da cena e, com isso, fugindo da angústia e da divisão do sujeito. Sabemos que, diferentemente do *acting-out*, a passagem ao ato aponta para o irrepresentado em seu caráter traumático, ou seja, para o que não pode ser processado psiquicamente e subjetivado, permanecendo como intensidade que, de um lado, desestrutura e, de outro, exige algum destino. Segundo Capanema e Vorcaro (2012), o ato na adolescência surgiria como a última saída frente à angústia, como tentativa de inscrição diante de enorme dificuldade de se realizar um trabalho de elaboração psíquica, revelando a precariedade dos processos de simbolização disponíveis para o sujeito. Nas palavras das autoras, “a passagem ao ato é esse desligamento radical do Outro. Contrariamente ao *acting out*, que vem no lugar de um dizer, ela é um ‘eu não quero dizer’” (CAPANEMA & VORCARO, 2012, p. 156/157). Ou seja, enquanto o *acting out* seria endereçado a um outro e não se restringiria a uma pura descarga pulsional, a passagem ao ato indicaria uma falha em sua dimensão de convocação e endereçamento.

Para Birman (2006), os sujeitos têm, cada vez mais, lançado mão da passagem ao ato e não do *acting out*. Ao analisar as transformações nas formas de mal-estar da atualidade, o psicanalista entendeu que, no lugar do antigo sofrimento centrado no conflito psíquico, o mal-estar contemporâneo se caracterizaria pela prevalência dos registros do corpo, do sentimento e da ação, articulados através da dimensão do excesso. O registro da ação – também chamado por Birman (2006) de registro da compulsão – diria respeito a um excesso que, invadindo o psiquismo, resultaria numa dor que o sujeito contemporâneo já não conseguiria transformar em sofrimento, ou seja, já não conseguiria endereçar ao outro como demanda. Para este autor, o corpo seria o lugar de enunciação mais evidente do mal-estar contemporâneo e, quando não puder ser descarregado no corpo através, por exemplo, dos ataques de pânico ou das doenças psicossomáticas, o excesso seria descarregado através do agir. Dito de outro modo, na impossibilidade de conter o excesso, simbolizando-o e transformando-o em ação específica, o uso abusivo de drogas, os comportamentos violentos, os comportamentos de risco e, no limite, o suicídio, hoje tão comuns, aparecem como as únicas saídas possíveis para certos adolescentes.

Sabemos que a experiência traumática, derivada da irrupção do excesso na tessitura psíquica pela impossibilidade de defesa, pode engendrar movimentos de compulsão à repetição, em uma tentativa de, por uma espécie de reencenação ou reexperimentação do trauma, encontrar-lhe um destino subjetivo. Como ensinou Green (2000), estaríamos aqui diante do paradoxo da descarga ou do dilema fundamental do psiquismo: conservar os traços da experiência psíquica para poder elaborá-los ou evacuar, para fora do psiquismo, os efeitos de uma angústia sem nome (BION, 1992). Assim, este tipo de agir seria o resultado da dessimbolização e da dissolução do valor polissêmico do ato até a sua fatualidade pura, em um movimento cujo sentido seria tão somente o da realização imediata pelas vias mais curtas. É justamente neste sentido que Green (2000) pode apontar a diferença entre a ação específica e este agir pelo qual a pulsão franquearia os limites do psiquismo para entrar no corpo ou para encontrar uma espécie de descarga imediata. Superativada, intensificada, ela entraria em curto-circuito, autonomizando e amplificando os processos desobjetalizantes e certos trabalhos do negativo sob o domínio da pulsão de morte e do irrepresentado.

Mas, Green (2010) também percebeu que, nestes casos, o trabalho do negativo oscilaria entre a obrigação de sobreviver e a impossibilidade de satisfazer sua aspiração de viver, de tal modo que o suicídio ou as tentativas de suicídio estariam longe de ser simplesmente a expressão de um desejo de morrer. Tratar-se-ia, para este autor, de um retorno massivo da destruição em direção ao Eu, podendo estar presente em uma miríade de estados, desde o desejo de pôr fim a um sofrimento intolerável até a desesperança extremada, característica da melancolia (GREEN, 2007). Em todos os casos, estaríamos diante de um movimento impulsivo, instante imprevisível no qual as forças de destruição estariam mobilizadas ao máximo. Mas, se considerarmos que, na origem, a agressividade é dirigida para fora antes que retorne sobre o próprio sujeito, o suicídio revelaria menos a intenção de pôr fim à própria vida do que a de pôr fim ao sofrimento. Cegos pela negação de suas próprias pulsões destrutivas dirigidas a objetos que devem ser preservados a todo custo (pais, grupos etc.) e, portanto, com o narcisismo fragilizado, estes sujeitos experimentaríamos um sentimento de insuficiência, de fracasso, de desvalorização, mas, antes de tudo, de perda da esperança de verem a situação se modificar. Por isso, Green (1994) sustentou a ideia de que o suicídio poderia ter como uma de suas causas o desejo de fazer cessar, não a vida presente propriamente dita, mas um futuro que só pode piorar: retirar-se da vida seria fazer cessar o progresso do mal, sentido como invencível.

O assédio e o agressor

Vimos como o assédio moral, com suas características francamente perversas, vem sendo queixa constante em diversos contextos da sociedade contemporânea. Birman (2005, p. 32) ressalta que o assédio implica ser “solapado na sua segurança identitária e esvaziado nas suas potencialidades sociais e psíquicas de ser”. Em decorrência da fragilidade dos operadores simbólicos de que dispõe, o sujeito perde suas referências identificatórias, sendo levado à paralisia mental e à impossibilidade de agir. Não por acaso, a automutilação tem sido observada em um número crescente de adolescentes, incluindo os que sofrem assédio. Sleglova & Cerna (2011) apontaram que pelo menos 2% dos jovens assediados afirmam já ter pensado em acabar com a própria vida em

decorrência da violência sofrida. Entrevistados pelas autoras, muitos relataram também recorrerem às automutilações para aliviar a angústia derivada do assédio. Também Rebeca, a adolescente citada no início deste artigo, começou a cortar-se até que, definindo-se como “a menina morta”, suicidou-se. Ou seja, diante de angústias que não conseguem elaborar e aliviar, por vezes os adolescentes buscam sensações que os reasseguem e, através da dor que infligem a si próprios, tentam encontrar-lhes um modo de descarga. Recorrendo a feridas físicas que podem controlar para diminuir o sofrimento psíquico, deixam de ser vítimas passivas e tornam-se ativos nos limites que constroem para si.

A noção de Eu-pele pode ajudar a entender tais processos. Desenvolvida por Anzieu (1989), se refere a um continente psíquico que protegeria o sujeito de um esvaziamento e evitaria os riscos de despersonalização: “a instauração do Eu-pele responde à necessidade de um envelope narcísico e assegura ao aparelho psíquico a certeza e a constância de um bem-estar de base” (ANZIEU, 1989, p. 44). A pele não apenas conteria e reteria o bom armazenado, como também seria a interface que marca o limite com o exterior, constituindo o meio primário de estabelecimento de relações significativas. Anzieu se refere, particularmente, a uma forma de angústia caracterizada pela excitação pulsional difusa, permanente e não identificável. Descrita como “núcleo sem casca”, levaria o indivíduo a procurar “uma casca substitutiva na dor física ou na angústia psíquica: ele se envolve no sofrimento” (Id., *ibid.*, p. 116). Em outras palavras, por vezes, na tentativa de restituir a função de pele-continente não exercida pelo círculo humano, o sujeito se imporia um envoltório real de sofrimento. Sofro, logo existo: os cortes feitos no corpo dariam consistência ao envoltório corporal, configurando o corpo como continente numa tentativa desesperada de produzir limites e de engendrar uma unidade identitária. Como se os cortes permitissem aos adolescentes se reencontrarem consigo mesmos, fornecendo-lhes a sensação da existência de seu corpo e, portanto, de sua própria existência continuada.

Nasio (GRASSI, 2013) entende ser comum ao adolescente não conseguir identificar com clareza o que sente: não só não consegue nomear seus sentimentos, como também tem dificuldade em verbalizá-los. Na clínica, para este autor, ao escutá-lo o psicanalista

funcionaria como um parteiro da palavra que nomearia um sentimento. Na família, por sua vez, temendo fazer dissolver a imagem ideal que os pais fariam dele, o adolescente se calaria, nada revelando sobre suas dores. Convivendo, assim, com duas imagens contraditórias (a sua própria ou a de seu grupo e a de seus pais) que geram profundo sofrimento, ele evitaria envolver os adultos por medo e por não querer sentir-se como uma criança que pede ajuda aos pais. Isto ficou evidente em mais um caso divulgado pela mídia³⁷: em 2013, no Piauí, uma adolescente de 17 anos se enforcou com o fio de uma prancha alisadora de cabelo, após ter sido compartilhado, pelo *whatsapp*, um vídeo da relação sexual que teve com duas pessoas. Antes de passar ao ato, a adolescente publicou no *twitter*: “desculpe não ter sido a filha perfeita, mas eu tentei... É daqui a pouco que tudo acaba... Acho que é tchau para sempre”. Outra notícia³⁸, divulgada quatro dias depois da morte da adolescente no Piauí, revelou o drama de uma adolescente de 16 anos que se enforcou depois de ter fotos íntimas divulgadas nas redes sociais. Antes de se matar, ela também publicou no *twitter*: “hoje de tarde eu dou um jeito nisso. Não vou ser mais estorvo para ninguém”. Ao terem seus corpos e sexualidade divulgados na internet, estas duas adolescentes perderam o controle imaginário do olhar do outro e, não suportando o esvaziamento narcísico decorrente da exposição sofrida, passaram ao ato.

Os casos acima citados demonstram o quanto as novas tecnologias têm colaborado para a ampliação de situações de assédio e de seu alcance, chegando a configurar um conceito derivado: o *cyberbullying* se define como uma forma de assédio e de intimidação via internet, que inclui ameaças de morte, envio de vírus, acesso a contas de e-mail, interrupção da participação de uma pessoa em um jogo online, constrangimento intencional de alguém entre seus colegas, entre outros atos (ARAÚJO, 2011; SLEGLOVA & CERNA, 2011, DEMARAY, 2013). Através deste instrumento, os agressores podem produzir imagens que mostram a vítima em situações vergonhosas e humilhantes, assim como podem fazer circular comentários desonrosos e agressivos

37 <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/11/policia-investiga-morte-de-garota-que-teve-video-intimo-divulgado-no-piaui.html>.

38 <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/11/policia-do-rs-investiga-morte-de-jovem-apos-divulgacao-de-foto-intima.html>.

de forma anônima. Têm sido comum, por exemplo, filmagens através de celulares e publicadas na rede, mostrando um aluno espancado por colegas de escola. A difamação ganha ampla repercussão e a vítima, isolada e não tendo a quem recorrer, sente-se paralisada e impotente. É evidente que o anonimato que caracteriza o *cyberbullying* ajuda a intensificar a violência dos ataques.

Mas, devemos perguntar: o que pode estar sendo manifestado através destes atos? Podemos supor que os agressores buscam aplacar suas angústias, rejeitando, expulsando e projetando o que lhes parece mau neles mesmos, em um processo defensivo primário bastante próximo do que Freud (1925/2006) descreveu claramente no célebre texto sobre a denegação, mas que já se insinuava desde 1911 (FREUD, 1911/2006). Como se estivessem presos no Eu-prazer purificado, responsabilizam suas vítimas pelo sofrimento que porventura sintam, defendendo-se dele através de suas crenças e certezas, as quais impedem qualquer questionamento e qualquer elaboração a seu próprio respeito e a respeito de seus atos. Segundo Green (2010), assim é que “a onipotência suposta neste Eu idealmente pleno se transforma em onipotência capaz de aniquilar a causa de sua frustração e sua própria frustração, em um movimento de exclusão radical” (GREEN, 2010, p. 139). Dito de outro modo, a dominação absoluta do objeto se impõe na medida mesma de sua capacidade de produzir efeitos desorganizadores, sem qualquer consideração quanto às consequências e às implicações de seus atos.

Ora, também aqui haveria algo de irrepresentado em operação e em movimento, também aqui a amplificação dos movimentos mortíferos derivados da intensificação e autonomização da pulsão de morte, também aqui movimentos desobjetalizantes. Assim, ao recorrer à violência, estes adolescentes agressores descarregariam suas pulsões destrutivas no imediatismo do ato, mesmo que provoquem dor, humilhação ou morte. Não há empatia pela vítima, encarnação do que foi expelido por não poder ser reconhecido e elaborado em si mesmo. Souza (2001) observou que a violência praticada por grupos de jovens costuma ser dirigida para figuras que se encontram numa posição frágil e não se constituem como ameaça imediata ou concreta. Ao se perguntar por que estas figuras despertam tanta angústia a ponto de precisarem ser destruídas, a autora formulou a hipótese de que, possivelmente, elas

evocam a quebra da imagem idealizada e plena de gratificações que a infância prometia aos agressores e que a adolescência lhes negou.

Do mesmo modo, ao descrever o quadro da perversão narcísica, Racamier (1992/2012) comentou que as falhas narcísicas na primitiva infância e a tentativa de manter a megalomania infantil movimentariam o sujeito na busca de sustentação e preenchimento de seu narcisismo através do exercício de um domínio sobre o outro. O conteúdo psíquico perturbador seria evacuado pelo perverso narcísico em um sujeito ou em um núcleo de pessoas que, ao absorvê-lo, se tornariam o complemento operatório de sua defesa (LEVY, 2013). Assim é que, para sustentar o sentimento de onipotência, o agressor necessitaria esvaziar narcisicamente sua vítima. De modo similar, Hirigoyen (2009, 2014) assinalou que cresce a tendência de tratar o outro como um objeto que se descarta quando nele se perde o interesse. Este acréscimo no número de casos de patologias narcísicas, tais como a perversão narcísica, revelaria os efeitos do cultivo da superficialidade como proteção contra as relações afetivas. Tentando encontrar um sentido na vida e buscando, a qualquer preço, preencher seu vazio interior, estes sujeitos sentir-se-iam impelidos a afirmar-se, abusando dos demais, torturando-os.

Considerações finais

Ceccarelli e Patrício (2013) também destacam as relações entre o *bullying* e o cenário atual de transformações sociais profundas, mobilidade das estruturas de poder, rupturas de paradigmas e profundas incertezas. Como se, hoje, os sujeitos se sentissem ameaçados pelo que é diferente, pelo que foge ao padrão de referência ou pelo que simplesmente ameaça sua posição de poder. Para estes autores, isto levaria a uma perda das referências identificatórias constitutivas do Eu e faria com que o sentimento de identidade (construção imaginária) não encontrasse mais sustentação. O *bullying* estaria inserido neste contexto, pois nesta prática combater-se-ia justamente o insuportável da diferença e, mais do que isso, o desconhecido e o estranho, tal como Freud (1919/2006) o definiu, como ameaça a ser combatida e eliminada: tenta-se excluir o mais estranho em cada um. Nessa ótica, do lado da vítima, o suicídio seria o resultado extremo do processo de aniquilação.

Vê-se como, em sua dupla face, a análise do assédio moral – vítima e agressor – nos leva a endossar a afirmação de Jordão (2013) de que traços melancólicos e traços perversos convivem na atualidade em um nível tanto individual quanto coletivo. Segundo o autor, estaríamos vivendo em um estado *borderline* no qual “a experiência de limite à potência narcísica significa sua completa anulação, pois aqui as únicas opções possíveis são da ordem do absoluto: onipotência ou desamparo” (JORDÃO, 2013, p. 106). Assim, por um lado, com o intuito de reafirmar sua onipotência narcísica, evitando ser invadido pela angústia do desamparo, quem pratica o *bullying* destitui as características da vítima que provocam nele o sentimento de ameaça, e a transforma em objeto utilitário. Por outro lado, diante do esvaziamento narcísico, a vítima do assédio concretiza a sensação de morte psíquica, passando ao ato. Em ambos os casos, vemos a pulsão de morte em ação, em um movimento, de um lado, de expulsão e exclusão e, de outro, de desinvestimento e desligamento, até o próprio aniquilamento.

Tramitação:

Enviado em: 19/05/2014

Aprovado em: 25/06/2014

LIDIA LEVY

Rua Marquês de São Vicente, nº 225

Edifício Cardeal Leme, sala 201 – Gávea – Cep 22453-900 – RJ

Email: llevy@puc-rio.br

MARIA EDUARDA S. P. SIMONSEN

Rua Visconde de Albuquerque, nº 517, aptº 504 – Leblon

Cep: 22450-003 - RJ

Email: mariaespereira@gmail.com

MONAH WINOGRAD

Rua Marquês de São Vicente, nº 225 – Edifício Cardeal Leme, sala 201

Gávea – Cep 22453-900 – RJ

Email: monahwinograd@icloud.com

Referências

ANZIEU, D. *O eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.

ARAÚJO, L. *As Representações Sociais dos Estudantes Acerca do Bullying no Contexto Escolar*. Dissertação de mestrado UFPB, 2011. Disponível em: http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2233.. Acessado em 06 de Maio de 2014.

BION, W. R. *Cogitations*. Londres: Karnac Books, 1992.

BIRMAN, J. O assédio na atualidade e seus jogos de verdade. Em: *Rev. Dep. Psicol., UFF*, Jun 2005, vol.17, no.1, p.29-44

_____. Subjetividades Contemporâneas. Em: *Arquivos do Mal-Estar e da Resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 173-195.

CAPANEMA, C. & VORCARO, A. Modalidades do ato na particularidade da adolescência. Em: *Rev. Ágora*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, jun.2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151614982012000100010&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 12 de Out. de 2013.

CECCARELLI, P. R. & PATRÍCIO, C. J. Bullying e pós-modernidade: uma relação intrínseca. *Polêm!ca Revista Eletrônica*, 12 (3): 415-431, julho/ agosto/ setembro de 2013

DEMARAY, M. (2013) Why do some kids cyberbully others? Disponível em: <http://www.psychologytoday.com/blog/the-wide-wide-world-psychology/201304/why-do-some-kids-cyberbully-others> Acessado em 08 de Maio de 2014.

FREUD, S. (1970) Contribuições para uma Discussão Acerca do Suicídio. In: _____ *Cinco lições de psicanálise* (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, volume 11, p. 217-218) Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1910).

_____. (1970) Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental. In: _____ *O caso de Schreber, Artigos sobre técnica e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 12, p. 277-286). Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1911).

_____. O Estranho. In: _____ *História de uma neurose infantil e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 17, p. 257-318). Rio de Janeiro: Imago, 1970 (Original publicado em 1919).

_____. A negativa. In: _____ *O Ego e o Id e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 19, p. 295-300). Rio de Janeiro: Imago, 1970 (Original publicado em 1925).

GRASSI, A. Entrevista com Juan David Nasio. *Cadernos de Psicanálise – SPCRJ*, v. 29, n.32, 2013, p. 135-153.

GREEN, A. *Le temps éclaté*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2000.

_____. *Pourquoi les pulsions de destruction ou de mort?*. Paris: Éditions du Panama, 2007.

_____. A clivagem: da desmentida ao desligamento nos casos-limite. In: Green, A. *O trabalho do negativo* (p. 130-176). Porto Alegre: ArtMed, 2010.

_____. Vie et mort dans l'inachèvement. *Nouvelle revue de Psychanalyse*, 50, 1994, p. 155-184

HIRIGOYEN, M-F. *Assédio moral - a violência perversa no cotidiano*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2009.

_____. *Abuso de fraqueza e outras manipulações*, Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2014.

JORDÃO, A. A. Da perversão e da melancolia de todos nós neuróticos atuais. *Cadernos de Psicanálise – SPCRJ*, v. 29, n.32, 2013, p. 97-115.

LACAN, J. (1963). *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LEVY, L. A perversão narcísica: algumas reflexões. *Cadernos de Psicanálise – SPCRJ*, v. 29, n.32, 2013, p. 157-173.

LIMA E SILVA, P. S. A violência do bullying; algumas consequências na subjetividade do adolescente. *Cadernos de Psicanálise – SPCRJ*, v.27, n.30, 2011, p.287-302.

MARIN, I. S. K. *Violências*. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2002.

OLWEUS, D. *Bullying At School: What We Know and What We Can Do*. Londres: Blackwell Publishing, 1993.

RACAMIER, P-C. *Les perversions narcissiques*. Paris: Payot, 1992/2012.

ROUCHY, J. C. Identificação e grupos de pertencimento. In: ARAÚJO, J. N. G. & CARRETEIRO, T. C. (orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec. 2001.

SAVIETTO, B. *Adolescência: ato e atualidade*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2006.

SLEGLOVA V. & CERNA A. *Cyberbullying in Adolescent Victims: Perception and Coping*, 2011. Disponível em: <http://www.cyberpsychology.eu/view.php?cisloclanku=2011121901...4>. Acessado em 07 de Maio de 2014.

SOUZA, M. A experiência transgressiva: leis e adolescentes. *Pulsional: revista de psicanálise*. São Paulo: Editora Escuta, XIV, n.147, 2001, p. 52-65.

A CAPACIDADE SIMBÓLICA DOS PACIENTES *BORDERLINE*: PREJUÍZOS NO ESPAÇO POTENCIAL

*THE SYMBOLIC CAPACITY OF BORDERLINE
PATIENTS: LOSSES IN THE POTENTIAL SPACE*

*Claudia Amorim Garcia*³⁹

*Joana Gryner*⁴⁰

Resumo

Este trabalho fundamenta-se na teoria proposta por Donald W. Winnicott e tem como objetivo investigar o prejuízo da capacidade simbólica na patologia *borderline*. O artigo examina a articulação entre espaço potencial e capacidade simbólica, e a importância do objeto transicional como primeiro símbolo da separação entre eu e não-eu.

39 Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro.

40 Mestre em Psicologia Clínica (Puc-Rio, 2012)

Palavras-chave: patologia *borderline*; espaço potencial; trauma; simbolização.

Abstract:

This work is based on the theory proposed by Donald W. Winnicott and aims to investigate the loss of the symbolic capacity in borderline pathology. This article examines the relationship between potential space and symbolic capacity as well the importance of the transitional object as the first symbol of the separation between the self and the non-self.

Keywords: *borderline pathology, potential space, trauma, symbolization.*

A clínica psicanalítica atual vem sendo desafiada por patologias que se distanciam muito do modelo clássico da neurose proposto por Freud. Dificuldades surgidas no *setting*, tais como as intensas reações contratransferenciais, os ataques ao enquadre analítico, defesas muito rígidas, são alguns dos sintomas dessas novas patologias (GARCIA, 2007). Adolf Stern (1938) foi o primeiro a utilizar o termo *borderline* na psicanálise para se referir a uma patologia limite entre a psicose e a neurose que apresentaria sintomas de ambos. A análise convencional não funcionaria com esses pacientes, uma vez que sua questão central não seriam os transtornos da sexualidade e sim os distúrbios do narcisismo:

Meus pacientes,constituem um amplo grupo indefinido entre psicoses e neuroses de transferência, compartilhando características de ambas, embora mostrem inclinações nítidas para psicose: lembro que costumamos a chamar certas psicoses de “neuroses narcísicas”. Esse grupo limítrofe revela a presença de narcisismo num grau inexistente no tipo comum de pacientes neuróticos. Seu quadro inteiro fundamenta-se no narcisismo. (STERN, 1938/1999, p. 158)

Percebe-se na citação acima que Stern (1938/1999), então, considerava os casos *borderline* como pertencendo mais ao campo da psicose, como fica evidente no emprego do termo neuroses narcísicas. De fato é comum considerar a patologia *borderline* como pertencente ao campo da psicose, apesar da ausência de alucinações e delírios nos pacientes limítrofes (STERN, 1938/1999).

A dificuldade de localizar o *borderline* na nosografia psicanalítica remete a uma problemática na constituição dos limites, problemática que se refere tanto aos limites do conceito *borderline* quanto à subjetividade desses pacientes. Ou seja, a indiferenciação dos limites conceituais parece apontar para um prejuízo da delimitação dos contornos psíquicos. Assim, a patologia limítrofe carece de uma definição psicanalítica mais precisa apesar das inúmeras tentativas de melhor circunscrevê-la. Foi justamente com o propósito de investigar mais profundamente esta questão que, liderados por André Green, um grupo de psicanalistas da IPA durante três anos (2000 a 2003) se encontrou anualmente para discutir questões referentes à clínica contemporânea, a partir de diferentes correntes do pensamento psicanalítico. O relatório, produzido a partir destes encontros foi posteriormente publicado em uma coletânea editada por Green (2007) que contém os resultados das discussões.

Se por um lado as questões diagnósticas continuaram sendo ponto de discórdias entre os membros do grupo, por outro lado havia bastante consenso em relação ao perfil clínico do paciente *borderline*. Houve também concordância sobre a necessidade de reformulação da técnica clássica. Entrevistas face a face e interpretação de somatizações figuravam nas propostas de inovação da técnica; contudo os limites entre a psicanálise e a psicoterapia psicanalítica, e o que define uma e outra, permaneceram sendo pontos de discordância entre os participantes (GREEN, 2007).

A obra de Donald Winnicott representa notável contribuição teórico-clínica à discussão sobre a patologia *borderline*. No que se refere à questão do diagnóstico, Winnicott considerava que os sintomas e a apresentação clínica dos pacientes *borderline* são secundários em relação à forma como se deu seu desenvolvimento psíquico (WINNICOTT, 1954-1964). O diagnóstico se daria ao longo do tratamento, à medida que se estreitam os laços transferenciais entre a dupla analítica, a partir da configuração dos elementos primitivos do desenvolvimento emocional do paciente, fazendo com que o foco recaia sobre o início do processo de amadurecimento psíquico. Neste sentido, para Winnicott (1959-1964) os efeitos das falhas nos cuidados ambientais em uma época onde o eu era muito incipiente recebem atenção especial na formulação diagnóstica.

Dentre as diversas consequências das perturbações nos primórdios do desenvolvimento psíquico, na patologia *borderline*, nos interessam particularmente aquelas que afetam a capacidade simbólica. Nossa hipótese é que as características clínicas dos pacientes *borderline*, identificadas pelo grupo da IPA – dificuldades em expressar e verbalizar fantasias pré-conscientes, passagens ao ato, frequentes somatizações, dificuldade de se adaptar ao modelo psicanalítico clássico – apontam indiscutivelmente para prejuízo significativo da capacidade simbólica desses pacientes, tema que desenvolveremos a seguir.

Patologia *borderline*: um distúrbio nos primórdios do desenvolvimento

Definir o conceito de *borderline* em Winnicott não é uma tarefa fácil, já que não encontramos nenhum texto dedicado exclusivamente a esse tema, mas apenas breves menções a esta questão ao longo de sua obra (1949, 1960, 1963). Em 1969, no entanto, apresentou uma definição da patologia *borderline* na qual afirma que a questão central dessa patologia é a defesa contra a ansiedade⁴¹ psicótica que se apresenta nesses casos como um risco permanente que evoca defesas neuróticas.

Pela expressão “caso fronteiro”, quero significar o tipo de caso em que o cerne do distúrbio é psicótico, mas onde o paciente está de posse de uma organização psiconeurótica suficiente para apresentar uma psicose, ou um distúrbio psicossomático, quando a ansiedade central psicótica ameaça irromper de forma crua (WINNICOTT, 1969, p. 122).

Para Winnicott (1952), enquanto a neurose tem sua origem nos primeiros relacionamentos interpessoais, a psicose se origina nos momentos iniciais da vida, antes de a criança se tornar reconhecida uma pessoa total e em condições de se relacionar com outras pessoas totais. De início o bebê apresenta apenas um ego em potencial, que irá se desenvolver a partir de indiferenciação inicial com a mãe cuja função de suporte para o bebê depende de sua sensibilidade. Neste sentido o ego materno serve como uma espécie de andaime a

41 Neste trabalho utilizaremos a expressão *ansiedade* como consta na tradução brasileira da obra de Winnicott, muito embora *angústia* nos pareça o termo adequado.

partir do qual o bebê poderá desenvolver o seu próprio ego. Assim, essa relação indiferenciada inicial, implica a capacidade sensível da mãe de compreender – através da identificação – as necessidades do seu bebê (WINNICOTT, 1952).

Ao nascer, o bebê encontra-se em um estado de não integração, não tendo noção de sua existência, no tempo e no espaço e, para que se dê a integração, são necessários cuidados maternos consistentes. Nesse momento tudo o que existe é um incipiente ego corporal que, através dos cuidados físicos adequados facilitará o desenvolvimento psíquico do infante. A primeira etapa neste percurso do desenvolvimento e amadurecimento é o *holding*, que engloba o aspecto físico de segurar e cuidar do bebê e sua sustentação no tempo e no espaço (WINNICOTT, 1945).

O *holding* atravessa três momentos de vida iniciais do bebê. No primeiro momento, na fase da dependência absoluta, a mãe e o bebê estão indiferenciados e este é, portanto, incapaz de se dar conta dos cuidados maternos que são percebidos em níveis sensoriais de satisfação e/ou desconforto, já que ainda não existe um eu capaz de reconhecer outro estímulo que não o físico. Assim, a função do *holding* é proteger o psiquismo incipiente do bebê de grandes invasões, e levar em consideração sua sensibilidade cinestésica (WINNICOTT, 1960). Em termos práticos, consiste em uma rotina de cuidados específica para aquele bebê e acompanha seu crescimento diário tanto físico quanto psicológico.

Durante este período são iniciados processos vitais para o desenvolvimento maturacional sendo, então, o primeiro deles a integração do ego em uma unidade. Para que tal aconteça é necessário que a mãe seja empática com seu bebê, e saiba o momento certo de satisfazer suas necessidades. Se o ambiente é apresentado antes que o ego esteja pronto, o bebê sofre um trauma que é vivido como uma invasão na continuidade da sua existência (WINNICOTT, 1962). Então, a confiabilidade no ambiente, neste momento, é essencial já que a integração egoica ocorre, de início, com o apoio do ego auxiliar materno. Contudo, não é isso que acontece com os pacientes *borderline* pois, nesses casos, a mãe não foi bem-sucedida em prover uma boa sustentação egoica para o incipiente psiquismo do lactente.

Passado este período inicial do *holding*, no qual a dependência do lactente no ambiente é absoluta, inicia-se o segundo momento do *holding*, que é a fase da dependência relativa, quando a mãe e o bebê começam a se diferenciar. O infante passa não apenas a ser capaz de reconhecer os cuidados maternos como também a ser capaz de iniciar com os outros uma interação na qual se dá reconhecimento recíproco entre eles.

Neste trajeto da dependência absoluta rumo à independência relativa o bebê pode contar com o auxílio do objeto transicional, que pode ser entendido como o primeiro símbolo criado pelo bebê, e é de suma importância, pois trata-se do primeiro elemento visível da jornada do subjetivo até o objetivo (WINNICOTT, 1953, p. 19). O objeto transicional é um objeto qualquer que desempenha uma função psíquica de valor inestimável: esse objeto é adotado pelo bebê e tem especial importância na hora de dormir, posto que funciona como uma espécie de defesa contra a ansiedade. O objeto transicional serve como o início de uma delimitação entre o eu e o não-eu já que é percebido como existindo por si só e, ao mesmo tempo, sendo criado pelo bebê (WINNICOTT, 1967). Sendo o objeto um símbolo tanto do bebê quanto da mãe, cria-se uma ponte entre o eu e o não-eu, ou seja, entre o interno e externo, que é o espaço potencial (WINNICOTT, 1988). Para que esse espaço possa ser uma zona de experimentação segura, localizado entre o dentro e o fora, é necessário que se sustente o paradoxo que se refere à origem do objeto, na qual o bebê criou e encontrou o objeto ao mesmo tempo. Loparic (1955) marca que, na realidade, esse espaço é mais uma qualidade do que uma localização geográfica. Sendo assim, não se pode dizer que o lactente se encontra no espaço potencial, seria mais correto dizer que o lactente é o espaço transicional, significando que se trata de uma experiência vivida pelo infante.

Esse tipo de acesso à realidade é um modo de ser do lactente que só pode realizar-se no espaço próprio, chamado de potencial. Esse espaço difere da representação por um traço essencial: ele não é um exterior, interno ou externo, mas um componente do ser (*being*) do bebê. O lactente não está “no” espaço potencial, no sentido em que se diz que uma árvore está no jardim, ele é esse espaço (LOPARIC, 1955. p. 54).

Desse modo, o espaço potencial pode ser pensando como uma experiência que promove articulação entre as realidades interna e externa. Todo indivíduo constrói um mundo interior com um invólucro delimitador da realidade externa. Há também, no entanto, uma terceira área composta pela superposição das realidades interna e externa, o espaço potencial (WINNICOTT, 1953). Nele o bebê tem a oportunidade de criar algo que ele encontra, iniciando assim, sua capacidade de simbolização. Dessa forma, o espaço potencial abre a possibilidade de experienciar a separação não como um corte radical, mas como uma sobreposição que permite o distanciamento (WINNICOTT, 1971, p. 151). O distanciamento entre mãe e bebê inaugura, portanto, uma primeira delimitação entre a realidade interna e externa; contudo, a completa delimitação entre esses dois campos não é possível. Vivemos nessa zona intermediária, entre o interno e o externo, numa área de repouso onde a diferenciação total fica suspensa.

Essa diferenciação entre o dentro e o fora ocorre de início no nível sensorial, pois o objeto marca onde o corpo do bebê acaba e onde começa: “Quando a criança manipula o ursinho ou a manta, adquire sensações que servem para estabelecer seus limites corporais” (BLEICHMAR & BLEICHMAR, 1992, p. 227). Assim, à medida que o bebê vai amadurecendo, se modifica a forma como ele se relaciona com o objeto, fazendo com que aquilo que, de início, era um prolongamento do seu corpo, se torne gradualmente uma ponte que marca a transição entre o eu e outro. Por essa razão não é o objeto em si que é transicional, mas representa a transição do bebê de um estado de indiferenciação com a mãe para outro estado no qual a mãe existe como algo separado e, portanto, externo (WINNICOTT, 1953).

Para garantir a sobrevivência do valor transicional do objeto, é necessário não só que o objeto não mude – a não ser que o próprio bebê o mude – como também que sobreviva ao amar e ao odiar do bebê, aparentando ter de alguma forma uma realidade e vitalidade próprias (WINNICOTT, 1953). É necessário também que sobreviva, o que se articula com a sobrevivência da imagem interna da mãe, sustentada por sua presença física. Desse modo, se a mãe se ausenta por muito tempo sua imagem se desfaz e o objeto transicional perde sentido (WINNICOTT, 1959). É neste sentido que Dias (2003) questiona o

estatuto simbólico do objeto transicional, dada a alta dependência da figura concreta e externa da mãe. De fato, em uma nota sem data sobre o brinquedo, publicada nas *Explorações Psicanalíticas*, Winnicott afirmou que o símbolo é uma representação de algo externo e somente se esse algo for amado e sobreviver é que o símbolo terá sua eficácia:

Símbolos: Isto representa aquilo. Se aquilo é amado, isto pode ser usado e fruído. Se aquilo é odiado, isto pode ser derrubado, ferido, morto, etc, e restaurado, e ferido novamente (WINNICOTT, 1989, p. 49).

Assim, é a boa relação com a mãe que confere sentido ao objeto, e na ausência materna o objeto não pode ser usado na sua função de símbolo.

A existência do símbolo, no entanto, exige uma capacidade inicial de distinção entre o interno e externo que, neste momento inicial da transicionalidade o bebê ainda não adquiriu. Desse modo, seria mais preciso afirmar que o objeto transicional – embora ele mesmo seja um símbolo da união entre a mãe e o bebê – marca o início do processo de simbolização que será sedimentado seguindo o amadurecimento do infante (FULGÊNCIO, 2011). Pode-se pensar, então, o espaço potencial como a raiz e o âmbito onde se desenvolve a capacidade simbólica, que por sua vez, depende da delimitação das fronteiras intersubjetivas.

Para que seja aberto o caminho rumo à independência relativa, não basta o uso do objeto transicional. É também preciso que a mãe suficientemente boa perceba que o bebê adquiriu a capacidade de sinalizar suas necessidades, e que ela não precisa mais “adivinhá-las”. É vital que seja permitido ao bebê sinalizar quando necessita de algo, para que se inicie o processo de separação da dupla. Quando a mãe falha ao não perceber o amadurecimento do infante e continua a se precipitar, atendendo a todas suas necessidades, não permitindo que ele possa sentir que precisa de algo, o bebê se vê confrontado com duas alternativas:

Deste modo a mãe, por ser aparentemente boa mãe, faz pior do que castrar o lactente; este último é deixado com duas alternativas: ou ficar em um estado permanente de regressão

e ficar fundido com a mãe, ou então representar um rejeição completa da mãe, mesmo de uma mãe aparentemente boa (WINNICOTT, 1960, p. 50).

A mesma sensibilidade que é exigida à mãe é também exigida ao analista, que também deve esperar os sinais e as pistas do paciente para que seja feita uma interpretação. Caso contrário, mesmo sendo correta, uma interpretação fora do momento propício tem efeito traumatizante, e é rejeitada pelo paciente, já que não faz parte dele. Para Winnicott (1960) estas situações são frequentes nos casos limites, assim como também em outros casos nos quais a dependência na transferência é máxima. A dependência máxima na transferência é, portanto, evidência de uma perturbação da fase do *holding*, na qual a dependência do ambiente é alta e os limites psíquicos ainda não estão bem marcados. Neste sentido a patologia *borderline* pode ser pensada como fruto de falhas na fase da dependência absoluta que resultam em limites psíquicos fragilmente constituídos, e impedem a percepção do outro como autônomo e distinto do eu. Segundo Winnicott:

Isto é especialmente difícil para as mães por causa do fato de as crianças vacilarem entre um estado e outro; em um minuto elas estão fundidas com a mãe e requerem empatia, enquanto no seguinte estão separadas dela, e então, se ela souber suas necessidades por antecipação, ela é perigosa, uma bruxa. [...] Esse detalhe é reproduzido no trabalho analítico com pacientes *Borderline*, em todos os casos em certos momentos de grande importância quando a dependência na transferência é máxima (WINNICOTT, 1960, p. 51)

A fase de dependência absoluta, no início do desenvolvimento psíquico, coincide com um estado de indiscernibilidade mãe-bebê a partir do qual desenvolve-se um eu. Ao começar a se separar, o bebê ainda percebe a mãe de início como um feixe de projeções, o que justifica dizer, então, que o objeto é subjetivamente concebido por ele (WINNICOTT, 1969). Nesse momento, quando os limites psíquicos estão borrados, ele pode se relacionar com o objeto, mas ainda não é possível fazer uso dele. Para poder usar o objeto, é necessário colocá-lo fora da área de seu controle onipotente, reconhecendo-o como real,

como existente por si só, portando características próprias, isto é, deve haver a aceitação da existência independente do objeto.

Na passagem do objeto subjetivamente concebido para o objeto objetivamente percebido, e, logo, do relacionamento para o uso, o objeto é destruído. Movido pela agressividade primária – cujas raízes fazem parte da motilidade inerente à vida humana – o bebê exercita seu impulso destrutivo atacando o objeto que, ao resistir (OLIVEIRA, 2012), permite uma primeira delimitação dos limites psíquicos, e possibilita o uso do objeto agora constituído. Segundo Oliveira (2012):

A desadaptação ambiental é proveitosa quando existe a experiência de odiar o objeto e, conseqüentemente, temos a origem para o infante da concepção de que aquilo que é potencialmente satisfatório é o que falha em prover gratificações. A capacidade do lactente de odiar o objeto permite paulatinamente o reconhecimento de um não-eu, isto é, da existência de um mundo outrora “desconhecido” (p. 55).

Será então a partir da sobrevivência do objeto aos ataques do bebê que esse objeto se encontrará fora do controle onipotente do bebê, criando assim uma realidade externa e sendo possível para o sujeito viver no mundo dos objetos (WINNICOTT, 1969). A capacidade de fazer uso do objeto e, portanto, a constituição dos limites psíquicos, depende, em grande parte, da não retaliação da realidade externa, e da sua sobrevivência, mas não apenas disto. É necessário também que o bebê tenha adquirido capacidade para tal, o que, em última instância, também é efeito de um ambiente que possibilitou um desenvolvimento saudável: “O desenvolvimento da capacidade de usar um objeto constitui outro exemplo do processo de amadurecimento, como algo que depende de um meio ambiente ‘propício’” (WINNICOTT, 1969, p. 125). A incapacidade de usar objetos é, então, oriunda de uma série de falhas ambientais ocorridas durante o período inicial. Este é fato frequente no desenvolvimento emocional dos pacientes *borderline* que não são capazes de fazer uso apropriado do objeto, o que aponta para uma diferenciação eu-outro precária que repercute na sua capacidade de simbolização.

Patologia *borderline*: um prejuízo à transicionalidade

Chabert (1999), autora que realizou extenso estudo sobre a patologia *borderline*, optou por utilizar a denominação de “funcionamento-limite”, para designar uma forma de apresentação psíquica presente em diferentes patologias. Chabert (1999) afirma que existem diversos tipos de funcionamentos-limite que apresentam várias características em comum sendo a impossibilidade de lidar com a perda do objeto um traço central dos funcionamentos-limite. Foi a constatação de que a perda objetual aponta para uma articulação entre os investimentos narcísico e objetual que a levou a investigar o campo transicional que diz respeito justamente à interação entre o eu e o objeto. Sua preocupação central, no entanto, se refere aos efeitos patogênicos da incapacidade de fazer uso do objeto, decorrentes de eventos que acontecem durante o momento transicional.

Lembrando que a sobrevivência do objeto, isto é, seu não desaparecimento e retaliação, garante sua destruição no campo subjetivo, dando lugar concomitantemente à fantasia e à externalidade, Chabert ressalta que, nos pacientes-limite não é isso que acontece.

Minha primeira hipótese é de que o acesso à transicionalidade – a esta convicção de que o pertencimento a um ou ao outro não provoca mais questões porque a área intermediária se desdobra entre os dois – que o acesso à transicionalidade, portanto, continua precário – transitório, esporádico e efêmero nos funcionamentos limites – em graus variáveis de acordo com os indivíduos – justamente porque não é dada a garantia de que o objeto sobreviva aos ataques do sujeito (CHABERT, 1999, p. 96. Tradução minha).

Então um espaço transicional precário prejudica a constituição do objeto denotando uma relação precária com a alteridade. Se a constituição do eu e do outro é feita de forma simultânea e interdependente, um prejuízo na constituição do objeto, como alteridade implica, então, um prejuízo ao desenvolvimento e amadurecimento do eu, como acontece na constituição dos pacientes *borderline*. Segue-se, então, que posteriormente, ao longo da vida, a ausência do objeto resulta em uma fragmentação de si, isto é, a perda do outro nos pacientes *borderline*

torna-se uma perda de si e é vivenciada como um desaparecimento no espaço psíquico, visto que o sujeito não constituiu recursos internos para lidar com a perda. Diante do terror da perda os pacientes limítrofes recorrem ao uso da realidade externa como mecanismo de defesa:

O tratamento da realidade externa é então bem particular: ela é usada para mascarar ou suplementar o vazio inteiro. A cena psíquica se localiza fora e faz-se necessário, e até mesmo urgente, recorrer a um “diretor de cena” para se sentir existindo (CHABERT, 1999, p. 99. Tradução minha).

Esse mundo externo passa a ser superinvestido e exerce a função de um reasegurador narcísico. Então, quando o objeto deixa de corresponder, ele perde sua função de reasegurador narcísico e é rapidamente desinvestido (CHABERT, 1999). Poder-se ia pensar, então, que nesses casos a dinâmica psíquica oscila entre uma dependência excessiva do ambiente externo superinvestido, em detrimento do mundo interno, e o abandono do objeto externo com a reclusão num interno esvaziado. Esta alternância aponta para um prejuízo na transicionalidade, já que causa desarticulação entre as realidades subjetiva e objetiva e, conseqüentemente, entre o eu e o outro.

Green (1975b) também identificou nos pacientes *borderline* um movimento defensivo duplo, de ligação e desligamento do objeto, que se faz presente, na clínica, através de dupla angústia. O autor (1975b) defende que a patologia *borderline* – denominada por ele de casos-limite – é caracterizada pela má constituição dos limites psíquicos, fruto de uma maternagem que se apresenta sempre insuficiente. Seja pela falta ou pela presença excessiva, a mãe – como objeto primário absolutamente necessário – ocupa todo o espaço psíquico do bebê, prejudicando a delimitação das fronteiras psíquicas que distinguem tanto o mundo interno do externo, quanto o eu do outro (GREEN, 1975b). Por conseguinte, os pacientes *borderline* sentem que estão sendo ora invadidos, ora abandonados, fazendo com que reajam de forma paradoxal em relação aos objetos. Entre a presença e a ausência excessivas, existe um meio-termo proporcionado pelo espaço transicional, que aparenta estar prejudicado nos casos *borderline*. É neste sentido que Green (2002) fala de uma presença latente sentida na ausência da percepção

do objeto, que remete a um espaço entre mãe e bebê. Por essa razão pode-se afirmar que, quando o processo de desenvolvimento vai bem, a ausência é sentida como uma presença potencial. É justamente esse jogo entre a ausência e a presença que caracteriza o espaço potencial que está bastante prejudicado nos casos-limite como atesta a experiência da dupla angústia. Nestes casos, presença e ausência não se articulam, e cada uma passa a ser vivida de forma radical, o que afeta dramaticamente a capacidade simbólica destes pacientes.

O espaço transicional também tem sido objeto de investigação de Phillips (1988) que chama atenção para o fato de que a psicanálise, até a introdução deste conceito, não contemplava uma ponte entre o objetivo e o subjetivo, entre o dentro e o fora, e principalmente entre o estar junto e o estar separado. Para Phillips (1988), a natureza do objeto transicional é secundária à sua função, pois o importante é sua serventia em unir o dentro e o fora. Apesar de surgir dessa articulação entre o eu e o outro, o objeto transicional não é uma combinação desses elementos, e sim uma terceira e nova opção, algo que vai além da soma de suas partes, ou seja, entre ficar sozinho ou ficar com a mãe, o bebê pode escolher uma terceira opção – o objeto transicional – que contém características das duas primeiras opções (Phillips, 1988).

Esta não é um opção para aqueles que sofreram uma falha traumática no momento de constituição da transicionalidade que prejudicou a criação do espaço potencial possibilitador da separação entre a mãe e o bebê. Nesses casos, em vez de criar uma ponte entre o objetivo e o subjetivo, a criança é obrigada a pular de um para o outro, tornando assim as polaridades separação/união e realidade interna/realidade externa dois mundos incompatíveis. Desta forma,

O espaço transicional entra em colapso quando ora a realidade interna, ora a realidade externa, começa a dominar a cena, assim como uma conversa acaba se um dos participantes ocupa o espaço inteiro (PHILLIPS, 1988, p. 119. Tradução minha).

Então, situações traumáticas que inviabilizam o espaço potencial geram dificuldade de separação, logo de delimitação dentro/fora, o que afeta dramaticamente o processo de constituição da capacidade

simbólica, posto que, para que seja possível criar símbolos e representações é necessário que haja o reconhecimento da distinção eu-outro.

A dificuldade de se separar do objeto materno foi também considerada por Jacques André (1999) como marcante na patologia *borderline*. Segundo André (1999) a constituição subjetiva destes pacientes gira em torno da centralidade da figura materna como objeto único, efeito de uma maternagem marcada por excessos – de presença ou de ausência – do qual eles não conseguem se diferenciar. André argumenta que, nesses casos, a mãe não soube se aproximar sem invadir e se distanciar sem desamparar, conseqüentemente tornando-se um objeto totalitário, imprevisível e excessivo que ocupa todo o espaço psíquico do bebê, impedindo a construção de espaço psíquico que possa ser habitado por objetos substitutos (GREEN, 1975b, 2002). Esses pacientes se tornam refêns de um objeto primário totalitário o que faz com que o trabalho analítico passe a se constituir na elaboração de um luto que não se deu. Em alusão tanto ao jogo de presença e ausência – *Fort-da* – identificado por Freud (1920/1996) ao ver seu neto brincando com um carretel, quanto a uma sessão intempestiva da análise de Little em que a paciente arremessou um vaso de flores pela janela, André comenta:

E isto pode ter acontecido tanto por ser ela psiquicamente invasiva quanto por estar sempre ausente. Desde então a análise – trocando o carretel pelo vaso de lilases – tende a confundir-se com um trabalho de luto: trabalho ao mesmo tempo de separação-diferenciação-constituição do objeto e de traçado das fronteiras do eu (ANDRÉ, 1999).

Para André (1999) o ataque ao analista evidenciou a dificuldade de Little em abrir mão do controle onipotente e demonstra a centralidade, nesses casos, do objeto que se instalou totalitariamente no espaço psíquico como efeito de falhas traumáticas ocorridas principalmente no momento transicional, e que redundam no prejuízo da capacidade simbólica.

Ogden (1990) é um autor que se dedica a discutir o desenvolvimento da capacidade simbólica originada no espaço potencial a partir do postulado de que o significado só surge a partir da diferença, pois

é a diversidade que fornece recursos para que se crie um significado como uma expressão subjetiva. Quando mãe e bebê estão fusionados não há como falar em subjetividade do bebê, pois nesse momento ainda não existe um “si mesmo”. Para Ogden (1990), a subjetividade é a capacidade de consciência de si em qualquer nível, desde a sensação sutil e primitiva de “eu mesmo”, até uma reflexão sobre si feita intencionalmente. Assim, nos primeiros momentos de vida existe somente um sentimento de continuidade do ser, pois todas as necessidades do bebê são prontamente atendidas. Sendo assim, o bebê não se sente como tendo necessidades, o que evidencia a ausência da alteridade.

Se houver um ajuste suficientemente bom entre a mãe e a criança e a tal ilusão/ desilusão for criada, não há necessidade de símbolos, mesmo do tipo mais primitivo. Em vez disso, existe um estado imperturbável de “continuidade do ser” (WINNICOTT, 1965, p 303) que mais tarde irá se tornar o pano de fundo de experiência, mas no presente é invisível porque não há nada com que contrastá-lo. Ele é ambos, o plano de fundo e o primeiro plano (OGDEN, 1990, p. 2802. Tradução minha).

A transição subjetiva de um estado de unidade indiferenciada onde não havia necessidade para símbolos, para um estado de consciência de si, envolve um interjogo de três entidades distintas: o símbolo (o pensamento), o simbolizado (aquilo sobre o que se está pensando) e o sujeito que gera e interpreta seus símbolos. Quando não há diferença entre o símbolo e o simbolizado, também não há um indivíduo separado do ambiente. Uma vez que a unidade mãe-bebê se transforma em duas entidades, cada uma consciente de si, a mãe é criada como objeto –pois ela é vista pelo bebê como algo separado de si –, e o bebê é criado tanto como objeto – da mãe inicialmente – quanto como sujeito (OGDEN, 1990, p. 2835). A constituição do bebê como indivíduo separado ocorre gradualmente com a ajuda do objeto transicional que cria um jogo entre o bebê e a mãe.

Pode-se, a partir daí, começar a diferenciar o símbolo, o simbolizado e o sujeito que gera interpretações desses símbolos. Contudo,

se o ambiente não souber respeitar o jogo entre esses três elementos – evidenciado pelas falhas que impedem o bebê de se diferenciar do ambiente – não haverá espaço para o desenvolvimento de um eu que gera e interpreta os símbolos. Consequentemente, o bebê não será capaz de separar o pensamento daquilo sobre que está pensando, e também não será capaz de separar seus sentimentos daquilo a que está respondendo expressando um prejuízo no espaço potencial. Especificamente em situações onde não há (PHILLIPS, 1988) diferença entre o pensador e o objeto de pensamento, ocorre um colapso dos limites psíquicos. “O espaço potencial deixa de existir quando quaisquer dois destes três elementos tornam-se indiferenciados: o pensador e o símbolo, o símbolo e o simbolizado e o pensador e o objeto de pensamento (o simbolizado)” (OGDEN, 1990, p. 2977. Tradução minha).

Também interessado na discussão sobre os destinos da transicionalidade, Janin (2005) se referiu a um colapso da tópica interna oriundo de um impacto traumático, a partir do qual o sujeito não consegue diferenciar os mundos interno e externo. Segundo Janin (2005), ocorrem de vez em quando situações nas quais um acontecimento externo replica uma fantasia, como, por exemplo, acontece no desaparecimento do objeto no momento em que o sujeito está tomado por fantasias agressivas a seu respeito. Esses casos de duplicação do interno no externo excedem a capacidade do aparelho psíquico de desempenhar a sua função de contenção do mundo interno. Consequentemente, ocorre a “destransicionalização da realidade” (JANIN, 2005, p. 48) na qual o sujeito perde temporariamente a capacidade de discernir o subjetivamente concebido do objetivamente percebido, isto é, o teste de realidade fica comprometido. Na patologia *borderline* essas situações não são temporárias mas caracterizam um funcionamento psíquico cujos limites entre o dentro e fora estão insuficientemente diferenciados e, por vezes, se superpõem traumáticamente, com sérias consequências para o processo de simbolização.

Em se tratando dos limites psíquicos, Green (1977), assim como Winnicott (1975), aponta para o fato de que nada no psiquismo é muito bem delimitado e claro. De fato, Freud já afirmava, em 1933, que os limites entre as instâncias psíquicas lembram quadros impressionistas, onde as linhas são um pouco borradas e as cores se fundem umas nas

outras. Do mesmo modo, as fronteiras entre o interno e o externo são fluidas, o que relativiza a eficácia dos mecanismos que permitem o julgamento da realidade (GREEN, 1977). Discutindo esta questão em relação aos pacientes *borderline* para os quais o estabelecimento dos limites psíquicos é sempre dificultoso, Green (1977) retoma o texto *A negativa* (1925/1996) de Freud onde é discutida a diferença entre os juízos de atribuição e existência. Na lógica do juízo de atribuição a decisão diz respeito ao caráter prazeroso ou desprazeroso do objeto. Por outro lado, quando se trata do princípio de realidade, o psiquismo tem que ser capaz de decidir se o objeto existe ou não existe na realidade, ou seja, ele tem que decidir entre o sim e o não (FREUD, 1925/1996). Uma saída conciliatória foi oferecida por Winnicott (1975) ao apresentar o conceito de espaço potencial onde o sim convive com o não, isto é, o objeto transicional é e não é a mãe ao mesmo tempo. Os pacientes *borderline*, por outro lado, diante do julgamento de realidade, apresentam uma radical recusa de escolha. Aqui trata-se de nem sim nem não (GREEN, 1977).

Os sintomas do paciente *borderline*, representando o objeto transicional, oferecem uma recusa negativa de escolha: nem ‘Sim’ nem ‘Não’. Poder-se-ia expressar essa mesma relação em termos experienciais na forma de uma pergunta ‘O objeto está morto (perdido) ou vivo (encontrado)?’ ou ‘Estou vivo ou morto?’ – ao que o *borderline* poderia responder ‘Nem Sim nem Não’ (GREEN, 1977, p. 82. Tradução minha).

Dessa forma, nos casos-limite o objeto transicional perde seu valor, o que se apresenta na impossibilidade desses pacientes de contemplar o paradoxo (a coexistência de duas afirmações contrárias). Tal quadro aponta para um prejuízo na produção de manifestações transicionais, posto que os pacientes em vez de contemplar o paradoxo, criam sintomas (GREEN, 1977). Entretanto, não se pode dizer que sejam completamente incapazes de criar objetos e fenômenos transicionais, pois dizer isso seria ignorar o fato de que muitos artistas são personalidades *borderline*. O que se pode dizer sobre os sujeitos limítrofes, no entanto, é que objetos e fenômenos transicionais não têm para eles um valor funcional, isto é, simbólico.

Para discutir a proposição de que os fenômenos e objetos transicionais perderam seu valor funcional para os sujeitos limítrofes, voltamos ao texto de Winnicott sobre o objeto transicional no qual ele se refere a um uso do objeto transicional que não aponta para o desenvolvimento da capacidade simbólica. Existem, pelo menos, dois usos do objeto transicional: acalmador e confortador. O objeto acalmador tem um efeito tranquilizante que auxilia o bebê a suportar a angústia que a ausência da mãe provoca. Em outras palavras, ao acalmar o bebê, o objeto transicional auxilia a separação, cumprindo sua função psíquica e servindo como um sedativo em momentos de angústia.

O objeto confortador, por sua vez, serve para negar a separação entre a mãe e o bebê. O caso X, descrito por Winnicott (1953), ilustra o uso do objeto transicional por um sujeito que não foi capaz de construir um objeto transicional que o ajudasse a abrir mão da relação intensa com sua mãe. Foi desmamado com muito esforço aos sete meses, nunca chupou o polegar, nem mamadeiras, nem chupeta. Dos 12 meses aos 5 anos, adotou um coelho de brinquedo que não desempenhou a função transicional adequadamente, nunca se tornando mais importante que a mãe.

Esse coelho específico durou até X contar cinco ou seis anos de idade. Poderia ser descrito como um confortador, mas nunca possuía a verdadeira qualidade de um objeto transicional. Nunca fora como um verdadeiro objeto transicional teria sido, mais importante do que a mãe, uma parte quase inseparável do bebê (WINNICOTT, 1953, p. 20).

O uso suficientemente bom do objeto transicional que se torna mais importante que a mãe evidencia os processos simbólicos em jogo, nos quais o bebê condensa algo de si e da mãe em um objeto, o que facilita a separação e o caminho na direção da externalidade. Por outro lado, as situações em que o bebê continua extremamente ligado à mãe, e não encontra nenhum representante para auxiliá-lo a suportar a ausência materna, apontam para uma falha na capacidade simbólica. No caso X, o coelho servia para negar a separação entre X e sua mãe, ao invés de auxiliá-lo a rumar em direção à independência (WINNICOTT, 1953), o que evidencia um prejuízo simbólico decorrente de graves

falhas ambientais de vários tipos. É neste sentido que Winnicott (1975) enfatiza a importância do fator temporal no desencadear de uma agonia impensável, expressão dramática de uma situação traumática nos primórdios que interfere com os destinos do objeto transicional.

Se a mãe ficar longe por um período de tempo além de certo limite medido em minutos, horas ou dias, então a lembrança, ou a representação interna, se esmaece. À medida que isso ocorre, os fenômenos transicionais, se tornam gradativamente sem sentido e o bebê não pode experimentá-los. [...] Exatamente antes da perda, podemos às vezes perceber o exagero do uso de um objeto transicional como parte da negação de que haja ameaça de ele se tornar sem sentido (WINNICOTT, 1953, p. 31).

Então, nas ausências excessivamente prolongadas – ilustradas na sua concepção da fórmula $x+y+z$ (WINNICOTT, 1975) – o objeto é descatexizado e os fenômenos transicionais perdem o sentido, ou seu valor funcional, como diria Green (1977). Estes casos em que o objeto não exerce a função de símbolo apontam para uma frágil diferenciação entre o eu e o não-eu com graves consequências sobre a construção da capacidade simbólica que, então, se constitui muito precariamente.

Conclusão

Na literatura contemporânea sobre a problemática *borderline* é recorrente a menção ao prejuízo da capacidade de simbolização que estes pacientes apresentam. Assim, encontramos referências frequentes à dificuldade de representação que evidenciam o que é pungentemente encenado durante um processo analítico pela sua evidente dificuldade de associar em análise. Do ponto de vista do manejo clínico, o paciente *borderline* aparentemente não se beneficia de uma análise centrada nas interpretações e intervenções que exijam um trabalho psíquico sustentado pela metáfora e associações simbólicas. Enfim, são inúmeros os indícios clínicos que apontam para uma dificuldade representacional e, portanto, para uma fragilidade da capacidade simbólica.

Neste trabalho sugerimos, ancoradas na teoria winnicottiana, mas não apenas nela, que a origem deste traço característico da patologia *borderline* se encontra em distúrbios muito primitivos do desenvolvimento emocional, especificamente no que diz respeito à dinâmica transicional. Lembrando que o espaço potencial, onde se dá a separação que é também uma união, é o berço do objeto transicional, origem do símbolo; sugerimos, então, que são os destinos da transicionalidade que facilitam ou prejudicam o estabelecimento da capacidade simbólica. De uma maneira geral identificamos dois tipos de falhas do ambiente, recorrentes nos casos dos pacientes limítrofes, e que parecem estar significativamente associadas a um prejuízo da sua capacidade de transitar na transicionalidade: excesso de ausência ou de presença e uma incapacidade de resistir aos ataques do bebê. Configura-se, a partir daí, um colapso da dialética transicional entre a realidade interna e externa com o predomínio da última o que, evidentemente, afeta a capacidade simbólica.

Assim, articulando a teoria winnicottiana com as contribuições de alguns autores franceses, principalmente Green e Chabert, defendemos a hipótese de que tanto o excesso (de ausência ou presença) quanto a retaliação aos ataques do bebê dificultam a construção da diferenciação eu-outro, mãe-bebê, impedindo que o objeto primário se deixe esquecer, diria Green. O desfecho deste estado de coisas se manifesta dramaticamente na dificuldade de construir representações e, portanto, de pensar o que, por sua vez, dificulta o movimento desejante, cenário que caracteriza a clínica dos pacientes *borderline*.

Tramitação:

Enviado em: 22/05/2014

Aprovado em: 27/06/2014

CLAUDIA AMORIM GARCIA

Rua General Glicério, nº 335, aptº 1202 – Laranjeiras
Cep 22245-120 – RJ
Telefone: (21) 9963-4742
Email: clauag@uol.com.br

JOANA GRYNER

Rua Ivone Cavaleiro, nº 133, Cobertura – Cep 22620-290 – RJ
Telefone: (21) 2493-9043 / (21) 98145-2359
Email: jogryner@me.com

Referências

ABRAM, J. (1996) *A linguagem de Winnicott*. Rio de Janeiro: Editora Revinter Ltda, 2000.

ANDRÉ, J. O objeto único. *Cadernos de psicanálise da SPCRJ*, Rio de Janeiro: nº 18, vol 15. 1999.

BLEICHAR, N. M. & BLEICHMAR, C.L. *A psicanálise depois de Freud*, teoria e clínica. Porto Alegre: Artmed Editora, 1992.

DIAS, E. O. *A teoria do amadurecimento de D.W Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

FULGÊNCIO, L. A constituição do símbolo e o processo analítico para Winnicott. *Paidéia*, Ribeirão Preto: num, 50, vol 21, 2011.

GARCIA, C.A. *Os estados limites e o trabalho do negativo*: uma contribuição de A. Green para clínica contemporânea. In *Entre o Eu e o Outro*, Espaços Fronteiriços. Curitiba: Jurua, 2007 (impressão 2010).

CHABERT, C. *Les fonctionnements limites*: quelles limites? In *Les états limites*. Paris: PUF, 1999.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer. In: _____ *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago,

1996, p. 13-156 (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18). (Artigo original publicado em 1920).

_____. A negativa. In: _____. *O ego e o id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 265-269. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19). (Artigo original publicado em 1925).

_____. Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. In: _____. *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 17 - 155 (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 22). (Trabalho original publicado em 1933).

GREEN, A. *O Analista, A Simbolização e a Ausência no Contexto Anallítico*. In: _____. *Sobre a Loucura Pessoal*. Rio de Janeiro: Imago, 1975 (impressão 1988).

_____. Potential Space in Psychoanalysis, the object setting. In: _____. *On Private Madness*. London: Karnac, 1975b (impressão 2005).

_____. *The Borderline Concept*, a conceptual framework for the understanding of borderline patients. In: _____. *On Private Madness*. London: Karnac, 1977 (impressão 2005).

_____. *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 2002 (impressão 2008).

KERNBERG, O. Transference and countertransference management with borderline patients, In: _____. *Ressonance of Suffering: Countertransference in non-neurotic structures*. London: Karnac, 2007.

JANIN, C. Au coeur de la théorie psychanalytique: le traumatisme. In: _____. *Le traumatisme psychique, organisation et désorganisation*. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.

LOPARIC, Z. Winnicott e o pensamento pós-metafísico. *Psicologia USP*, São Paulo: v. 6, n. 2., 1995.

OGDEN, Thomas. *The matrix of the mind*. London: Karnac, Kindle edition, 1990.

OLIVEIRA, F. G. *Do amadurecimento ao encontro analítico: um percurso clínico pela obra de Winnicott*. Dissertação (mestrado de psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

PHILLIPS, A. *Winnicott*. London: Penguin group. Kindle edition, 1998.

STERN, A. Investigação psicanalítica e terapia do grupo de neuroses limítrofes. *Rev Latinoamericana Psicopatologia Fundamental*, vol II, 1938 (impressão, 1999).

WINNICOTT, D.W. *Desenvolvimento emocional primitivo*. In: _____ *Da pediatria a psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1945 (impressão, 2000).

_____. *A mente e sua relação com o psicossoma*. In _____ *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1949 (impressão, 2000).

_____. *Psicose e cuidados maternos*. In: _____ *Da pediatria a psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1952 (impressão, 2000)

_____. *Objetos e Fenômenos transicionais*. In: _____ *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1963 (impressão, 1975).

_____. *Classificação: existe uma contribuição psicanalítica à classificação psiquiátrica?*. In: _____ *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed 1954-1964 (impressão 2008).

_____. *A capacidade para estar só*. In: _____ *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1958 (impressão, 1990).

_____. *Teoria do relacionamento paterno-infantil*. In: _____ *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1960 (impressão 2008).

_____. *A integração do ego no desenvolvimento da criança*. In: _____ *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1962 (impressão 2008).

_____. *Dependência no cuidado do lactente, no cuidado da criança e na situação psicanalítica*. In: _____ *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1963 (impressão 2008).

_____. *Localização da experiência cultural*. In: *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1967 (impressão 1990).

_____. *O uso de um objeto e Relacionamento através de identificações*. In: Brincar e realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1969 (impressão 1975)

_____. *O lugar em que vivemos*. In: Brincar e realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1971, (impressão 1975)

_____. *Natureza humana*. Imago, Rio de Janeiro, 1988 (impressão 1990).

_____. *Notas sobre o Brinquedo*. In: Explorações psicanalíticas. Porto Alegre: Artmed, 1989.

JOVENS ENREDADOS

ENTANGLED YOUNGSTERS

*Marcia Stein*⁴²

Resumo

O artigo analisa como a era da cultura digital e das redes sociais influencia as interações, os processos de aprendizagem e a constituição de subjetividades por parte dos jovens e aponta caminhos para pais e educadores atuarem como mediadores na construção de uma relação saudável, segura e responsável com estes novos recursos de comunicação.

Palavras-chave: educação; cultura digital; redes sociais, pais; professores; adolescentes.

Abstract:

This paper intends to analyze digital culture and social networks influences on interaction, learning and identity

42 Professora, Jornalista e Mestre em Educação.

constitution processes, and to point ways for parents and educators acting as mediators in the building of a healthy, safe and responsible relationship with those communicational resources.

Keywords: *education; digital culture; social networks; parents; teachers; teenagers.*

Precisamos renovar a conversa entre a mídia e a escola. Trata-se de, simultaneamente, capacitar as novas gerações para o trabalho de interpretar audiovisualmente o contexto e a história que o explica. É preciso que o rádio e a televisão nos contem diariamente o mundo, que a internet continue nos cosmopolitizando, mas só uma educação de longos anos é capaz de aguçar nossos ouvidos para o murmúrio da história que ressoa entre as descontinuidades e fragmentações do instante, para entender como se formou esta complexa interculturalidade globalizada, seus conflitos e promessas. A educação formal precisa de telas de televisão e de computador para relacionar-se com a vida cotidiana dos estudantes e habilitá-los para o futuro (CANCLINI, 2004).

A Internet está fazendo 25 anos. Em termos históricos, um quarto de século não é muita coisa, mas estamos falando de um período em que, segundo sociólogos, antropólogos e historiadores, a humanidade testemunhou transformações mais radicais que em qualquer outro espaço de tempo equivalente, em todos os períodos históricos de que se tem registro.

Nós, que conhecemos o mundo sem Internet, ainda estamos aprendendo a ‘surfar’ com a mesma desenvoltura de nossos filhos pelas ondas do mundo virtual, mas já começamos a entender que a grande rede de comunicação trouxe uma nova realidade não apenas no âmbito tecnológico ou no campo da comunicação, mas também na política, na economia, na cultura e mesmo na constituição das subjetividades.

Estamos experimentando cotidianamente os efeitos das mudanças geradas pela possibilidade de nos comunicarmos em tempo real com todo mundo, o tempo todo. Somos, cada vez mais, parte integrante de um grande coletivo pensante, pulsante, potente... E, por outro lado, um coletivo composto por individualidades cujos contornos e fronteiras ainda não aprendemos a distinguir claramente, e muito menos a administrar equilibradamente.

A *world wide web* disponibilizou não somente uma nova estrutura tecnológica, mas também novos ambientes de interação e relacionamento social, e com eles novos protocolos e hábitos, bem como a demanda por novos patamares éticos. E entre tantos desafios trazidos pelo novo cenário, entra em cena um chamado inédito, especialmente para pais, educadores, terapeutas e todos aqueles que de algum modo compartilham a responsabilidade pela formação de crianças e jovens: o chamado a redesenhar caminhos e limites claros para a constituição de subjetividades sadias em um contexto social que convida, quando não convoca à interação ininterrupta com um imenso e onipresente Outro. Como se ouvir atentamente, como olhar para dentro de si estando *online* o tempo todo? O autoconhecimento, a consciência acerca dos próprios desejos, anseios e dúvidas são processos que se alimentam de tempo, silêncio, solidão, introspecção, falta, vazio. A vida *online* propõe o cardápio oposto: hipercompartilhamento, hiperestimulação, hipervelocidade, interações coletivas, vozes, sons e imagens circulantes nas mensagens curtas que vão se sobrepondo freneticamente umas às outras, sem pausa, sem *gap*, sem silêncio, simultaneamente, em um turbilhão de compartilhamentos sem paredes do que outrora conhecíamos como íntimo e pessoal. Eis que tudo que sabíamos sobre o binômio público & privado se desmanchou no ar.

Não é o caso de nos lamentarmos. Não seria esta a melhor estratégia. Estamos sendo convocados a enfrentar tais desafios sem nostalgias com relação a um tempo que não voltará e que – reconheçamos – junto com os problemas, traz tantas conquistas e comodidades. Aliás, se pensarmos bem, sempre foi assim. Nossos sustos de hoje equivalem aos sustos das gerações anteriores diante das inovações tecnológicas e culturais vividas em cada era, com seus *gaps* geracionais, e com os jovens, ousada e corajosamente, sempre nos ajudando a

entender e a amar o novo. Com eles, devemos aprender a desbravar o universo de possibilidades que a Internet e as redes sociais nos abrem. E a nós cabe ensiná-los a desbravá-lo de modo responsável, criterioso e respeitoso. Mas para desempenharmos bem esta função é preciso que tenhamos clara a dimensão da questão. Será que temos esta clareza? Sabemos dimensionar os riscos e possibilidades trazidos pela Era da Comunicação Digital? Sabemos claramente quais são os parâmetros e limites a propor?

Podemos trazer algum alívio lembrando que uma das vantagens deste novo tempo é a facilidade com que se pode encontrar guias sobre cuidados e caminhos para navegar com segurança, a maioria deles especialmente criados para orientar pais e educadores aflitos, quando não perplexos. Um bom exemplo é o guia da SaferNet, que pode ser encontrado no site do grupo. Mas há também a demanda social, em níveis mais macro, por diretrizes que apontem soluções, regras e a medida da distribuição de responsabilidades com relação ao uso da grande rede. Em março deste ano, o Brasil comemorou a criação de seu Marco Civil da Internet. O projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados trata a comunicação como um direito dos cidadãos e não como um campo de negócios. Além disto, orienta sobre direitos, deveres, responsabilidades e consequências. Fazer valer tais regras, na prática, é outro grande desafio, mas ainda assim o Marco é um passo significativo em direção à proteção dos Direitos Humanos, que devemos usar como inspiração para atuar no sentido de proteger nossas crianças e jovens, criando espaços de diálogo, orientação e mediação responsável. Tratemos então de distinguir alguns caminhos para fazer isto.

O cenário das redes sociais exige cidadãos competentes para pensar e aprender de modo cada vez mais participativo e colaborativo, bem como para atuar em equipe e produzir em rede sem perder a dimensão de suas singularidades. No âmbito da constituição de identidades a demanda é o entendimento das relações de interação em rede como relações que ensejam encontros e que estes se dão o tempo todo, invadindo a intimidade cotidiana dos sujeitos, sem pedir licença, nos mais diversos contextos e ambientes. Tudo ainda é muito recente para nós arvorarmos a tirar conclusões precisas sobre efeitos ou impactos desta nova realidade. Mas é certo que devemos estar atentos e dispostos

a observar, estudar, refletir e debater a respeito do que se passa, para construirmos juntos – em rede, como pede o contexto – estratégias produtivas de acolhimento, escuta e proteção de nossos jovens neste mundo que os enreda. É certo, também, que devemos priorizar, nas ações educacionais que desenvolvemos junto aos nossos jovens, alguns princípios norteadores para as práticas propostas, dentre os quais eu apontaria como fundamentais:

- Qualificar e ampliar o acesso à informação, aos meios de comunicação, seus códigos e linguagens;
- Promover o repúdio a qualquer forma de discriminação, preconceito, violência, opressão, manipulação e autoritarismo;
- Investir na diversificação do repertório cultural das crianças, jovens e aprendizes em geral, através do convívio com a produção cultural e artística de seu entorno, buscando a diversidade e a pluralidade quanto a faixas temáticas, formatos, gêneros, linguagens e estratégias narrativas;
- Assegurar o debate formador do pensamento crítico acerca dos aspectos políticos, éticos e estéticos envolvidos nos processos de produção e circulação de informações e mensagens do cenário sociocultural;
- Investir na viabilização de redes que possibilitem processos colaborativos de aprendizagem e de produção de conhecimentos, nos âmbitos acadêmico, científico e cultural;
- Incentivar o desenvolvimento de uma atitude investigativa, que leve à problematização constante das situações vividas e à emancipação de posturas e modos de pensar;
- Afirmar veementemente valores de convívio em grupo, como solidariedade, compaixão, acolhimento da diferença, altruísmo, paz, união, compartilhamento de alegrias e realizações;
- Repudiar práticas de incentivo ao consumo, à violência, à manipulação, ao uso de linguagem apelativa ou violenta, ao preconceito, à linguagem que evoque a sexualização de modo precoce, inadequado ou de alguma forma desrespeitosa aos direitos de crianças, jovens e adultos;

- Valorizar práticas responsáveis e sustentáveis com relação ao entorno;
- Valorizar a diversidade de posicionamentos, opiniões e pontos de vista;
- Valorizar as diversas possibilidades narrativas de representação da realidade e de expressão da fantasia;
- Afirmar veementemente valores fundamentais para a constituição e fortalecimento de identidades legítimas e singulares;
- Valorizar a livre expressão de desejos, ideias, opiniões, bem como criar canais para tais práticas;
- Incentivar o desenvolvimento da autonomia intelectual através de experiências desafiadoras, situações-problema, convites ao posicionamento e à elaboração de hipóteses;
- Fomentar e valorizar o uso inovador dos recursos da linguagem audiovisual e dos diferentes suportes, meios e ambientes de comunicação.

Relato de uma experiência escolar

Em 2012, quando eu atuava como Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental I de uma escola particular do Rio de Janeiro, pude perceber a imensa demanda dos pais dos alunos por orientações sobre como intermediar a relação de seus filhos com a Internet. Pensando em poder de alguma forma responder a esta demanda, não através de receitas mágicas, mas apontando caminhos bem objetivos, propus, em parceria com o especialista em Mídia e Educação Marcus Tavares, desenvolvermos um projeto envolvendo alunos e pais com o objetivo de debater, refletir e criar parâmetros para a utilização segura e responsável da Internet, com foco nas redes sociais. Estabelecemos que os alunos de 4º, 5º e 6º anos (em torno de 9 a 12 anos) seriam os escolhidos para participar do projeto, por duas razões: é a faixa etária que marca a transição da infância para a adolescência e também quando se intensifica e cresce muito rapidamente o interesse pelas conexões sociais, momento que hoje em dia é intensamente permeado pelo uso das redes sociais digitais.

Na primeira etapa do projeto, os alunos das séries escolhidas participaram de uma aula introdutória, em que a proposta – criar, coletivamente, o Guia do Uso Seguro e Responsável da WEB e Redes Sociais – foi apresentada e recebida com bastante entusiasmo. Na sequência, participaram de uma série de oficinas em que aprenderam um pouco da história da Internet, debateram os desafios, perigos, vantagens e conquistas da Era Digital e trouxeram relatos, questionamentos e ponderações acerca das relações que vêm construindo, cotidianamente, com as redes sociais na Internet. Debatesmos questões como riscos reais, privacidade e exposição, ética, regras para relacionamentos em rede tanto na Internet quanto fora dela, regras para o uso de dispositivos eletrônicos e para a navegação na Internet tanto na escola quanto em casa, critérios para selecionar sites e conteúdos confiáveis na *web*, entre outros tópicos. Foram debates riquíssimos, em que indivíduos deixando a infância e entrando na adolescência sinalizaram claramente esta dubiedade entre ainda serem crianças e, portanto, precisarem de limites, proteção e orientação, por um lado, e por outro lado já começarem a sentir-se capazes de fazer escolhas e de começar a construir suas próprias concepções para conceitos que ainda estão começando a entender, como privacidade e autonomia.

O passo seguinte foi dar corpo e forma ao Guia. Alguns encontros foram necessários para reunir o que foi produzido em cada turma e editar um texto único, com uma seleção / síntese do conteúdo geral. Com o Guia pronto, chamamos as famílias dos alunos para um encontro na escola, com o objetivo de apresentar o projeto, passo a passo, compartilhar nossas conclusões acerca do que foi discutido e produzido e mostrar o Guia como resultado palpável e como registro sistematizado do processo. Os pais revelaram suas dúvidas e anseios com relação a este novo cenário, compartilhando impasses que iam desde a dúvida acerca de quantas horas por dia deveriam deixar seus filhos diante do computador até sobre a idade a partir da qual deveriam deixar seus filhos começarem a ter perfis em redes sociais.

Nosso Guia não trouxe respostas objetivas a este tipo de dúvida. Buscamos orientar os pais a estarem presentes, a manterem-se atentos e interessados no dia-a-dia de seus filhos, e a estabelecerem regras e

premissas claras em seus modos de educar. Buscamos dizer a eles que filhos educados por pais amorosos e a partir de padrões equilibrados tendem a precisar menos de planilhas com determinações rígidas de horários ou outros protocolos. Concluimos sugerindo que crianças que conversam diariamente com seus pais e professores, compartilhando orientações, tendem a se comportar, tanto na Internet quanto no mundo físico, de modo mais seguro e responsável. A experiência foi muito bem avaliada por alunos e famílias e, de nossa parte, sabemos que foi um primeiro passo, apenas. Nossos alunos não deixaram de transgredir regras de conduta no uso da Internet, os pais não pararam de trazer dúvidas, os professores não pararam de trazer impasses, mas o clima de debate aberto e contínuo se manteve, e aplacou anseios. O debate sobre tais desafios precisa ser contínuo, até porque estamos tratando de problemas novos e muitas soluções ainda estão sendo construídas. O processo de conscientização de crianças e jovens e o diálogo entre famílias e educadores acerca dos desafios e possibilidades da vida em rede precisa manter-se vivo e forte, para que cada vez tenhamos mais a comemorar do que a lamentar com relação às conquistas tecnológicas contemporâneas.

Considerações finais

Afinal, não é o caso de torcermos o nariz para a Internet e as Redes Sociais. É, sim, o caso de entrarmos de cabeça nessa ciranda, assumindo nossas responsabilidades, como educadores. É, sim, o caso de alertar nossos jovens cidadãos para a necessidade de aprender a utilizar esta potente ferramenta de interação a favor de um mundo que queremos cada vez mais justo, digno, plural. É, sim, o caso ensiná-los a valorizar as regras básicas do convívio saudável, preservando a si mesmos e aos demais. É, sim, o caso de cuidar para que nossos filhos e alunos aprendam a constituir de modo equilibrado sua singularidade e sua sociabilidade.

De modo geral, mudaram recursos, ferramentas, dispositivos e a intensidade das trocas, mas permanecem os princípios e valores de sempre. Dentro ou fora do ambiente virtual, invadir a privacidade alheia, divulgar informações de modo irresponsável, comportar-se de

forma desrespeitosa, expor a si próprio ou ao próximo demasiadamente, expor a si mesmo e ao outro a situações de risco sempre foram condutas inadequadas e continuam sendo. Dentro ou fora do ambiente virtual, aproximar-se das pessoas, promover a circulação de informações de fonte fidedigna, fomentar a reflexão, o diálogo e o debate entre as pessoas e divulgar boas causas sempre foram condutas virtuosas e continuam sendo.

Como mãe e educadora não considero a Internet ou as Redes Sociais como as vilãs de nosso tempo. Creio que a falta de diálogo, a ausência de parâmetros claros, a ausência do adulto como referência de afeto e mediação são significativamente mais danosas às nossas crianças e jovens do que quaisquer dispositivos tecnológicos ou meios de comunicação.

Quando uma mãe senta-se junto a seu filho diante do computador, dispondo-se a estudar, jogar ou buscar uma informação importante para eles; quando um pai interessa-se em conhecer um *site* recomendado por seu filho ou recomenda um a ele; quando um professor propõe uma pesquisa na Internet sobre um tema de aula, inserindo-a em um projeto que permita a aprendizagem coletiva e promova reflexão e debate sobre as formas mais responsáveis, proveitosas e seguras de usar a rede; quando todos nós, que cuidamos de crianças e jovens, que zelamos e atuamos pelo seu pleno desenvolvimento, nos dispomos a ouvir o que eles pensam e como se sentem com relação às interações – físicas e virtuais – e somos capazes de responder ao que ouvimos com palavras de orientação e afeto; em todas estas situações, estaremos nos fazendo presentes e assim contribuindo para a construção de uma relação produtiva, segura e responsável de todos eles com os desafios e potencialidades do tempo em que vivem.

Tramitação:

Enviado em: 22/06/2014

Aprovado em: 03/07/2014

MARCIA STEIN

Rua das Laranjeiras, n° 575, apt° 301 – Laranjeiras – RJ

Telefone: (21) 2556-5849 / (21) 99288-3623

Email: marciastein00@gmail.com

Referências

CANCLINI, Nestor García. AMÉRICA LATINA: MERCADOS, AUDIÊNCIAS E VALORES NUM MUNDO GLOBALIZADO, conferência de abertura da 4ª Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, abril de 2004, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Texto na íntegra disponível em <http://www.riosummit2004.com.br/>

RESENHAS

A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura, de Mario Vargas Llosa

The civilization of spectacle: a snapshot of our time and our culture, by Mario Vargas Llosa

Rachel Sztajnberg

A maçã no escuro, de Clarice Lispector

The apple in the dark, by Clarice Lispector

Ivanise Fontes

***Tocar o impossível* – Algumas incursões psicanalíticas, de Rachel Sztajnberg**

Touching the impossible: some psychoanalytic forays, by Rachel Sztajnberg

Ana Cristina Moreira de Sousa Pinna

Ana Elizabeth Botelho Duarte Coelho

***A civilização do espetáculo:
UMA RADIOGRAFIA DO NOSSO
TEMPO E DA NOSSA CULTURA***

*THE CIVILIZATION OF SPECTACLE: A SNAPSHOT OF
OUR TIME AND OUR CULTURE*

Mario Vargas Llosa.
Tradução Ivone Benedetti,
Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, 207 páginas.

Rachel Sztajnberg⁴³

Hoje tem espetáculo? Tem sim, senhor!

*“Naquilo que concordamos denominar “civilização”
reside inegavelmente um princípio diabólico
do qual o homem apenas se deu conta demasiado tarde,
quando não era mais possível remediá-lo.”*

E.M. Cioran (1973)

*“Quanto mais civilizados se tornam os homens,
mais eles se tornam atores.
Querem exibir-se e fabricar uma ilusão.”*

Atribuído a Kant

43 Psicanalista, Membro Efetivo da SPCRJ.

Foi uma surpresa. Vastamente reconhecido por numerosa produção literária de colorido realista mágico, com a qual angariou uma infinidade de prêmios, inclusive o cobiçado Nobel de Literatura, Mario Vargas Llosa publicou, mais recentemente, um estudo minucioso da cultura contemporânea: *A civilização do espetáculo*, uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Não que o escritor peruano, em sua obra ficcional, tivesse ficado à margem das questões sociais de seu universo existencial: elas estavam visivelmente entremeadas ao longo dos enredos de suas novelas. Sua militância política lhe valeu, inclusive, uma candidatura à presidência da república de seu país, tendo, contudo, malgrado em sua intenção de alçar-se a esse posto. Visto com reserva nesse território por seu polêmico desvio da posição comunista para uma posterior guinada em direção à direita, ele talvez deixe transparecer em seu texto marcas de uma visão de mundo um tanto reacionária, salpicada aqui e ali, na radiografia que tenta construir da vida pós-moderna, vista por ele como fútil e superficial. O tom conservador de seu discurso não exclui, todavia, a agudeza de sua percepção de como se move ideologicamente o sujeito, sobretudo no mundo ocidental, nos diversos segmentos por onde circula. A marca de algumas passagens desta obra é predominantemente melancólica e beira uma profecia apocalíptica, catastrófica, dos destinos da Humanidade.

Nosso autor se cerca de outros pensadores de peso (T.S.Elliot, George Steiner entre outros), que refletem o *modus vivendi* da atualidade para sustentar que a construção civilizatória laboriosamente desenvolvida ao longo dos séculos estaria em sério risco de extinção. Ainda que questionável, pelo seu caráter bombástico, essa afirmação não pode, no entanto, ser totalmente desprezada. A indicação de uma transformação radical e meteórica dos preceitos que pautavam, até aqui, as bases do funcionamento e da convivência humanos tem sua razão de ser.

Os pilares civilizatórios, ainda que comportando uma carga opressiva de renúncia aos impulsos mais primitivos do homem, teriam, em contrapartida, servido de suporte gerador de algum alívio à desconfortável convivência com as ameaças com as quais, desde os primórdios, a comunidade humana foi obrigada a conviver. Já tínhamos pago, assim, o preço da expulsão do Paraíso para parir com dor,

um mal-estar que, por outro lado, constituiu-se em matéria prima da riqueza criativa que nos enobreceu e nos distanciou, ao menos em parte, da barbárie. Foi o que nos tornou capazes de instrumentar operações cada vez mais complexas, próprias exclusivamente do gênero humano. Como consequência desta evolução, desdobraram-se as manifestações que foram responsáveis pela produção de uma cultura sofisticada – uma alta cultura, na visão de nosso autor. Habilitou-nos a criar e apreciar música, pintura, literatura, artes cênicas e tudo o mais que fundou o paraíso possível, derivado do processo sublimatório que o Homem foi capaz de gerar com seus próprios recursos internos, sua inteligência e sua sensibilidade.

Essa riqueza, contudo, não foi distribuída de maneira uniforme, acessível a todos: tornou-se o privilégio de alguns, uma elite que mantinha o monopólio deste bem como de outros. Esta marca diferencial se sustentou até que um progressivo processo de afrouxamento das categorias rígidas que balizavam o código de valores a regular as organizações sociais determinou uma releitura das convenções vigentes.

A simplificação ou banalização que decorreu da rotulação de tudo como cultura, quando esse conceito sofreu uma revisão para combater a visão elitista anterior, anulou as diferenças e nivelou por baixo, segundo Llosa, que contesta duramente essa posição. “Porque ninguém será culto, se todos acreditarem que o são ou se o conteúdo do que chamamos de cultura tiver sido degradado de tal modo que todos possam justificadamente acreditar que são cultos” (p. 60).

A função que a cultura tinha, até então, de impedir que virássemos as costas para a realidade, desvirtuou-se. Seu compromisso com um juízo crítico, com a denúncia do que feria a ética e a moralidade vigentes decaiu e foi substituída por outras referências. Remetida agora a um novo propósito, a cultura se compromete primordialmente com um fim menos sóbrio e mais popular: o de propiciar diversão, desenvolver produtos lúdicos, “de amplo espectro”. Suas manifestações são equivalentes a um número circense que mantém todos entretidos, ocupados, assistentes de um espetáculo, às vezes superficial, às vezes macabro. A ausência do espírito crítico que foi pulverizado pela anulação das diferenças, remete a uma empobrecedora indiscriminação e

a um aproveitamento generalizado de propostas apresentadas sempre a serviço exclusivo do que diverte e aliena, paralisando, assim, com seu efeito-droga, a mobilização que ensejaria uma ação revolucionária. Esta, se operante, deteria a repetição e induziria uma nova ação, libertadora da mesmice. Como isso não se dá, em função de uma anestesia generalizada, na falta de indignação genuína, caminha-se às cegas, sem saber para onde, vorazmente na direção de algo sensacional, que logo esgota seu prazo de validade e é substituído por outro, igualmente efêmero – deslocamento que dribla a realidade do vazio. São elementos inconsistentes, pura tapeação, mas que dão conta do recado de perpetuar a ilusão infantilizadora de que está tudo sob controle e que o prazer (gozo) é inconsequente.

A cultura perdeu seus pilares de sustentação, tornou-se líquida e pasteurizada, como nos indicam alguns autores da atualidade: Bauman, Lebrun, Lipovetski, muitos outros, inclusive nosso autor em questão. Este, em um dos capítulos mais vibrantes de seu ensaio, aponta o desaparecimento do erotismo como fator relevante e responsável pelo embrutecimento das relações entre humanos, depois de tudo que lhes custou depurar, pelo menos em parte, do que a sexualidade contém de violência instintiva. A sensualidade que havia ganho um alto padrão estético, presentificado em múltiplas produções “civilizadas”, teria perdido agora muito de sua força inspiradora do nobre e do sagrado nos níveis mais elevados que o homem pode alcançar para degradar-se e voltar às suas formas mais primitivas e bárbaras.

Afora os exageros, excessos sensacionais também, essas vozes estão aí alardeando um risco que não pode ser ignorado. É sempre uma minoria que enxerga mais além, figuras de exceção que se adiantam e denunciam uma ameaça subjacente ao que aparece na superfície. Corresponde, felizmente, a uma autoanálise da própria cultura, usa seus próprios veículos de entretenimento para escancarar a farsa encoberta, o real do trágico metaforizado, por exemplo, na obra de Saramago, *O ensaio sobre a cegueira*; no filme de Sorrentino, *A grande beleza*; na dramática tela de Munch, *O grito*. Ou ainda, o que é pior, porque ainda mais difundida, a despudorada exibição midiática sensacionalista hipnotiza os espectadores, que, em níveis extremos, gozam com a própria desgraça. Compra-se tudo, goza-se indiscriminadamente

com qualquer produto proposto, independentemente de seus efeitos mortíferos. Como nosso dito popular sabiamente anuncia: A alegria do palhaço é ver o circo pegar fogo.

A autopreservação humana já não parece figurar como elemento primordial a zelar. A destruição e a morte fazem parte de um show que não para, assim como paga-se qualquer preço (vide a repercussão na TV do programa *Big Brother*) para sair do anonimato e projetar-se no centro da (obs)cena a que a plateia assiste inebriada. Daí emerge um ou mais heróis sem caráter e de fama fugaz, brilho de não mais que cinco minutos. Essa a aspiração midiática: alimentar a sede de seus usuários de atrações ruidosas e excitantes, um escândalo atrás de outro, uma manchete estrondosa substituindo a anterior e assim, sucessivamente, nesse frenético carrossel contemporâneo, que favorece a imagem e a ação em detrimento da introspecção, valor em franca decadência.

Nas considerações finais, Vargas Llosa oferece uma oportunidade esperançosa de que nem tudo esteja perdido. “Felizmente”, nos diz ele, “a história não é algo fatídico, e sim uma página em branco na qual escreveremos o futuro com nossa própria pena . . . Isso é bom, pois significa que sempre teremos tempo para retificar.” (p. 185)

Por último, fiel à missão que tomou para si, questiona-se a respeito da sobrevivência do livro de papel. Teme que o livro virtual em sua imaterialidade contagie o conteúdo, banalizando-o como desde já se anuncia no mundo dos *blogs*, *twitter*, *facebook* e outros sistemas de comunicação de rede. Ler, para ele, é uma operação que, para além de um exercício físico e intelectual inclui, como defendia Molina Foix, “um componente sensual e sentimental infalível”: “O tato e a imanência dos livros são, para o aficionado, variações do erotismo do corpo trabalhado e manuseado, uma maneira de amar.” (p. 187)

Vargas Llosa duvida que “os *tablets* . . . consigam despertar esse prazer tátil prenhe de sensualidade” de que os livros de papel são capazes. Ele não se surpreenderia, tampouco, se, assim como se conseguiu com as transformações contemporâneas, acabar com o erotismo, “também se desvança esse hedonismo refinado que enriquecia o prazer espiritual da leitura com o prazer físico de tocar e acariciar” (p. 188). Feliz simbolização de que corpo e alma não podem andar dissociados.

Da mesma forma como a mera exteriorização da subjetividade despojada do seu essencial, o íntimo, só empobrece e mutila a potencialidade humana de, por chegar às profundezas, se complexificar *ad infinitum*.

RACHEL SZTAJNBERG

Rua Maria Angélica, nº 323, sala 101 – Jardim Botânico

Cep 22461-150 – RJ

Telefone: (21) 2286-7508

Email: rachelsztajn@yahoo.com

A MAÇÃ NO ESCURO
DE CLARICE LISPECTOR

THE APPLE IN THE DARK

Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

*Ivanise Fontes*⁴⁴

É sempre tempo de ler Clarice!

Partindo da concepção do psicanalista J.B-Pontalis, por mim compartilhada, de que a literatura é uma fonte de compreensão do psiquismo humano, escrevo esta resenha da obra de Clarice Lispector “A Maçã no Escuro”. Neste livro, escrito em 1956 e somente publicado em 1961, aprendi sobre o nascimento psíquico através de seu personagem Martim.

Antes de relatar as passagens nas quais esse processo nos é revelado, com muita precisão e sabedoria, quero ainda lembrar o ponto de vista de Freud a respeito, justamente, da relação entre Psicanálise e

44 Psicanalista, Doutora em Psicanálise pela Universidade Paris 7 – Denis Diderot, com Pós-Doutorado no Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Núcleo de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. Autora de *La Mémoire Corporelle et Le Transfert* (Presses Universitaires du Septentrion, França, 1999), *A Memória Corporal e a Transferência* (Via Lettera, Brasil, 2002), *Psicanálise do Sensível – fundamentos e clínica* (Ideias & Letras, 2010), e coautora de *Virando Gente – a história do nascimento psíquico* (Ideias & Letras, 2014).

Literatura. Sua opinião sobre a obra de dois escritores, Arthur Schnitzler e Stefan Zweig, pode ilustrar isto. Sobre Schnitzler, judeu austríaco de Viena, Freud tinha a impressão de que o escritor conseguia, através da intuição, ficar sabendo de tudo aquilo que ele, Freud, descobrira com seu penoso trabalho em outros seres humanos. Suas novelas, segundo Freud, podem ser lidas como casos clínicos. Chegou a declarar temer a aproximação com o romancista, porque via nele seu duplo.⁴⁵

Quanto a Stefan Zweig, as declarações de Freud são semelhantes. Mantiveram assídua correspondência entre 1908 e 1939, nem sempre totalmente amistosa (Freud criticou-o em algumas de suas atitudes), porém Freud reconhecia sua capacidade de retratar a alma humana. Considerava que ele, por caminhos distintos e em um domínio que não era o seu, conseguia tornar acessível a seus leitores uma realidade que ele, Freud, se obstinara em definir e analisar.⁴⁶ Em carta de 1925: “O senhor consegue se aproximar tanto da expressão do objeto que os detalhes mais sutis deste último se tornam perceptíveis e julgamos apreender relações e qualidades nunca antes enunciadas pela linguagem”.

Freud recebeu o prêmio Goethe não pela literatura, mas por suas pesquisas. É provável que quisesse ser reconhecido também pelo seu estilo de escrita tão apreciado até nossos dias. Portanto, não se trata aqui de uma psicanálise aplicada à literatura, como fazem alguns, mas de reconhecermos os laços que as unem.

Voltando a *A Maçã no Escuro*, inicialmente é interessante lembrar que este não seria o nome do romance. Clarice pensara em *A Veia no Pulso*. Em sua troca de cartas com o amigo e escritor Fernando Sabino⁴⁷, aceitou seu conselho quanto à má sonoridade que este título apresentava – por causa da aveia. Não era, portanto, o mais adequado. Sabino sugeriu que ela escolhesse um entre os títulos das três partes, em que o livro se divide: “Como se faz um Homem”, “O Nascimento de um Herói” ou “A Maçã no Escuro”. Foi este último que prevaleceu, sendo o preferido de Fernando Sabino (carta de 23 de setembro de 1956).

45 Backes M. prefácio de *Crônica de uma vida de mulher* de A. Schnitzler. S. Paulo: Ed. Record, 2008.

46 Pontalis J.-B & Mango E. G., *Freud com os Escritores*. S. Paulo: Ed. Três Estrelas, 2013.

47 Sabino, F. & Lispector, C., *Cartas perto do Coração*, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

Clarice declara, nessa mesma correspondência, que foi fascinante escrever o livro: “aprendi muito com ele, me espantei com as surpresas que ele me deu – mas foi também um grande sofrimento”.

Seguindo também sugestão do amigo de retirar o prefácio, por achá-lo dispensável, Clarice o suprime. Escolho, no entanto, reproduzir um trecho deste (carta de 12 de novembro de 1956), por resumir o que vamos considerar um nascimento psíquico.

“A história que ora se inicia é a história de Martim e do que se poderia chamar de seu indireto avanço no mundo. Quase tudo o que lhe aconteceu foi mais ou menos provocado por ele próprio porque do que lhe aconteceu ele precisava. *A concretização de uma pessoa é muito difícil. Mas não irrealizável!* Pois, como mais tarde ele eventualmente descobriria, o avanço consiste em criar o que já existe. E em acrescentar ao que existe, algo mais: a *imaterial adição de si mesmo.*” (o grifo é meu)

São vários os trechos na obra que assinalam esse processo difícil, mas realizável, de tornar-se gente. A capacidade da escritora está em nos conduzir, através das aventuras de Martim, pela trajetória de um homem em fuga por um suposto crime.⁴⁸ Ele chega a uma fazenda, cansado, onde vai conseguir abrigo: “Reconheceu de súbito o campo como divisara ao chegar pela primeira vez à fazenda. Daquela vez em que, bêbado de fuga, apoiava-se exausto naquela coisa vaga que é *a promessa que é feita a uma criança quando nasce.*”

Ali encontrou trabalho e ficou sob o comando da dona da fazenda, Vitória, justamente vivendo um novo renascer. Disse a ela que era engenheiro e “quando dormia, dormia; quando trabalhava, trabalhava. Vitória mandava nele, ele mandava no próprio corpo. *E algo crescia com rumor informe.*”

“*O homem estava incomodamente crescendo.*”. É assim que Clarice vai nos apresentando a lenta evolução de alguém que resolve deixar sua história para trás. Chega então à descrição do curral: “O curral era um lugar quente e bom que pulsava como uma veia grossa. Era à base dessa larga veia que homens e bichos tinham filhos. Martim suspirou cansado com o enorme esforço: *acabara de “descortinar.”*”

48 Castello, José. *Clarice na cabeceira*, Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2011.

Está aí a veia que pulsa, isto é, a vida que pulsa na veia! Há mesmo um nascimento, uma constatação da vitalidade. E o verbo descortinar não podia ser mais pertinente.

Em suas experiências sexuais e amorosas com as três mulheres que surgem no relato, Martim aprende e revela suas inquietações. Com “a mulata que ria”, a cozinheira, ele sente que “*pode ficar de pé dentro de um corpo*”. No contato com Ermelinda, prima da dona da casa, ele se envolve e ela se apaixona. Martim começa a “se emaranhar numa curiosa sensação de ter conseguido alguma coisa extraordinária. Tinha passado pelo mistério de querer. *Como se tivesse tocado no pulso da vida.*” E com Vitória, mulher de uns cinquenta anos, ele passa a lhe prestar obediência, observa seus aspectos femininos quando de sua transformação para receber a visita de um professor e seu filho à fazenda, teme que ela o denuncie. Tem medo. Daí se pergunta: “Quem era ele? Martim caíra tão em si próprio que não se reconheceu. Como se até agora tivesse apenas brincado. Quem era ele? Teve a certeza intuitiva de que não somos nada do que pensamos e somos o que ele estava sendo agora, *um dia depois que nascemos nós nos inventamos.*”

Martim foge para a escuridão do bosque. As trevas o assustam, mas em seguida o tranquilizam. “Um homem no escuro era um criador... Foi dizendo Oh, Deus! que Martim sentiu o primeiro peso de alívio no peito. Respirou devagar e com cuidado: *crescer dói*. Respirou muito devagar e com cuidado. *Tornar-se dói. O homem teve a penosa impressão de ter ido longe demais.*”

Clarice nos faz sentir que Martim até aquele momento andara em caminhos superpostos. E que sua verdadeira e invisível jornada se fizera na realidade embaixo do caminho que ele julgara palmilhar.

O relato é cada vez mais denso, repleto de detalhes de sensações e sentimentos. Vitória faz confissões a ele, conta como e por que foi parar ali. Ele ouve, por vezes contrafeito, as tristezas dela e sua história de isolamento. Surge o impasse de ser descoberto pelos investigadores, novos personagens na trama, que viriam para prendê-lo. Foi mandado, por Vitória, queimar galhos atrás da casa, fazer uma fogueira. É brincando com o fogo que “inesperadamente o primeiro

passo de sua grande reconstrução geral se realizara: se aos poucos ele se tinha feito, *agora se inaugurara. Ele acabara de reformar o homem.*”

Chegamos então à maçã!

Martim constata: “Porque entender é um modo de olhar. Porque entender, aliás é uma atitude. Martim, muito satisfeito, tinha essa atitude. Como se agora, *estendendo a mão no escuro e pegando uma maçã, ele reconhecesse nos dedos tão desajeitados pelo amor uma maçã.* Martim já não pedia mais o nome das coisas. Bastava-lhe reconhecê-las no escuro. E rejubilar-se desajeitado.”

Assim Clarice acaba por colocar no romance um pedaço do prefácio que havia eliminado: “... Afinal consegui o que quis. *Criei o que já existe. E acrescentara ao que existia, algo mais: a imaterial adição de si mesmo.*”

Sem dúvida ao mostrar, nas passagens citadas, que o processo de construir o homem não é simples, mas possível, Clarice Lispector nos brinda com a descrição de um nascimento psíquico. Tudo isso dentro da singularidade extrema de sua escrita que, segundo a filósofa francesa Hélène Cixous, “Clarice não escreve em português, mas em lispector.”

O livro “A Maçã no Escuro” ganhou o Prêmio Carmem Dolores Barbosa de melhor livro em 1961.

Em seu livro “Sobre a arte da psicanálise”, a psicanalista Edna Vilete declara sempre se surpreender com a possibilidade que as diferentes expressões da arte possuem para iluminar a psicanálise em seus conceitos teóricos e patologias clínicas.⁴⁹ No capítulo *Clarice, Winnicott e Macabéa*, a autora demonstra com clareza essa sua afirmação ao analisar outro romance de Clarice, “A Hora da Estrela”.

Termino esta resenha lembrando comentário de Freud sobre “O Delírio e os Sonhos na Gradiva” de Jensen (1907): “Os escritores nos superam de longe, a nós, homens comuns, especialmente em matéria de psicologia, pois bebem em fontes ainda inexploradas pela ciência.”

49 Vilete E., *Sobre a arte da psicanálise*. S. Paulo: editora Ideias & Letras, 2013.

IVANISE FONTES

Beco do Boticário, nº 1, aptº 201 – Cosme Velho – Cep 22241-110 – RJ

Telefone: (21) 2245-9129 / (21) 2285-5147 / (21) 99125-9101

Email: ivanisefontes@gmail.com

TOCAR O IMPOSSÍVEL
– ALGUMAS INCURSÕES PSICANALÍTICAS
DE RACHEL SZTAJNBERG

*TOUCHING THE IMPOSSIBLE:
SOME PSYCHOANALYTIC FORAYS*

Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2014,
296 páginas.

*Ana Cristina Moreira de Sousa Pinna*⁵⁰

*Ana Elizabeth Botelho Duarte Coelho*⁵¹

Duas crianças brincavam com um balão colorido. Por algum tempo, se empenhavam em mantê-lo no ar, tocando-o com delicadeza, cada uma de seu jeito e em seu tempo. O prazer, a alegria, a seriedade e a sutileza com que enfrentavam o desafio da gravidade, os impasses característicos da brincadeira e a forma como tentavam dar conta daquela tarefa, quase impossível para elas, contagiavam todos que estavam à volta, mobilizando os canais da natureza humana mais primitivos e sensíveis.

50 Especialista em Clínica. Psicanalista. Membro Efetivo SPCRJ.

51 Psicóloga. Psicanalista. Membro Efetivo SPCRJ.

A leitura do livro de Rachel trouxe esta lembrança. Em princípio, pelo título de seu primeiro artigo – *“Sublimação e o brincar: conceitos de transcendência da pulsão”* – que se inicia com três belas epígrafes e vai, gradativamente, mergulhando na precariedade presente no jogo entre realidade psíquica e controle do objeto, um objeto que hoje tem outra configuração. Alerta que a repetição é a antítese da criação e, com Winnicott, considera o *setting* como espaço confiável para a criação e para o criar-se.

A autora, em sua introdução, diz que foi afetada *“mansamente”* pela Psicanálise, até que foi *“obrigada a reconhecer que não podia mais passar sem ela”*. Associando suas duas paixões, *“as palavras e a Psicanálise”*, produziu este exemplar no qual procura compartilhar suas reflexões com aqueles que *“afinem-se, aqui e ali, com esta tentativa de alcançar minimamente o não dito que nos habita e nos intriga sempre”*.

É bom encontrar em uma obra o tom intimista que revele o jeito de ser de seu autor. E é justamente isto que se encontra nesse volume – artigos que nos aproximam de sua autora, ou seja, obra e autora consistentemente integradas. A dimensão humana e o fascínio de Rachel pela psicanálise aparecem logo na introdução quando diz: *“Hoje eu a frequento e ela me habita praticamente a maior parte das horas do meu dia. (...) Devo-lhe certa aceitação da vida como ela é, a maravilha e o horror que nela está contida”* (sic.).

Rachel foi muito feliz ao expor suas reflexões de maneira tão singular, com rigor teórico, mas sem rigidez, baseando-se em alguns autores privilegiados por ela, como Winnicott, Piera Aulagnier, Lacan, Bion, Pontalis, Mc Dougall e, sem dúvida, o mestre Freud. Fica claro que não abandona os fundamentos freudianos, embora os tempos sejam outros. E conclui que o trabalho do analista é que está mais complexo. *“Não se trata de outra psicanálise, mas de outros psicanalistas”*.

Traz formulações acerca do saber psicanalítico e o que há de inominável, irrepresentável, intocável e não simbolizável na existência humana e seus efeitos, principalmente excesso e desam-

paro, intensamente presentes gerando uma angústia sem nome e paralisante. E diz:

O que se apresenta hoje é a carência de um universo fantasmático que o paciente nos pede desesperadamente que o ajudemos a construir. (...) saímos hoje no encaço de algum ideal mínimo que seja, que estruture um ponto de algum sentido para a existência fútil que o sujeito se sente levando e que o faz questionar que razões teria para continuar vivo (p. 25).

Esta coletânea constitui-se em um livro instigante e de caráter investigativo – a começar pelo título: *Tocar o impossível*. Com essa obra, abrem-se novas perspectivas à clínica psicanalítica, trazendo a marca registrada de Rachel – a sensibilidade e a delicadeza no trato de questões tão cruciais, primitivas e sensíveis da natureza humana, buscando sempre as potencialidades libertadoras adormecidas que tirariam o sujeito contemporâneo de certo confinamento vivencial.

Este livro nos contempla com inúmeros prazeres, a começar pelo prefácio primoroso de Jurandir Freire Costa, que concebe o impossível como “*um existente, sem predicados; um fator causal incausado e indeterminado. Percebemos sua eficiência pelos efeitos na existência pessoal e cultural*” e, fazendo nossas as palavras deste, Rachel cumpre seus objetivos ao dissecar estes fenômenos manifestados na clínica “*de modo plenamente logrado*”.

A obra está dividida em três partes que deslizam se complementando e favorecendo uma leitura consistente e agradável. Na primeira parte, intitulada Metapsicologia, os trabalhos levantam questões fundamentais da teoria psicanalítica articuladas ao pensamento comprometido de Rachel, como podemos perceber neste recorte:

Temos um compromisso com os pacientes e com a Psicanálise de metapsicologizar as diferentes figurações do subjetivo a partir das transformações da atualidade. Depressão, melan-

colia, psicose, perversão demandam uma releitura menos enquanto estrutura, mas essencialmente à luz de sua apresentação sintomática, colorida pelos tons dos valores e da ética contemporânea (p. 98).

Rachel Sztajnberg, em seus artigos, busca uma compreensão metapsicológica do conceito de “impossível”, tendo como eixo central as constituições subjetivas em seus diversos matizes, tanto patológicos (sintomas) como sublimatórios. Discorre sobre questões relacionadas ao Narcisismo, ao desamparo, ao ego ideal, ao gozo, angústia, etc., aspectos tão presentes em nossa clínica hoje, requerendo, segundo Rachel, um analista que não pode mais se esconder atrás da resistência do analisando, que precisa “*se arriscar*”, se colocar no lugar daquele e que, “*se for o caso, confirme o traumático*” ocorrido.

Na segunda parte, intitulada *Clínica Psicanalítica*, Rachel também apresenta de forma muito corajosa e cuidadosa seus depoimentos clínicos, transmitindo o retrato da sua experiência como analista sensível que é. Em suas palavras: “*Só o analista que pode afirmar o que o paciente só pode negar tem alguma chance*” (p. 145).

Enfatiza e questiona o lugar da Psicanálise e do Psicanalista em seus primórdios e, no contemporâneo, fala das mudanças complexas ocorridas no mundo social e científico e de como as formas de subjetivação foram afetadas por elas, fixando-as no narcisismo infantil, preservando a ilusão de onipotência e buscando um gozo sempre presente ou imediato. O desamparo presentifica-se sob o engodo da autossuficiência. Nesse contexto atual, a posição do analista deve ser reconsiderada, requerendo, deste, recursos mais ativos – “*uma exigência de trabalho ainda maior e mais desafiante*”.

Os preciosos achados clínicos ilustram e trazem à tona as dores do humano, seus furos, defeitos e incompletudes, que muitas vezes nos protegem, mas também nos condenam a esgueirar a nossa loucura e a de quem nos procura. E afirma:

Se é verdade que a Psicanálise pode nos libertar em parte de nossos opressores encorpados e garantir uma liberdade relativa, é mentira que ela nos pacifica. Ao contrário, muitas

vezes o que ela promove é a erradicação dos focos de entorpecimento, dos pontos de fixação e inércia. É muito mais para a expulsão do Paraíso que ela nos convida, ao “parirás com dor” (p. 156).

Com sua escuta singular e original, ela mergulha em passagens clínicas profundas e investe em renovar e refinar o olhar do psicanalista considerando todos os alicerces que fundamentam esta prática nos difíceis dias de hoje, em que a psicanálise deve perseguir o impossível. *“É atrás do que ainda não foi revelado, e que jamais o será que a Psicanálise deve andar, perseguir o impossível, sem se deixar intimidar por esta vicissitude”*.

Na terceira parte: *Arte e Psicanálise*, a autora, tal como Freud, recorre aos artistas e aos poetas como aliados para o desvelamento dos *“mistérios da alma”*: a começar pelas várias epígrafes selecionadas com tanta propriedade e pertinência, que ilustram as diversas facetas da natureza humana. Temos, então, minuciosa e sensível análise de alguns artistas e de suas obras que serviram à autora como material para discussão de suas reflexões. A estética destas comunicações nos apresenta, de maneira poética, os alicerces mais profundos da teoria integrados com metáforas delicadas e curiosas que nos enriquecem.

Munindo-se da arte, Rachel busca pontos de contato entre esta, a Psicanálise, e o estudo das formas de subjetivação no contemporâneo. A produção que muitas vezes é usada como mera descarga da angústia derivada do desamparo, reflete sobre os sujeitos bem informados, porém precários na capacidade de introspecção. Pode também ganhar uma feição criativa, legitimando uma existência transcendida – o dom sendo transformado em criatividade, em obra de arte, em singularidade. Desamparo e potência à vida, amalgamados, matéria-prima de cada existência.

Com relação ao corpo, Rachel situa o padrão adictivo como uma das formas de anestesiar a dor do existir, derivada do confronto com o desamparo em decorrência da pouca mediação crítica no início da vida. No processo de incorporar, considerando que o corpo é fer-

ramenta primordial no jogo de introjeção e projeção, e de descarga e reação defensiva, ele aparece apenas como instrumento de gozo.

Com uma linguagem leve, agradável, porém consistente teoricamente, mostra suas reflexões, inquietações e formulações sobre o que nos afeta desde sempre, na interação com a vida e o mundo. Ao percorrer seus textos, a autora nos põe na trilha de seus interesses e estudos, perpassando por conceitos fundamentais no entendimento do sujeito de ontem e do contemporâneo. Fala do lugar e dos papéis designados ao corpo, aos afetos e à linguagem na construção de sentidos e existências. É uma leitura instigante que nos leva a refletir, através de múltiplas questões que são formuladas pela autora – marca de seu estilo literário.

- Qual a inserção da psicanálise nessa configuração contemporânea?
- A que interesses pode atender um saber que destoa tão drasticamente dos ideais éticos e estéticos difundidos na atualidade?
- Alicerçada onde se encontra, será anacrônica a proposta que impõe a castração e defende a bandeira da singularidade?

Enfim, esta obra criada por Rachel Sztajnberg é recomendada e endereçada a todos aqueles que se interessem pelas questões da alma humana, seja no sentido do trabalho clínico psicanalítico, ou para compreensão dos fenômenos da existência. Nos textos que compõem esta coletânea, encontra-se material clínico e teórico que, certamente enriquecerá a reflexão a partir de uma visão psicanalítica, não só dos fenômenos atuais de subjetivação, como também uma articulação entre psicanálise, arte e cultura contemporânea.

ANA CRISTINA MOREIRA DE SOUSA PINNA

Rua Conde de Bonfim, nº 112, sala 509 – Tijuca – Cep 20520-054 – RJ

Tel: (21) 2204-5851

Email: anacristinamsp@gmail.com

ANA ELIZABETH BOTELHO DUARTE COELHO

Rua Conde de Bonfim, nº 211, sala 309 – Tijuca – Cep 22520-050 – RJ

Av. Ataulfo de Paiva, nº 135, sala 504 – Leblon - Cep 22440-032 – RJ

Telefone: (21) 2158-4737

Email: abeth@globo.com

NORMAS PARA ENVIO DE ARTIGO PARA PUBLICAÇÃO

Cadernos de Psicanálise – SPCRJ

O artigo, *inédito*, deverá ser enviado, dentro do prazo estabelecido, em envelope lacrado, endereçado a:

SPCRJ/Coordenação da CPB
Cadernos de Psicanálise da SPCRJ.
 Rua São Clemente nº 413 – Botafogo
 Rio de Janeiro – RJ – Cep 22260-009

O envelope deverá conter, em documentos separados:

- uma **Folha de Rosto** conforme descrição abaixo;
- um **Resumo** conforme descrição abaixo;
- **três cópias impressas** do artigo com **títulos apenas na primeira folha e sem qualquer identificação do autor, inclusive nas páginas internas** (notas de rodapé ou de fim, ou referências dentro do texto);
- um CD (**regravável**) com **três arquivos separados nomeados: Folha de Rosto:.... (nome do artigo e os dados descritos abaixo), Resumo:... (nome do artigo e apenas os dados descritos abaixo) e Artigo: ...(nome do artigo e o artigo** propriamente dito).

Orientações gerais

- Os trabalhos devem ter no **máximo 14** e no **mínimo 8 laudas**, formatadas em:
 - ❖ papel A4, letra Times New Roman 12, espaço entre linhas 1,5 cm; alinhamento justificado.
 - ❖ margem esquerda com 3,0 cm e direita com 1,5 cm;
 - ❖ margens superior e inferior com 2,5 cm;
 - ❖ títulos e subtítulos em **negrito**, com maiúscula apenas na primeira letra (título em inglês em *negrito e itálico*).
- A **Folha de Rosto** deve conter o título do trabalho e o nome do autor e sua qualificação, endereço completo, com CEP e telefone (e-mail quando houver).
- O **Resumo** deve conter **apenas o título do trabalho** (em português e, logo abaixo, em inglês), **resumo** (cerca de 5 linhas) e **palavras-chave, abstract e keywords**, e ainda, a **data do envio do artigo**.

- As folhas internas devem estar numeradas e **sem qualquer informação que possibilite a identificação do autor**; apenas a primeira folha deve conter o título do artigo.
- Palavras estrangeiras e tudo que se quiser destacar devem estar em *itálico*; **nenhuma outra forma de destaque deve ser usada no corpo do texto**.
- Devem ser utilizadas **notas de rodapé**, com algarismos em arábico.
- Citações literais, diretas, de até 3 linhas devem estar contidas entre aspas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.
- Citações literais, diretas, com mais de 3 linhas, devem ser destacadas, sem aspas, com recuo de 4 cm da margem esquerda, alinhamento **justificado**, fonte **tamanho 11** e **espaço simples** entre linhas.

Orientações quanto à forma de redação das ‘REFERÊNCIAS’:

Elaboradas de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023 ago./202; 6021 maio/2003; 6022 maio/2003), devem constar no final do texto, em ordem alfabética de sobrenome, com espaço **simples** entre as linhas, e **1,5** cm para a separação entre as referências.

Exemplos:

- **Um autor (sobrenome em maiúsculas e prenomes, abreviados ou não, e o título grafado em itálico; o subtítulo, não. Somente a primeira letra do título em caixa alta).**

BAUMAN, Z. *Amor líquido*: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

- **Dois e/ou três autores (nome e sobrenomes – abreviados ou não - dos autores, separados por ponto e vírgula):**

BOTELHO, J. E.; CARNEIRO, M. P. F. O estranho passageiro. In: JORNADA DE PSICANÁLISE DA SPCRJ, 5. 2002. Rio de Janeiro. *O primitivo e o psiquismo*. Rio de Janeiro: SPCRJ, 2002. p. 19-25.

- **Mais de três autores (nome apenas do primeiro autor e a expressão *et al.*, em itálico):**

GREEN, André *et al.* *A pulsão de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.

- **Capítulo e/ou artigo de livro:**

BIRMAN, Joel. Uma dívida impagável. In: ARAÚJO, M. C. de; MAYA, M. C. B. B. (Org.). *Neurose obsessiva*. Rio de Janeiro: Letter, 1992. p. 49-106.

- **Artigo em periódico científico:**

GURGEL, C. Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 15-21, set. 1997.

- **Capítulo de livro com indicação da data de edição original:**

FERENCZI, S. Elasticidade da técnica psicanalítica. In: _____. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 25-36. (Obras completas, 4). (Trabalho original publicado em 1928).

FREUD, Sigmund. Feminilidade. In: _____. *Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise e outros trabalhos* Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 139-165. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18). (Artigo original publicado em 1920).

- **Trabalho apresentado em evento (Congresso, Jornada, Seminário):**

VETTER, I. C. L. Aspectos técnicos no tratamento psicanalítico da depressão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE, 1., 1969, Caxias do Sul, RS. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 3, n. 1-2, p. 49-75, 1969.

- **Dissertação e/ou tese:**

ARAUJO, U. A. M. *Máscaras inteiriças Tukúna*: possibilidades de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena. 1985. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

- **Compiladores, Editores e/ou Organizadores: (Comp.), (Ed.), (Org.):**

CHEMAMA, Roland (Org.). *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Francisco F. Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

- **Nos documentos em formato eletrônico, ao final da referência, acrescentar:**

Disponível em: < (site) www.>. Acesso em:(data).....

- **Caso necessário, sugerimos consultar:**

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

Abreviaturas latinas (em *itálico*):

Apud = citado por, conforme, segundo.

Cf. = *confira ou confronte*.

Et al. = e outros

Et seq. = para não serem mencionadas todas as páginas da obra referenciada (intervalo entre páginas).

Ibidem ou ibid. = na mesma obra.

Idem ou id. = do mesmo autor (quando se trata de diferentes obras do mesmo autor).

Loc. cit. = mesma página de uma obra já citada (no lugar citado).

Op. cit. = na obra citada.

Passim = aqui e ali; em vários trechos ou passagens.

Sic. = assim mesmo, desta maneira (usado para destacar erros gráficos ou de outra natureza).

DIVULGANDO ALGUNS DOS NÚMEROS ANTERIORES

Cadernos de Psicanálise V. 29, nº 32, 2013 A Perversão Normatizada e o Lugar do Analista (302 páginas)

Esta edição dos Cadernos de Psicanálise – SPCRJ tem como proposta convidar nossos leitores a refletir e a indagar sobre o tema “A Perversão Normatizada e o Lugar do Analista”.

Nos dias de hoje, falar sobre perversão ainda causa uma série de questionamentos, dúvidas e até um certo mal-estar acerca do que é e não é perverso na nossa sociedade. Estamos diante de um tema que sempre sugere uma atitude depreciativa e convencional para com o sujeito que ensaia tais atuações, consideradas perversas. Entretanto, diante de um cenário social marcado por atos explícitos de transgressão e desafio à Lei, nos confrontamos com um modelo social vigente que incrementa, banaliza e normatiza aspectos perversos nas patologias que vigoram, dentre os quais: a crueldade, a violência, a submissão, a onipotência, a arrogância, o narcisismo, a negação, o cinismo etc...

Cadernos de Psicanálise V. 28, nº 31, 2012 Psicanálise e Contemporaneidade (454 páginas)

Este ano o tema dos Cadernos de Psicanálise trazem o tema “Psicanálise e Contemporaneidade”. Para melhor abordagem, o tema foi subdividido em a clínica do excesso, atravessamento de Édipo e Narciso, masculino e feminino.

O que podemos esperar desta edição? A Revista vem com mais páginas e conteúdos, incrementada pelas temáticas acima e pela excelência que visamos sempre a oferecer aos nossos leitores. Propomos refletir sobre a sociedade contemporânea e investigar como esta favorece a emergência de novas subjetividades. E mais, queremos propor reflexões e indagações sobre

as formas de vinculação dos sujeitos, como estes lidam com os excessos de estimulação que geralmente estão atrelados à lógica do instantâneo, produzindo uma fragmentação do tempo e uma excessiva valorização do presente. Os trabalhos aqui reunidos visam também a examinar os efeitos que podem causar no psiquismo, alinhando múltiplas respostas à luz de elaborações coletivas.

Exemplares de números anteriores,
podem ser adquiridos diretamente na secretaria da **SPCRJ**:
Rua São Clemente nº 413 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ
Cep 22260-009 – Tel./Fax (21) 2239-9848 / 2512-2265
secretaria@spcrj.org.br; www.spcrj.org.br
Biblioteca: biblio@spcrj.org.br

Visite nosso site:
www.spcrj.org.br

Editoração Eletrônica

Ana Paula Amado Lopes / SPCRJ

Capa

Ilze Freitas

Diagramação

Thelio Falcão

Revisão Ortográfica e Tradução

Pedro Henrique Bernardes Rondon

Impressão:

Dê Destaque em Mídia Impressa Ltda

Rua Senador Alencar, nº 257, sala 201, São Cristovão, Rio de Janeiro, RJ.

Telefone: (21) 2589-3705

Email: contato@dedestaque.com.br

Assinatura

Cadernos de Psicanálise – SPCRJ

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

CEP: _____ Telefone: _____

Email: _____

Assinatura anual – R\$ 45,00 – com porte pago

Volume: _____ número: _____ Ano de Publicação: _____

Para assinar a revista **Cadernos de Psicanálise – SPCRJ** preencha uma cópia desta folha, anexe o comprovante do depósito bancário e envie para o endereço abaixo; ou via fax (21) 2239-9848.

SOCIEDADE DE PSICANÁLISE

DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Rua São Clemente nº 413 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ

Cep 22260-009 – Tel./Fax (21) 2239-9848 / 2512-2265

secretaria@spcrj.org.br; www.spcrj.org.br

Biblioteca: biblio@spcrj.org.br

Dados Bancários:

ITAÚ (341)

Agência 8598

c/c 06355-3

CNPJ – 42.132.233/0001-98

